Manchete Semanal eletrônica

SINDCONT-SP
SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO
CASA DO SABER CONTÁBIL 103 anos



Expediente

Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis

nº 28/2023
19 de julho de 2023

Presidente: Rosane Pereira
Vice-Presidente: Denis de Mendonça
1ª Secretária: Mitsuko Kanashiro da Costa
2º Secretário: Josimar Santos Alves
3ª Secretária: Jô Nascimento
4º Secretário: Marcelo Dionizio da Silva
Consultores Jurídicos: Alberto Batista da Silva Júnior; Benedito de Jesus Cavalheiro e Henri Romani Paganini.
Suplente: Alexandre da Rocha Romão

Coordenação em São Bernardo do Campo:
Coordenadora: Marcelo Muzy do Espirito Santo
1ª Secretária: Marly Momesso Oliveira
2ª Secretária: Teresinha Maria de Brito Koide

Coordenação em Taboão da Serra:
Coordenadora: Rose Vilaruel
1º Secretário: Alexandre da Rocha Romão
2º Secretário: João Antunes Alencar
3ª Secretária: Antônia Aparecida Anastácio Neves

Coordenação em São Caetano do Sul:
Coordenadora: Claudete Aparecida Prando Malavasi
Secretário: Rafael Batista da Silva

Coordenação em Diadema:
Coordenadora: Tânia Maria de Farias Lourenço
1ª Secretária: Arlete Vieira Sales
2ª Secretária: Beatriz Aparecida Silva

Coordenação em Guarulhos:
Coordenador: Ricardo Watanabe
Secretário: Mauro André Inocêncio

Sindicato Dos Contabilistas De São Paulo – SINDCONT-SP - Gestão 2023-2025

Diretores Efetivos
Presidente: Claudinei Tonon
Vice-Presidente: José Roberto Soares dos Anjos
Diretor Financeiro: Milton Medeiros de Souza
Vice-Diretor Financeiro: Luis Gustavo de Souza e Oliveira
Diretor Administrativo: Nobuya Yomura
Vice-Diretor Administrativo: Josimar Santos Alves
Diretora de Educação Continuada: Marina Kazue Tanoue Suzuki
Vice-Diretora de Educação Continuada: Ana Maria Costa
Diretora Social e Cultural: Carolina Tancredi De Carvalho

Diretores Suplentes
Denis de Mendonça
Edna Magda Ferreira Goes
Elcio Valente
Fernando Correia da Silva
Francisco Montoia Rocha
João Bacci
José Leonardo de Lacerda
Marcelo Muzy do Espirito Santo
Ricardo Watanabe Ruiz Vasques

Conselho Fiscal - Efetivos
Edmundo José dos Santos
Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho
Marta Cristina Pelucio Grecco

Conselho Fiscal - Suplentes
Deise Pinheiro
Lucio Francisco da Silva
Marly Momesso Oliveira

Sindicato dos Contabilistas de São Paulo - Praça Ramos de Azevedo, 202 - Centro - CEP: 01037-010 - São Paulo/SP.
Tel: (11) 3224-5100 WhatsApp

Base Territorial: Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Diadema, Embu, Embu, Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Osasco, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo e Taboão da Serra.

Sumário

SUMÁRIO **2**

1.00 ASSUNTOS FEDERAIS **6**

1.01 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA 6
MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.179, DE 07 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 07.07.2023 - Edição Extra) 6
Reabre o prazo de que trata o art. 24 da Lei n° 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. 6
INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS N° 151, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023) 7
Altera a Instrução Normativa PRES/INSS n° 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário. 7
ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR N° 014, DE 12 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 13.07.2023) 9
Altera o Ato Declaratório Executivo Codar n° 2, de 5 de janeiro de 2023, que institui o código de receita 6092, para recolhimento da contribuição de que trata o art. 43 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991. 9
PORTARIA MTE N° 2.420, DE 10 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 11.07.2023) 9
Altera a Portaria MTP n° 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. (Processo n° 19955.104144/2022-05). 9
1.02 FGTS E GEFIP 17
CIRCULAR CAIXA N° 1.022, DE 10 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 12.07.2023) 17
Divulga a versão 17 do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais 17
1.03 OUTROS ASSUNTOS FEDERAIS 18
LEI N° 14.620, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023) 18
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei n° 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei n° 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei n° 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei n° 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei n° 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei n° 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei n° 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei n° 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei n° 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei n° 14.118, de 12 de janeiro de 2021 18
DECRETO N° 11.593, DE 10 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 11.07.2023) 49
Institui a Política Nacional de Cultura Exportadora e o Comitê Nacional para a Promoção da Cultura Exportadora. 49
INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.150, DE 7 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 10.07.2023) 52
Dispõe sobre a prorrogação do prazo para emissão da Nota Fiscal Eletrônica do Ouro Ativo Financeiro (NF-e Ouro Ativo Financeiro). 52
INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.151, DE 10 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 11.07.2023) 52
Dispõe sobre a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2023. 52
ATO COTEPE/ICMS N° 094, DE 03 DE JULHO DE 2023 (*) - (DOU de 04.07.2023) 57
Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS n° 199/22 e no Convênio ICMS n° 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022 57
ATO COTEPE/ICMS N° 098, DE 07 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 10.07.2023) 68
Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS n° 199/22 e no Convênio ICMS n° 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022 68
ATO COTEPE/ICMS N° 099, DE 10 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 11.07.2023) 70
Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 67/19, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS. 70
ATO COTEPE/ICMS N° 100, DE 11 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 12.07.2023) 71

Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS n° 199/22 e no Convênio ICMS n° 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022..... 71
ATO COTEPE/PMPF N° 018, DE 07 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 10.07.2023)..... 75
Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis..... 75
ATO COTEPE/ICMS N° 101, DE 12 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 13.07.2023)..... 76
Altera o Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS n° 74/21, que divulga os dados cadastrais das refinarias de petróleo ou bases, que serão utilizadas pelas unidades federadas, para determinação do valor de partida a ser utilizado no cálculo do ICMS a ser repassado em favor da unidade federada de destino dos combustíveis derivados de petróleo, e também para referência dos repasses nas operações com GLP/GLGN e repasses em provisão dos demais combustíveis..... 76
ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR N° 013, DE 06 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 10.07.2023)..... 77
Institui código de receita para recolhimento dos valores a que se refere o art. 2° e o inciso I do art. 5°, ambos da Lei n° 6.009, de 26 de dezembro de 1973, inscritos em Dívida Ativa da União..... 77
PORTARIA NORMATIVA MF N° 733, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)..... 77
Dispõe sobre a habilitação de agentes financeiros no Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - Desenrola Brasil, criado pela Medida Provisória n° 1.176, de 5 de junho de 2023, e sobre o enquadramento no Desenrola Brasil - Faixa 2..... 77
AJUSTE SINIEF N° 016, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)..... 78
Altera o Convênio SINIEF n° 6/89, que institui os documentos fiscais que especifica e dá outras providências..... 78
1.04 SOLUÇÃO DE CONSULTA..... 79
SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 136, DE 04 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 11.07.2023)..... 79
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ..... 79
ASSOCIAÇÃO CIVIL. ISENÇÃO. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES..... 79
SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 3.011, DE 7 DE JULHO DE 2023 - 3ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 10.07.2023)..... 79
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ..... 79
LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE SAÚDE. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO REDUZIDO. REQUISITOS..... 79
Assunto: Processo Administrativo Fiscal..... 80
CONSULTA SOBRE DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA PARCIAL..... 80

2.00 ASSUNTOS ESTADUAIS..... 80

2.01 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS..... 80
PORTARIA SRE N° 044, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOE de 14.07.2023)..... 80
Altera a Portaria CAT 147/09, de 27 de julho de 2009, que disciplina os procedimentos a serem adotados para fins da Escrituração Fiscal Digital - EFD pelos contribuintes do ICMS..... 80
2.02 PROTOCOLOS E CONVENIOS ICMS..... 81
DECRETO N° 67.788, DE 11 DE JULHO DE 2023 - (DOE de 12.07.2023)..... 81
Ratifica convênio celebrado nos termos da Lei Complementar federal n° 24, de 7 de janeiro de 1975..... 81
ATO DECLARATÓRIO N° 024, DE 07 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 10.07.2023)..... 81
Ratifica Convênios ICMS aprovados na 374ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 20.06.2023 e publicados no DOU em 21.06.2023..... 81
DESPACHO Nº 42, DE 13 DE JULHO DE 2023 – (DOU de 14/07/2023)..... 82
Publica Ajuste SINIEF e Convênios ICMS aprovados na 375ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 13/07/2023..... 82
CONVÊNIO ICMS N° 082, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)..... 83
Autoriza o Estado do Amapá a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais, mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais na forma que especifica..... 83
CONVÊNIO ICMS N° 083, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)..... 85
Prorroga as disposições do Convênio ICMS n° 224/17, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS nas operações internas com produtos essenciais ao consumo popular que compõem a cesta básica.85
CONVÊNIO ICMS N° 084, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)..... 86
Dispõe sobre a adesão dos Estados do Amapá e Minas Gerais e altera o Convênio ICMS n° 77/23, que autoriza os Estados do Ceará e Sergipe a não exigirem o ICMS devido pelo descumprimento de compromissos assumidos como requisito à concessão de benefício fiscal previsto no Convênio ICMS n° 188/17, bem como reinstituídos nos termos da Lei Complementar n° 160/17 e do Convênio ICMS n° 190/17, tendo em vista os efeitos econômicos negativos relacionados à pandemia da doença infecciosa viral respiratória causada pelo novo Coronavírus (COVID-19)..... 86
CONVÊNIO ICMS N° 085, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)..... 87

Altera o Convênio ICMS n° 199/22, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto. 87
2.03 OUTROS ASSUNTOS ESTADUAIS 88
LEI N° 17.724, DE 11 DE JULHO DE 2023 - (DOE de 13.07.2023) 88
Altera as Leis n° 17.386, de 14 de julho de 2021, n° 14.921, de 27 de dezembro de 2012, n° 14.990, de 29 de abril de 2013, e n° 17.472, de 16 de dezembro de 2021, que autorizam o Poder Executivo a contratar operações de crédito e a prestar contragarantias, entre outras providências 88
PORTARIA SRE N° 045, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOE de 14.07.2023) 90
Altera a Portaria CAT 126/11, de 16 de setembro de 2011, que disciplina a arrecadação de tributos e demais receitas estaduais, bem como a prestação de contas pelas instituições bancárias. 90
PORTARIA SRE N° 046, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOE de 14.07.2023) 91
Altera a Portaria CAT 125/11, de 9 de setembro de 2011, que institui o Sistema Ambiente de Pagamentos e o Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE-SP. 91

3.00 ASSUNTOS MUNICIPAIS 91

3.01 IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS 91
INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM N° 011, DE 07 DE JULHO DE 2023 - (DOM de 10.07.2023) 91
Altera o Anexo Único da Instrução Normativa SF/SUREM n° 10, de 9 de maio de 2017. 91
3.02 OUTROS ASSUNTOS MUNICIPAIS 92
LEI N° 17.975, DE 08 DE JULHO DE 2023 - (DOM de 08.07.2023 - Edição Extra) 92
Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei n° 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4°. 92

4.00 ASSUNTOS DIVERSOS 156

4.01 CEDFC--ARTIGOS / COMENTÁRIOS 156
Justiça do Trabalho recebe mensalmente cerca de seis mil ações por assédio moral. 156
Em julho, TST publicará a série "É assédio!" em suas redes sociais para conscientizar sobre diferentes tipos de assédio 156
SOLUÇÃO DE CONSULTA DISIT/SRRF03 Nº 3001, DE 30 DE JANEIRO DE 2023 157
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ 157
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 158
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 158
A reforma tributária aprovada na Câmara do Deputados também prevê mudanças em impostos sobre patrimônio. Veja o que muda no IPTU, IPVA e no ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação), o imposto sobre herança. 159
O que muda no imposto sobre herança 159
O que muda no IPVA 160
O que muda no IPTU 160
Aspectos Contábeis do MEI: Entenda Sobre Registros, Documentos E Declarações 161
Como Funciona o Recebimento da Aposentadoria no Exterior? 162
Você sabia que pode receber sua aposentadoria pelo INSS mesmo morando no exterior? Pois é, você tem esse direito! 162
Sentença nega vínculo entre entregador e operador logístico que presta serviço para aplicativo de entregas. 169
TST invalida norma coletiva que limita abono de faltas por atestado a 48 horas. 170
Para a SDC, não há na lei nenhuma restrição temporal à validade do abono 170
Empregados preferem home office ou trabalho híbrido; empresas, o presencial. Como ter um consenso? 171
Movimentações em espécie acima de R$ 30 mil exigem a declaração da DME, enquanto operações imobiliárias requerem a DOI 174
Aplicativo de restituição de tributos do Simples Nacional facilita devolução de valores aos contribuintes. 176
Sistema online permite solicitar restituição de impostos pagos a mais ou indevidamente. 176
REINF: O festival dos horrores tributário. 178
Opinião: Reforma tributária e Setor de Serviços: É necessário desoneração da folha ou transferência de crédito. 180
Justiça do Trabalho recebe mensalmente cerca de seis mil ações por assédio moral. 182

Em julho, TST publicará a série "É assédio!" em suas redes sociais para conscientizar sobre diferentes tipos de assédio 182
7 perguntas sobre inteligência artificial que você já deveria saber responder. 183
SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 120, DE 22 DE JUNHO DE 2023 186
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ 186
ISENÇÃO. ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. PROMOÇÃO DE CURSOS PARA ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS. ALUGUEL DE IMÓVEL DO ATIVO IMOBILIZADO. 186
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 187
ISENÇÃO. ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. PROMOÇÃO DE CURSOS PARA ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS. ALUGUEL DE IMÓVEL DO ATIVO IMOBILIZADO. 187
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 187
ISENÇÃO. ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. ATIVIDADES PRÓPRIAS. ATIVIDADES ECONÔMICAS. PROMOÇÃO DE CURSOS PARA ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS. ALUGUEL DE IMÓVEL DO ATIVO IMOBILIZADO. 187
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins 188
ISENÇÃO. ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. ATIVIDADES PRÓPRIAS. ATIVIDADES ECONÔMICAS. PROMOÇÃO DE CURSOS PARA ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS. ALUGUEL DE IMÓVEL DO ATIVO IMOBILIZADO. 188
Perdão de dívida e renegociação: entenda como vai funcionar o Desenrola. 188
O programa Desenrola Brasil para renegociação de dívidas começa na segunda-feira (17) limpando o nome de 1,5 milhão de negativados que devem até R$ 100, segundo o governo federal. Ao todo, mais de 30 milhões de pessoas podem ser beneficiadas nesta primeira etapa 188
Reforma tributária: confira como vai funcionar o imposto progressivo sobre herança. 191
PEC altera regras sobre como os impostos são cobrados no país 191
STF publica decisão sobre enfermagem e começa a correr prazo de negociação 194
Empresas privadas terão de negociar com trabalhadores do setor por até 60 dias a contar desta 4ª feira (12.jul); se não houver acordo, vale o valor de R$ 4.750 do piso nacional 194
Receita oferece chance para que empresas devedoras de impostos relativos a 2019 regularizem a situação 195
Elas são mais de 22 mil com indícios de insuficiência e representam um valor total de R$ 3,4 bilhões; órgão avisa que não haverá autuação nem multas 195
Substituição tributária do ICMS no e-commerce, você sabe como funciona? 196
Um dos mercados que mais cresce no Brasil e no mundo é o do e-commerce. Os motivos dessa expansão vão desde a diminuição de gastos até a adaptação aos novos modelos de mercado. A consolidação desses negócios provocou adaptações no consumo e impactou também no pagamento de tributos. O ICMS, por exemplo, um dos principais impostos pagos pelas empresas, ganhou um capítulo especial para o e-commerce no estado de São Paulo 196
Você sabe a importância do Demonstrativo de Fluxo de Caixa? 198
O Demonstrativo de Fluxo de Caixa, ou simplesmente DFC, faz parte das Demonstrações Contábeis e é muito importante para a gestão de qualquer negócio. São os resultados gerados por esses documentos que permitem ao gestor analisar as possibilidades do seu empreendimento e direções a serem seguidas. 198
Circular CAIXA Nº 1022 DE 10/07/2023 200
Divulga a versão 17 do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais 200
Carnê-Leão: como fazer o preenchimento mensal para retenção de impostos 201
Descubra o que é o Carnê-Leão, quem deve preenchê-lo, como fazer o preenchimento, calcular o imposto devido e realizar o pagamento mensal 201
STF mantém validade de jornada 12x36 por meio de acordo individual. 203
Norma foi questionada pela confederação de trabalhadores na saúde 203
SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 124, DE 26 DE JUNHO DE 2023 203
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF 203
APLICAÇÃO FINANCEIRA NO EXTERIOR. TRIBUTAÇÃO SOBRE GANHO DE CAPITAL. 203
Cansaço ou desmotivação? 204
Programe sua mente para ter um desempenho satisfatório na profissão 204
4.02 COMUNICADOS 207
CONSULTORIA JURIDICA 207
Consultoria Contábil, Trabalhista e Tributária 207
4.03 ASSUNTOS SOCIAIS 208
FUTEBOL 208

5.00 ASSUNTOS DE APOIO 208

5.01 CURSOS CEPAEC – SINDCONTSP 208
5.02 AGENDA SEMANAL 209
Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública 209
Segunda Feira 00-00-2023: das 19:00 às 21:00 - 209
Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações 209
Terça Feira 00-00-2023: das 19:00 às 21:00 - 209
CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis 209
Quarta Feira 00-00-2023: das 19:00 às 21:00 - Fórum de debate e atualização continua 209
Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil 209
Quinta Feira 00-00-2023: das 19:00 às 21:00 - 209
Grupo de Estudos Perícia 209
Sexta Feira 00-00-2023 209
5.03 ENCONTROS VIRTUAIS 209
Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública 209
Às Segundas Feiras: com encontros quinzenais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas 209
Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações 209
Às Terças Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas 209
CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis 209
Às Quartas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas 209
Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil 209
Às Quintas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas 209
Grupo de Estudos Perícia 209
Às Sextas Feiras: com encontros mensais (pelo canal Youtube) 209
5.04 FACEBOOK 209
Visite a página do Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis Virtual no Facebook 209

Nota: Todos os anexos e textos aqui não publicados na íntegra estão disponíveis na versão eletrônica desta manchete, alguns através de links.

"Um homem que não tem tempo para cuidar da saúde é como um mecânico que não tem tempo para cuidar das ferramentas".

Provérbio Espanhol

1.00 ASSUNTOS FEDERAIS

1.01 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.179, DE 07 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 07.07.2023 - Edição Extra)

Reabre o prazo de que trata o art. 24 da Lei n° 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1° Fica reaberto o prazo para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de que trata o § 4° do art. 24 da Lei n° 12.587, de 3 de janeiro de 2012, até as seguintes datas:

I - 12 de abril de 2024, para Municípios com mais de duzentos e cinquenta mil habitantes; e

II - 12 de abril de 2025, para Municípios com até duzentos e cinquenta mil habitantes.

Art. 2° Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de julho de 2023; 202° da Independência e 135° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

JADER FONTENELLE BARBALHO FILHO

INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS N° 151, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)

Altera a Instrução Normativa PRES/INSS n° 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n° 35014.341866/2020-55,

resolve:

Art. 1° A Instrução Normativa PRES/INSS n° 128, de 28 de março de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 257.....

.....

§ 2° A aposentadoria de que trata o caput será calculada na forma prevista no inciso VI do caput do art. 233.

..... " (NR)

"Art. 257-A. Por força de decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos da ACP n° 5038261-15.2015.4.04.7100/RS, para requerimentos com DER a partir de 5 de janeiro de 2018, fica assegurado o direito à aposentadoria por idade na modalidade híbrida, independentemente:

I - de qual tenha sido a última atividade profissional desenvolvida (rural ou urbana) ao tempo do requerimento administrativo ou do implemento dos requisitos; e

II - da efetivação de contribuições relativas ao tempo de atividade comprovada como trabalhador rural.

§ 1° Para fazer jus à aposentadoria por idade prevista no caput, o beneficiário deverá comprovar sua condição de segurado do RGPS na DER ou na data da implementação dos requisitos, cabendo o reconhecimento a esse benefício, inclusive quando a qualidade de segurado for em razão de percepção de benefício concedido em decorrência de qualidade de segurado resultante do exercício de atividade de natureza urbana.

§ 2° Na concessão da aposentadoria por idade prevista no caput, os períodos de atividade rural anteriores a 1° de novembro de 1991 são computados como carência, não se aplicando as previsões dos incisos II e V do art. 194.

§ 3° A aposentadoria de que trata o caput será calculada na forma prevista do inciso VI do art. 233.

§ 4° O disposto nos arts. 316 e 317 também são aplicáveis ao benefício de que trata este artigo, no que couber." (NR)

"Art. 316.....

§ 1° Os trabalhadores que não atendam aos requisitos, para aposentadoria por idade do trabalhador rural, dispostos no art. 256, mas que satisfaçam a carência exigida computando-se os períodos de contribuição sob outras categorias, urbanas ou rurais, farão jus à aposentadoria disposta no caput ao completarem 60 (sessenta) anos, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos, se homem.

§ 2° O disposto no § 1° aplica-se exclusivamente aos segurados que tenham implementado todos os requisitos até 13 de novembro de 2019, e que, na data da implementação destes, comprovem a condição de trabalhador rural ou urbano, cabendo observar as disposições dos arts. 257 e 257-A.

....." (NR)

"Art. 317.....

.....

§ 2° O disposto neste artigo aplica-se aos trabalhadores que não atendam os requisitos para a aposentadoria por idade do trabalhador rural, dispostos no art. 256, mas que satisfaçam a carência exigida computando-se os períodos de contribuição sob outras categorias, inclusive urbanas.

§ 3° O disposto no § 2° aplica-se exclusivamente aos segurados que, na data da implementação dos requisitos, comprovem a condição de trabalhador rural ou urbano, cabendo observar as disposições dos arts. 257 e 257-A.

....." (NR)

"Art. 511.....

§ 1° .....

.....

II - períodos aproveitados, na forma dos §§ 10 e 11 do art. 130 do RPS; e

....." (NR)

"Art. 602 .....

.....

§ 4° Na solicitação de cópia de processo com laudo social, realizada por procurador ou por entidade conveniada, será obrigatória a apresentação de procuração com consentimento expresso do interessado ou seu tutor nato, tutor, curador, detentor de guarda legal ou administrator provisório para acesso ao Laudo Social, nos termos do inciso II do § 1° do art. 31 da Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011." (NR)

Art. 2° Tornar sem efeito o inciso XVIII do art. 672 da Instrução Normativa PRES/INSS n° 128, de 2022.

Art. 3° Revogar o Memorando-Circular Conjunto n° 1/DIRBEN/PFE/INSS, de 4 de janeiro de 2018.

Art. 4° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR N° 014, DE 12 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 13.07.2023)

Altera o Ato Declaratório Executivo Codar n° 2, de 5 de janeiro de 2023, que institui o código de receita 6092, para recolhimento da contribuição de que trata o art. 43 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991.

A COORDENADORA-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DE DIREITO CREDITÓRIO SUBSTITUTA, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso V do § 1° do art. 19 da Instrução Normativa RFB n° 2.005, de 29 de janeiro de 2021,

DECLARA:

Art. 1° O Ato Declaratório Executivo Codar n° 2, de 5 de janeiro de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1° .....

Parágrafo único. O código de receita a que se referre o caput deverá ser informado no Darf utilizado para recolhimento de contribuições a partir do mês de outubro de 2023." (NR)

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA ALICE GONÇALVES BARROS

PORTARIA MTE N° 2.420, DE 10 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 11.07.2023)

Altera a Portaria MTP n° 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. (Processo n° 19955.104144/2022-05).

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e tendo vista o disposto no art. 8° do Decreto n° 8.373 de 11 de dezembro de 2014, no Decreto n° 11.359, de 1° de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1° O Capítulo XI da Portaria MTP n° 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Seção VIII
Do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

Art. 184-F. Cabe à Subsecretaria de Estatísticas e Estudos de Trabalho da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho - PDET, a publicação mensal de estatísticas consolidadas contendo informações sobre as movimentações ocorridas no mercado de trabalho formal, declaradas pelos empregadores no eSocial.

§ 1° A publicação mensal de trata o caput ocorrerá no sítio eletrônico do PDET, disponível no portal gov.br.

§ 2° A divulgação de informações estatísticas considerará, além das declarações mensais tempestivas, no âmbito do eSocial, as declarações realizadas fora do prazo legal por um período máximo de até doze meses após o vencimento do prazo previsto para a declaração.

§ 3° Na ocorrência de exclusão, pelos declarantes, de movimentações previamente contabilizadas nas estatísticas, estas serão excluídas da contagem e do saldo do CAGED do mês no qual o evento havia sido previamente informado.

§ 4° À Subsecretaria de Estatísticas e Estudos de Trabalho caberá, após análise técnica, estabelecer prazo para que as exclusões a que se refere o § 3° ocasionem impacto na base estatística.

§ 5° A divulgação de estatísticas consolidadas anteriormente, captadas unicamente pelo sistema CAGED, passará a se denominar Novo CAGED, mantendo-se a referência à Lei n° 4.923, de 23 de dezembro de 1965, que institui a obrigação.

§ 6° A consolidação das estatísticas mensais do mercado de trabalho deve levar em conta o calendário de transição das obrigações dos estabelecimentos declarantes, de forma a garantir a menor quebra possível em relação à série histórica e à captação das informações mais representativas do mercado de trabalho.

§ 7° Considerado-se o período de transição para a entrada de todos os estabelecimentos no eSocial, o Novo CAGED passará a ser composto também por declarações de movimentações realizadas no antigo sistema do CAGED, nos termos do disposto no art. 156, e no sistema de envio de requerimento do Seguro Desemprego (Empregador Web).

§ 8° As declarações realizadas nos sistemas de que trata o § 7° passam a ser consideradas para as estatísticas do Novo CAGED, até o fim do período estabelecido para sua substituição pelo eSocial.

§ 9° O procedimento adotado para consolidação de dados do eSocial e do antigo sistema do CAGED, nos termos do disposto no art. 156, é o cruzamento movimentação a movimentação, no qual:

I - se busca identificar as movimentações existentes no sistema do CAGED que não estejam declaradas no sistema do eSocial; e

II - a chave para a realização do cruzamento são as variáveis: identificador do empregador, CPF, competência de movimentação e tipo da movimentação.

§ 10. O procedimento adotado para imputação de dados do Empregador Web é a verificação da existência de empresas que tenham declarado admissões e nenhum desligamento no eSocial ou no CAGED, mas que tenham declarado desligamentos no Empregador Web, situação na qual as demissões declaradas serão imputadas na estatística final do Novo CAGED.

§ 11. A metodologia de apuração do estoque mensal de trabalhadores no emprego formal considerará os dados disponíveis na última consolidação da RAIS e as possibilidades de sua atualização, a partir das declarações do Novo CAGED e da informação de baixa de empresas na Receita Federal.

§ 12. O detalhamento metodológico dos procedimentos adotados neste artigo estão disponíveis no Anexo XV." (NR)

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ MARINHO

ANEXO XV
DETALHAMENTO METODOLÓGICO DO PROGRAMA DE DISSEMINAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO TRABALHO (ART. 184-F)

1 - Da criação do CAGED ao NOVO CAGED a partir do eSocial

A captação de informações sobre o mercado de trabalho formal no Brasil, mediante registros administrativos, iniciou-se com o estabelecimento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, por meio da Lei n° 4.923, de 23 de dezembro de 1965, que o instituiu como instrumento de acompanhamento e de fiscalização do processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, viabilizando o apoio aos desempregados e a instauração de medidas contra o desemprego.

A divulgação de estatísticas a partir deste registro administrativo se iniciou com a divulgação mensal de dados agregados em 1983, posteriormente consolidada na construção do Programa de Disseminação de Estatísticas de Trabalho PDET. Desde então, o CAGED vem se consolidando como referência para avaliação, no curto prazo, do comportamento do emprego formal e da conjuntura econômica brasileira.

Os dados também passaram a integrar o processo de planejamento das políticas públicas de trabalho, constituindo metas e indicadores de monitoramento das políticas públicas, permitindo aferir, por exemplo, o sucesso das ações de intermediação de mão de obra e de qualificação na colocação de trabalhadores no mercado formal, a cobertura do seguro-desemprego em relação ao universo de trabalhadores desligados, a geração e manutenção de postos de trabalho por empresas tomadoras de crédito com recursos do Fundo de Amparo aos Trabalhadores, entre outras possibilidades.

Acompanhando a evolução da legislação e das políticas públicas de trabalho, o CAGED teve sua metodologia de captação de informações atualizada ao longo dos anos. Por exemplo, a Portaria do Ministério do Trabalho n° 1.022, de 27 de novembro de 1992, facultou o envio das informações em meio magnético, sendo que o envio em formulário em papel foi possível até 2001, quando a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego n° 561, de 5 de setembro de 2001, extinguiu tais formulários. Já em 2011, a Nota Técnica MTE n° 82, de 2011, estabeleceu a divulgação de informações mensais sobre os vínculos empregatícios declarados fora do prazo legal.

Por fim, a última dessas atualizações na captação de informações no CAGED foi instituída pelo Decreto n° 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que criou o eSocial como instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, reservando aos órgãos partícipes a responsabilidade pelo disciplinamento do processo de substituição da declaração de informações em outros formulários e declarações tornados redundantes.

Para o caso do CAGED, a implementação desse processo se iniciou em 2020, e foi disciplinada através de portarias que hoje estão consolidadas na Portaria n° 671 de 8 de novembro de 2021, dispondo sobre o processo de substituição das obrigações dispostas no art. 144. Cabe destacar que não houve alteração na Lei n° 4.923, de 1965, que instituiu o CAGED, apenas na normatização da forma do envio das obrigações, que deixam de ser declaradas pelo programa gerador do CAGED (GIS), para passarem a ser declaradas através do eSocial (ainda como forma de cumprimento de obrigação prevista em lei).

É natural que a mudança na forma de envio das informações para o cumprimento da obrigação traga impactos para a série estatística histórica. Houve um período de transição no qual as estatísticas foram especialmente impactadas, gerando inclusive adoção de um recurso a outras fontes de dados com a constituição de uma estatística híbrida. Outrossim, faz-se necessário uma avaliação de mais longo prazo das consequências para as estatísticas da substituição de um sistema de declaração específico do Ministério do Trabalho e Emprego para um sistema de declaração integrado com repercussões trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

O objetivo do restante deste Anexo é esclarecer tecnicamente quais procedimentos e variáveis foram adotados para reduzir este impacto e construir a base de dados estatística que passou a ser denominada de Novo CAGED, refletindo a nova forma de captação das informações. Para tanto, o primeiro passo necessário foi a harmonização da realidade das distintas fontes de informação.

2 - A leitura de informações do eSocial utilizada para computar movimentações (admissões e desligamentos) no Novo CAGED.

De acordo com o disposto no art. 144 da Portaria MTP n° 671, de 2021, a obrigação do CAGED, disposta na Lei n° 4.923, de 1965, passa a ser cumprida por meio do eSocial, mediante o envio das informações elencadas em seus incisos.

Tais informações são prestadas pelos declarantes do eSocial por meio dos eventos S-2200 (Cadastramento Inicial do Vínculo e Admissão/Ingresso de Trabalhador), para o caso das admissões, e S-2299 (Desligamento), para o caso dos desligamentos.

Ademais, campos específicos podem ser alterados por meio dos eventos S-2205 (Alteração de Dados Cadastrais do Trabalhador) e S-2206 (Alteração de Contrato de Trabalho/Relação Estatutária). A lista a seguir apresenta os campos hoje utilizados para a computação das movimentações do eSocial no Novo CAGED.

Evento	Campo	Descrição Resumida
S-2200	tpInsc	Tipo de inscrição do empregador
S-2200	nrInsc	Número de inscrição do empregador
S-2200	cpfTrab	CPF do trabalhador
S-2200	nmTrab	Nome do trabalhador
S-2200	sexo	Sexo do trabalhador
S-2200	racaCor	Raça e cor do trabalhador
S-2200	grauInstr	Grau de instrução do trabalhador
S-2200	dtNascto	Data de nascimento do trabalhador
S-2200	paisNascto	País de nascimento do trabalhador
S-2200	paisNac	País de nacionalidade do trabalhador
S-2200	defFisica	Deficiência física
S-2200	defVisual	Deficiência visual
S-2200	defAuditiva	Deficiência auditiva
S-2200	defMental	Deficiência mental
S-2200	defIntelectual	Deficiência intelectual
S-2200	reabReadap	Trabalhador reabilitado
S-2200	matrícula	Matrícula atribuída ao trabalhador
S-2200	dtAdm	Data de admissão do trabalhador
S-2200	tpAdmissao	Tipo de admissão do trabalhador
S-2200	CBOCargo	Código CBO do cargo do trabalhador
S-2200	codCateg	Código da categoria do trabalhador
S-2200	vrSalFx	Salário base do trabalhador
S-2200	undSalFixo	Unidade de pagamento do salário base
S-2200	tpInsc	Tipo de inscrição do local de trabalho
S-2200	nrInsc	Número de inscrição do local de trabalho
S-2200	qtdHrsSem	Quantidade de horas de trabalho semanal
S-2200	tmpParc	Tipo de contrato em tempo parcial
S-2205	tpInsc	Tipo de inscrição do empregador

S-2205	nrInsc	Número de inscrição do empregador
S-2205	cpfTrab	CPF do trabalhador
S-2205	nmTrab	Nome do trabalhador
S-2205	sexo	Sexo do trabalhador
S-2205	racaCor	Raça e cor do trabalhador
S-2205	grauInstr	Grau de instrução do trabalhador
S-2205	paisNac	País de nacionalidade do trabalhador
S-2205	defFisica	Deficiência física
S-2205	defVisual	Deficiência visual
S-2205	defAuditiva	Deficiência auditiva
S-2205	defMental	Deficiência mental
S-2205	defIntelectual	Deficiência intelectual
S-2205	reabReadap	Trabalhador reabilitado
S-2206	tpInsc	Tipo de inscrição do empregador
S-2206	nrInsc	Número de inscrição do empregador
S-2206	cpfTrab	CPF do trabalhador
S-2206	matrícula	Matrícula atribuída ao trabalhador
S-2206	CBOCargo	Código CBO do cargo do trabalhador
S-2206	codCateg	Código da categoria do trabalhador
S-2206	vrSalFx	Salário base do trabalhador
S-2206	undSalFixo	Unidade de pagamento do salário base
S-2206	tpInsc	Tipo de inscrição do local de trabalho
S-2206	nrInsc	Número de inscrição do local de trabalho
S-2206	qtdHrsSem	Quantidade de horas de trabalho semanal
S-2206	tmpParc	Tipo de contrato em tempo parcial
S-2299	tpInsc	Tipo de inscrição do empregador
S-2299	nrInsc	Número de inscrição do empregador
S-2299	cpfTrab	CPF do trabalhador
S-2299	matrícula	Matrícula atribuída ao trabalhador
S-2299	mtvDeslig	Motivo de desligamento do trabalhador
S-2299	dtDeslig	Data de desligamento do trabalhador

Cabe ressaltar que é aplicado um filtro de categoria para restringir o universo de movimentações captadas do eSocial a àquele comparável ao antigo CAGED. Desta forma são consideradas apenas as seguintes categorias:

101 - Geral, inclusive o empregado público da administração direta ou indireta contratado pela CLT;

102 - Trabalhador rural por pequeno prazo da Lei 11.718/2008;

103 - Aprendiz;

105 - Contrato a termo firmado nos termos da Lei 9.601/1998;

106 - Trabalhador temporário - Contrato nos termos da Lei 6.019/1974;

107 - Contrato de trabalho Verde e Amarelo - sem acordo para antecipação mensal da multa rescisória do FGTS (no período em que esteve vigente);

108 - Contrato de trabalho Verde e Amarelo - com acordo para antecipação mensal da multa rescisória do FGTS (no período em que esteve vigente); e

111 - Contrato de trabalho intermitente.

Já no que diz respeito aos declarantes, considera-se o conjunto completo das informações prestadas pelos estabelecimentos contribuintes da Receita Federal do Brasil que atuam como empregadores. Nesse caso é importante esclarecer a existência de mudança normativa da Receita Federal

concomitante ao processo de implementação do eSocial. Em 2018, foram publicadas as Instruções Normativas RFB n° 1.828 e RFB n° 1.845, que estabeleceram a obrigatoriedade, a partir de 2019, da substituição do Cadastro Específico do INSS (CEI) pelo Cadastro de Atividade Econômica de Pessoa Física (CAEPF) e pelo Cadastro Nacional de Obras (CNO) respectivamente.

Dessa forma, enquanto a base do CAGED distinguia apenas entre empregadores com CNPJ e com CEI, a base do Novo CAGED traz as informações distintas entre CNPJ, CNO e CAEPF, sendo possível também verificar um aumento da cobertura das informações declaradas por empregadores sem CNPJ.

O processo de criação do Novo CAGED inicia-se com a seleção do conjunto de campos mencionados de quatro diferentes eventos do eSocial, aplicando-se o filtro para que sejam selecionadas informações apenas das oito categorias de trabalhadores listadas acima. Estas informações são então lidas e transformadas em uma base de dados de "movimentações" de admissões ou desligamentos, organizadas em linhas e colunas dispostas de acordo com o layout da base de dados do novo caged (ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/NOVO CAGED/Layout Não-identificado Novo Caged Movimentação.xlsx).

A consolidação dessas informações é feita de forma mensal, obedecendo calendário que combina a competência de ocorrência do evento (admissão ou desligamento) com a data de envio das informações ao eSocial.

3 - Cronologia do cumprimento das obrigações pelas empresas à divulgação dos dados:

Considerando o conjunto de informações necessárias para o registro completo de uma movimentação no sistema do Novo CAGED, o Ministério do Trabalho e Emprego passou a adotar a seguinte cronologia para o reconhecimento das informações:

1 - São contabilizadas para a construção do índice de emprego de um determinado mês as informações sobre desligamentos e admissões encaminhadas pelas empresas contratantes por meio do evento S-2200 do eSocial (no caso de admissão) ou S-2299 (no caso de desligamento) até o décimo quinto dia do mês subsequente a ocorrência do evento.

2 - São incluídas as informações pessoais do trabalhador (evento S-2205) e as informações do contrato de trabalho (evento S-2206). Estas são reorganizadas de forma a compor a base de dados de movimentações do Novo CAGED, organizada em linhas compostas por movimentações de admissão ou desligamento agregadas a informações pessoais e contratuais.

3 - A essas movimentações são acrescidas as declarações oriundas do Sistema GIS (antigo sistema do CAGED) e as imputações de informações provenientes do Empregador Web (sistema de comunicação de desligamentos para o Seguro Desemprego).

4 - Destaca-se que vencidos os prazos estabelecidos na Portaria n° 671, de 2021, as empresas declarantes seguem, por prazo indeterminado, podendo encaminhar ao eSocial eventos relacionados a qualquer mês de referência, estando sujeitas a multas pelo descumprimento das obrigações trabalhistas no prazo devido. Estes eventos podem ser de três características: registros de admissões e desligamentos feitos depois do prazo legal; retificação de informações que haviam sido enviadas dentro do prazo legal; ou ainda exclusão de informações enviadas dentro do prazo legal.

5 - Conforme Nota Técnica MTE n° 82/2011, os registros de movimentações (admissão ou desligamento) enviados fora do prazo legal são considerados para as estatísticas até o período de 12 meses após o vencimento do prazo legal. Essas declarações são consideradas fora do prazo e incluídas nos índices do CAGED desde 2011.

6 - A informação de exclusão de movimentações previamente enviadas pelas empresas não existia antes da implementação do eSocial. Com o aumento desse tipo de ocorrência no eSocial, optou-se por implementar a sua contabilidade nas estatísticas a partir da competência de divulgação de novembro de

2021, realizando-se uma atualização completa da série do Novo CAGED. A partir dessa data, passou-se a divulgar mensalmente um arquivo de exclusões no qual são informados os vínculos excluídos com as informações referentes a data da ocorrência da exclusão. Nesse primeiro momento, não foi definida uma data limite para a contabilidade de exclusões, o que tem ocasionado atualização da base inteira do Novo CAGED (desde janeiro de 2020) a cada nova competência incorporada. A definição de uma data limite para consideração das exclusões deverá ser realizada após a constatação de que este processo esteja consolidado com uma redução da quantidade de exclusões acima de 12 meses no eSocial.

7 - Por volta do dia 25 do mês subsequente às movimentações, conclui-se o processamento e o processo da geração da base de dados, considerando as informações declaradas dentro do prazo da competência de referência e aquelas referentes às competências anteriores. Essa base de dados consolidada é utilizada como insumo para a preparação do material de divulgação do Novo CAGED, que é normalmente apresentado pelo Ministro do Trabalho e Emprego em coletiva de imprensa e disponibilizado em pdet.mte.gov.br nos últimos dias do mês.

4 - Metodologia de consolidação e imputação das informações de outras fontes

Cabe uma explicação adicional sobre a evolução da metodologia adotada na etapa 3 do cronograma descrito acima. A necessidade de adoção de um sistema de híbrido de informações e as mudanças implementadas ao longo do tempo foram explicadas em notas técnicas disponíveis, respectivamente, nos endereços eletrônicos http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Nota%20t%C3%A9cnica%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20CAGED_26_05.pdf e http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Out2021/Nota_T%C3%A9cnica_Novo_Caged_11-2021.pdf. Estes procedimentos de consolidação e imputação são norteados pela necessidade de garantir a contabilização de informações não captadas pelo sistema do eSocial ao passo em que se evita a contabilização duplicada de registros que possam estar em mais de um sistema com pequenas diferenças nas informações declaradas.

No que se refere à consolidação de dados do CAGED, o sistema híbrido foi implementado para contemplar a continuidade de captação de informações de empresas que ainda não haviam entrado no calendário de substituição da obrigação do CAGED ou que atrasaram seu processo de entrada no eSocial mas seguiram fazendo as declarações no sistema do CAGED. Em um primeiro momento, adotou-se um procedimento conservador de consolidação, no qual a consolidação foi feita a nível de empresa, determinando-se que, uma vez que a empresa declare admissões e demissões no eSocial, a fonte CAGED só foi consultada nas competências em que a empresa declare no eSocial apenas admissões, mas nenhuma demissão. Posteriormente esse procedimento foi aperfeiçoado com a aplicação de uma técnica que permitiu o cruzamento entre todas as informações declaradas nos dois sistemas (CAGED e eSocial) com segurança suficiente para evitar sobreposições.

Para diferenciação das movimentações, as chaves utilizadas foram CNPJ RAIZ (Identificador da Empresa), CPF (Identificador do Trabalhador), Competência da Movimentação e Tipo da Movimentação (Admissão ou Desligamento) para movimentações de estabelecimentos que possuem empregador com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ. Já para movimentações realizadas por estabelecimentos do tipo CNO e CAEPF foi utilizada a chave Identificador do Estabelecimento, CPF (Identificador do Trabalhador), Competência da Movimentação e Tipo da Movimentação (Admissão ou Desligamento).

Cabe destacar que a manutenção do sistema de declaração via CAGED teve como fundamento o calendário de cumprimento de desobrigações do eSocial (por meio da Portaria Conjunta MTP/RFB n° 2, de 19 de abril de 2022), que dispôs que o último grupo de declarantes (grupo 4 do eSocial) teve até a data de 22/08/2022 para fazer a migração dos eventos periódicos para o eSocial. A partir desta data o sistema de declaração via CAGED vem sendo gradualmente desativado, respeitando-se a existência da possibilidade de declarações fora do prazo que possam impactar nesse período, motivo pelo qual a estatística ainda considerará possíveis declarações realizadas até agosto de 2023.

Outra fonte de informações que passou a ser incorporada no Novo CAGED como forma de ampliar a cobertura de desligamentos captada foi o Empregador Web, que consiste no sistema de uso obrigatório para o preenchimento de Requerimento de SeguroDesemprego/Comunicação de Dispensa de trabalhadores demitidos involuntariamente de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada. A imputação de dados do Empregador Web também é definida no nível de empresa, as demissões no empregador web são consultadas sempre que as empresas tenham declarado admissão e não tenham declarado demissão em nenhum dos sistemas anteriores. Como ainda não está prevista a descontinuidade do Empregador Web e substituição pelo eSocial, os dados seguem sendo imputados, ainda que também para esta fonte a quantidade de imputações esteja se reduzindo uma vez que a maioria das empresas completa sua transição para o eSocial (estima-se uma parte significativa desse número de demissões constantes no Empregador Web se refira a desligamentos que no eSocial tem um prazo maior para serem notificados e, portanto, não tenham chegado a entrar para as estatísticas).

5 - O cálculo do estoque recuperado do CAGED

Vale destacar que historicamente o CAGED teve como sua principal característica a possibilidade tempestiva de uma análise conjuntural da realidade do emprego formal, com informações desagregadas sobre trabalhadores admitidos e desligados, publicizadas em um curto período de tempo.

Ocorre que a RAIS, outro registro administrativo, criado para outras finalidades no ano de 1975, vem cumprindo para os analistas do mercado de trabalho um papel complementar ao do CAGED. Trata-se de uma base de dados cuja versão estatística tem divulgação anual com cerca de 9 a 11 meses de defasagem, mas que se caracteriza pela riqueza de informações a respeito do conjunto de trabalhadores assalariados, considerando-se a declaração das remunerações mensais, afastamentos, entre outras informações de interesse para as políticas públicas e para o conhecimento da realidade do mercado de trabalho formal.

Neste formato, torna-se nítido que a RAIS traz informações de estoque de trabalhadores, enquanto o CAGED traz informações de movimentação com periodicidade mensal. Para que se tornasse possível avaliar a variação relativa das movimentações mensais em relação ao estoque inicial foi implementado no ano de 2003 o cálculo do estoque de referência do CAGED. Desde esse período vem se debatendo e explanando o motivo das diferenças entre o estoque encontrado na RAIS e o estoque recuperado no CAGED, conforme a Nota Técnica MTE n° 59/03 (disponível em http://pdet.mte.gov.br/notas-tecnicas-e-comunicados/1343-17-06-2003-notatecnica-mte-059-03-o-calculo-do-estoque-a-partir-da-rais-e-do-caged-reconstituicao-de-estoques) e a Nota Técnica n° MTE 63/04 (disponível em http://pdet.mte.gov.br/notas-tecnicas-e-comunicados/1357-15-03-2004-nota-tecnica-mte063-04-caged-atualizacao-da-base-de-referencia-de-estoques-para-calculo-do-indice-de-emprego-de-2004).

Os procedimentos adotados para esse cálculo de estoque referencial podem ser assim resumidos:

Atualização anual da Base de Referência de estoques do Índice de Emprego do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), baseada nos estoques dos estabelecimentos que declararam à RAIS anobase t-2, acrescidos dos saldos das admissões menos os desligamentos - inclusive transferências de entrada/saída - e dos acertos (atrasos e retificações) declarados ao CAGED durante o ano t-1.

Limpeza do estoque de estabelecimentos considerados mortos: aqueles que não declararam RAIS em t-2 nem CAGED em t-1 ou ainda cujo CNPJ se encontre baixado na Receita Federal.

O valor encontrado após esses procedimentos compõe o estoque de referência do ano t. As planilhas do PDET mostram sempre o estoque de referência do ano corrente atualizados com os saldos das competências posteriores e anteriores à data de referência. Esse estoque além de ser diferente da RAIS, pode ainda ser diferente de estatísticas construídas utilizando o estoque de referência de anos anteriores ao corrente.

6 - Perspectivas de nova metodologia para cálculo de estoque - estudos a serem realizados

Conforme relatado, o processo de cálculo de estoque recuperado foi historicamente pensado como uma combinação de, além de checagem na Receita Federal do Brasil, duas fontes de dados distintas, oriundas de declarações realizadas em momentos diferentes pelo mesmo estabelecimento. Por outro lado, está se concluindo no ano de 2023, por meio das quais as duas obrigações distintas da RAIS e do CAGED passarão a ser prestadas unicamente por intermédio do sistema eSocial.

Para o caso da RAIS essa transição está sendo disciplinada pelo art. 145 da Portaria n° 671, de 2021, sendo o ano de 2023 o último em que ainda há grupo de estabelecimentos que estão declarando os dados da RAIS, por meio do aplicativo próprio do Gerador de Declarações. Trata-se apenas dos declarantes do Grupo 4 do eSocial, composto por órgãos públicos e organizações internacionais. Concluída esta etapa, o Ministério do Trabalho e Emprego passa a ter a sua disposição, até o dia 15 do mês subsequente, grande parte das informações que constituem a RAIS, inclusive a informação de remuneração.

Desta forma, a evolução do cálculo de estoque atualizado do emprego formal deve partir desta capacidade de aferição mensal do quantitativo de vínculos, não sendo mais necessária a composição de séries atualizadas com fontes de informação distintas. Trata-se de mudança paradigmática nas estatísticas de mercado de trabalho, construídas a partir de registros administrativos, garantindo-se uma integração das duas séries históricas até então existentes.

Para viabilizar este novo processo de construção do estoque, é necessário um trabalho cuidadoso de apuração da caracterização de quais vínculos identificados a partir do eSocial encontram-se realmente ativos. Além do processo de verificação de CNPJ na Receita Federal, estuda-se também a realização de outras análises como a demonstração de atividade, mediante registro do pagamento das remunerações mensais, e consulta a bases que registrem óbito de CPF.

O lançamento desta nova base de dados integrada pressupõe também a revisão do conjunto dos procedimentos adotados no período de transição descritos neste anexo e a consequente atualização do Art. 184-F da Portaria n° 671 de 2021.

1.02 FGTS e GEFIP

CIRCULAR CAIXA N° 1.022, DE 10 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 12.07.2023)

Divulga a versão 17 do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7°, inciso II, da Lei 8.036/90, de 11/05/1990, e de acordo com o Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto n° 99.684/90, de 08/11/1990, alterado pelo Decreto n° 1.522/95, de 13/06/1995, em consonância com a Lei n° 8.212, de 24/07/1991, com o Decreto n° 3.048, de 06/05/1999, com a Lei n° 9.012/95, de 11/03/1995, com a Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001, com o 7° do art. 26 da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006,

RESOLVE:

1 Divulgar atualização do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais que dispõe sobre os procedimentos pertinentes à arrecadação do FGTS, versão 17, disponibilizada no sítio da CAIXA, www.caixa.gov.br, opção Downloads, tópico: FGTS Manuais e Cartilhas Operacionais.

2 Fica revogada a Circular CAIXA n° 1.005, de 08 de novembro de 2022.

3 Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

CINTIA LIMA GONÇALVES TEIXEIRA
Diretora Executiva
Em Exercício

1.03 OUTROS ASSUNTOS FEDERAIS

LEI N° 14.620, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei n° 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei n° 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei n° 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei n° 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei n° 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei n° 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei n° 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei n° 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei n° 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei n° 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1° O Programa Minha Casa, Minha Vida tem por finalidade promover o direito à cidade e à moradia de famílias residentes em áreas urbanas e rurais, associado ao desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural, à sustentabilidade, à redução de vulnerabilidades e à prevenção de riscos de desastres, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade, de segurança socioambiental e de qualidade de vida da população, conforme determinam os arts. 3° e 6° da Constituição Federal.

Art. 2° São objetivos do Programa:

I - reduzir as desigualdades sociais e regionais do País;

II - ampliar a oferta de moradias para atender às necessidades habitacionais, sobretudo da população de baixa renda e nas regiões de maiores déficits habitacionais, nas suas diversas formas de atendimento;

III - promover a melhoria de moradias existentes, inclusive com promoção de acessibilidade, para reparar as inadequações habitacionais;

IV - estimular a modernização do setor habitacional e a inovação tecnológica com vistas à redução dos custos e prazos de produção e entregas, à sustentabilidade ambiental, climática e energética e à melhoria da qualidade da produção habitacional, com a finalidade de ampliar o atendimento habitacional;

V - apoiar o desenvolvimento, o fortalecimento e a ampliação da atuação dos agentes públicos e privados responsáveis pela promoção do Programa;

VI - fortalecer o planejamento urbano e a implementação de ações e métodos de prevenção, mitigação, preparação e resposta contra desastres naturais;

VII - ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda;

VIII - fortalecer o acesso à infraestrutura e a equipamentos públicos urbanos, inclusive os educacionais e os culturais, nas proximidades das novas unidades habitacionais;

IX - gerar emprego e renda em uma economia estruturada em bases sustentáveis;

X- estimular e facilitar a implantação de infraestrutura de conectividade e dos serviços de telecomunicações e internet para reduzir as lacunas digitais, culturais e informacionais.

Art. 3° São diretrizes do Programa:

I - atendimento habitacional prioritário às famílias de baixa renda compreendidas nas alíneas "a" dos incisos I e II do art. 5° desta Lei;

II - concepção da habitação em seu sentido amplo de moradia, com a integração das dimensões física, urbanística, fundiária, econômica, social, cultural, energética e ambiental do espaço em que a vida do cidadão acontece;

III - estímulo ao cumprimento da função social da propriedade e do direito à moradia, nos termos do disposto na Constituição;

IV - promoção do planejamento integrado com as políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de infraestrutura, de saneamento, de mobilidade, de acessibilidade e de gestão do território e de forma transversal com as políticas ambiental e climática, de desenvolvimento econômico e social e de segurança pública, entre outras, com vistas ao desenvolvimento urbano sustentável;

V - estímulo a políticas fundiárias que garantam a oferta de áreas urbanizadas para habitação, com localização, preço e quantidade compatíveis com as diversas faixas de renda do mercado habitacional, de forma a priorizar a faixa de interesse social da localidade e com localização que privilegie a integração com centros urbanos, de forma a não prejudicar o nível do custo de vida e a segurança pública dos beneficiários;

VI - cooperação federativa e fortalecimento do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), de que trata a Lei n° 11.124, de 16 de junho de 2005;

VII - estímulo à inovação e ao aperfeiçoamento da qualidade, da durabilidade, da segurança, da acessibilidade e da habitabilidade das unidades habitacionais e da instalação de infraestrutura em empreendimentos de interesse social;

VIII - sustentabilidade econômica, social, energética e ambiental dos benefícios habitacionais, inclusive com estímulo aos estudos de exploração comercial dos ativos ambientais gerados pelo Programa;

IX - transparência e monitoramento com relação à execução física e orçamentária dos benefícios habitacionais e à participação dos atores envolvidos, incluída a divulgação dos valores de subvenção concedidos e dos benefícios gerados;

X - conclusão de investimentos iniciados e cumprimento de compromissos pregressos, exceto se comprovada a inviabilidade;

XI - utilização de sistemas operacionais, soluções de projeto, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais, a economia de recursos naturais e a conservação e o uso racional de energia;

XII - promoção de adensamento urbano adequado à integração eficiente das unidades habitacionais com a infraestrutura de transporte e serviços necessários ao atendimento da população;

XIII - promoção de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia para todos os empreendimentos do Programa executados por autoconstrução, autogestão, mutirão ou administração direta;

XIV - incentivo à gestão, à construção e à reforma de unidades habitacionais pelas próprias famílias beneficiárias, quando organizadas por meio de associações e cooperativas habitacionais, garantida a assistência técnica gratuita;

XV - redução das desigualdades sociais, regionais, culturais e informacionais do País, inclusive por meio da instalação de infraestrutura de acesso a serviços de telecomunicações que permita o provimento de conexão à internet e a distribuição de conteúdo audiovisual;

XVI - garantia da pluralidade de agentes promotores e financeiros, especialmente os públicos;

XVII - incentivo à requalificação e retrofit de prédios degradados, não utilizados e subutilizados, localizados nas áreas centrais das grandes cidades brasileiras, priorizando os de pequeno porte, assim compreendidos aqueles com até 200 (duzentas) unidades habitacionais;

XVIII - promover iniciativas cooperativas de geração de renda e fortalecimento da organização comunitária, por meio de investimentos no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), com duração de até 2 (dois) anos no pós-obra, nos termos de regulamento do Ministério das Cidades;

XIX - nos termos do inciso III do caput deste artigo, a União deverá priorizar projetos em Municípios que apliquem os mecanismos de garantia da função social da propriedade, conforme previsão da Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 4° Os objetivos do Programa serão alcançados por meio de linhas de atendimento que considerem as necessidades habitacionais, tais como:

I - provisão subsidiada de unidades habitacionais novas, requalificadas ou retrofitadas, em áreas urbanas ou rurais;

II - provisão subsidiada de unidades habitacionais derivadas da requalificação ou retrofit de prédios degradados, não utilizados e subutilizados, priorizando-se os localizados em áreas centrais e históricas e os de pequeno porte, assim compreendidos aqueles que resultem em até 200 (duzentas) unidades;

III - provisão financiada de unidades habitacionais novas, usadas, requalificadas ou retrofitadas, que serão consideradas novas, em áreas urbanas ou rurais;

IV - fomento à criação de mercados de locação social de imóveis em áreas urbanas;

V - provisão de lotes urbanizados, dotados da adequada infraestrutura;

VI - melhoria habitacional em áreas urbanas e rurais;

VII - apoio financeiro a programas e ações habitacionais de interesse social desenvolvidos por Estados e Munícipios;

VIII - projeto Moradia Primeiro;

IX - regularização fundiária.

§ 1° As linhas de atendimento deverão ser implementadas com vistas ao alcance dos objetivos e das diretrizes do Programa, na forma dos dispositivos autoaplicáveis desta Lei e das regulamentações do Ministério das Cidades, observada a legislação aplicável.

§ 2° As unidades imobiliárias produzidas no âmbito do Programa poderão ser disponibilizadas às famílias beneficiárias ou aos entes federativos sob a forma de cessão, de doação, de locação, de comodato, de arrendamento ou de venda, mediante financiamento ou não, em contrato subsidiado ou não, total ou parcialmente, conforme previsto em regulamento, sem prejuízo de outros negócios jurídicos compatíveis.

§ 3° Serão admitidas aquisições pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), de que trata a Lei n° 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, e pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), de que trata a Lei n° 8.677, de 13 de julho de 1993, de unidades habitacionais providas com base nos incisos I, II e III do caput por meio de programas e ações desenvolvidos por órgãos e entidades da administração descentralizada de quaisquer entes federativos, incluídas as parcerias público-privadas.

§ 4° Exclusivamente para os fins desta Lei, consideram-se unidades habitacionais requalificadas ou retrofitadas aquelas oriundas da recuperação total ou parcial de imóveis ou edifícios tombados, degradados, não utilizados ou subutilizados, não se considerando como tais as unidades isoladas meramente reformadas.

§ 5° A implementação das linhas de atendimento deverá priorizar a pluralidade de agentes promotores e financeiros, em articulação com todos os entes federativos, por meio de seus órgãos e entidades descentralizadas responsáveis pela execução das políticas de desenvolvimento urbano e habitação, e com a sociedade civil organizada.

§ 6° As unidades imobiliárias consideradas aptas, nos termos do inciso XVII do art. 3° e do inciso II do art. 4°, devem ter sido concluídas e entregues no prazo mínimo de 5 (cinco) anos da entrada em vigor desta Lei.

§ 7° No âmbito do programa, a linha de atendimento da provisão de lotes urbanizados contará com os seguintes instrumentos e diretrizes:

I - aplicação dos recursos previstos no art. 6°;

II - redução ou desconto de emolumentos de atos, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009;

III - possibilidade de que os investimentos e o custeio das obras não incidentes do empreendimento de parcelamento de solo, de implantação de redes de energia, de saneamento, de pavimentação, de terraplenagem e de drenagem componham o investimento do programa na modalidade de financiamento ou subsídio;

IV - implementação da infraestrutura de saneamento básico externa, que será de responsabilidade do prestador de serviço público de saneamento básico, nos termos do caput do art. 18-A da Lei n° 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

V - assistência técnica para o projeto e a construção de edificação em lote urbanizado para o adequado padrão construtivo.

§ 8° O Programa poderá oferecer ao beneficiário a provisão de lote urbanizado e a construção da unidade imobiliária, compreendendo a aquisição financiada ou subsidiada de material de construção.

§ 9° Para os lotes urbanizados produzidos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, o investimento realizado pelo empreendedor na rede de distribuição de energia elétrica será revertido em subsídio ou desconto em tarifa aos proprietários de lote, nos termos do regulamento, na proporção do impacto do investimento na sua tarifa, conforme regulamento.

§ 10. Para os fins do inciso I do caput deste artigo, o Ministério das Cidades, por ato regulamentador próprio, poderá estabelecer valores diferenciados para as unidades habitacionais, consideradas as desigualdades regionais do País.

Art. 5° O Programa atenderá famílias residentes em áreas urbanas com renda bruta familiar mensal de até R$ 8.000,00 (oito mil reais) e famílias residentes em áreas rurais com renda bruta familiar anual de até R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), consideradas as seguintes faixas:

I - famílias residentes em áreas urbanas:

a) Faixa Urbano 1 - renda bruta familiar mensal até R$ 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta reais);

b) Faixa Urbano 2 - renda bruta familiar mensal de R$ 2.640,01 (dois mil, seiscentos e quarenta reais e um centavo) até R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais);

c) Faixa Urbano 3 - renda bruta familiar mensal de R$ 4.400,01 (quatro mil e quatrocentos reais e um centavo) até R$ 8.000,00 (oito mil reais);

II - famílias residentes em áreas rurais:

a) Faixa Rural 1 - renda bruta familiar anual até R$ 31.680,00 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta reais);

b) Faixa Rural 2 - renda bruta familiar anual de R$ 31.680,01 (trinta e um mil, seiscentos e oitenta reais e um centavo) até R$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais);

c) Faixa Rural 3 - renda bruta familiar anual de R$ 52.800,01 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais e um centavo) até R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

§ 1° Para fins de enquadramento nas faixas de renda, o cálculo do valor de renda bruta familiar não considerará os benefícios temporários de natureza indenizatória, assistencial ou previdenciária, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, benefício de prestação continuada (BPC) e benefício do Programa Bolsa Família, ou outros que vierem a substituí-los.

§ 2° A atualização dos valores de renda bruta familiar deverá ser realizada anualmente, mediante ato do Ministro de Estado das Cidades.

Art. 6° O Programa será constituído pelos seguintes recursos, a serem aplicados com observância à legislação específica de cada fonte e em conformidade com as dotações e disponibilidades orçamentárias e financeiras consignadas nas leis e nos planos de aplicação anuais:

I - dotações orçamentárias da União;

II - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), de que trata a Lei n° 11.124, de 16 de junho de 2005;

III - Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), de que trata a Lei n° 10.188, de 12 de fevereiro de 2001;

IV - Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), de que trata a Lei n° 8.677, de 13 de julho de 1993;

V - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de que trata a Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS);

VI - Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), de que trata a Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009;

VII - emendas parlamentares;

VIII - operações de crédito de iniciativa da União firmadas com organismos multilaterais de crédito e destinadas à implementação do Programa;

IX - contrapartidas financeiras, físicas ou de serviços de origem pública ou privada;

X - doações públicas ou privadas destinadas aos fundos de que tratam os incisos II, III, IV e V;

XI - outros recursos destinados à implementação do Programa oriundos de fontes nacionais e internacionais;

XII - doações ou alienação gratuita ou onerosa de bens imóveis da União, observada legislação pertinente;

XIII - recursos do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), quando os recursos orçamentários e financeiros constantes dos incisos I a IX não estiverem disponíveis e o beneficiário tenha tido o único imóvel perdido em razão de situação de emergência ou calamidade formalmente reconhecida pelos órgãos competentes ou esteja em estado de vulnerabilidade a desastres ambientais iminentes, reconhecidos pelos órgãos competentes.

§ 1° As operações contratadas nos termos do inciso VI deste artigo poderão abranger as parcerias público-privadas promovidas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

§ 2° A União fica obrigada, por meio do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, em conformidade com as dotações e disponibilidades orçamentárias e financeiras, a repassar aos entes estaduais, distrital e municipais, a título de transferência obrigatória, fundo a fundo ou por meio da celebração de convênio, contrato de repasse ou instrumentos congêneres, no mínimo 5% (cinco por cento) da soma dos recursos definidos nos incisos I a IV do caput deste artigo, além dos recursos previstos no inciso VII do caput deste artigo, podendo ser utilizados para:

I - retomada de obras paradas;

II - obras de retrofit ou requalificação;

III - obras em Municípios de até 50 (cinquenta) mil habitantes.

§ 3° Os repasses referidos no § 2° ficarão condicionados à existência e funcionamento em âmbito estadual, distrital ou municipal de fundo, órgão ou entidade da administração descentralizada responsáveis pela execução das políticas públicas de desenvolvimento urbano ou habitação.

§ 4° A gestão e a movimentação financeira dos recursos de que trata o § 3° deste artigo ocorrerão por meio de conta bancária específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo ente estadual, distrital ou municipal, em nome do fundo, órgão ou entidade destinatária dos recursos.

§ 5° Os fundos, órgãos ou entidades destinatárias dos recursos ficam obrigados a fornecer e atualizar dados e informações habitacionais integradas aos sistemas nacionais, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado das Cidades.

§ 6° A instituição financeira de que trata o § 4° disponibilizará as informações relacionadas com as movimentações financeiras ao Ministério das Cidades por meio de aplicativo que identifique o destinatário do recurso.

§ 7° Ainda com vistas a viabilizar as linhas de atendimento habitacionais de que trata esta Lei, observada a legislação aplicável e o regulamento do Ministério das Cidades, ficam os beneficiários finais ou os agentes promotores e financeiros autorizados a oferecer ou receber contrapartidas pecuniárias, em bens imóveis ou em execução de obras e serviços para complementação dos valores de investimento das operações ou retorno total ou parcial dos recursos aportados pelo Programa, dispensada a participação financeira da família de que faça parte beneficiário do BPC ou da família participante do Programa Bolsa Família.

§ 8° A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão complementar o valor das operações do Programa com incentivos e benefícios de natureza financeira, tributária ou creditícia.

§ 9° Em áreas urbanas, os critérios de prioridade para atendimento devem contemplar:

I - a doação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos vinculados ao Programa;

II - a implementação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de medidas de desoneração tributária, para as construções destinadas à habitação de interesse social.

§ 10. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quando da produção de novas habitações de interesse social no Programa, priorizarão famílias da Faixa Urbano 1, desde que exista lei do ente federativo, no âmbito de sua competência, que assegure condições especiais para a viabilização de Habitação de Interesse Social (HIS).

§ 11. A lei do ente federativo, que deverá produzir efeitos previamente à contratação dos investimentos, deverá estabelecer isenções dos seguintes tributos, nas operações que decorram da aplicação dos recursos provenientes das fontes de recursos a que se referem os incisos I a IV do caput:

I - imposto sobre a transmissão de bens imóveis;

II - imposto de transmissão causa mortis e doação;

III - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

§ 12. Serão priorizados nas seleções os entes federativos que, no âmbito de suas competências, concederem isenções tributárias para fins dos programas de que trata esta Lei.

§ 13. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na produção de novas habitações de interesse social no Programa, terão prioridade no recebimento de novas moradias quando da existência de lei do ente federativo, no âmbito de sua competência, que assegure condições especiais para a viabilização de Habitação de Interesse Social (HIS) para famílias da Faixa Urbano 1, devendo incentivar no mínimo 2 (duas) das seguintes condições:

I - o aumento do direito de construir sobre o terreno em que se produzirá a HIS, por meio do Coeficiente de Aproveitamento (CA) específico;

II - o aumento do direito de construir sobre o terreno em que se produzirá a HIS, por meio do gabarito (andares máximos permitidos para a construção sobre o terreno) específico;

III - a diminuição da exigência de vagas de estacionamento, dentro dos condomínios, sobre a quantidade de HIS que será produzida;

IV - a isenção de taxa de outorga onerosa do direito de construir;

V - a flexibilização da legislação urbanística municipal.

§ 14. (VETADO).

§ 15. Os órgãos de aprovação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e todas as concessionárias de serviços públicos priorizarão as análises e as aprovações de projetos de novas habitações de interesse social no Programa, no âmbito de sua competência, para famílias da Faixa Urbano 1.

§ 16. O Ministério das Cidades atenderá famílias enquadradas na Faixa 1 residentes em Municípios com população igual ou inferior a 80 (oitenta) mil habitantes, preferencialmente, com recursos de que tratam os incisos I e III do caput, na modalidade de oferta pública, para habilitação de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, inclusive bancos digitais, sociedades de crédito direto, cooperativas de crédito e os agentes financeiros referidos nos incisos I a XII do art. 8° da Lei n° 4.380, de 21 de agosto de 1964.

§ 17. Para participar da oferta pública, as instituições e agentes financeiros previstos no § 16 deverão comprovar que possuem pessoal técnico especializado, próprio ou terceirizado, nas áreas de engenharia civil, arquitetura, economia, administração, ciências sociais, serviço social e direito.

§ 18. Comprovada a viabilidade do empreendimento para a construção de unidades habitacionais urbanas ou requalificação de imóveis urbanos, as entidades públicas e privadas sem fins lucrativos poderão receber valores adiantados referentes aos custos técnicos dos projetos que necessariamente devem ser submetidos aos órgãos competentes para aprovação, nos termos de regulamentação própria do Ministério das Cidades.

§ 19. Com vistas a viabilizar as linhas de atendimento habitacionais de que trata esta Lei, sem prejuízo de outros meios operacionais, a União, por meio da alocação de recursos destinados a ações integrantes das leis orçamentárias anuais, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, fica autorizada a:

I - integralizar cotas no FAR, transferir recursos ao FDS, complementar os descontos concedidos pelo FGTS e subvencionar a produção, a aquisição, a requalificação, a recuperação e a melhoria de moradias ou conceder subvenção econômica ao beneficiário pessoa física;

II - alocar subvenção econômica com a finalidade de complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações realizadas pelas instituições ou pelos agentes financeiros, incluídos os custos de alocação, de remuneração e de perda de capital e as despesas de contratação, de administração, de cobrança e de execução judicial e extrajudicial;

III - alocar recursos em fundo garantidor de operações que envolvam benefícios de natureza habitacional;

IV - alocar recursos por meio de repasses e de financiamentos, inclusive em parcerias público-privadas.

§ 20. A gestão operacional dos recursos do Orçamento-Geral da União será efetuada pela Caixa Econômica Federal, quando destinados a:

I - complementar os descontos concedidos pelo FGTS;

II - atender as famílias residentes em áreas rurais, na hipótese de concessão direta a pessoa física; ou

III - alocar subvenção econômica com a finalidade de complementar o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações realizadas pelas instituições ou pelos agentes financeiros, incluídos os custos de alocação, de remuneração e de perda de capital e as despesas de contratação, de administração, de cobrança e de execução judicial e extrajudicial.

Art. 7° O disposto nos arts. 20 a 32 da Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, que tratam do FGHab, e nos arts. 42 a 44-A da Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, que tratam de custas e emolumentos cartorários, aplica-se, no que couber, às operações de que trata esta Lei.

Art. 8° Serão priorizadas, para fins de atendimento a provisão subsidiada de unidades habitacionais com o emprego de dotação orçamentária da União e com recursos do FNHIS, do FAR ou do FDS, as famílias:

I - que tenham a mulher como responsável pela unidade familiar;

II - de que façam parte:

a) pessoas com deficiência, conforme o disposto na Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), inclusive aquelas com transtorno do espectro autista, conforme a Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, devendo os imóveis destinados a essas pessoas ser adaptados à deficiência apresentada;

b) pessoas idosas, conforme o disposto na Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), devendo os imóveis destinados a essas pessoas ser adaptados às suas condições físicas;

c) crianças ou adolescentes, conforme o disposto na Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

d) pessoas com câncer ou doença rara crônica e degenerativa;

III - em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme a Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social);

IV - que tenham perdido a moradia em razão de desastres naturais em localidade em que tenha sido decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública;

V - em deslocamento involuntário em razão de obras públicas federais;

VI - em situação de rua;

VII - que tenham mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, conforme o disposto na Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

VIII - residentes em área de risco;

IX - integrantes de povos tradicionais e quilombolas.

§ 1° De forma complementar, deverão ser também observadas outras prioridades sociais estabelecidas em leis específicas ou compatíveis com as linhas de atendimento do Programa, como a Lei n° 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), entre outras.

§ 2° Observado o disposto no caput, o Ministério das Cidades poderá estabelecer critérios complementares, conforme a linha de atendimento do Programa, e facultar aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades privadas sem fins lucrativos, quando promotoras de benefícios

habitacionais, a inclusão de outros requisitos e critérios que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social locais.

Art. 9° A subvenção econômica destinada à pessoa física no ato da contratação que tenha por objetivo proporcionar a aquisição ou a produção da moradia por meio do Programa será concedida apenas uma vez para cada beneficiário e poderá ser cumulativa com os descontos habitacionais concedidos nas operações de financiamento efetuadas nos termos do disposto no art. 9° da Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), com recursos do FGTS, vedada a sua concessão à pessoa física que:

I - seja titular de contrato de financiamento obtido com recursos do FGTS ou em condições equivalentes às do Sistema Financeiro da Habitação, em qualquer parte do País;

II - seja proprietária, promitente compradora ou titular de direito de aquisição, de arrendamento, de usufruto ou de uso de imóvel residencial, regular, com padrão mínimo de edificação e de habitabilidade estabelecido pelas regras da administração municipal, e dotado de abastecimento de água, de solução de esgotamento sanitário e de atendimento regular de energia elétrica, em qualquer parte do País;

III - tenha recebido, nos últimos 10 (dez) anos, benefícios similares oriundos de subvenções econômicas concedidas com recursos do Orçamento-Geral da União, do FAR, do FDS ou provenientes de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuados as subvenções e os descontos destinados à aquisição de material de construção e o Crédito Instalação, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na forma prevista em regulamentação específica.

§ 1° Observada a legislação específica relativa a fontes de recursos, o disposto no caput não se aplica a quem se enquadre em uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - tenha tido propriedade de imóvel residencial de que se tenha desfeito por força de decisão judicial há, no mínimo, 5 (cinco) anos;

II - tenha tido propriedade em comum de imóvel residencial, desde que dele se tenha desfeito em favor do coadquirente há, no mínimo, 5 (cinco) anos;

III - tenha propriedade de imóvel residencial havida por herança ou doação, em fração ideal de até 40% (quarenta por cento), observada a regulamentação específica da fonte de recurso que tenha financiado o imóvel;

IV - tenha propriedade de parte de imóvel residencial, em fração não superior a 40% (quarenta por cento);

V - tenha tido propriedade anterior, em nome do cônjuge ou do companheiro do titular da inscrição, de imóvel residencial do qual se tenha desfeito antes da união do casal, por meio de instrumento de alienação registrado no cartório competente;

VI - tenha nua-propriedade de imóvel residencial gravado com cláusula de usufruto vitalício e tenha renunciado ao usufruto;

VII - tenha tido o seu único imóvel perdido em razão de situação de emergência ou calamidade formalmente reconhecida pelos órgãos competentes;

VIII - sofra operação de reassentamento, de remanejamento ou de substituição de moradia, decorrentes de obras públicas.

§ 2° O disposto no caput não se aplica às subvenções econômicas destinadas à realização de obras e serviços de melhoria habitacional.

§ 3° A subvenção econômica de que trata o caput poderá ser cumulativa com aquelas concedidas por programas habitacionais de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal e, ainda, com financiamento habitacional com recursos do FGTS, observada regulamentação específica.

Art. 10. Os contratos e os registros efetivados no âmbito do Programa serão formalizados, prioritariamente, no nome da mulher e, na hipótese de ela ser chefe de família, poderão ser firmados independentemente da outorga do cônjuge, afastada a aplicação do disposto nos arts. 1.647, 1.648 e 1.649 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§ 1° O contrato firmado na forma prevista no caput será registrado no cartório de registro de imóveis competente, com a exigência de simples declaração da mulher acerca dos dados relativos ao cônjuge ou ao companheiro e ao regime de bens.

§ 2° Na hipótese de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido, construído ou regularizado no âmbito do Programa na constância do casamento ou da união estável será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável.

§ 3° Na hipótese de haver filhos do casal e a guarda ser atribuída exclusivamente ao homem, o título da propriedade do imóvel construído ou adquirido será registrado em seu nome ou a ele transferido, revertida a titularidade em favor da mulher caso a guarda dos filhos seja a ela posteriormente atribuída.

§ 4° O disposto neste artigo não se aplica aos contratos de financiamento firmados com recursos do FGTS.

§ 5° A mulher vítima de violência doméstica e familiar que esteja sob medida protetiva de urgência está autorizada a realizar o distrato dos contratos de compra e venda antes do prazo final contratual, sendo-lhe permitido ser beneficiada em outra unidade habitacional, independentemente do registro no Cadastro Nacional de Mutuários (Cadmut).

Art. 11. Observadas as atribuições contidas em legislação específica, compete:

I - ao Ministério das Cidades:

a) gerir e estabelecer a forma de implementação das ações e das linhas de atendimento do Programa;

b) monitorar, avaliar, inclusive por meio de pesquisa de satisfação dos beneficiários, e divulgar periodicamente os resultados obtidos pelo Programa, de forma a assegurar a transparência e a publicidade de informações;

c) garantir as condições adequadas para execução do Programa e recepção das moradias, com infraestrutura, pavimentação, saneamento básico, iluminação e demais necessidades estruturais necessárias ao cumprimento integral do Programa;

II - aos demais órgãos e entidades da Administração Pública federal:

a) fornecer ao Ministério das Cidades os dados e as informações necessárias para o monitoramento e a avaliação do Programa;

b) fomentar a avaliação do Programa, inclusive entre órgãos e entidades de pesquisa, garantindo a proteção dos dados pessoais e o sigilo bancário das operações, na forma da Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD);

III - aos órgãos colegiados gestores de fundos financiadores do Programa, exercer as atribuições estabelecidas nas leis que os instituírem;

IV - aos operadores de fundos financiadores do Programa, estabelecer mecanismos e procedimentos operacionais necessários à realização de ações do Programa, em conformidade com as diretrizes aprovadas pelos órgãos colegiados gestores de fundos financiadores do Programa e pelo Ministério das Cidades, quando for o caso;

V - às instituições financeiras, aos agentes financeiros ou à mandatária da União, adotar mecanismos e procedimentos necessários à realização de ações do Programa e delas participar de acordo com a sua capacidade técnica e operacional, na forma regulamentada pelos operadores dos fundos financiadores do Programa, pelo Ministério das Cidades e pelos órgãos colegiados gestores dos fundos financiadores do Programa;

VI - aos governos estaduais, distrital e municipais, na qualidade de executores, promotores ou apoiadores, implementar e executar seus programas habitacionais em articulação com o Programa Minha Casa, Minha Vida, garantir as condições adequadas para a sua execução e recepcionar, operar e manter os bens públicos gerados pelos investimentos do Programa;

VII - às entidades privadas com ou sem fins lucrativos destinadas à provisão habitacional, executar as ações e as atividades do Programa, respeitada a legislação específica relativa aos recursos financiadores;

VIII - aos empreendedores habitacionais, executar as ações e exercer as atividades do Programa, na qualidade de incorporadores, de prestadores de serviço, de executores ou de proponentes, conforme o caso;

IX - às famílias beneficiárias do Programa:

a) fornecer dados e documentos;

b) assumir o financiamento, quando for o caso;

c) honrar o pagamento de aluguéis, arrendamentos, despesas com taxas decorrentes da posse ou da propriedade do imóvel e outras contrapartidas, como despesas com Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), serviços urbanos e taxa condominial, quando for o caso;

d) apropriar-se corretamente dos bens e serviços colocados à sua disposição, com observância da finalidade a que se destinam;

e) participar das ações de trabalho social previstas nas operações contratadas;

f) manter a propriedade e a posse para uso do imóvel objeto do benefício pela própria família, sendo vedados o empréstimo, a locação, a venda ou qualquer outra negociação que descaracterize o objeto social da concessão.

Art. 12. A participação dos agentes do Programa será regulamentada pelo Ministério das Cidades, conforme a linha de atendimento, que poderá estabelecer instrumento contratual no qual sejam estabelecidos direitos e obrigações entre os partícipes e sanções aplicáveis após o devido processo administrativo, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 1° O descumprimento contratual pela família beneficiária de produção subsidiada de unidade habitacional em área urbana poderá ensejar a retomada do imóvel pelo fundo financiador correspondente, dispensada a realização de leilão, observada a regulamentação do Programa para a destinação da unidade habitacional.

§ 2° É facultado ao fundo financiador promover a recuperação de unidades habitacionais sem condições de habitabilidade, para promover a sua reinserção no Programa ou a sua desmobilização, observada a regulamentação específica do Ministério das Cidades.

§ 3° A malversação dos recursos do Programa pelos agentes, por culpa ou dolo, ensejará a devolução do valor originalmente disponibilizado, acrescido de juros e de atualização monetária a serem estabelecidos em regulamento do Ministério das Cidades, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação.

§ 4° Os participantes privados que descumprirem normas ou, por meio de ato omissivo ou comissivo, contribuírem para a aplicação indevida dos recursos poderão perder a possibilidade de atuar no Programa, sem prejuízo do dever de ressarcimento dos danos causados e da incidência das demais sanções civis, administrativas e penais aplicáveis.

§ 5° O disposto no art. 7°-D da Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, aplica-se, no que couber, às operações de que trata esta Lei.

Art. 13. Respeitados os regulamentos específicos de cada fonte de recursos e a vinculação necessária às linhas de atendimento do Programa, são passíveis de compor o valor de investimento e o custeio da operação, entre outros:

I - elaboração de estudos, planos e projetos técnicos sociais de infraestrutura, de equipamentos públicos, de mobilidade, de saneamento, urbanísticos e habitacionais;

II - aquisição de imóveis;

III - regularização fundiária urbana, nos termos da Lei n° 13.465, de 11 de julho de 2017;

IV - aquisição ou produção de unidades ou de empreendimentos habitacionais;

V - melhoria, ampliação e recuperação de unidades habitacionais, inclusive daquelas destinadas à adequação ambiental e climática;

VI - requalificação de imóveis;

VII - execução de obras de implantação de equipamentos públicos, inclusive educacionais e culturais, de mobilidade, de saneamento e de infraestrutura, incluídas as de instalação de equipamentos de energia solar fotovoltaica, as de geração de energia elétrica a partir das modalidades de geração alcançadas pela Lei n° 14.300, de 6 de janeiro de 2022, ou as que contribuam para a redução do consumo de água em unidades imobiliárias;

VIII - prestação de assistência técnica ou de serviços técnicos profissionais, observada a Lei n° 11.888, de 24 de dezembro de 2008, no que couber;

IX - ações destinadas ao trabalho social e à gestão condominial ou associativa com famílias beneficiárias das intervenções habitacionais;

X - elaboração e implementação de estudos, planos, treinamentos e capacitações;

XI - aquisição de bens destinados a apoiar os agentes públicos ou privados envolvidos na implementação do Programa;

XII - produção de unidades destinadas à atividade comercial;

XIII - elaboração e execução de plano de arborização e paisagismo;

XIV - aquisição e instalação de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação;

XV - administração de obras sob gestão de entidade privada sem fins lucrativos;

XVI - custeio de despesas com taxas, impostos diretos e emolumentos cartorários, remuneração de agentes operadores e financeiros, entre outras, imprescindíveis para a regularização do contrato com o beneficiário;

XVII - implementação de infraestrutura e demais ações para prevenção, mitigação, preparação e resposta contra desastres naturais;

XVIII - obras para provisão de lotes urbanizados, incluídos os serviços de pavimentação, terraplenagem e drenagem;

XIX - aquisição e instalação de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação.

§ 1° Na produção subsidiada de unidades imobiliárias novas em áreas urbanas, compete ao prestador dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica disponibilizar infraestrutura de rede e instalações elétricas até os pontos de conexão necessários à implantação dos serviços nas edificações e nas unidades habitacionais atendidas pelo Programa.

§ 2° A agência reguladora instituirá regras para que o empreendedor imobiliário invista em redes de distribuição de energia elétrica, com a identificação das situações nas quais os investimentos representem antecipação de atendimento obrigatório da concessionária, hipótese em que fará jus ao ressarcimento por parte da concessionária, por critérios de avaliação regulatórios, e daquelas nas quais os investimentos configuram-se como de interesse restrito do empreendedor imobiliário, hipótese em que não fará jus ao ressarcimento.

§ 3° A União poderá destinar bens imóveis a entes públicos e privados, dispensada alteração legislativa específica, mediante atendimento prioritário a famílias da Faixa Urbano 1, observado o disposto na Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, e na regulamentação correlata, entre os quais:

I - o FAR e o FDS; e

II - entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

§ 4° O investimento e o custeio da operação para execução de obras de infraestrutura vinculadas aos empreendimentos habitacionais poderão ser subsidiados ou financiados pelos recursos do Programa previstos no art. 6° desta Lei.

§ 5° Os contratos de execução de unidades habitacionais deverão prever cláusula de reajuste pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), nos termos da Lei n° 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, tendo como termo inicial a apresentação da proposta e termo final a efetiva assinatura dos contratos.

§ 6° Para as operações firmadas no âmbito do FAR com data de contratação posterior a 2018, será instituído pelo Ministério das Cidades e por agentes financeiros, com o objetivo de formatar propostas para obras não concluídas e não entregues, relatório consolidado com verificação quantitativa e qualitativa das operações inconclusas.

§ 7° Nas operações previstas no § 6°, a subvenção econômica concedida a cada família beneficiária, aplicável às operações de que trata esta Lei, observará o limite de avaliação do agente financeiro considerando as regras do Programa, limitado ao valor atual por unidade habitacional, nos termos do

regulamento do Ministério das Cidades, podendo ser complementado por convênio com outros entes da Federação.

§ 8° Os prestadores de serviços públicos e as concessionárias de saneamento são obrigados a receber e assumir a gestão das infraestruturas externas aos condomínios que forem implantadas, em consequência de unidades habitacionais produzidas pelo Programa.

§ 9° A geração distribuída solar fotovoltaica na modalidade remota ocorrerá por meio de consórcio, cooperativa, condomínio civil voluntário ou edilício ou qualquer outra forma de associação civil constituída pelas lideranças locais, observada a Lei n° 14.300, de 6 de janeiro de 2022.

§ 10. O Programa Minha Casa, Minha Vida subsidiará a capacitação das lideranças locais para operação e manutenção dos sistemas fotovoltaicos, locais ou remotos, ou de outras fontes renováveis.

§ 11. A União poderá instituir os seguintes subsídios para compor o valor de investimento e o custeio de operação complementar, mediante ato regulamentar próprio:

I - Subsídio Verde: aporte complementar para projetos com uso de tecnologias sustentáveis e ambientais;

II - Subsídio Localização: aporte complementar para empreendimentos com proximidade de equipamentos públicos e privados urbanos e de polos de oferta de emprego e integrados plenamente à malha de transporte público;

III - Subsídio Qualificação: aporte complementar para empreendimentos que incluam construção de áreas comerciais e equipamentos públicos.

Art. 14. Na hipótese de que trata o § 3° do art. 13, o destinatário do imóvel poderá fazer a locação ou o arrendamento de parcela do imóvel não prevista para uso habitacional, bem como a alienação de unidades imobiliárias, desde que o resultado auferido com a exploração da atividade econômica reverta-se em benefício do empreendimento.

Art. 15. Na produção de unidades imobiliárias novas em áreas urbanas, sem prejuízo das demais garantias obrigatórias exigidas na legislação, nos termos de regulamentação do Ministério das Cidades, poderá ser exigida do empreendedor responsável pela construção a contratação de apólices, tais como:

I - seguro garantia executante construtor;

II - seguro garantia para término de obras, incluída infraestrutura não incidente;

III - seguro de responsabilidade civil e material;

IV - seguro riscos de engenharia;

V - seguro habitacional de morte e invalidez permanente e de danos físicos ao imóvel;

VI - (VETADO).

Art. 16. Os requisitos técnicos aplicáveis ao desenvolvimento dos projetos, das obras e dos serviços serão objeto de regulamentação do Ministério das Cidades, respeitados os regulamentos específicos de cada fonte de recursos e a necessária vinculação às linhas de atendimento, observados os seguintes aspectos:

I - acessibilidade e disponibilidade de unidades adaptáveis e acessíveis ao uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida ou idosas, nos termos do disposto na Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e na Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa);

II - sustentabilidade social, econômica, ambiental e climática da solução implantada, dando preferência a soluções para acesso a fontes de energias renováveis, como as solares e eólicas, equipamentos de maior eficiência energética, reuso de água, aproveitamento de águas pluviais, acesso a banda larga de internet e materiais de construção de baixo carbono, incluídos aqueles oriundos de reciclagem;

III - conforto ambiental da unidade habitacional, de forma a promover qualidade de vida às famílias beneficiadas.

Parágrafo único. A regulamentação referida no caput deste artigo deverá prever alternativas que possibilitem a diferenciação dos projetos de acordo com as particularidades climáticas, culturais e sociais locais.

Art. 17. Para as operações firmadas no âmbito do FAR, será instituído pelo Ministério das Cidades e por agentes financeiros, com o objetivo de formatar propostas para obras não concluídas e não entregues, relatório consolidado com análise quantitativa e qualitativa das operações em conclusão de obras contratadas a partir de 1° de dezembro de 2018.

Parágrafo único. A subvenção econômica concedida a cada família beneficiária, aplicável às operações de que trata esta Lei, observará o limite de avaliação do agente financeiro considerando as regras do Programa, limitado ao valor atual por unidade habitacional, podendo ser complementado por convênio com outros entes da Federação.

Art. 18. Nas obras realizadas no âmbito do Programa, as medições pagas pela contratante com atraso superior a 60 (sessenta) dias deverão ser reajustadas com base na variação do INCC do período, excetuadas aquelas financiadas com o recurso referido no inciso V do art. 6°.

Art. 19. O Poder Executivo federal estabelecerá:

I - critérios e periodicidade para a atualização das subvenções econômicas e dos demais limites contratuais financeiros aplicáveis a cada linha de atendimento e faixa de renda do Programa;

II - metas e benefícios destinados às famílias, em consonância com as prioridades estabelecidas no art. 8°, conforme localização e população do Município ou do Distrito Federal e as faixas de renda, respeitadas as atribuições legais sobre cada fonte de recursos, os limites estabelecidos nesta Lei e a disponibilidade orçamentária e financeira;

III - remuneração devida aos agentes operadores e financeiros para atuação no âmbito do Programa, bem como periodicidade de reajuste, quando couber;

IV - metas e formas de aferição de redução da emissão de gases de efeito estufa associada aos projetos financiados;

V - instrumentos e medidas específicas para prevenção e mitigação da inadimplência e do abandono das unidades habitacionais pelas famílias beneficiárias, especialmente as de baixa renda.

Parágrafo único. A atualização dos limites de renda familiar estabelecidos nesta Lei deverá ocorrer anualmente, conforme disposto no § 2° do art. 5° desta Lei.

Art. 20. O Ministério das Cidades estabelecerá:

I - forma de divulgação das informações, a serem publicadas periodicamente, relativas a dispêndio de recursos, projetos financiados, unidades produzidas e reformadas, famílias atendidas, índices de inadimplência verificados e indicadores de desempenho;

II - critérios de habilitação de entidades privadas sem fins lucrativos, incluídas as cooperativas e associações habitacionais, para atuação nas linhas de atendimento do Programa;

III - valor e número de prestações e hipóteses de dispensa de participação pecuniária pelas famílias beneficiárias das subvenções habitacionais, para complementação do valor de investimento da operação ou para retorno total ou parcial dos recursos aportados pelo Programa;

IV - procedimentos para seleção de beneficiários e regras para execução do trabalho social;

V - valores e limites de renda e de subvenções destinadas à conclusão das operações contratadas nos termos do disposto na Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009.

Art. 21. O Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2° .....

.....

§ 2° Será exigida autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados.

§ 2°-A. Será dispensada a autorização legislativa a que se refere o § 2° quando a desapropriação for realizada mediante acordo entre os entes federativos, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes.

....." (NR)

"Art. 3° Poderão promover a desapropriação mediante autorização expressa constante de lei ou contrato:

I - os concessionários, inclusive aqueles contratados nos termos da Lei n° 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei de Parceria Público-Privada), permissionários, autorizatários e arrendatários;

.....

IV - o contratado pelo poder público para fins de execução de obras e serviços de engenharia sob os regimes de empreitada por preço global, empreitada integral e contratação integrada.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso IV do caput, o edital deverá prever expressamente:

I - o responsável por cada fase do procedimento expropriatório;

II - o orçamento estimado para sua realização;

III - a distribuição objetiva de riscos entre as partes, incluído o risco pela variação do custo das desapropriações em relação ao orçamento estimado." (NR)

"Art. 4° .....

Parágrafo único. Quando a desapropriação executada pelos autorizados a que se refere o art. 3° destinar-se a planos de urbanização, de renovação urbana ou de parcelamento ou reparcelamento do solo previstos no plano diretor, o edital de licitação poderá prever que a receita decorrente da revenda ou da utilização imobiliária integre projeto associado por conta e risco do contratado, garantido ao poder público responsável pela contratação, no mínimo, o ressarcimento dos desembolsos com indenizações, quando essas ficarem sob sua responsabilidade." (NR)

"Art. 4°-A. Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2° do art. 9° da Lei n° 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias.

§ 1° As medidas compensatórias a que se refere o caput incluem a realocação de famílias em outra unidade habitacional, a indenização de benfeitorias ou a compensação financeira suficiente para assegurar o restabelecimento da família em outro local, exigindo-se, para este fim, o prévio cadastramento dos ocupantes.

§ 2° Poderá ser equiparada à família ou à pessoa de baixa renda aquela ocupante da área que, por sua situação fática específica, apresente condição de vulnerabilidade, conforme definido pelo expropriante."

"Art. 5° .....

.....

§ 5° Aplica-se o disposto no § 4° nos casos de desapropriação para fins de execução de planos de urbanização, de renovação urbana ou de parcelamento ou reparcelamento do solo, desde que seja assegurada a destinação prevista no referido plano de urbanização ou de parcelamento do solo.

§ 6° Comprovada a inviabilidade ou a perda objetiva de interesse público em manter a destinação do bem prevista no decreto expropriatório, o expropriante deverá adotar uma das seguintes medidas, nesta ordem de preferência:

I - destinar a área não utilizada para outra finalidade pública; ou

II - alienar o bem a qualquer interessado, na forma prevista em lei, assegurado o direito de preferência à pessoa física ou jurídica desapropriada.

§ 7° No caso de desapropriação para fins de execução de planos de urbanização, de renovação urbana ou de parcelamento ou reparcelamento do solo, as diretrizes do plano de urbanização ou de parcelamento do solo deverão estar previstas no plano diretor, na legislação de uso e ocupação do solo ou em lei municipal específica." (NR)

"Art. 7° Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas do expropriante ou seus representantes autorizados a ingressar nas áreas compreendidas na declaração, inclusive para realizar inspeções e levantamentos de campo, podendo recorrer, em caso de resistência, ao auxílio de força policial.

Parágrafo único. Em caso de dano por excesso ou abuso de poder ou originário das inspeções e levantamentos de campo realizados, cabe indenização por perdas e danos, sem prejuízo da ação penal." (NR)

"Art. 15-A. No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou na desapropriação por interesse social prevista na Lei n° 4.132, de 10 de setembro de 1962, na hipótese de haver divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença, expressos em termos reais, poderão incidir juros compensatórios de até 6% a.a. (seis por cento ao ano)

sobre o valor da diferença eventualmente apurada, contado da data de imissão na posse, vedada a aplicação de juros compostos.

§ 1° Os juros compensatórios destinam-se apenas a compensar danos correspondentes a lucros cessantes comprovadamente sofridos pelo proprietário, não incidindo nas indenizações relativas às desapropriações que tiverem como pressuposto o descumprimento da função social da propriedade, previstas no art. 182, § 4°, inciso III, e no art. 184 da Constituição.

§ 2° O disposto no caput aplica-se também às ações ordinárias de indenização por apossamento administrativo ou por desapropriação indireta e às ações que visem à indenização por restrições decorrentes de atos do poder público.

§ 3° Nas ações referidas no § 2°, o poder público não será onerado por juros compensatórios relativos a período anterior à aquisição da propriedade ou da posse titulada pelo autor da ação.

....." (NR)

Art. 22. O § 3° do art. 31-A da Lei n° 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31-A. .....

.....

§ 3° Os bens e direitos integrantes do patrimônio de afetação somente poderão ser objeto de garantia real em operação de crédito cujo produto seja integralmente destinado à consecução da edificação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias e de suas pertenças aos respectivos adquirentes.

....." (NR)

Art. 23. A Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 176-A. O registro de aquisição originária ensejará a abertura de matrícula relativa ao imóvel adquirido, se não houver, ou quando:

I - atingir parte de imóvel objeto de registro anterior; ou

II - atingir, total ou parcialmente, mais de um imóvel objeto de registro anterior.

§ 1° A matrícula será aberta com base em planta e memorial descritivo do imóvel utilizados na instrução do procedimento administrativo ou judicial que ensejou a aquisição.

§ 2° As matrículas atingidas deverão, conforme o caso, ser encerradas ou receber averbação dos respectivos desfalques, dispensada, para esse fim, a retificação do memorial descritivo da área remanescente.

.....

§ 4° Se a área adquirida em caráter originário for maior do que a constante do registro existente, a informação sobre a diferença apurada será averbada na matrícula aberta.

§ 4°-A. Eventuais divergências entre a descrição do imóvel constante do registro e aquela apresentada pelo requerente não obstarão o registro.

§ 5° O disposto neste artigo aplica-se, sem prejuízo de outros, ao registro de:

.....

IV - aquisição de área por usucapião ou por concessão de uso especial para fins de moradia;

V - sentença judicial de aquisição de imóvel, em procedimento expropriatório de que tratam os §§ 4° e 5° do art. 1.228 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)." (NR)

"Art. 195-B. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão solicitar ao registro de imóveis competente a abertura de matrícula de parte ou da totalidade de imóveis urbanos sem registro anterior, cujo domínio lhe tenha sido assegurado pela legislação, por meio de requerimento acompanhado dos documentos previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 195-A.

.....

§ 2° Sem prejuízo da possibilidade de requerer a abertura de matrícula para seus bens, nos termos do caput, o Município poderá, em acordo com o Estado, requerer, em nome deste, a abertura de matrícula de imóveis urbanos estaduais situados nos limites do respectivo território municipal no registro de imóveis competente.

....." (NR)

"Art. 213. .....

.....

§ 17 Se, realizadas buscas, não for possível identificar os titulares do domínio dos imóveis confrontantes do imóvel retificando, definidos no § 10, deverá ser colhida a anuência de eventual ocupante, devendo os interessados não identificados ser notificados por meio de edital eletrônico, publicado 1 (uma) vez na internet, para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com as implicações previstas no § 4° deste artigo." (NR)

"Art. 221. .....

.....

II - escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e pelas testemunhas, com as firmas reconhecidas;

.....

VI - contratos ou termos administrativos, assinados com os legitimados a que se refere o art. 3° do Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), no âmbito das desapropriações extrajudiciais.

.....

§ 5° Os escritos particulares a que se refere o inciso II do caput deste artigo, quando relativos a atos praticados por instituições financeiras que atuem com crédito imobiliário autorizadas a celebrar instrumentos particulares com caráter de escritura pública, dispensam as testemunhas e o reconhecimento de firma.

§ 6° Os contratos e termos administrativos mencionados no inciso VI deverão ser submetidos à qualificação registral pelo oficial do registro de imóveis, previamente ao pagamento do valor devido ao expropriado." (NR)

"Art. 235. .....

.....

III - 2 (dois) ou mais imóveis contíguos objeto de imissão provisória registrada em nome da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de suas entidades delegadas ou contratadas e sua respectiva cessão e promessa de cessão.

....." (NR)

Art. 24. A Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 18-A. A critério do loteador, o loteamento poderá ser submetido ao regime da afetação, pelo qual o terreno e a infraestrutura, bem como os demais bens e direitos a ele vinculados, manter-se-ão apartados do patrimônio do loteador e constituirão patrimônio de afetação, destinado à consecução do loteamento correspondente e à entrega dos lotes urbanizados aos respectivos adquirentes.

§ 1° O patrimônio de afetação não se comunica com os demais bens, direitos e obrigações do patrimônio geral do loteador ou de outros patrimônios de afetação por ele constituídos e só responde por dívidas e obrigações vinculadas ao loteamento respectivo e à entrega dos lotes urbanizados aos respectivos adquirentes.

§ 2° O loteador responde pelos prejuízos que causar ao patrimônio de afetação.

§ 3° Os bens e direitos integrantes do loteamento somente poderão ser objeto de garantia real em operação de crédito cujo produto seja integralmente destinado à implementação da infraestrutura correspondente e à entrega dos lotes urbanizados aos respectivos adquirentes.

§ 4° No caso de cessão, plena ou fiduciária, de direitos creditórios oriundos da comercialização dos lotes componentes do loteamento, o produto da cessão também passará a integrar o patrimônio de afetação.

§ 5° Os recursos financeiros integrantes do patrimônio de afetação serão administrados pelo loteador.

§ 6° Nos loteamentos objeto de financiamento, a comercialização dos lotes deverá contar com a anuência ou a ciência da instituição financiadora, conforme vier a ser estabelecido no contrato de financiamento.

§ 7° A contratação de financiamento e a constituição de garantias, inclusive mediante transmissão, para o credor, da propriedade fiduciária sobre os lotes integrantes do loteamento, bem como a cessão, plena ou fiduciária, de direitos creditórios decorrentes da comercialização desses lotes, não implicam a transferência para o credor de nenhuma das obrigações ou responsabilidades do cedente loteador, permanecendo este como único responsável pelas obrigações e pelos deveres que lhe são imputáveis."

"Art. 18-B. Considera-se constituído o patrimônio de afetação mediante averbação, a qualquer tempo, no Registro de Imóveis, de termo firmado pelo loteador e, quando for o caso, também pelos titulares de direitos reais de aquisição de lotes objeto de loteamento.

Parágrafo único. A averbação não será obstada pela existência de ônus reais que tenham sido constituídos sobre o imóvel objeto do loteamento para garantia do pagamento do preço de sua aquisição ou do cumprimento de obrigação de implantar o empreendimento."

"Art. 18-C. A Comissão de Representantes, a Prefeitura e a instituição financiadora da infraestrutura poderão nomear, às suas expensas, pessoa física ou jurídica para fiscalizar e acompanhar o patrimônio de afetação.

§ 1° A nomeação a que se refere o caput não transfere para o nomeante qualquer responsabilidade pela qualidade da implementação da infraestrutura, pelo prazo do termo de verificação da sua realização ou por qualquer outra obrigação decorrente da responsabilidade do loteador, seja legal ou oriunda dos contratos de alienação dos lotes, de obra e de outros contratos eventualmente vinculados ao loteamento.

§ 2° A pessoa que, em decorrência do exercício da fiscalização de que trata o caput deste artigo, obtiver acesso às informações comerciais, tributárias ou de qualquer outra natureza referentes ao patrimônio afetado responderá pela falta de zelo, de dedicação e de sigilo dessas informações.

§ 3° A pessoa nomeada pela instituição financiadora deverá fornecer cópia de seu relatório ou parecer à Comissão de Representantes, a requerimento desta, não constituindo esse fornecimento quebra do sigilo a que se refere o § 2° deste artigo."

"Art. 18-D. Incumbe ao loteador:

I - promover todos os atos necessários à boa administração e à preservação do patrimônio de afetação, inclusive mediante adoção de medidas judiciais;

II - manter apartados os bens e direitos objeto de cada loteamento;

III - diligenciar a captação dos recursos necessários ao loteamento, cuidando de preservar os recursos necessários à conclusão da infraestrutura;

IV - entregar à Comissão de Representantes, no mínimo a cada 3 (três) meses, demonstrativo do estado da obra e de sua correspondência com o prazo pactuado ou com os recursos financeiros que integrem o patrimônio de afetação recebidos no período, firmado por profissionais habilitados, ressalvadas eventuais modificações sugeridas pelo loteador e aprovadas pela Comissão de Representantes;

V - manter e movimentar os recursos financeiros do patrimônio de afetação em pelo menos 1 (uma) conta de depósito aberta especificamente para tal fim;

VI - entregar à Comissão de Representantes balancetes coincidentes com o trimestre civil, relativos a cada patrimônio de afetação;

VII - assegurar à pessoa nomeada nos termos do art. 18-C o livre acesso à obra, bem como aos livros, aos contratos, à movimentação da conta de depósito exclusiva referida no inciso V deste artigo e a quaisquer outros documentos relativos ao patrimônio de afetação;

VIII - manter escrituração contábil completa, ainda que esteja desobrigado pela legislação tributária."

"Art. 18-E. O patrimônio de afetação extinguir-se-á pela averbação do termo de verificação emitido pelo órgão público competente, pelo registro dos títulos de domínio ou de direito de aquisição em nome dos respectivos adquirentes e, quando for o caso, pela extinção das obrigações do loteador perante eventual instituição financiadora da obra."

"Art. 18-F. Os efeitos da decretação da falência ou da insolvência civil do loteador não atingem os patrimônios de afetação constituídos, não integrando a massa concursal o terreno, a obra até então realizada e os demais bens, direitos creditórios, obrigações e encargos objeto do loteamento."

"Art. 22. .....

§ 1° .....

§ 2° A partir da data de registro do loteamento, o Município providenciará a atualização do cadastro imobiliário da gleba que serviu de base para a aprovação do loteamento e das áreas que passaram a integrar o seu domínio.

§ 3° Somente a partir da emissão do Termo de Verificação e Execução de Obras (TVEO), o Município promoverá a individualização dos lotes no cadastro imobiliário municipal em nome do adquirente ou compromissário comprador no caso dos lotes comercializados e, em nome do proprietário da gleba, no caso dos lotes não comercializados." (NR)

"Art. 22-A. (VETADO)."

"Art. 26. .....

.....

§ 3° Admite-se a cessão da posse em que estiverem provisoriamente imitidas a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas entidades delegadas, o que poderá ocorrer por instrumento particular, ao qual se atribui, no caso dos parcelamentos populares, para todos os fins de direito, caráter de escritura pública, não se aplicando a disposição do art. 108 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

....." (NR)

Art. 25. A Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 20. .....

.....

§ 27. A critério do titular da conta vinculada do FGTS, em ato formalizado no momento da contratação do financiamento habitacional, os direitos aos saques de que trata o caput deste artigo poderão ser objeto de alienação ou cessão fiduciária para liquidação, amortização ou pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do SFH, dispensados os prazos mencionados na alínea "b" do inciso V e o interstício mínimo de 2 (dois) anos do inciso VI, ambos deste artigo, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, mediante caucionamento dos depósitos a serem realizados na conta vinculada do trabalhador, exceto os previstos nos § 1° e § 2° do art. 18 desta Lei.

§ 28 A vedação prevista no § 2° do art. 2° desta Lei não se aplica ao que dispõe o § 27." (NR)

Art. 26. A Lei n° 8.677, de 13 de julho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2° O FDS destina-se ao financiamento de projetos de investimento de interesse social nas áreas de habitação popular, inclusive regularização fundiária e melhoria habitacional, sendo permitido o financiamento nas áreas de saneamento e infraestrutura, desde que vinculadas aos programas de habitação, bem como de equipamentos comunitários.

§ 1° .....

§ 2° O financiamento da infraestrutura referida no caput poderá contemplar os gastos necessários para viabilizar a provisão de energia de fontes renováveis aos beneficiários diretos dos investimentos habitacionais." (NR)

"Art. 5° .....

.....

§ 4° O Conselho Curador reunir-se-á, em caráter ordinário, no mínimo semestralmente, mediante convocação de seu presidente, e, em caráter extraordinário, mediante convocação de qualquer um de seus membros, na forma estabelecida pelo Conselho Curador.

§ 4°-A. Na falta da convocação pelo presidente para a reunião ordinária de que trata o § 4°, qualquer um dos membros do Conselho Curador poderá fazê-lo, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

....." (NR)

"Art. 12-B. A União, por meio da alocação de recursos destinados a ações integrantes das leis orçamentárias anuais, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, fica autorizada a transferir recursos ao FDS para subvencionar a regularização fundiária e a melhoria de moradias ou conceder subvenção econômica ao beneficiário pessoa física."

Art. 27. (VETADO).

Art. 28. A Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 22. .....

§ 1° .....

.....

V - os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas, e a respectiva cessão e promessa de cessão;

VI - os bens que, não constituindo partes integrantes do imóvel, destinam-se, de modo duradouro, ao uso ou ao serviço deste.

....." (NR)

"Art. 23. .....

§ 1° .....

§ 2° Caberá ao fiduciante a obrigação de arcar com o custo do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) incidente sobre o bem e das taxas condominiais existentes." (NR)

"Art. 27. .....

.....

§ 10 Os leilões e a publicação dos respectivos editais poderão ser realizados por meio eletrônico." (NR)

"Art. 37-C. Os editais previstos nesta Lei poderão ser publicados de forma eletrônica."

Art. 29. A Lei n° 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1° .....

.....

§ 4° Os imóveis produzidos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) poderão ser destinados por cessão, doação, locação, comodato, arrendamento ou venda, em contrato subsidiado ou não, total ou parcialmente, para pessoa física ou jurídica, conforme regulamentação do Ministério das Cidades, sem prejuízo de outros negócios jurídicos compatíveis, com prioridade para:

.....

II - pessoas físicas que constituam o público-alvo dos programas habitacionais federais, as quais não poderão ser impedidas de habitar com seus animais domésticos nessas residências, respeitando as normas vigentes e garantindo o bem-estar animal.

§ 5° O FAR poderá financiar os gastos necessários para viabilizar a provisão de energia de fontes renováveis aos beneficiários diretos dos investimentos habitacionais realizados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida." (NR)

Art. 30. A Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1.225. .....

.....

XII - a concessão de direito real de uso;

XIII - a laje;

XIV - os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas e a respectiva cessão e promessa de cessão." (NR)

"Art. 1.473. .....

.....

X - a propriedade superficiária;

XI - os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas e a respectiva cessão e promessa de cessão.

....." (NR)

Art. 31. A Lei n° 10.931, de 2 de agosto de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4° .....

.....

§ 8° Para os projetos de construção e incorporação de imóveis residenciais de interesse social, o percentual correspondente ao pagamento unificado dos tributos de que trata o caput deste artigo será equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal recebida, conforme regulamentação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 9° Para efeito do disposto no § 8°, consideram-se projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social aqueles destinados a famílias cuja renda se enquadre na Faixa Urbano 1, independentemente do valor da unidade, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sendo que a existência de unidades destinadas às outras faixas de renda no empreendimento não obstará a fruição do regime especial de tributação de que trata o § 8°.

§ 10. As condições para utilização dos benefícios de que tratam os §§ 6° e 8° serão definidas em regulamento.

§ 11. (VETADO)." (NR)

Art. 32. A Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6°-A. .....

.....

§ 1° Nos empreendimentos habitacionais em edificações multifamiliares produzidos com os recursos de que trata o caput, inclusive no caso de requalificação de imóveis urbanos, será admitida a produção de unidades destinadas à atividade comercial a eles vinculada.

§ 2° (Revogado).

.....

§ 5° .....

I - a subvenção econômica será concedida nas prestações do financiamento, ao longo de 120 (cento e vinte) meses, ressalvada a hipótese de quitação antecipada de que trata o inciso II;

II - poderá haver quitação antecipada do financiamento, conforme regulamentação do Ministério das Cidades;

.....

§ 7° Nas operações previstas no § 3°, a subvenção econômica será concedida no ato da contratação da unidade habitacional, conforme regulamentação do Ministério das Cidades.

.....

§ 9° O descumprimento contratual pela família beneficiária de operações financiadas pelo FAR e pelo FDS poderá ensejar a retomada do bem pelo fundo financiador correspondente, dispensada a realização de leilão, observada a regulamentação do Ministério das Cidades para a destinação da unidade habitacional.

.....

§ 16. Os imóveis cuja viabilidade ou permanência no Programa restar prejudicada poderão ser objeto de desimobilização, pelo FAR ou pelo FDS, por meio de cessão, doação, locação, comodato, arrendamento, venda, ou outros negócios jurídicos compatíveis, em contrato subsidiado ou não, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, aos órgãos de suas administrações diretas e indiretas, às pessoas físicas e às entidades com ou sem fins lucrativos, conforme ato do Ministério das Cidades.

§ 17. (Revogado).

§ 18. Compete ao Ministério das Cidades regulamentar a exigência de participação financeira dos beneficiários de que trata o inciso I do caput, inclusive por meio da ampliação do rol de dispensas de que trata o § 3° e da eventual renegociação de dívidas.

§ 19. A União fica autorizada a utilizar imóveis ociosos de sua propriedade, nas regiões urbanas centrais, objetivando a sua requalificação para a oferta de benefícios habitacionais, desde que o atendimento contemple exclusivamente famílias da Faixa Urbano 1, de forma a:

I - contribuir para a redução da ociosidade de edificações existentes e para o cumprimento da função social da propriedade, visando ao aumento da densidade demográfica e à qualificação do espaço público;

II - estimular a reabilitação do patrimônio arquitetônico, a partir de regras que facilitem a requalificação das edificações para novos usos;

III - favorecer a adequação de edificações existentes aos padrões de segurança, salubridade e acessibilidade, ampliando a oferta de áreas disponíveis ao adensamento populacional;

IV - adequar os procedimentos de análise de pedidos de licenciamento de intervenções de requalificação, quando associadas a pedido de reforma com aumento de área construída;

V - estimular a sustentabilidade ambiental em região urbana, com a maximização da utilização de materiais e infraestrutura existentes." (NR)

"Art. 7°-A. Os beneficiários de operações do PMCMV realizadas com recursos advindos da integralização de cotas do FAR obrigam-se a ocupar os imóveis adquiridos, em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato de compra e venda com cláusula de alienação fiduciária em garantia, firmado com o FAR, e não poderão ser impedidos de habitar com seus animais domésticos nessas residências, respeitando as normas vigentes e garantindo o bem-estar animal.

....." (NR)

"Art. 8°-A. O Ministério das Cidades, nas situações enquadradas nos incisos VI e VII do parágrafo único do art. 7°, deverá notificar, no prazo de 60 (sessenta) dias, as instituições ou agentes financeiros para:

.....

§ 4° A manifestação de interesse a que se refere o § 2° possibilitará a prorrogação dos compromissos assumidos pelas instituições ou pelos agentes financeiros pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, contado a partir de 26 de agosto de 2020, para conclusão e entrega das unidades habitacionais.

....." (NR)

"Art. 13. .....

.....

§ 3° Para definição dos beneficiários do PNHR, deverão ser respeitados o limite de renda definido para o PMCMV, as faixas de renda definidas pelo Poder Executivo federal e as demais regras estabelecidas na regulamentação do Programa." (NR)

"Art. 20. Fica a União autorizada a participar, observadas suas disponibilidades orçamentárias e financeiras consignadas nas dotações anuais, do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), que terá por finalidades:

.....

§ 1°-B. (Revogado).

....." (NR)

"Art. 42. .....

.....

§ 4° A redução prevista no inciso II do caput aplica-se às operações com recursos do FGTS firmadas a partir de 26 de agosto de 2020." (NR)

"Art. 43-B. A redução prevista no inciso II do caput do art. 43 aplica-se também às operações com imóveis residenciais de empreendimentos fora do PMCMV contratados com recursos do FGTS firmadas a partir de 26 de agosto de 2020."

"Art. 73. .....

I - condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso comum, com obrigatoriedade de construção de rampas de acesso nas calçadas e nos espaços públicos no âmbito do PMCMV;

.....

III - condições de sustentabilidade das construções e dos espaços adequados e/ou destinados para animais domésticos (pets) em cada unidade habitacional;

.....

V - condições de habitabilidade e sustentabilidade das construções.

....." (NR)

Art. 33. O art. 1° da Lei n° 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

"Art. 1° .....

.....

XI - das obras e serviços de engenharia para infraestrutura, construção, requalificação, urbanização e regularização fundiária no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento urbano e habitação.

....." (NR)

Art. 34. O art. 784 da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte § 4°:

"Art. 784. .....

.....

§ 4° Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura." (NR)

Art. 35. A Lei n° 13.465, de 11 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 30. .....

.....

§ 4° Para as terras de sua propriedade, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ficam autorizados a instaurar, processar e aprovar a Reurb-S ou a Reurb-E e a utilizar os demais instrumentos previstos nesta Lei." (NR)

"Art. 36. .....

.....

§ 6° Na hipótese de utilização, pelo poder público, de peças técnicas e projetos de regularização fundiária elaborados por empresas privadas e particulares em geral, será necessária, para a emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), a anuência dos autores ou de quem detenha os direitos autorais.

§ 7° As unidades desocupadas e não comercializadas do titular originário do domínio da área alcançadas pela Reurb, na forma do inciso I do caput deste artigo, poderão ser caucionadas ou averbadas em alienação fiduciária e colocadas em garantia para as obras de infraestrutura essenciais, consignando-se o poder público como beneficiário da garantia estabelecida." (NR)

"Art. 37. Na Reurb-S, caberá ao poder público competente, diretamente ou por meio da administração pública indireta, implementar a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais previstas nos projetos de regularização, assim como arcar com os ônus de sua manutenção, podendo utilizar-se de recursos financeiros públicos e privados.

§ 1° Os projetos e as obras de infraestrutura essencial na Reurb-S ou Reurb-E, incluindo vias de acesso, iluminação pública, solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais, ligações domiciliares de abastecimento de água e de energia elétrica e valores despendidos com indenizações aos antigos proprietários, poderão ser financiados com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), bem como por outras fontes de financiamento públicas, privadas ou internacionais.

§ 2° Garantida a previsão de restituição integral dos valores disponibilizados, ficam autorizados a realizar as operações financeiras para as obras de infraestrutura referidas no § 1° os órgãos federais, estaduais e municipais, inclusive sociedades de economia mista, que operem na execução de política habitacional e de infraestruturas conexas.

§ 3° As garantias para as operações financeiras para as obras de infraestrutura e melhorias essenciais para a Reurb são as previstas no art. 17 da Lei n° 9.514, de 20 de novembro de 1997, e deverão ser incluídas na Certidão de Regularização Fundiária (CRF).

§ 4° O cálculo dos valores devidos pelos beneficiários da Reurb poderá ser realizado adotando-se como critério as áreas dos imóveis regularizados, individualmente considerados." (NR)

"Art. 37-A. Fica autorizada a transferência do direito de construir correspondente ao potencial construtivo passível de ser utilizado em outro local, prevista no art. 35 da Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para fins de viabilizar a elaboração de projetos, a indenização e a realização das obras de infraestrutura em projetos de Reurb-S.

Parágrafo único. As prefeituras poderão receber imóveis para o atendimento das finalidades previstas neste artigo, oferecendo como contrapartida ao proprietário a possibilidade de transferência do potencial construtivo do bem doado ou desapropriado amigavelmente."

"Art. 44. .....

.....

§ 8° O oficial do cartório de registro de imóveis, ao abrir as matrículas individuais decorrentes do projeto de regularização fundiária, deverá, nas matrículas de unidades imobiliárias cujo ocupante não venha a ser informado na lista de beneficiários da CRF, fazer constar o titular originário da matrícula na condição de proprietário anterior, não inserindo esse mesmo proprietário como titular atual da matrícula aberta, mas apenas inserindo, no campo relativo ao proprietário atual, texto informando que o futuro proprietário será oportunamente citado na matrícula quando do envio de listas complementares de beneficiários." (NR)

Art. 36. A Lei n° 14.063, de 23 de setembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 17-A. As instituições financeiras que atuem com crédito imobiliário autorizadas a celebrar instrumentos particulares com caráter de escritura pública e os partícipes dos contratos correspondentes poderão fazer uso das assinaturas eletrônicas nas modalidades avançada e qualificada de que trata esta Lei.

Parágrafo único. (VETADO)." (NR)

Art. 37. (VETADO).

Art. 38. A Lei n° 14.300, de 6 de janeiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 16. .....

.....

§ 2° O valor mínimo faturável aplicável aos participantes do SCEE inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pela Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), deve ter redução de no mínimo 50% (cinquenta por cento) em relação ao valor mínimo faturável aplicável aos demais consumidores equivalentes, conforme regulação da Aneel." (NR)

"Art. 24. .....

Parágrafo único. (VETADO)." (NR)

"Art. 36-A. A unidade consumidora participante do SCEE poderá comercializar excedente de energia elétrica com órgãos públicos desde que seja beneficiária de programa social ou habitacional das esferas federal, estadual, distrital ou municipal."

Art. 39. A Lei n° 14.382, de 27 de junho de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6° .....

§ 1° .....

.....

IV - os extratos eletrônicos relativos a bens imóveis produzidos pelas instituições financeiras que atuem com crédito imobiliário autorizadas a celebrar instrumentos particulares com caráter de escritura pública, bem como os relativos a garantias de crédito rural em cédulas e títulos de crédito do agronegócio, poderão ser apresentados ao registro eletrônico de imóveis, e as referidas instituições financeiras arquivarão o instrumento contratual ou título em pasta própria.

....." (NR)

Art. 40. Permanecerão submetidos à Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, todos os empreendimentos habitacionais firmados e contratados até 25 de agosto de 2020, e à Lei n° 14.118, de 12 de janeiro de 2021, todos aqueles firmados e contratados após 26 de agosto de 2020.

§ 1° Os contratos que venham a ser firmados com pessoas físicas ou jurídicas em decorrência das operações referidas no caput poderão ser beneficiados pelas regras estabelecidas por esta Lei, conforme ato do Ministério das Cidades.

§ 2° Os empreendimentos habitacionais de que tratam o caput e o § 1° deste artigo para os quais não existam beneficiários qualificados obedecerão às mesmas faixas de renda e aos demais critérios de seleção, hierarquização, priorização e preferência dispostos nesta Lei e nos demais regulamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Art. 41. A partir da data de publicação da Medida Provisória n° 1.162, de 14 de fevereiro de 2023, todas as operações com benefício de que trata o art. 4° desta Lei integrarão o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Art. 42. O Ministério das Cidades fica autorizado a convalidar atos administrativos preparatórios de operações futuras praticados sob a vigência da Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, e da Lei n° 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei poderá ser aplicado na convalidação de que trata o caput, desde que em benefício da operação e que não colida com as diretrizes previstas no art. 3°.

Art. 43. Revogam-se:

I - os seguintes dispositivos da Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009:

a) o § 2° do art. 4°;

b) os §§ 2° e 17 do art. 6°-A;

c) o inciso III do caput do art. 7°-B; e

d) o § 1°-B do art. 20;

II - os seguintes dispositivos da Lei n° 14.118, de 12 de janeiro de 2021:

a) os arts. 1° a 16; e

b) o art. 25;

III - os seguintes dispositivos da Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS):

a) o art. 6°-B;

b) o inciso III do § 3° do art. 9°;

c) o § 3°-B do art. 9°;

d) o § 3°-C do art. 9°;

e) os §§ 12 e 15 a 17 do art. 9°; e

f) o § 3°-A do art. 20-D.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de julho de 2023; 202° da Independência e 135° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

JADER FONTENELLE BARBALHO FILHO

ANTÔNIO WALDEZ GÓES DA SILVA

FERNANDO HADDAD

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO

FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

SIMONE NASSAR TEBET

DECRETO N° 11.593, DE 10 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 11.07.2023)

Institui a Política Nacional de Cultura Exportadora e o Comitê Nacional para a Promoção da Cultura Exportadora.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1° Fica instituída a Política Nacional de Cultura Exportadora, com a finalidade de difundir a cultura exportadora e ampliar o número de exportadores brasileiros, especialmente entre as micro, pequenas e médias empresas.

Art. 2° São diretrizes da Política Nacional da Cultura Exportadora:

I - o aprimoramento de políticas públicas destinadas ao comércio exterior;

II - o desenvolvimento e o fortalecimento de programas, projetos e ações inclusivas para ampliar a inserção de empresas no comércio exterior brasileiro;

III - a potencialização de iniciativas de fomento às exportações brasileiras, por meio do incentivo ao desenvolvimento de ações conjuntas, ao alinhamento e à efetiva coordenação entre órgãos e entidades públicas, paraestatais e privadas; e

IV - o apoio ao ingresso e à permanência de empresas no comércio exterior, especialmente as micro, pequenas e médias empresas.

Art. 3° As ações da Política Nacional de Cultura Exportadora serão dirigidas a todos os setores da economia, especialmente àqueles com potencial exportador, e contemplarão as seguintes iniciativas:

I - promoção das exportações e da disseminação da cultura exportadora;

II - capacitação e treinamento para as empresas interessadas na atividade de exportação;

III - compartilhamento de boas práticas de exportação de produtos;

IV - fomento à participação em eventos de promoção comercial;

V - aproximação entre empresas exportadoras e instituições ofertantes de serviços relacionados à exportação; e

VI - identificação de oportunidades para fomento da cultura exportadora e para exportação de produtos e serviços.

Art. 4° Fica instituído o Comitê Nacional para a Promoção da Cultura Exportadora, com a finalidade de atender as diretrizes da Política Nacional de Cultura Exportadora.

Art. 5° Ao Comitê Nacional compete:

I - aprovar os Planos de Trabalho da Política Nacional de Cultura Exportadora;

II - monitorar a execução das ações estabelecidas nos Planos de Trabalho e propor ajustes e correções necessárias;

III - estabelecer o intercâmbio de informações e experiências com órgãos e entidades internacionais, com vistas à promoção das exportações;

IV - elaborar relatório anual de implementação das ações da Política Nacional de Cultura Exportadora, publicá-lo em sítio eletrônico e encaminhá-lo à Presidência da República até a segunda quinzena de janeiro do ano subsequente; e

V - aprovar o Regimento Interno para definir, quando necessário, outras questões operacionais não disciplinadas neste Decreto.

Art. 6° O Comitê Nacional é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que o presidirá;

II - Ministério da Agricultura e Pecuária;

III - Ministério das Relações Exteriores;

IV - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos; e

V - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

§ 1° Cada membro do Comitê Nacional terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2° Os membros do Comitê Nacional e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos ou das entidades que representam e designados em ato do Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

§ 3° Os membros do Comitê Nacional de que tratam os incisos I a III do caput serão ocupantes de Cargos Comissionados Executivos - CCE ou Funções Comissionadas Executivas - FCE de nível 15 ou superior na Estrutura Regimental do respectivo Ministério.

§ 4° O Presidente do Comitê Nacional poderá convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto:

I - secretarias de governo das unidades federativas;

II - instituições representativas de interesses coletivos que atuem no comércio exterior, como confederações e federações dos setores produtivos; e

III - representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, e de organizações da sociedade civil.

Art. 7° O Comitê Nacional se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Presidente.

§ 1° O quórum de reunião do Comitê Nacional é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2° Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Presidente do Comitê Nacional terá o voto de qualidade.

§ 3° Os membros do Comitê Nacional que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do disposto no Decreto n° 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 8° A participação no Comitê Nacional será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9° A Secretaria-Executiva do Comitê Nacional será exercida pelo Departamento de Promoção das Exportações, Cultura Exportadora e Facilitação de Comércio da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de julho de 2023; 202° da Independência e 135° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.150, DE 7 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 10.07.2023)

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para emissão da Nota Fiscal Eletrônica do Ouro Ativo Financeiro (NF-e Ouro Ativo Financeiro).

A SECRETÁRIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei n° 7.766, de 11 de maio de 1989 e na Instrução Normativa RFB n° 2.138, de 29 de março de 2023,

RESOLVE:

Art. 1° Esta Instrução Normativa dispõe sobre a prorrogação do prazo para emissão da Nota Fiscal Eletrônica do Ouro Ativo Financeiro (NF-e Ouro Ativo Financeiro)de que trata a Instrução Normativa RFB n° 2.138, de 29 de março de 2023.

Art. 2° A Instrução Normativa RFB n° 2.138, de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1° .....

§ 1° A NF-e Ouro Ativo Financeiro será obrigatória a partir de 1° de agosto de 2023.

§ 2° A NF-e Ouro Ativo Financeiro poderá ser emitida facultativamente a partir de 3 de julho de 2023, nos termos desta Instrução Normativa.

....." (NR)

Art. 3° Fica repristinada, até 31 de julho de 2023, a Instrução Normativa SRF n° 49, de 2 de maio de 2001, anteriormente à revogação promovida pela Instrução Normativa RFB n° 2.138, de 2023.

Art. 4° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADRIANA GOMES RÊGO

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.151, DE 10 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 11.07.2023)

Dispõe sobre a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2023.

A SECRETÁRIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, com base na Portaria de Portaria

de Pessoal SE/MF n° 1.063, de 28 de junho de 2023, DOU de 30 de junho de 2023, e tendo em vista o disposto na Lei n° 9.393, de 19 de dezembro de 1996,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1° Esta Instrução Normativa estabelece normas e procedimentos para a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2023.

CAPÍTULO II
DA OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DA DITR

Seção I
Da Obrigatoriedade de Apresentação

Art. 2° Está obrigado a apresentar a DITR referente ao exercício de 2023 aquele que seja, em relação ao imóvel rural a ser declarado, exceto o imune ou isento:

I - na data da efetiva apresentação:

a) a pessoa física ou jurídica proprietária, titular do domínio útil ou possuidora a qualquer título, inclusive a usufrutuária;

b) um dos condôminos, quando o imóvel rural pertencer simultaneamente a mais de um contribuinte, em decorrência de contrato ou decisão judicial ou em função de doação recebida em comum; e

c) um dos compossuidores, quando mais de uma pessoa for possuidora do imóvel rural;

II - a pessoa física ou jurídica que, entre 1° de janeiro de 2023 e a data da efetiva apresentação da DITR, tenha perdido:

a) a posse do imóvel rural, pela imissão prévia do expropriante, em processo de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária;

b) o direito de propriedade pela transferência ou incorporação do imóvel rural ao patrimônio do expropriante, em decorrência de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, inclusive para fins de reforma agrária; ou

c) a posse ou a propriedade do imóvel rural, em função de alienação ao Poder Público, inclusive às suas autarquias e fundações, ou às instituições de educação e de assistência social imunes ao imposto;

III - a pessoa jurídica que tenha recebido o imóvel rural nas hipóteses previstas no inciso II, desde que os fatos descritos nessas hipóteses tenham ocorrido entre 1° de janeiro e 29 de setembro de 2023; e

IV - nos casos em que o imóvel rural pertencer a espólio, o inventariante, enquanto não ultimada a partilha, ou, se este não tiver sido nomeado, o cônjuge meeiro, o companheiro ou o sucessor a qualquer título.

Seção II
Dos Documentos da DITR

Art. 3° A DITR correspondente a cada imóvel rural é composta pelos documentos relacionados a seguir, por meio dos quais devem ser prestadas, à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), as informações necessárias ao cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR):

I - Documento de Informação e Atualização Cadastral do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (Diac), que contém as informações cadastrais correspondentes a cada imóvel rural e a seu titular; e

II - Documento de Informação e Apuração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (Diat), que contém as demais informações necessárias à apuração do valor do imposto correspondente a cada imóvel rural.

Parágrafo único. As informações prestadas por meio do Diac referido no inciso I do caput não serão utilizadas para fins de atualização dos dados cadastrais do imóvel rural, qualquer que seja a sua área, no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir).

CAPÍTULO III
DA FORMA DE ELABORAÇÃO

Art. 4° A DITR deve ser elaborada com o uso de computador por meio do Programa Gerador da Declaração do ITR relativo ao exercício de 2023 (Programa ITR 2023), disponível no site da RFB na Internet, no endereço <https://www.gov.br/receitafederal>.

Parágrafo único. A DITR elaborada em desacordo com o disposto no caput deve ser cancelada de ofício.

CAPÍTULO IV
DA APURAÇÃO DO ITR

Art. 5° O ITR é apurado por meio da DITR apresentada pelas pessoas físicas ou jurídicas obrigadas nos termos do art. 2°.

Parágrafo único. A pessoa física ou jurídica que tenha perdido a posse ou a propriedade do imóvel rural nas hipóteses previstas no inciso II do caput do art. 2° deve:

I - apurar o imposto no mesmo período e sob as mesmas condições previstos para os demais contribuintes; e

II - considerar a área desapropriada ou alienada como integrante da área total do imóvel rural, mesmo que este tenha sido, depois de 1° de janeiro de 2023, total ou parcialmente:

a) desapropriado por entidade imune ao ITR ou por pessoa jurídica de direito privado delegatária ou concessionária de serviço público; ou

b) alienado a entidade imune ao ITR.

CAPÍTULO V
DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 6° Para fins de exclusão das áreas não tributáveis da área total do imóvel rural, o contribuinte deve apresentar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o Ato Declaratório Ambiental (ADA) a que se refere o art. 17-O da Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, observada a legislação pertinente.

Art. 7° O contribuinte cujo imóvel rural já esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR) a que se refere o art. 29 da Lei n° 12.651, de 25 de maio de 2012, deve informar, na DITR, o respectivo número do recibo de inscrição.

Parágrafo único. Fica dispensado de prestar a informação prevista no caput o contribuinte cujo imóvel rural se enquadre nas hipóteses de imunidade ou de isenção previstas, respectivamente, nos arts. 2° e 3° da Instrução Normativa SRF n° 256, de 11 de dezembro de 2002.

CAPÍTULO VI
DO PRAZO E DOS MEIOS DISPONÍVEIS PARA A APRESENTAÇÃO

Art. 8° A DITR deve ser apresentada no período de 14 de agosto a 29 de setembro de 2023 pela Internet, por meio do Programa ITR 2023, disponível no endereço informado no caput do art. 4°.

§ 1° Opcionalmente, a DITR pode ser apresentada por meio do programa de transmissão Receitanet, disponível no endereço informado no caput do art. 4°.

§ 2° O serviço de recepção da DITR pela Internet será interrompido às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do último dia do prazo estabelecido no caput.

§ 3° O recibo que comprova a apresentação da DITR é gerado pelo Programa ITR 2023 no ato da sua transmissão e gravado no disco rígido do computador ou em mídia acessível por porta universal (USB), e deve ser impresso pelo contribuinte por meio do referido Programa.

CAPÍTULO VII
DA APRESENTAÇÃO DEPOIS DO PRAZO

Seção I
Dos Meios de Apresentação

Art. 9° Depois do prazo previsto no caput do art. 8°, a DITR deve ser apresentada:

I - por intermédio dos mesmos meios previstos no caput e no § 1° do art. 8°, pela Internet; ou

II - em uma unidade de atendimento da RFB durante o seu horário de expediente, gravada em mídia acessível por porta universal (USB).

Parágrafo único. O recibo que comprova a apresentação da DITR deve ser impresso pelo contribuinte por meio do Programa ITR 2023.

Seção II
Da Multa por Atraso na Entrega

Art. 10. A entrega da DITR depois do prazo previsto no caput do art. 8°, se obrigatória, sujeita o contribuinte à multa de 1% (um por cento) ao mês-calendário ou fração de atraso, calculada sobre o valor total do imposto devido.

§ 1° A multa prevista no caput será objeto de lançamento de ofício e tem por termo inicial o primeiro dia subsequente ao do final do prazo fixado para a entrega da DITR e, por termo final, o mês em que a DITR foi entregue.

§ 2° O valor da multa de que trata este artigo não pode ser inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de imóvel rural sujeito à apuração do imposto, sem prejuízo da multa e dos juros de mora devidos pela falta ou insuficiência do recolhimento do valor integral do imposto ou de suas quotas.

CAPÍTULO VIII
DA RETIFICAÇÃO

Art. 11. A pessoa física ou jurídica que constatar erros, omissões ou inexatidões na DITR já transmitida pode, antes de iniciado o procedimento de lançamento de ofício, apresentar DITR retificadora:

I - pela Internet, por meio do Programa ITR 2023, disponível no endereço informado no caput do art. 4°; ou

II - em uma unidade de atendimento da RFB durante o seu horário de expediente, gravada em mídia acessível por porta digital (USB), no caso de apresentação após o prazo previsto no caput do art. 8°.

§ 1° A DITR retificadora relativa ao exercício de 2023 deve ser apresentada pelo contribuinte sem interrupção do pagamento do imposto apurado na DITR originariamente apresentada.

§ 2° A DITR retificadora tem a mesma natureza da DITR originariamente apresentada e a substitui integralmente, devendo conter todas as informações anteriormente declaradas, com as alterações e exclusões necessárias, e as informações adicionadas, se for o caso.

§ 3° Para a elaboração e a transmissão da DITR retificadora, deve ser informado o número do recibo de apresentação da última DITR transmitida referente ao exercício de 2023.

§ 4° Opcionalmente, a transmissão da DITR retificadora pode ser feita com a utilização do programa de transmissão Receitanet, disponível no endereço informado no caput do art. 4°.

CAPÍTULO IX
DO PAGAMENTO DO IMPOSTO

Art. 12. O valor do ITR apurado pode ser pago em até 4 (quatro) quotas iguais, mensais e consecutivas, observado o seguinte:

I - nenhuma quota pode ter valor inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais);

II - o imposto de valor inferior a R$ 100,00 (cem reais) deve ser pago em quota única;

III - a primeira quota ou a quota única deve ser paga até o dia 29 de setembro de 2023, último dia do prazo de apresentação da DITR; e

IV - as demais quotas devem ser pagas até o último dia útil de cada mês, acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês de outubro de 2023 até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês do pagamento.

§ 1° É facultado ao contribuinte:

I - antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas, não sendo necessário, nesse caso, apresentar DITR retificadora com a nova opção de pagamento; ou

II - ampliar para até 4 (quatro) o número de quotas do imposto anteriormente previsto, observado o limite de valor de que trata o inciso I do caput, mediante apresentação de DITR retificadora antes da data de vencimento da primeira quota a ser alterada.

§ 2° Em nenhuma hipótese o valor do imposto devido será inferior a R$ 10,00 (dez reais).

§ 3° O pagamento integral do imposto ou das quotas, com os respectivos acréscimos legais, deve ser efetuado mediante:

I - transferência eletrônica de fundos por meio dos sistemas eletrônicos das instituições financeiras autorizadas pela RFB a operar com essa modalidade de arrecadação;

II - Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), em qualquer agência bancária integrante da rede arrecadadora de receitas federais, no caso de pagamento efetuado no Brasil; ou

III - Darf com código de barras, gerado pelo Programa ITR 2023 e emitido com o QR Code do pix, em caixa eletrônico de autoatendimento ou por meio de celular com o uso do aplicativo do banco, em qualquer instituição integrante do arranjo de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil (arranjo pix), independentemente de ser integrante da rede arrecadadora de receitas federais.

§ 4° O pagamento do ITR por pessoa física ou jurídica que tenha perdido a posse ou a propriedade do imóvel rural entre 1° de janeiro de 2023 e a data da efetiva apresentação da DITR, nas hipóteses previstas no inciso II do caput do art. 2°, deve ser efetuado no mesmo período e nas mesmas condições previstos para os demais contribuintes, sendo considerado antecipação o pagamento realizado antes do referido período.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 13. Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1° de agosto de 2023.

CLAUDIA LUCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

ATO COTEPE/ICMS N° 094, DE 03 DE JULHO DE 2023 (*) - (DOU de 04.07.2023)

Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS n° 199/22 e no Convênio ICMS n° 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 6° da cláusula décima do Convênio ICMS n° 199, de 22 de dezembro de 2022, e no § 6° da cláusula décima do Convênio ICMS n° 15, de 31 de março de 2023,

CONSIDERANDO as solicitações recebidas da Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas, da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo e da Secretaria da Fazenda do Estado

da Bahia, nos dias 28, 29 e 30 de junho de 2023, respectivamente, registradas no Processo SEI n° 12004.100550/2023-71, torna público:

Art. 1° Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43, de 27 de abril de 2023, com as seguintes redações:

I - o campo referente ao Estado do Amazonas, com o item 1:

AMAZONAS							
ITEM	UF	TIPO DE COMBUSTÍVEL (Diesel, B100, GLP, Gasolina, EAC)	TIPO DE DIFERIMENTO (IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA)	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL	DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO
1	AM	Diesel, GLP/GLGN e Gasolina A	IMPORTAÇÃO	40.180.943/0001-68	05.527.487-7	REFINARIA DE MANAUS S.A.	1°.05.2023

II - os itens 63 a 148 ao campo referente ao Estado de São Paulo:

SÃO PAULO							
ITEM	UF	TIPO DE COMBUSTÍVEL (Diesel, B100, GLP, Gasolina, EAC)	TIPO DE DIFERIMENTO (IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA)	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL	DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO
63	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	47.063.128/0001-68	260.005.288.110	USINA SÃO DOMINGOS - AÇÚCAR E ETANOL S/A	1°.06.2023
64	SP	EAC	TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	51.466.860/0001-56	557.061.801.119	SÃO MARTINHO S/A	1°.06.2023
65	SP	EAC	TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	51.466.860/0029-57	362.068.604.114	SÃO MARTINHO S/A	1°.06.2023
66	SP	EAC	TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	51.466.860/0050-34	166.026.728.112	SÃO MARTINHO S/A	1°.06.2023
67	SP	EAC	TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	43.545.284/0001-04	304.017.285.117	ALCOESTE BIOENERGIA FERNANDÓPOLIS S.A.	1°.06.2023
68	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA	47.524.632/0001-60	483.005.728.116	USINA SANTA ISABEL S/A	1°.06.2023
69	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA	47.524.632/0008-94	443.053.800.110	USINA SANTA ISABEL S/A	1°.06.2023
70	S	EAC	IMPORTAÇÃO	45.335.934/0	134.310.253	ECE S.A.	1°.06.2023

	P		/ TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	001-12	.116		
71	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	45.335.934/0009-70	503.137.395.116	ECE S.A.	1°.06.2023
72	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	45.335.934/0020-85	664.325.936.114	ECE S.A.	1°.06.2023
73	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	45.335.934/0019-41	543.060.278.119	ECE S.A.	1°.06.2023
74	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	45.335.934/0017-80	664.325.927.113	ECE S.A.	1°.06.2023
75	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	45.335.934/0018-60	543.060.269.118	ECE S.A.	1°.06.2023
76	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	45.335.934/0015-18	391.202.918.110	ECE S.A.	1°.06.2023
77	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	45.335.934/0013-56	205.053.503.110	ECE S.A.	1°.06.2023
78	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	45.335.934/0016-07	664.325.918.112	ECE S.A.	1°.06.2023
79	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	45.335.934/0014-37	453.175.253.118	ECE S.A.	1°.06.2023
80	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO	61.149.589/0001-89	104.174.342.110	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR,	1°.06.2023

			INTERNA			AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	
81	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0128-61	182.037.907.111	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
82	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0042-57	194.155.351.110	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
83	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0177-40	205.007.450.115	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
84	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0203-76	231.001.757.118	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
85	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0256-88	259.011.241.118	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
86	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0130-86	265.008.230.112	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
87	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0115-47	285.011.714.111	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E	1°.06.2023

						ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	
88	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0038-70	339.061.750.111	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
89	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0124-38	391.024.772.116	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
90	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0104-94	416.016.527.110	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
91	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0144-81	428.002.873.111	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
92	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0133-29	453.024.859.111	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
93	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0046-80	470.055.712.117	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
94	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0041-76	480.055.380.111	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO	1°.06.2023

						ESTADO DE SÃO PAULO	
95	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0145-62	483.011.045.118	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
96	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0146-43	495.040.514.113	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
97	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0020-41	503.091.215.111	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
98	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0032-85	522.095.365.110	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
99	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0048-42	536.143.748.110	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
100	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0263-07	536.172.010.115	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
101	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0064-62	543.017.381.111	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE	1°.06.2023

						SÃO PAULO	
102	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0095-69	543.017.726.114	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
103	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0102-22	565.003.295.114	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
104	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0054-90	603.058.060.113	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
105	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0215-00	633.375.392.116	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
106	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0148-05	649.012.578.119	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
107	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0112-02	663.007.160.117	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
108	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0139-14	664.027.387.116	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023

109	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0135-90	664.027.396.117	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
110	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0065-43	664.071.882.113	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
111	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0049-23	670.063.762.110	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
112	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	61.149.589/0264-98	762.014.465.113	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
113	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0001-77	148.248.963.111	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
114	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0002-58	182.180.268.114	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
115	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0032-73	194.158.713.110	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
116	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0011-49	205.072.057.118	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
117	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA /	10.265.949/0025-44	231.060.985.112	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023

			OPERAÇÃO INTERNA				
118	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0051-36	259.010.635.113	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
119	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0003-39	265.101.504.113	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
120	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0020-30	285.094.902.118	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
121	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0026-25	339.063.247.118	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
122	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0010-68	391.136.241.110	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
123	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0022-00	416.124.950.112	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
124	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0015-72	428.070.692.114	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
125	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0031-92	453.149.234.116	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
126	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0018-15	470.055.800.110	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
127	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0016-53	480.055.636.117	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
128	S	EAC	IMPORTAÇÃO	10.265.949/0	483.106.542	COPERSUCA	1°.06.2023

	P		/ TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	008-43	.117	R S.A.	
129	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0028-97	495.162.275.113	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
130	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0029-78	503.103.729.113	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
131	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0058-02	513.067.441.110	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
132	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0013-00	522.098.249.119	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
133	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0039-40	536.144.354.115	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
134	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0052-17	543.017.559.118	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
135	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0054-89	543.017.568.119	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
136	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0012-20	565.065.592.116	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
137	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0043-26	603.058.050.119	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
138	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO	10.265.949/0014-91	633.674.024.113	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023

			INTERNA				
139	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0017-34	649.096.381.110	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
140	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0007-62	663.086.158.113	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
141	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0053-06	664.071.377.110	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
142	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0005-09	664.165.682.119	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
143	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0024-63	664.165.957.110	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
144	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0040-83	670.063.805.119	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
145	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA / OPERAÇÃO INTERNA	10.265.949/0063-70	762.014.456.112	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
146	SP	EAC	TRANSFERÊNCIA/ OPERAÇÃO INTERNA	44.330.975/0001-53	186.000.014.116	COLOMBO AGROINDÚSTRIA S.A	1°.06.2023
147	SP	EAC	TRANSFERÊNCIA/ OPERAÇÃO INTERNA	44.330.975/0022-88	498.057.366.111	COLOMBO AGROINDÚSTRIA S.A	1°.06.2023
148	SP	EAC	TRANSFERÊNCIA/ OPERAÇÃO INTERNA	44.330.975/0025-20	605.055.713.119	COLOMBO AGROINDÚSTRIA S.A	1°.06.2023

III - os itens 8 a 15 ao campo referente ao Estado da Bahia:

BAHIA							
ITEM	**UF**	**TIPO DE COMBUSTÍVEL (Diesel, B100, GLP,**	**TIPO DE DIFERIMENTO (IMPORTAÇÃO /**	**CNPJ**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**RAZÃO SOCIAL**	**DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA**

		Gasolina, EAC)	TRANSFERÊNCIA)				CONCESSÃO
8	BA	EAC	IMPORTAÇÃO	04.958.554/0009-04	134261814	BLUEWAY TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A	1°.07.23
9	BA	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0125-63	175071642	RAÍZEN S/A	1°.07.23
10	BA	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0025-09	073788812	RAÍZEN S/A	1°.07.23
11	BA	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0093-41	101121932	RAÍZEN S/A	1°.07.23
12	BA	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0099-37	101823951	RAÍZEN S/A	1°.07.23
13	BA	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0105-10	112373355	RAÍZEN S/A	1°.07.23
14	BA	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0139-69	009092280	RAÍZEN S/A	1°.07.23
15	BA	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0444-14	043180185	RAÍZEN S/A	1°.07.23

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

(*) Retificação no DOU de 11.07.2023, por ter saído com incorreções no original.

ATO COTEPE/ICMS N° 098, DE 07 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 10.07.2023)

Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS n° 199/22 e no Convênio ICMS n° 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 6° da cláusula décima do Convênio ICMS n° 199, de 22 de dezembro de 2022, e no § 6° da cláusula décima do Convênio ICMS n° 15, de 31 de março de 2023,

CONSIDERANDO as solicitações recebidas da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo e da Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, no dia 6 de julho de 2023, registradas no Processo SEI n° 12004.100550/2023-71, torna público:

Art. 1° Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43, de 27 de abril de 2023, com as seguintes redações:

I - o campo referente ao Estado de Sergipe, com os itens 1 e 2:

SERGIPE							
ITE	U	TIPO DE	TIPO DE	CNPJ	INSCRIÇ	RAZÃO	DATA DO

M	F	COMBUSTÍVEL (Diesel, B100, GLP, Gasolina, EAC)	DIFERIMENTO(IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA)		ÃO ESTADUAL	SOCIAL	INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO
1	SE	DIESEL, GLP E GASOLINA	IMPORTAÇÃO E TRANSFERÊNCIA	33.000.167/0577-23	27.050.998-4	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	1°.05.2023
2	SE	DIESEL, GLP E GASOLINA	IMPORTAÇÃO E TRANSFERÊNCIA	33.000.167/0573-08	27.051.068-0	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.	1°.05.2023

II - os itens 149 a 156 ao campo referente ao Estado de São Paulo:

SÃO PAULO							
ITEM	UF	TIPO DE COMBUSTÍVEL (Diesel, B100, GLP, Gasolina, EAC)	TIPO DE DIFERIMENTO(IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA)	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL	DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO
149	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA	05.242.560/0001-76	327.057.130.110	Usina Vertente LTDA.	1º.06.2023
150	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA	47.080.619/0011-99	487.007.761.118	Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	1º.06.2023
151	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA	47.080.619/0009-74	666.000.013.112	Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	1º.06.2023
152	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA	47.080.619/0030-51	681.088.850.110	Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	1º.06.2023
153	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA	47.080.619/0033-02	322.027.590.112	Tereos Açúcar e Energia Brasil	1º.06.2023

						S.A.	
154	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA	47.080.619/0062-39	268.025.153.110	Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	1º.06.2023
155	SP	EAC	IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA	47.080.619/0061-58	543.042.429.119	Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	1º.06.2023
156	SP	EAC	TRANSFERÊNCIA/ OPERAÇÃO INTERNA	48.295.562/0011-08	562.145.016.113	Usina Alto Alegre S.A - Açúcar e Álcool	1º.06.2023

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS N° 099, DE 10 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 11.07.2023)

Altera o Ato COTEPE/ICMS n° 67/19, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1° da cláusula primeira-B do Convênio ICMS n° 75, de 5 de dezembro de 1991,

CONSIDERANDO a relação encaminhada pelo Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa por meio do Ofício n° 54/IFI/1485, de 16 de maio de 2023;

CONSIDERANDO a manifestação da Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo, recebida no dia 10 de julho de 2023, registrada no processo SEI n° 12004.100942/2019-54, torna público:

Art. 1° Os itens 53 a 56 ficam acrescidos ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS n° 67, de 3 de dezembro de 2019, no campo referente ao Estado do Espírito Santo, com as seguintes redações:

ESPÍRITO SANTO	
53.	BRAMED COMERCIO HOSPITALAR DO BRASIL LTDA CNPJ: 28.345.933/0002-10 IE: 083.718.51-6
54.	CLAC IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

	CNPJ: 31.274.384/0001-64 IE: 081.131.20-8
55.	PREXX COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA CNPJ: 18.398.145/0005-81 IE: 083.820.70-1
56.	VIXIMPORT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ: 44.184.577/0001-76 IE: 083.834.09-5

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS N° 100, DE 11 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 12.07.2023)

Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS n° 199/22 e no Convênio ICMS n° 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 6° da cláusula décima do Convênio ICMS n° 199, de 22 de dezembro de 2022, e no § 6° da cláusula décima do Convênio ICMS n° 15, de 31 de março de 2023,

CONSIDERANDO as solicitações recebidas da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná e Pernambuco, no dia 7 de julho de 2023, registradas no Processo SEI n° 12004.100550/2023-71, torna público:

Art. 1° O item 2 do campo referente ao Estado de Pernambuco do Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43, de 27 de abril de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

PERNAMBUCO							
ITEM	**UF**	**TIPO DE COMBUSTÍVEL (Diesel,B100, GLP, Gasolina, EAC)**	**TIPO DE DIFERIMENTO(IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA)**	**CNPJ**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**RAZÃO SOCIAL**	**DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO**
2	PE	Diesel, GLP, Gasolina	IMPORTAÇÃO E TRANSFERÊNCIA	41.777.706/0007-37	1031740-60	REFINARIA DE MATARIPE S/A	1°.05.2023

Art. 2° Os dispositivos a seguir indicados ficam acrescidos ao Anexo II do Ato COTEPE/ICMS n° 43/23, com as seguintes redações:

I - os itens 3 a 36 ao campo referente ao Estado do Paraná:

PARANÁ

ITEM	UF	TIPO DE COMBUSTÍVEL (Diesel, B100, GLP, Gasolina, EAC)	TIPO DE DIFERIMENTO (IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA)	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL	DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO
3	PR	EAC	TRANSFERÊNCIA / SAÍDAS	75.717.355/0001-03	701.11490-60	USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.	1°.06.2023
4	PR	EAC	TRANSFERÊNCIA / SAÍDAS	75.717.355/0005-29	901.71238-71	USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.	1°.06.2023
5	PR	EAC	TRANSFERÊNCIA / SAÍDAS	75.717.355/0002-86	718.00054-84	USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.	1°.06.2023
6	PR	EAC	TRANSFERÊNCIA / SAÍDAS	75.717.355/0003-67	829.00808-44	USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.	1°.06.2023
7	PR	EAC	TRANSFERÊNCIA / SAÍDAS	75.717.355/0004-48	850.00078-60	USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.	1°.06.2023
8	PR	EAC	TRANSFERÊNCIA / SAÍDAS	75.717.355/0008-71	902.98060-10	USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.	1°.06.2023
9	PR	EAC	TRANSFERÊNCIA / SAÍDAS	75.717.355/0010-96	904.54030-73	USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.	1°.06.2023
10	PR	EAC	TRANSFERÊNCIA / SAÍDAS	75.717.355/0011-77	904.95030-05	USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA.	1°.06.2023
11	PR	EAC	SAÍDAS	75.084.871/0001-30	643.01170-07	COOPERVAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VALE DO IVAI LTDA	1°.06.2023
12	PR	EAC	SAÍDAS	03.345.641/0003-38	901.96843-82	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NOVA PRODUTIVA	1°.06.2023
13	PR	EAC	SAÍDAS	75.177.857/0001-80	645.00463-94	RENUKA VALE DO IVAI S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	1°.06.2023
14	PR	EAC	SAÍDAS	10.265.949/0035-16	904.65630-58	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
15	P	EAC	SAÍDAS	10.265.949/0	904.8819	COPERSUCAR	1°.06.2023

	R			034-35	6-10	S.A.	
16	PR	EAC	SAÍDAS	10.265.949/0057-21	906.25700-99	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
17	PR	EAC	SAÍDAS	10.265.949/0038-69	904.81745-71	COPERSUCAR S.A.	1°.06.2023
18	PR	EAC	SAÍDAS	61.149.589/0154-53	501.01765-59	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
19	PR	EAC	SAÍDAS	61.149.589/0221-58	901.79392-19	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
20	PR	EAC	SAÍDAS	61.149.589/0259-20	906.25702-50	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
21	PR	EAC	SAÍDAS	61.149.589/0208-80	901.01856-18	COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1°.06.2023
22	PR	EAC	IMPORTAÇÃO, SAÍDAS	61.231.478/0002-06	501.00341-77	COMPANHIA AGRICOLA USINA JACAREZINHO	1°.06.2023
23	PR	EAC	IMPORTAÇÃO, SAÍDAS	61.082.962/0003-93	701.02957-71	COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ	1°.06.2023
24	PR	EAC	IMPORTAÇÃO, SAÍDAS	61.082.962/0004-74	833.00648-71	COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ	1°.06.2023
25	PR	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0057-88	905.48470-22	RAÍZEN S/A	1°.06.2023
26	PR	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0068-30	905.45119-70	RAÍZEN S/A	1°.06.2023
27	PR	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0119-15	907.10051-08	RAÍZEN S/A	1°.06.2023
28	PR	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0129-97	401.01830-10	RAÍZEN S/A	1°.06.2023
29	PR	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0131-01	701.04036-80	RAÍZEN S/A	1°.06.2023

30	PR	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0244-99	107.00755-51	RAÍZEN S/A	1°.06.2023
31	PR	EAC	SAÍDAS	75.444.430/0001-00	501.00447-25	DACALDA AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.	1°.06.2023
32	PR	EAC	SAÍDAS	78.340.270/0002-10	725.00298-07	COOPERATIVA AGRÍCOLA REGIONAL DE PRODUTORES DE CANA LTDA. - COOPCANA	1°.06.2023
33	PR	EAC	TRANSFERÊNCIA, SAÍDAS	48.295.562/0014-50	623.00717-03	USINA ALTO ALEGRE S.A - AÇÚCAR E ALCOOL	1°.06.2023
34	PR	EAC	TRANSFERÊNCIA, SAÍDAS	48.295.562/0011-84	903.60003-90	USINA ALTO ALEGRE S.A - AÇÚCAR E ALCOOL	1°.06.2023
35	PR	EAC	TRANSFERÊNCIA, SAÍDAS	48.295.562/0019-65	905.27221-76	USINA ALTO ALEGRE S.A - AÇÚCAR E ALCOOL	1°.06.2023
36	PR	EAC	IMPORTAÇÃO	04.958.554/0007-42	907.13556-05	BLUEWAY TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A	1°.06.2023

II - os itens 3 a 9 ao campo referente ao Estado de Pernambuco:

PERNAMBUCO							
ITEM	**UF**	**TIPO DE COMBUSTÍVEL (Diesel, B100, GLP, Gasolina, EAC)**	**TIPO DE DIFERIMENTO (IMPORTAÇÃO / TRANSFERÊNCIA)**	**CNPJ**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**RAZÃO SOCIAL**	**DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO**
3	PE	EAC	IMPORTAÇÃO E OPERAÇÃO INTERNA	45.335.934/0004-65	1090397-69	ECE S/A	1°.06.2023
4	PE	EAC	IMPORTAÇÃO E OPERAÇÃO INTERNA	12.103.781/0001-29	0402887-22	BCI COMERCIALIZADORA LTDA	1°.06.2023
5	PE	EAC	IMPORTAÇÃO	04.958.554/0008-23	0309512-67	BLUEWAY TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.	1°.06.2023
6	PE	EAC	IMPORTAÇÃO	33.453.598/0323-27	0126938-04	RAÍZEN S/A	1°.06.2023
7	PE	EAC	IMPORTAÇÃO	41.080.722/0001-80	0184206-48	DISLUB COMBUSTIVEIS S.A.	1°.06.2023
8	PE	EAC	IMPORTAÇÃO	01.241.994/0001-09	0227097-89	TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A.	1°.06.2023
9	P	EAC	IMPORTAÇÃO	05.073.264/0	0604693-	ATLANTIMPORT	1°.06.2023

	E			001-09	23	COMERCIAL S/A.	

Art. 3° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/PMPF N° 018, DE 07 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 10.07.2023)

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5° do Regimento do CONFAZ;

CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS n° 110, de 28 de setembro de 2007;

CONSIDERANDO as informações recebidas das unidades federadas, constantes no processo SEI n° 12004.100876/2023-07, TORNA PÚBLICO que os Estados e o Distrito Federal adotarão, a partir de 16 de julho de 2023, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos no Convênio ICMS n° 110/07:

ITEM	UF	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
		(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
1	AC	-	4,6946	-	-	-	-
2	AL	3,4910	*4,5509	*4,6389	-	-	-
3	AM	-	*4,6544	2,5939	1,8617	-	-
4	AP	-	5,2600	-	-	-	-
5	BA	-	4,5900	3,6940	-	-	-
6	CE	-	4,6000	4,6400	-	-	-
7	DF	-	*3,9700	6,0400	-	-	-
8	ES	-	**4,3523	*4,8381	-	-	-
9	GO	-	**3,7582	-	-	-	-
10	MA	-	4,5000	-	-	-	-
11	MG	5,0739	3,7489	4,5918	-	-	-
12	MS	3,5839	3,7974	3,4598	-	-	-
13	MT	6,1932	3,6807	3,5400	2,9900	-	-
14	PA	-	4,6552	-	-	-	-
15	PB	*4,6859	*4,1713	*4,3524	-	6,8463	6,8463
16	PE	-	4,2900	-	-	-	-
17	PI	7,2000	4,4900	-	-	-	-
18	PR	-	3,9490	5,1365	-	-	-
19	RJ	2,4456	**4,2400	*4,2700	-	-	-
20	RN	-	4,6000	4,4000	-	-	-
21	RO	-	4,8900	-	-	4,0864	-
22	RR	6,3660	5,0400	-	-	-	-
23	RS	-	4,7851	5,1210	-	-	-
24	SC	-	4,6300	5,1000	-	-	-
25	SE	**4,7180	*4,4280	*4,6870	-	-	-
26	SP	-	3,6300	-	-	-	-
27	TO	7,0600	4,5200	-	-	-	-

Notas Explicativas:

a) * valores alterados de PMPF;

b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS N° 101, DE 12 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 13.07.2023)

Altera o Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS n° 74/21, que divulga os dados cadastrais das refinarias de petróleo ou bases, que serão utilizadas pelas unidades federadas, para determinação do valor de partida a ser utilizado no cálculo do ICMS a ser repassado em favor da unidade federada de destino dos combustíveis derivados de petróleo, e também para referência dos repasses nas operações com GLP/GLGN e repasses em provisão dos demais combustíveis.

A COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DO ICMS - COTEPE/ICMS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do art. 9° do seu regimento, divulgado pela Resolução n° 3, de 12 de dezembro de 1997, na sua 327ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 11 de julho de 2023, em Brasília, DF, com base no Ato COTEPE/ICMS n° 13, de 7 de abril de 2014, em especial, nos itens 3.5.2.9, 3.5.2.10, 4.7.1, 6.6.1, 6.3.1, 12.5.1, do art. 1°,

RESOLVEU:

Art. 1° Os itens relativos ao Estado de Rondônia do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS n° 74, de 28 de outubro de 2021, passam a vigorar com as seguintes redações:

UF	PRODUTO	REFINARIA DE PETRÓLEO OU BASE
RO	Óleo Diesel	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS CNPJ 33.000.167/0381-84 CRATO - CARLOS HENRIQUE MOEHRING, JAUARY II, ITACOATIARA/AM - CEP 69104-404
	Gasolina Automotiva	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS CNPJ 33.000.167/0381-84 CRATO - CARLOS HENRIQUE MOEHRING, JAUARY II, ITACOATIARA/AM - CEP 69104-404
	Gasolina de Aviação	A responsável por substituição tributária é a Distribuidora
	Querosene de Aviação	A responsável por substituição tributária é a Distribuidora
	Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS CNPJ 33.000.167/0381-84 CRATO - CARLOS HENRIQUE MOEHRING, JAUARY II, ITACOATIARA/AM - CEP 69104-404
	Óleo Combustível	A responsável por substituição tributária é a Distribuidora

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR N° 013, DE 06 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 10.07.2023)

Institui código de receita para recolhimento dos valores a que se refere o art. 2° e o inciso I do art. 5°, ambos da Lei n° 6.009, de 26 de dezembro de 1973, inscritos em Dívida Ativa da União.

A COORDENADORA-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DE DIREITO CREDITÓRIO SUBSTITUTA, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 39 da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e no Inciso I do art. 5° da Lei n° 6.009, de 26 de dezembro de 1973,

DECLARA:

Art. 1° Fica instituído o código de receita 6160 - R D Ativa - Comaer - Receita Proveniente de Tarifas Cobradas pela Utilização de Informações Aeronáuticas, Tráfego Aéreo, Meteorologia e Auxílios a Navegação Aérea, que deverá ser informado no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), para recolhimento dos valores a que se refere o art. 2° e o inciso I do art. 5°, ambos da Lei n° 6.009, de 26 de dezembro de 1973, inscritos em Dívida Ativa da União.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA ALICE GONÇALVES BARROS

PORTARIA NORMATIVA MF N° 733, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)

Dispõe sobre a habilitação de agentes financeiros no Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - Desenrola Brasil, criado pela Medida Provisória n° 1.176, de 5 de junho de 2023, e sobre o enquadramento no Desenrola Brasil - Faixa 2.

O MINISTRO DO ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória n° 1.176, de 5 de junho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1° Esta Portaria disciplina a habilitação de agentes financeiros no Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - Desenrola Brasil, criado pela Medida Provisória n° 1.176, de 5 de junho de 2023, e define restrição ao enquadramento de operações no Desenrola Brasil - Faixa 2.

Art. 2° A habilitação de agentes financeiros no Programa Desenrola Brasil - Faixa 1, de que trata o art. 6° da Portaria Normativa MF n° 634, de 27 de junho de 2023, será realizada por meio de funcionalidade disponibilizada na plataforma da entidade operadora.

Art. 3° As instituições financeiras criadas por lei própria ou autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que detenham autorização para realizar operações de crédito ficam habilitadas para oferecer renegociação de dívidas no âmbito do Programa Desenrola Brasil - Faixa 2 a partir de 17 de julho de 2023.

Parágrafo único. As instituições de que trata o caput deverão enviar as informações sobre as renegociações no âmbito do Programa na forma definida pelo Banco Central do Brasil, para fins da fiscalização de que trata o inciso I do art. 14 da Medida Provisória n° 1.176, de 2023, dispensando-se providência adicional para a habilitação.

Art. 4° As dívidas renegociadas no âmbito do Desenrola Brasil - Faixa 1 não se prestarão à apuração de crédito presumido de que trata o art. 13 da Medida Provisória n° 1.176, de 2023, referente ao Programa Desenrola Brasil - Faixa 2.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

AJUSTE SINIEF N° 016, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)

Altera o Convênio SINIEF n° 6/89, que institui os documentos fiscais que especifica e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ - e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na 375ª Reunião Extraordinária do Conselho, realizada em Brasília, DF, no dia 13 de julho de 2023, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira As alíneas "u" e "v" ficam acrescidas ao inciso I do § 1° do art. 88-A do Convênio SINIEF n° 6, de 21 de fevereiro de 1989, com as seguintes redações:

"u) ICMS Monofásico por Operação Código 10015-3;

v) ICMS Monofásico por Apuração Código 10016-1.".

Cláusula segunda. Este ajuste entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Dario Carnevalli Durigan, em exercício, Secretaria da Receita Federal do Brasil - Michiaki Hashimura, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - Renata dos Santos, Amapá - Jesus de Nazaré de Almeida Vidal, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fabrízio Gomes Santos, Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Espírito Santo - Benicio Suzana Costa, Goiás - Selene Peres Peres Nunes, Maranhão - Marcellus Alves Ribeiro, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Flávio César Mendes de Oliveira, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Wilson José de Paula, Piauí - Emilio Joaquim de Oliveira Junior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier , Rio Grande do Sul - Pricilla Maria Santana, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Cleverson Siewert, São Paulo - Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita, Sergipe - Alberto Schetine, Tocantins - Márcia Mantovani.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

1.04 SOLUÇÃO DE CONSULTA

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 136, DE 04 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 11.07.2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

ASSOCIAÇÃO CIVIL. ISENÇÃO. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES.

Não é isenta de IRPJ a entidade que remunera dirigentes pela prestação, a si própria, de serviços técnicos específicos sem amparo em vínculo estatutário (de gestão executiva em sentido lato) ou empregatício.

A qualificação da entidade como OSC ou Oscip não modifica os requisitos legais previstos nos arts. 12 e 15 da Lei n° 9.532, de 1997, para fins da isenção.

ASSOCIAÇÃO CIVIL. IMUNIDADE. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES.

Não é imune ao IRPJ a entidade que remunera dirigentes pela prestação, a si própria, de serviços técnicos específicos sem amparo em vínculo estatutário (de gestão executiva em sentido lato) ou empregatício.

A qualificação da entidade como OSC ou Oscip não modifica o disposto no art. 12 da Lei n° 9.532, de 1997, para fins da imunidade.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, art. 150, VI, "c"; Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997, art. 12, § 2°, "a" , §§ 4°, 5°, 6°, art. 15, § 3°.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA

Para leitura do relatório completo da solução disponibilizado pela RFB, acesse: SC Cosit n° 136/2023.pdf

SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 3.011, DE 7 DE JULHO DE 2023 - 3ª REGIÃO FISCAL - (DOU de 10.07.2023)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS DE SAÚDE. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO REDUZIDO. REQUISITOS.

A partir de 1° de janeiro de 2009, para efeito de determinação da base de cálculo do IRPJ devido pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, aplicase o percentual de 8% (oito por cento) sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços hospitalares e da prestação dos serviços de auxílio diagnóstico e terapia listados na "Atribuição 4: Prestação de Atendimento ao Apoio ao Diagnóstico e Terapia" da Resolução RDC Anvisa n° 50, de 21 de fevereiro de 2002, desde que a prestadora dos serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária (de direito e de fato) e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 114, DE 26 DE MARÇO DE 2019.

Dispositivos Legais: Lei n° 9.249, de 1995, art. 15, caput, § 1°, III, "a", e § 2°; Lei n° 9.430, de 1996, art. 25, I; Lei n° 10.406, de 2002 (Código Civil), art. 966 e 982; Lei n° 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 2012, arts. 30, 31 e 38, II; Instrução Normativa RFB n° 2.058, de 2021, art.33; Instrução Normativa RFB n° 1.700, de 2017, art. 33, § 1°, II, "a", §§ 3° e 4°, art. 215, § 2°; Solução de Divergência Cosit n° 11, de 28 de agosto de 2012; Resolução RDC Anvisa n° 50, de 2002.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal
CONSULTA SOBRE DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA PARCIAL.

Não produz efeitos a consulta que tem por objetivo a prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal pela RFB.

Dispositivo Legal: Instrução Normativa RFB n° 2.058, de 2019, art. 27, inciso XIV.

MAURO SÉRGIO GUIMARÃES MACHADO

A RFB não disponibilizou relatório complementar.

2.00 ASSUNTOS ESTADUAIS

2.01 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

PORTARIA SRE N° 044, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOE de 14.07.2023)

Altera a Portaria CAT 147/09, de 27 de julho de 2009, que disciplina os procedimentos a serem adotados para fins da Escrituração Fiscal Digital - EFD pelos contribuintes do ICMS.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL, tendo em vista o disposto no artigo 250-A do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, aprovado pelo Decreto n° 45.490, de 30 de novembro de 2000, expede a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1° Ficam acrescentados, com a redação que se segue, os dispositivos adiante indicados à Portaria CAT 147/09, de 27 de julho de 2009:

I - o item 17 à tabela do Anexo I:

“

Item	Registro	Descrição
17	1601	Operações com Instrumentos de Pagamentos Eletrônicos

” (NR);

II - o código SP010314 à Tabela 5.1.1 do Anexo VI:

“

Códigos da tabela 5.1.1 para São Paulo		Períodos de apuração em que poderão ser utilizados os códigos	
Código	Descrição	Início	Fim
SP010314	Estorno de imposto creditado - Cláusula décima sétima - Convênio ICMS n° 199/2022	05/2023	

” (NR).

Artigo 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e, relativamente ao disposto no inciso I do artigo 1°, produz efeitos desde a escrituração fiscal digital correspondente ao mês de referência 01/2023.

2.02 PROTOCOLOS E CONVENIOS ICMS

DECRETO N° 67.788, DE 11 DE JULHO DE 2023 - (DOE de 12.07.2023)

Ratifica convênio celebrado nos termos da Lei Complementar federal n° 24, de 7 de janeiro de 1975.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 4° da Lei Complementar federal n° 24, de 7 de janeiro de 1975, e no artigo 23 da Lei n° 17.293, de 15 de outubro de 2020,

DECRETA:

Artigo 1° Fica ratificado o Convênio ICMS 81/23, celebrado em Brasília, DF, na 374ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada nos dias 20 e 22 de junho de 2023, e publicado na página 1 da Seção 1 - Extra B da Edição 117-B do Diário Oficial da União do dia 22 de junho de 2023.

Parágrafo único. Somente após a manifestação favorável da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, expressa ou tácita, na forma do artigo 23 da Lei n° 17.293, de 15 de outubro de 2020, o Poder Executivo poderá implementar, no âmbito do Estado de São Paulo, o referido Convênio ICMS 81/23.

Artigo 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de julho de 2023

TARCÍSIO DE FREITAS

ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA
Secretário-Chefe da Casa Civil

SAMUEL YOSHIAKI OLIVEIRA KINOSHITA
Secretário da Fazenda e Planejamento

GILBERTO KASSAB
Secretário de Governo e Relações Institucionais

Publicado na Casa Civil, aos 11 de julho de 2023.

ATO DECLARATÓRIO N° 024, DE 07 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 10.07.2023)

Ratifica Convênios ICMS aprovados na 374ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 20.06.2023 e publicados no DOU em 21.06.2023.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, com fulcro no art. 5° da Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 5° e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 374ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 20 de junho de 2023:

CONVÊNIO ICMS n° 78/23 - Autoriza o Estado de Pernambuco a instituir programa de recuperação de créditos tributários, na forma que especifica;

CONVÊNIO ICMS n° 79/23 - Altera o Convênio ICMS n° 79/20, que autoriza as unidades federadas que menciona a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais, mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, inclusive os decorrentes da situação de emergência em saúde pública causada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) na forma que especifica;

CONVÊNIO ICMS n° 80/23 - Altera o Convênio ICMS n° 70/23, que autoriza o Estado do Maranhão a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais, mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados ao ICMS, pelos contribuintes estabelecidos nos municípios de áreas em que foram declaradas situação de emergência, em razão das enchentes provocadas pelas fortes chuvas no Estado.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 42, DE 13 DE JULHO DE 2023 – (DOU de 14/07/2023)

Publica Ajuste SINIEF e Convênios ICMS aprovados na 375ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 13/07/2023.

O DIRETOR DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 35, 39 e 40 desse mesmo diploma, torna público que na 375ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 13 de julho de 2023, foram celebrados os seguintes atos:

Nota Editorial

AJUSTE SINIEF Nº 16, DE 13 DE JULHO DE 2023.

CONVÊNIO ICMS N° 82, DE 13 DE JULHO DE 2023.

CONVÊNIO ICMS N° 83, DE 13 DE JULHO DE 2023.

CONVÊNIO ICMS Nº 84, DE 13 DE JULHO DE 2023

CONVÊNIO ICMS Nº 85, DE 13 DE JULHO DE 2023.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

CONVÊNIO ICMS N° 082, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)

Autoriza o Estado do Amapá a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais, mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais na forma que especifica.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, na sua 375ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 13 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O Estado do Amapá fica autorizado a instituir programa de pagamento e parcelamento de créditos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias - ICM - e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2022, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, espontaneamente denunciados pelo contribuinte, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda proveniente de lançamento de ofício efetuado após a ratificação deste convênio, com redução de até 100% (cem por cento) dos juros, multas e demais acréscimos legais, observadas as condições e limites estabelecidos neste convênio e na legislação estadual.

Cláusula segunda. Os créditos submetidos ao programa de que trata este convênio terão os valores consolidados de forma individualizada, por cada inscrição, no caso dos créditos já inscritos em dívida ativa, ou por cada crédito lançados pela administração tributária, relacionados com o ICM e o ICMS e que não tenham sido inscritos em dívida ativa, abrangendo todos os acréscimos legais.

§ 1° Os requerimentos de parcelamento de débitos inscritos na dívida ativa serão formalizados na Procuradoria-Geral do Estado do Amapá e os demais débitos mediante requerimento na administração tributária.

§ 2° O débito será parcelado na data do pedido de ingresso no programa, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§ 3° Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados ou informados pelo contribuinte à repartição fazendária, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores do ICMS, ocorridos até 31 de dezembro de 2022.

§ 4° Para adesão ao Programa definido neste convênio, fica condicionado que os valores de ICMS apurados em 2023 sejam recolhidos até o momento do requerimento.

§ 5° O débito consolidado de ICMS poderá ser pago em parcela única, com redução de até 100% (cem por cento) dos juros e das multas punitivas e moratórias para pagamentos realizados até o dia 31 de dezembro de 2023.

Cláusula terceira Os débitos consolidados de ICMS poderão ser parcelados até o dia 31 de dezembro de 2023, das seguintes formas:

I - em até 12 (doze) parcelas, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros e das multas punitivas e moratórias;

II - de 13 (treze) a 36 (trinta e seis) parcelas, com redução de 70% (setenta por cento) dos juros e das multas punitivas e moratórias;

III - de 37 (trinta e sete) a 48 (quarenta e oito) parcelas, com redução de 60% (sessenta por cento) dos juros e das multas punitivas e moratórias;

IV - de 49 (quarenta e nove) a 60 (sessenta) parcelas, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros e das multas punitivas e moratórias.

§ 1° Os créditos tributários decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniária, por descumprimento de obrigações acessórias, terão redução de até 80% (oitenta por cento) do seu valor original, se pagos à vista.

§ 2° O parcelamento obedecerá, ainda, ao seguinte:

I - o saldo devedor será mensalmente corrigido monetariamente de acordo com o indexador previsto na legislação estadual;

II - serão calculados mensalmente os juros e multas devidos de acordo com o que dispõe a legislação estadual e sobre o montante apurado será aplicado o percentual de redução;

III - o valor da parcela não poderá ser inferior a R$ 200,00 (duzentos reais), para débito tributário e R$ 50,00 (cinquenta reais), para débito não tributário;

IV - as parcelas vencerão todo dia 25 (vinte e cinco) de cada mês;

V - na adesão ao programa;

VI - a adesão ao parcelamento fica condicionada ao recolhimento do ICMS referente à apuração mensal dos meses de janeiro a julho de 2023.

Cláusula quarta. No caso de pagamento de parcela em atraso serão aplicados acréscimos legais previstos na legislação do ICMS, sem as reduções previstas nos incisos II, III e IV da cláusula terceira.

Cláusula quinta Os benefícios fiscais previstos neste convênio ficam condicionados ao pagamento do crédito tributário, à vista ou parcelado, exclusivamente em moeda corrente, sendo vedada a utilização de precatórios ou quaisquer outros títulos.

Cláusula sexta A formalização de pedido de ingresso no programa implica reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada:

I - à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo;

II - ao prévio credenciamento no Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e, quando o sujeito passivo for inscrito no cadastro de contribuintes da administração tributária, obrigado ao credenciamento pela legislação estadual.

Cláusula sétima O ingresso no programa dar-se-á por opção do contribuinte, a qual será homologada pela administração tributária, no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela.

§ 1° A primeira parcela do parcelamento deverá ser paga em até 3 (três) dias úteis, contados da data da formalização do ingresso no programa.

§ 2° Legislação estadual fixará condições e o prazo máximo de opção do contribuinte, que não poderá exceder a 31 de outubro de 2023, podendo ser prorrogado até 31 de dezembro de 2023.

Cláusula oitava. Implica revogação do parcelamento:

I - a inobservância de qualquer das exigências estabelecidas neste convênio;

II - o atraso, por prazo superior a 90 (noventa) dias, do pagamento de qualquer parcela;

III - o inadimplemento do imposto devido, por prazo superior a 90 (noventa) dias, relativamente a fatos geradores ocorridos após a data da homologação do ingresso no programa.

Parágrafo único. Para efeito do disposto nesta cláusula, serão considerados todos os estabelecimentos da empresa beneficiária do programa.

Cláusula nona Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Dario Carnevalli Durigan, em exercício, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - Renata dos Santos, Amapá - Jesus de Nazaré de Almeida Vidal, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fabrízio Gomes Santos, Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Espírito Santo - Benicio Suzana Costa, Goiás - Selene Peres Peres Nunes, Maranhão - Marcellus Alves Ribeiro, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Flávio César Mendes de Oliveira, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Wilson José de Paula, Piauí - Emilio Joaquim de Oliveira Junior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier , Rio Grande do Sul - Pricilla Maria Santana, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Cleverson Siewert, São Paulo - Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita, Sergipe - Alberto Schetine, Tocantins - Márcia Mantovani.

CONVÊNIO ICMS N° 083, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)

Prorroga as disposições do Convênio ICMS n° 224/17, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS nas operações internas com produtos essenciais ao consumo popular que compõem a cesta básica.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, na sua 375ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 13 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira. As disposições contidas no Convênio ICMS n° 224, de 15 de dezembro de 2017, ficam prorrogadas até 30 de abril de 2024.

Cláusula segunda. Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Dario Carnevalli Durigan, em exercício, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - Renata dos Santos, Amapá - Jesus de Nazaré de Almeida Vidal, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fabrízio Gomes Santos, Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Espírito Santo - Benicio Suzana Costa, Goiás - Selene Peres Peres Nunes, Maranhão - Marcellus Alves Ribeiro, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Flávio César Mendes de Oliveira, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Wilson José de Paula, Piauí - Emilio Joaquim de Oliveira Junior, Rio de Janeiro -

Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier , Rio Grande do Sul - Pricilla Maria Santana, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Cleverson Siewert, São Paulo - Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita, Sergipe - Alberto Schetine, Tocantins - Márcia Mantovani.

CONVÊNIO ICMS N° 084, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)

Dispõe sobre a adesão dos Estados do Amapá e Minas Gerais e altera o Convênio ICMS n° 77/23, que autoriza os Estados do Ceará e Sergipe a não exigirem o ICMS devido pelo descumprimento de compromissos assumidos como requisito à concessão de benefício fiscal previsto no Convênio ICMS n° 188/17, bem como reinstituídos nos termos da Lei Complementar n° 160/17 e do Convênio ICMS n° 190/17, tendo em vista os efeitos econômicos negativos relacionados à pandemia da doença infecciosa viral respiratória causada pelo novo Coronavírus (COVID-19).

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, na sua 375ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 13 de julho 2023, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Os Estados do Amapá e Minas Gerais ficam incluídos nas disposições do Convênio ICMS n° 77, de 2 de junho de 2023.

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS n° 77/23 passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Autoriza as unidades federadas que menciona a não exigirem o ICMS devido pelo descumprimento de compromissos assumidos como requisito à concessão de benefício fiscal previsto no Convênio ICMS n° 188/17, bem como reinstituídos nos termos da Lei Complementar n° 160/17 e do Convênio ICMS n° 190/17, tendo em vista os efeitos econômicos negativos relacionados à pandemia da doença infecciosa viral respiratória causada pelo novo Coronavírus (COVID-19).";

II - a cláusula primeira:

"Os Estados do Amapá, Ceará, Minas Gerais e Sergipe ficam autorizados a não exigirem, total ou parcialmente, o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - devido pelo descumprimento de compromissos assumidos por contribuinte do setor aéreo, como requisito à concessão de benefício fiscal previsto no Convênio ICMS n° 188, de 4 de dezembro de 2017, bem como reinstituídos nos termos da Lei Complementar n° 160, de 7 de agosto de 2017, e do Convênio ICMS n° 190, de 15 de dezembro de 2017, cujos fatos geradores tenham ocorrido até maio de 2023, aplicando-se aos contribuintes que comprovarem, conforme dispuser a legislação do Estado, que o descumprimento decorre de efeitos econômicos negativos ainda relacionados, direta ou indiretamente, à pandemia do COVID-19.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Dario Carnevalli Durigan, em exercício, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - Renata dos Santos, Amapá - Jesus de Nazaré de Almeida Vidal, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fabrízio Gomes Santos, Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Espírito Santo - Benicio Suzana Costa, Goiás - Selene Peres Peres Nunes, Maranhão - Marcellus Alves Ribeiro, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Flávio César Mendes de Oliveira, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Wilson José de Paula, Piauí - Emilio Joaquim de Oliveira Junior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier , Rio Grande do Sul - Pricilla Maria Santana, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Cleverson Siewert, São Paulo - Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita, Sergipe - Alberto Schetine, Tocantins - Márcia Mantovani.

CONVÊNIO ICMS N° 085, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOU de 14.07.2023)

Altera o Convênio ICMS n° 199/22, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar n° 192, de 11 de março de 2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, na sua 375ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 13 de julho 2023, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O "caput" da cláusula trigésima terceira-E do Convênio ICMS n° 199, de 22 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula trigésima terceira-E Do primeiro ao quarto mês de produção de efeitos deste convênio, documentos, declarações e escriturações fiscais poderão ser geradas com utilização de solução sistêmica contingência, em face das operações com os combustíveis previstos neste convênio.".

Cláusula segunda. Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Dario Carnevalli Durigan, em exercício, Acre - José Amarísio Freitas de Souza, Alagoas - Renata dos Santos, Amapá - Jesus de Nazaré de Almeida Vidal, Amazonas - Alex Del Giglio, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - Fabrízio Gomes Santos, Distrito Federal - José Itamar Feitosa, Espírito Santo - Benicio Suzana Costa, Goiás - Selene Peres Peres Nunes, Maranhão - Marcellus Alves Ribeiro, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Flávio César Mendes de Oliveira, Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Wilson José de Paula, Piauí - Emilio Joaquim de Oliveira Junior, Rio de Janeiro - Leonardo Lobo Pires, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Pricilla Maria Santana, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Cleverson Siewert, São Paulo - Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita, Sergipe - Alberto Schetine, Tocantins - Márcia Mantovani.

2.03 OUTROS ASSUNTOS ESTADUAIS

LEI N° 17.724, DE 11 DE JULHO DE 2023 - (DOE de 13.07.2023)

Altera as Leis n° 17.386, de 14 de julho de 2021, n° 14.921, de 27 de dezembro de 2012, n° 14.990, de 29 de abril de 2013, e n° 17.472, de 16 de dezembro de 2021, que autorizam o Poder Executivo a contratar operações de crédito e a prestar contragarantias, entre outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte

LEI:

Artigo 1° Os dispositivos adiante indicados da Lei n° 17.386, de 14 de julho de 2021, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o "caput" e o inciso I do artigo 1°:

"Artigo 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito em moeda nacional, com instituições financeiras nacionais, públicas ou privadas, até o valor de R$ 6.505.000.000,00 (seis bilhões e quinhentos e cinco milhões de reais), cujos recursos serão aplicados, obrigatoriamente, na execução total ou parcial de projetos relacionados às áreas a seguir nomeadas, vedada a sua utilização para custeio de despesas correntes, em consonância com o § 1° do artigo 35 da Lei Complementar federal n° 101, de 4 de maio de 2000:

I - mobilidade urbana, metropolitana e transporte intermunicipal;

[...]" (NR)

II - o artigo 2°:

"Artigo 2° - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto a instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito e agências de fomento, com garantia da União, até o valor equivalente a US$ 256.576.000,00 (duzentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e setenta e seis mil dólares norte-americanos), cujos recursos serão aplicados, obrigatoriamente, na execução total ou parcial do Projeto São Paulo Mais Digital, a cargo da Secretaria de Gestão e Governo Digital, por meio da Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar federal n° 101, de 4 de maio de 2000." (NR)

III - o "caput" do artigo 3°:

"Artigo 3° - As taxas de câmbio, os juros, os prazos, as comissões e os demais encargos relativos às operações de crédito autorizadas pelos artigos 1°, 2°, 2°-A, 2°-B e 2°-C desta Lei serão os vigentes à época das contratações dos respectivos empréstimos e das eventuais repactuações, admitidos pelo Banco Central do Brasil para o registro de operações da espécie, obedecidas as demais prescrições e normas." (NR)

IV - o artigo 4°:

"Artigo 4° - Os recursos provenientes das operações de crédito autorizadas pelos artigos 1°, 2°, 2°-A, 2°-B e 2°-C desta Lei serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do § 1° do artigo 32 da Lei Complementar federal n° 101, de 4 de maio de 2000, e dos artigos

42 e 43, § 1°, inciso IV, da Lei federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, ficando a Secretaria da Fazenda e Planejamento autorizada a adotar as providências que se fizerem necessárias." (NR)

V - o artigo 5°:

"Artigo 5° - Anualmente, o orçamento ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias para as amortizações e os pagamentos dos encargos relativos às operações de crédito autorizadas pelos artigos 1°, 2°, 2°-A, 2°-B e 2°-C desta Lei." (NR)

VI - o inciso I do artigo 6°:

"I - obrigações decorrentes das operações de crédito autorizadas pelos artigos 1°, 2°, 2°-A, 2°-B e 2°-C desta Lei;" (NR)

VII - o artigo 7°:

"Artigo 7° - As operações de crédito autorizadas pelos artigos 1°, 2°, 2°-A, 2°-B e 2°-C desta Lei poderão ser garantidas diretamente pelo Estado, ou pela União, com contragarantia do Estado." (NR)

VIII - o artigo 8°:

"Artigo 8° - Para assegurar o pagamento integral das operações de crédito autorizadas pelos artigos 1°, 2°, 2°-A, 2°-B e 2°-C desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a constituir as garantias admitidas em direito.

Parágrafo único - Para a obtenção de garantias da União, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou dar em contragarantia à União os direitos e créditos relativos ou resultantes das repartições tributárias constitucionais previstas nos artigos 157 e 159, inciso I, alínea "a", e inciso II, complementados pelas receitas próprias do Estado previstas no artigo 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4° do seu artigo 167." (NR)

Artigo 2° Ficam acrescentados os artigos 2°-A, 2°-B e 2°-C à Lei n° 17.386, de 14 de julho de 2021, com a seguinte redação:

"Artigo 2°-A - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento e agência multilateral de garantia de financiamentos até o valor de US$ 506.700.000,00 (quinhentos e seis milhões e setecentos mil dólares norte-americanos) ou alternativamente até o valor de R$ 2.533.500.000 (dois bilhões, quinhentos e trinta e três milhões e quinhentos mil reais), cujos recursos serão aplicados, obrigatoriamente, na execução total ou parcial de projetos relacionados às áreas de melhoria logística ou de mobilidade urbana entre Santos e Guarujá, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar federal n° 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 2°-B - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento e agência multilateral de garantia de financiamentos até o valor de R$ 456.782.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões e setecentos e oitenta e dois mil reais) ou alternativamente até o valor de US$ 91.356.400 (noventa e um milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos dólares norte-americanos), cujos recursos serão aplicados, obrigatoriamente, na execução total ou parcial do projeto 'Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista', observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar federal n° 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 2°-C - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento e agência multilateral de garantia de financiamentos, até o valor de US$ 721.000.000,00

(setecentos vinte e um milhões de dólares norte-americanos) ou alternativamente até o valor de R$ 3.605.000.000,00 (três bilhões e seiscentos e cinco milhões de reais), cujos recursos serão aplicados, obrigatoriamente, na execução total ou parcial dos projetos de expansão da Linha 2 -Verde, a cargo da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000." (NR)

Artigo 3° O item 2 do § 1° do artigo 1° da Lei n° 14.990, de 29 de abril de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"2 - 'Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista', a cargo da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, até o valor de R$ 150.718.000,00 (cento e cinquenta milhões e setecentos e dezoito mil reais);" (NR)

Artigo 4° Vetado.

Artigo 5° Ficam revogados:

I - o inciso IV do artigo 1° da Lei 14.921 de 27 de dezembro de 2012;

II - o item 5 do § 1° do artigo 1° da Lei n° 14.990, de 29 de abril de 2013;

III - o artigo 1° da Lei n° 17.472, de 16 de dezembro de 2021.

Artigo 6° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de julho de 2023

TARCÍSIO DE FREITAS

SAMUEL YOSHIAKI OLIVEIRA KINOSHITA
Secretário da Fazenda e Planejamento

GILBERTO KASSAB
Secretário de Governo e Relações Institucionais

ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Subsecretaria de Gestão Legislativa da Casa Civil, em 12 de julho de 2023.

PORTARIA SRE N° 045, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOE de 14.07.2023)

Altera a Portaria CAT 126/11, de 16 de setembro de 2011, que disciplina a arrecadação de tributos e demais receitas estaduais, bem como a prestação de contas pelas instituições bancárias.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL, tendo em vista o disposto no artigo 7° da Resolução SFP 43/20, de 27 de maio de 2020, expede a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1° Fica acrescentado, com a redação que se segue, o código de receita 861-8 à Tabela III do Anexo I da Portaria CAT 126/11, de 16 de setembro de 2011:

“

RECEITA	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO
MULTAS	861-8	por Infração à Legislação (DER - SEGMENTO 5)

” (NR).

Artigo 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA SRE N° 046, DE 13 DE JULHO DE 2023 - (DOE de 14.07.2023)

Altera a Portaria CAT 125/11, de 9 de setembro de 2011, que institui o Sistema Ambiente de Pagamentos e o Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE-SP.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA ESTADUAL tendo em vista o disposto no artigo 7° da Resolução SFP 43/20, de 27 de maio de 2020, expede a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1° Fica acrescentado, com a redação que se segue, o Código de Receita 861-8 ao Anexo Único da Portaria CAT 125/11, de 9 de setembro de 2011:

“

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO
861-8	Multa por Infração à Legislação (DER - SEGMENTO 5)

” (NR).

Artigo 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

3.00 ASSUNTOS MUNICIPAIS

3.01 IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM N° 011, DE 07 DE JULHO DE 2023 - (DOM de 10.07.2023)

Altera o Anexo Único da Instrução Normativa SF/SUREM n° 10, de 9 de maio de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Fica incluída na tabela do Anexo Único da Instrução Normativa SF/SUREM n° 10, de 9 de maio de 2017, a seguinte correspondência de código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE com código referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS:

CNAE	Código ISS
6613400	05891

Art. 2° Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

3.02 OUTROS ASSUNTOS MUNICIPAIS

LEI N° 17.975, DE 08 DE JULHO DE 2023 - (DOM de 08.07.2023 - Edição Extra)

Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei n° 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4°.

RICARDO NUNES, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 27 de junho de 2023, decretou e eu promulgo a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° Esta Lei dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei n° 16.050, de 31 de julho de 2014, elaborada de forma participativa consoante com os termos da previsão de seu art. 4°, e consiste nos ajustes e adequações dos instrumentos da Política de Desenvolvimento Urbano regulados, visando ao alcance de seus objetivos até o ano de 2029.

Art. 2° Ficam mantidos os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Urbano estabelecidos pela Lei n° 16.050, de 2014.

Parágrafo único. A aplicação da Política de Desenvolvimento Urbano estabelecida pela Lei n° 16.050, de 2014, em face de seus princípios, diretrizes e objetivos, passa a ser orientada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como pelas ações para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em conformidade com acordos internacionais.

Art. 3° Ficam mantidas as estratégias de ordenação territorial da Política de Desenvolvimento Urbano estabelecidas pela Lei n° 16.050, de 2014, estruturadas a partir das dimensões social, ambiental, imobiliária, econômica e cultural, com base nos elementos definidos como Macrozonas, respectivas Macroáreas e Rede de Estruturação e Transformação Urbana.

Parágrafo único. A título de corrigenda, para eliminação de ambiguidade decorrente do uso do vernáculo na legislação ora revista, onde se lê "Projeto de Intervenção Urbana - PIU", leia-se "Plano de Intervenção Urbana - PIU".

Seção I
Da Integração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e das Ações para o Enfrentamento das Mudanças Climáticas, em Conformidade com Acordos Internacionais

Art. 4° Em decorrência do previsto no parágrafo único do art. 2° desta Lei, o art. 2° da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido de § 3° com a seguinte redação:

"Art. 2° .....

.....

§ 3° A aplicação desta Lei será orientada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como pelas ações para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em conformidade com acordos internacionais." (NR)

Art. 5° Em decorrência do previsto no parágrafo único do art. 2° desta Lei, o art. 3° da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido do inciso III e o inciso I passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3° .....

I - Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, o Programa de Metas e o Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030;

.....

III - Plano Municipal Cidade Inteligente." (NR)

Art. 6° O inciso IX do art. 6° da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IX - planejamento da distribuição espacial da população e das atividades econômicas de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, a mobilidade e a qualidade de vida urbana e segurança pública municipal;" (NR)

Art. 7° O art. 8° da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido do inciso VI, com a seguinte redação:

"Art. 8° .....

.....

VI - a dimensão climática, fundamental para diminuir a emissão de gases de efeito estufa e para promover a adaptação aos impactos adversos da mudança do clima e combater o aquecimento global, de modo a facultar a manutenção do funcionamento dos ecossistemas e garantir o conforto ambiental no Município." (NR)

Seção II
Inclusão de conceitos no Capítulo da Estruturação e Ordenação Territorial

Art. 8° A alínea "c" do inciso II do art. 9° da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9° .....

.....

II - .....

.....

c) rede hídrica e ambiental constituída pelo conjunto de cursos d´água, cabeceiras de drenagem, nascentes, olhos d´água, represas e lagos naturais e artificiais, planícies aluviais e águas subterrâneas e pelo conjunto de parques, unidades de conservação, áreas verdes e áreas protegidas, localizados em

todo o território do Município, que constituem seu arcabouço ambiental e desempenham funções estratégicas para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade urbanos;

....." (NR)

Art. 9° O art. 13 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação:

"Art. 13. .....

.....

V - incentivar a fruição pública, praças urbanas e usos mistos no térreo dos edifícios, em especial nas centralidades existentes e nos eixos de estruturação da transformação urbana." (NR)

Art. 10. A alínea "d", do inciso VIII do art. 23 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 23. .....

.....

VIII - .....

.....

d) ampliação das calçadas, dos espaços livres, praças urbanas, das áreas verdes e permeáveis nos lotes;" (NR)

Art. 11. O art. 24 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 24. A rede hídrica ambiental, conforme Mapa 5 anexo, é constituída pelo conjunto de cursos d´água, cabeceiras de drenagem, nascentes, olhos d´água, represas e lagos naturais e artificiais, planícies aluviais e águas subterrâneas, e pelo conjunto de parques, unidades de conservação, áreas verdes e áreas protegidas, localizados em todo o território do Município, que constituem seu arcabouço ambiental e desempenham funções estratégicas para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade urbanos." (NR)

Art. 12. O art. 25 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com alteração da redação do inciso II, acréscimo dos incisos VIII, IX e X e nova redação do § 2°:

"Art. 25. .....

.....

II - qualificar e ampliar a rede de parques, considerando populações com todas as faixas de renda (inferior, intermediária e alta), para equilibrar a relação entre o ambiente construído, as áreas verdes e os espaços livres, objetivando garantir espaços de lazer, sociabilidade e recreação para a população;

.....

VIII - adotar Soluções baseadas na Natureza nas intervenções, especialmente do Sistema de Saneamento Ambiental, com o intuito de promover melhoria da qualidade urbanística e ambiental das bacias hidrográficas;

IX - promover, em Articulação com o Governo Estadual, estratégias e mecanismos para a implantação do Sistema Hidroviário de forma sustentável, especialmente para o Rio Tietê;

X - promover a implantação de sistemas de energias limpas e renováveis e ambientalmente sustentáveis ou sistemas de energias menos poluentes integrados à rede hídrica ambiental.

.....

§ 2° Para implementar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, deverá ser implementado o Programa de Recuperação dos Fundos de Vale, detalhado no art. 272, e criados instrumentos para permitir a implantação dos parques propostos relacionados no Quadro 7 desta Lei.

....." (NR)

Art. 13. O art. 27 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a alteração dos incisos X, XXXII, XXXIII, XXXIX, XLV e acrescido do inciso XLIX:

"Art. 27. .....

.....

X - promover a articulação entre espaço público e espaço privado, por meio de estímulos à manutenção de espaços abertos para fruição pública e praças urbanas no pavimento de acesso às edificações;

.....

XXXII - (VETADO)

XXXIII - garantir, na aprovação de projetos de parcelamento e edificação, o uso seguro das áreas com potencial de contaminação e contaminadas, inclusive águas subterrâneas, de acordo com a legislação pertinente, devendo a remediação ocorrer até a concessão do Certificado de Conclusão;

.....

XXXIX - rever a classificação de áreas demarcadas como ZEPAM ocupadas com reflorestamento, agricultura, extrativismo, loteamentos irregulares, assentamentos precários, favelas, que não tenham os atributos que justificaram a criação da ZEPAM, adequando seu enquadramento às diretrizes de desenvolvimento estabelecidas para a região e às características de ocupação do entorno, respeitado o disposto no art. 69 desta Lei, sobretudo de áreas que possam ser enquadradas como ZEIS-4;

.....

XLV - nos perímetros das zonas exclusivamente residenciais ZER-1, ZER-2 e ZER-3 não incidirão índices e parâmetros urbanísticos menos restritivos do que aqueles atualmente aplicados;

.....

XLIX - criar incentivos urbanísticos para edificações que adotem medidas de sustentabilidade, como cogeração de energias renováveis, pré-tratamento de esgoto, reúso de água, utilização de materiais sustentáveis, entre outros, e melhorias climáticas que contribuam para redução de ilhas de calor e poluição, como arborização horizontal e vertical, entre outros." (NR)

CAPÍTULO II
DOS AJUSTES DA REVISÃO INTERMEDIÁRIA

Art. 14. O art. 46 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46. Habitação de Interesse Social - HIS e Habitação de Mercado Popular - HMP são as tipologias habitacionais destinadas ao atendimento de famílias de baixa renda, em empreendimentos que se utilizem do regime jurídico previsto nesta Lei para esta modalidade de provisão habitacional, de promoção pública ou privada.

§ 1° São promotores de HIS e HMP aqueles que aderirem ao regramento específico regulado por esta Lei.

§ 2° Para fins de caracterização das tipologias de Habitação de Interesse Social - HIS 1, Habitação de Interesse Social - HIS 2 e Habitação de Mercado Popular - HMP serão observadas as seguintes faixas:

I - HIS 1: até 3 (três) salários mínimos de renda familiar mensal ou até 0,5 (meio) salário mínimo per capita mensal;

II - HIS 2: até 6 (seis) salários mínimos de renda familiar mensal ou até 1 (um) salário mínimo per capita mensal;

III - HMP: até 10 (dez) salários mínimos de renda familiar mensal ou até 1,5 (um e meio) salário mínimo per capita mensal." (NR)

Art. 15. O art. 47 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47. A produção privada de unidades de HIS 1, HIS 2 e HMP utilizando os benefícios urbanísticos e fiscais previstos nesta Lei caracterizará adesão a regime jurídico próprio, qualificado, concomitantemente:

I - pela fruição dos benefícios fiscais e urbanísticos pertinentes à implantação das tipologias de HIS 1, HIS 2 e HMP;

II - pela necessidade de atendimento, de forma permanente, da faixa de renda destinatária das unidades habitacionais produzidas em cada uma das tipologias apontadas no inciso I.

§ 1° Para fins de proporcionar o atendimento, de forma permanente, da destinação das unidades habitacionais produzidas no regime jurídico tratado neste artigo, os imóveis produzidos utilizando os benefícios trazidos nesta Lei sujeitam-se às seguintes regras:

I - deverá ser realizada a averbação, na matrícula de cada unidade habitacional das tipologias de HIS 1, HIS 2 e HMP produzidas mediante adesão ao regime jurídico exposto neste artigo, de que tais receberam os benefícios previstos nesta Lei e que deverão ser destinadas a famílias com o perfil de renda declarado no licenciamento do empreendimento;

II - a destinação destas unidades dependerá de emissão de certidão atestando o enquadramento das famílias na respectiva faixa de renda estabelecida no art. 46 desta Lei.

§ 2° A inobservância ao exposto nesta Lei acarretará:

a) ao promotor do empreendimento, o dever de pagamento integral do potencial construtivo adicional utilizado, impostos, custas e demais encargos referentes à sua implantação, além de multa equivalente ao dobro deste valor financeiro apurado, devidamente corrigido;

b) a terceiros adquirentes, cobrança dos valores indicados no item anterior, calculados de forma proporcional à fração ideal do imóvel adquirido, estando autorizado o Poder Público a adotar as medidas processuais análogas às previstas nos incisos I e II do art. 107 desta Lei.

§ 3° Fica o Poder Público:

I - autorizado a celebrar com o Serviço Registrário Imobiliário acordo para fins de receber notificações sobre a comercialização de imóveis caracterizados como HIS 1, HIS 2 e HMP produzidos mediante adesão ao regime jurídico previsto neste artigo;

II - (VETADO)

§ 4° O Poder Público editará, em até 30 (trinta) dias da aprovação desta Lei, decreto regulamentando as formas de fiscalização sobre o efetivo atendimento da provisão habitacional para as faixas de renda destinatárias das unidades de HIS 1, HIS 2 e HMP produzidas nos termos deste artigo, bem como sobre o procedimento de aplicação das sanções nele previstas.

§ 5° A comprovação de atendimento à faixa de renda familiar que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser atendida no momento da assinatura do compromisso de compra e venda ou no contrato de compra e venda.

§ 6° Os empreendedores que produzirem unidades de HIS 1 mediante a adesão ao regime jurídico previsto neste artigo deverão destiná-las prioritariamente à demanda indicada pelo Poder Público.

§ 7° Para atendimento ao previsto no parágrafo anterior, o Poder Executivo regulamentará o atendimento previsto no parágrafo, no prazo de 90 (noventa) dias.

I - (VETADO)

II - (VETADO)

§ 8° A obrigação prevista no inciso II do caput ficará limitada ao prazo de 10 (dez) anos, contados da alienação da unidade para as famílias enquadradas nas respectivas faixas de renda.

§ 9° Os benefícios pertinentes ao regime jurídico previsto neste artigo poderão ser também utilizados por empreendimentos destinados, total ou parcialmente, para locação das unidades habitacionais de HIS 1, HIS 2 e HMP, observadas as seguintes regras:

I - as unidades destinadas para esta finalidade deverão indicar tal condição mediante averbação na matrícula, em adição à averbação prevista no inciso I do § 1° deste artigo;

II - (VETADO)

III - a celebração do contrato de locação subordina-se à obtenção da certidão prevista no § 1°, inciso II deste artigo, devendo os locatários oferecer a documentação exigida em decreto para manutenção no banco de dados previsto no § 3°, inciso II.

§ 10. (VETADO)

§ 11. As previsões contidas no inciso II do caput e no § 6° deste artigo não se aplicam quando as unidades forem comercializadas por meio de programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal.” (NR)

Seção I
Da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)

Art. 16. O art. 48 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com nova redação do § 4° e acrescido do § 5°, com a seguinte redação:

"Art. 48. .....

.....

§ 4° A instalação do Conselho Gestor deverá preceder a elaboração do Plano de Ação Integrada, que por ele deverá ser aprovado.

§ 5° O Executivo deverá regulamentar, por decreto, o funcionamento dos conselhos gestores de ZEIS contendo, no mínimo, as situações em que haverá a obrigatoriedade de instituição do conselho e as regras e os procedimentos para sua composição e funcionamento." (NR)

Art. 17. O art. 50 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 50. Os Planos de Ação Integrada em ZEIS 1 ou ZEIS 3 ocupadas por população de baixa renda deverão ser formulados preferencialmente pelo Executivo, com a participação direta de seus respectivos moradores e conselhos gestores.

§ 1° Os moradores, suas entidades representativas e os membros do respectivo Conselho Gestor da ZEIS 1 e das ZEIS 3 poderão tomar a iniciativa de elaborar planos de urbanização que serão submetidos à Prefeitura para aprovação.

.....

§ 3° Após deliberação do Conselho Gestor da ZEIS e a aprovação da Comissão de Avaliação de Empreendimentos de Habitação de Interesse Social - CAEHIS, os parâmetros urbanísticos das ZEIS definidos no projeto de urbanização serão formalizados por decreto, devendo as normas edilícias para os EZEIS e EHIS destinados ao reassentamento das famílias de baixa renda e as condições de estabilidade, segurança e salubridade das edificações e equipamentos.

§ 4° Para atender ao disposto no art. 292 desta Lei, o Plano de Ação Integrada em ZEIS 1 ou ZEIS 3 poderá abranger zonas distintas de ZEIS desde que:

a) as zonas distintas de ZEIS sejam ocupadas por assentamentos precários localizados no mesmo contexto urbano das ZEIS objeto do Plano de Ação Integrada, incluindo aspectos físico-ambientais, urbanísticos, fundiários, socioeconômicos e demográficos, entre outros;

b) o Plano de Ação Integrada preveja ação pública para atendimento de famílias de baixa renda moradoras destas zonas distintas de ZEIS;

c) os parâmetros definidos no projeto de urbanização observem o disposto no art. 60 desta Lei.

§ 5° O Plano de Ação Integrada, especialmente quando abranger áreas não demarcadas como ZEIS 1 ou ZEIS 3, deverá considerar o Sistema de Planejamento Urbano, prevendo a participação do órgão municipal de planejamento urbano e garantindo a integração das propostas previstas com o planejamento setorial." (NR)

Art. 18. O art. 51 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 51. Os planos de Ação Integrada em ZEIS 1 ou ZEIS 3 devem ser realizados e aprovados pelo Conselho Gestor das ZEIS em duas etapas, sendo elas:

I - Plano Urbanístico ou de Massas, conforme critérios definidos pelo órgão municipal de habitação, devendo conter, no mínimo:

a) análise sobre o contexto da área, incluindo aspectos físico-ambientais, urbanísticos, fundiários, socioeconômicos e demográficos, entre outros;

b) plano de trabalho social;

c) formas de participação dos beneficiários na implementação da intervenção;

d) diretrizes gerais da intervenção;

e) diretrizes para a implantação de infraestrutura que for necessária e mitigação ou eliminação de áreas de risco quando existente;

f) dimensionamento preliminar físico e financeiro das intervenções propostas;

g) soluções para a regularização fundiária da área objeto de intervenção, de forma a garantir a segurança de posse dos imóveis para os moradores;

h) soluções e instrumentos aplicáveis para viabilizar a regularização dos usos não residenciais já instalados, em especial aqueles destinados à geração de emprego e renda e à realização de atividades religiosas e associativas de caráter social;

II - Projeto Urbanístico, que deverá conter, no mínimo:

a) cadastramento dos moradores da área, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Habitação, consultado o Conselho Gestor da respectiva ZEIS;

b) projeto de urbanismo contendo as soluções urbanas que permitirão a integração da área ao tecido da cidade, além de áreas verdes, equipamentos sociais e usos complementares ao habitacional;

c) projeto de parcelamento das quadras, com parcelamento dos lotes apenas para os lotes criados para a implantação de conjuntos habitacionais;

d) projetos de engenharia contemplando o atendimento integral por rede pública de água e esgotos, bem como coleta, preferencialmente seletiva, regular e transporte dos resíduos sólidos;

e) projetos de engenharia contemplando pavimentação, sistema de drenagem e manejo das águas pluviais;

f) projetos de engenharia contemplando a consolidação geotécnica visando mitigação ou eliminação das áreas de risco;

g) projeto de paisagismo para as vias públicas e áreas verdes;

h) projetos habitacionais para o reassentamento das famílias;

i) diretrizes, índices e parâmetros urbanísticos para o parcelamento, uso e ocupação do solo dos lotes criados ou utilizados para o reassentamento das famílias, da integralidade do perímetro definido para o plano de intervenção;

j) dimensionamento do cronograma físico e financeiro das intervenções propostas e sua vinculação ao planejamento orçamentário municipal e Programa de Metas;

k) plano de trabalho técnico social.

§ 1° Em ZEIS 1 e ZEIS 3, a regularização do parcelamento do solo, bem como das edificações e usos pré-existentes, deverá observar as diretrizes, índices e parâmetros urbanísticos estabelecidos pelo plano de urbanização aprovado pelo respectivo Conselho Gestor e pela CAEHIS.

§ 2° Os Planos de Ação Integrada em ZEIS 1 ou ZEIS 3 serão realizados considerando as características da intervenção.

§ 3° Deverá ser elaborado Plano de Reassentamento para as famílias que serão removidas, a ser aprovado pelo Conselho Gestor da ZEIS previamente à remoção, ressalvados casos de caráter emergencial.

§ 4° Nas ZEIS 3, em caso de demolição ou reforma de edificação usada como cortiço ou ocupação irregular, as moradias produzidas no terreno deverão ser destinadas prioritariamente à população moradora no antigo imóvel.

§ 5° Nas ZEIS 3, no caso de reforma de edificação existente para a produção de EHIS, serão admitidas, a critério da Comissão de Avaliação de Empreendimentos de HIS - CAEHIS, variações de parâmetros e normas edilícias, sem prejuízo das condições de estabilidade, segurança e salubridade das edificações e equipamentos.

§ 6° Nas ZEIS 1 situadas em Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais, aplicam-se as disposições das leis estaduais específicas.” (NR)

Art. 19. O § 1° do art. 55 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido dos incisos IV e V, com a seguinte redação:

“Art. 55. .....

§ 1° .....

.....

IV - destinados a locais de todo culto;

V - Em reformas com ou sem aumento de área e sem mudança de uso para imóveis industriais, comerciais e de serviços regularmente instalados e em funcionamento.” (NR)

Art. 20. O art. 57 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido de §§ 5°, 6° e 7°, com a seguinte redação:

“Art. 57. .....

.....

§ 5° Para as ZEIS 2, 3 e 5 localizadas em quadras integralmente contidas nas áreas de influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana existentes ou ativados, fica permitido o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do coeficiente de aproveitamento máximo previsto especificamente para o licenciamento de EZEIS, exceto nos casos de sobreposição com áreas de interesse de preservação cultural ou ambiental.

§ 6° O disposto no § 5° deste artigo não se aplica às ZEIS localizadas na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental.

§ 7° Lei específica definirá as quadras passíveis da aplicação das disposições do § 5° deste artigo demarcando inclusive as áreas atingidas por Eixos de Estruturação da Transformação Urbana previstos, que só poderão ser beneficiadas quando ativados." (NR)

Art. 21. O art. 60 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com o acréscimo das alíneas "c", "d" e "e" e do § 5°:

"Art. 60. .....

I - .....

.....

c) nos lotes localizados nas MEM, MUC e MQU poderão ter acréscimo de até 50% (cinquenta por cento) ao C.A. max permitido conforme Quadros 2 e 2A desde que o acréscimo seja destinado exclusivamente ao uso HIS;

d) nos lotes localizados nas MEM, MUC e MQU poderão ter acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) ao C.A. max permitido conforme Quadros 2 e 2A desde que o acréscimo seja destinado exclusivamente ao uso HMP e mediante pagamento de outorga onerosa;

e) será considerado não computável, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da área construída computável máxima permitida, a área destinada a HIS 1.

.....

§ 5° O disposto nas alíneas "c" e "d" deste artigo se aplicam a todos os empreendimentos, exceto os EHIS e EHMP, o disposto na alínea "e" se aplica a qualquer empreendimento, a serem executados dentro das macroáreas citadas e poderão ser cumulativos." (NR)

Seção II
Da Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC)

Art. 22. O art. 62 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração de seu inciso IX e acrescido dos incisos XII e XIII com a seguinte redação:

"Art. 62. .....

.....

IX - proteger as áreas indígenas demarcadas pelo Governo Federal, promovendo o reconhecimento e preservação do modo de vida dos povos originários, incentivando a conservação e valorização de seu patrimônio cultural, segundo seus usos e costumes;

.....

XII - proteger as áreas quilombolas demarcadas pelo Governo Federal, promovendo o reconhecimento e preservação dos espaços e os lugares históricos e culturais da população negra, que resgatem e valorizem a sua memória e identidade e suas formas de viver e de se expressar;

XIII - proteger e valorizar as áreas de entorno de bens culturais reconhecendo o ambiente e/ou paisagem na qual estão integrados.” (NR)

Art. 23. O § 1° do art. 66 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 66. .....

§ 1° A transferência do direito de construir de imóveis classificados como ZEPEC-BIR se dará de acordo com o disposto nos arts. 124, 125, 128 e 133 desta Lei.” (NR)

Seção III
Dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana

Art. 24. O art. 76 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 76. .....

§ 1° .....

.....

IV - as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, observado o previsto no § 5° do art. 57 desta Lei;

.....

IX - as Zonas Predominantemente Residenciais - ZPR;

X - as Zonas Corredor - ZCOR;

XI - as Zonas de Transição - ZT;

XII - vilas, conforme resolução SMUL.ATECC.CTLU / 001 / 2022.

.....

§ 3° Deverão ser encaminhados à Câmara Municipal projetos de lei tratando da disciplina especial de uso e ocupação do solo, definidos por meio de Planos de Intervenção Urbana, para os seguintes subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana:

.....

II - Arco Tietê, até 2024;

.....

V - Arco Leste, até 2024.

.....

§ 7° Até a aprovação pela Câmara Municipal do projeto de lei mencionado no inciso II do § 3° deste artigo, incidirão sobre as áreas de influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana existentes e previstos no território do Arco Tietê não abrangido por Operações Urbanas Consorciadas ou por Projetos de Intervenção Urbana em curso os seguintes parâmetros e índices urbanísticos:

a) coeficiente de aproveitamento máximo: igual a 4,0 (quatro);

b) gabarito de altura máxima: sem restrição;

c) fatores de planejamento: 2,0 (dois) para os usos residenciais e não residenciais." (NR)

Art. 25. O art. 77 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a nova redação dada ao caput, ao inciso I e às alíneas "a" e "b" e acrescido do parágrafo único:

"Art. 77. As áreas de influência dos eixos poderão ter seus limites revistos pela revisão da legislação de parcelamento de uso e ocupação do solo - LPUOS, com base em parâmetros que considerem:

I - .....

.....

a) nas áreas de influência correspondentes às estações de trem, metrô, monotrilho, VLT e VLP elevadas, incluam quadras alcançadas em um raio de 700m (setecentos metros) das estações;

b) nas áreas de influência correspondentes aos corredores de ônibus e VLT em nível, incluam quadras alcançadas na faixa definida por linhas paralelas a 400m (quatrocentos metros) do eixo das vias.

§ 1° A ampliação e a exclusão das áreas de influência dos eixos que trata nos incisos de I, II, III, IV, V e VI, e no caput deste artigo somente poderão ser feitas através de revisão e publicação da LPUOS.

§ 2° Na revisão da LPUOS para a aplicação do caput deverão ser considerados os seguintes parâmetros, podendo também serem subsidiados pelo Poder Executivo:

I - características de uso e ocupação local;

II - áreas de interesse histórico, cultural, ambiental e de paisagem urbana;

III - características do sistema viário e relevo." (NR)

Art. 26. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida de art. 77-A com a seguinte redação:

"Art. 77-A. Com base nos critérios previstos no art. 76 desta Lei, oportuna revisão da Lei n° 16.402, de 22 de março de 2016 - Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS, considerará para a delimitação de Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEUP) ou Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto Ambiental (ZEUPa), as áreas de influência decorrentes dos elementos estruturais do sistema de transporte coletivo de alta e média capacidade indicados no Mapa 9 desta Lei.

Parágrafo único. A demarcação de novas ZEUP e ZEUPa deverá considerar, para o transporte metroviário, somente os trechos previstos até 2029 no Mapa 9." (NR)

Art. 27. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida de art. 77-B com a seguinte redação:

"Art. 77-B. Nas hipóteses em que a implantação dos elementos de transporte público que definem os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana previstos se der de forma diversa do proposto no Mapa 9, seja pela alteração da localização dos respectivos corredores, linhas ou estações, modificação do modal previsto ou, ainda, alteração substancial do traçado decorrente de planejamento urbano, os novos limites das áreas de influência geradas deverão ser revistos no âmbito de alteração da Lei n° 16.402, de

2016 - Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS, com base nos critérios previstos no art. 76 desta Lei." (NR)

Art. 28. O inciso V do art. 78 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - na instalação dos usos e atividades classificados como polos geradores de tráfego, é vedado o acesso direto de veículos por vias onde estão implantados ou planejados os corredores de ônibus municipais e intermunicipais, exceto aquelas que cumpram as exigências específicas da legislação de cargas e descarga, normas técnicas de acessibilidade, atendimento médico de emergência e segurança contra incêndio." (NR)

Art. 29. O art. 79 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido dos §§ 9° e 10 com a seguinte redação:

"Art. 79. .....

.....

§ 9° Nas áreas de influência dos eixos, a cota máxima de terreno por unidade habitacional poderá ser superada, até o limite de 30 m² (trinta metros quadrados) de terreno por unidade, mediante aplicação de Fator Social na seguinte conformidade:

I - para as unidades de área maior que 70m² (setenta metros quadrados), variando de 1 (um) a 2 (dois), na proporção da cota-parte utilizada entre 20m² (vinte metros quadrados) e 30m² (trinta metros quadrados) de terreno por unidade;

II - para as demais unidades, conforme o disposto no Quadro 5 da Lei.

§ 10. A cota-parte mínima de terreno poderá ser superior a 30 desde que seja aplicado Fator Social (FS) 3 (três) para qualquer uso." (NR)

Art. 30. O art. 80 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 80. .....

.....

III - .....

a) nos usos R, alternativamente:

1. 1 (uma) vaga por unidade habitacional maior ou igual a 30 m² (trinta metros quadrados) de área construída computável;

2. 1 (uma) vaga a cada 60m² (sessenta metros quadrados) de área construída privativa, desprezadas as frações;

.....

c) nos usos mistos, as alternativas definidas na alínea "a" para usos residenciais e 1 (uma) vaga a cada 70 m² (setenta metros quadrados) de área construída computável destinada a usos nR, excluídas as áreas computáveis ocupadas por vagas, desprezadas as frações;

.....

§ 1° .....

.....

§ 4° Como incentivo aos empreendimentos sem vagas de estacionamento de veículos, excetuadas as vagas necessárias ao atendimento das condições de instalação fixadas na LPUOS, serão consideradas não computáveis até o limite de 10% (dez por cento) da área construída computável, as áreas cobertas de uso residencial ou não residencial, em qualquer pavimento.

§ 5° Para efeito de cálculo do número de vagas de estacionamento de veículos nos empreendimentos que se utilizarem dos benefícios do art. 60 da Lei n° 16.050, de 2014, a aplicação do benefício fica restrito a 50% (cinquenta por cento) do número de vagas destinadas a estas áreas/unidades beneficiadas.

§ 6° Aplica-se o disposto no inciso III deste artigo para ZEU, ZEUa, ZEUP, ZEUPa, ZEM e ZEMP." (NR)

Art. 31. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida de art. 82-A com a seguinte redação:

"Art. 82-A. Nas áreas de influência dos eixos, quando uma parcela do lote for destinada à praça pública, poderá ser acrescido além do C.A. max 50% da área destinada a praça urbana os potenciais construtivos básico e máximo do remanescente do lote serão calculados em função de sua área original, e não será cobrada outorga onerosa correspondente à metade do potencial construtivo máximo relativo à área destinada à fruição pública, desde que atendidas simultaneamente as seguintes condições:

I - a área destinada à praça urbana tenha no mínimo 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e esteja localizada junto ao alinhamento da via, ao nível do passeio público, sem fechamento e não ocupada por construções ou estacionamento de veículos;

II - a área destinada à praça urbana deverá permanecer permanentemente aberta e não poderá ser fechada à circulação de pedestres por nenhum objeto de vedação, temporário ou permanente, podendo ter controle de acesso no período noturno;

III - a área destinada à praça urbana seja devidamente averbada em Cartório de Registro de Imóveis;

IV - a limpeza e conservação será de responsabilidade do proprietário;

V - ter testada mínima de 5m (cinco metros) voltada para todos os logradouros públicos que fizer divisa com a praça;

VI - fachada ativa poderá ser voltada a praça urbana comunitária, desde que garantido o acesso direto ao logradouro público;

VII - no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de sua área ajardinada sobre solo natural, sendo no mínimo 30% (trinta por cento) da área ajardinada destinada a jardim de chuva e 1 (uma) árvore a cada 25 m² (vinte e cinco metros quadrados) de área ajardinada;

VIII - nas praças urbanas públicas poderão ser instalados equipamentos de esporte, lazer, cultura e mobiliário urbano." (NR)

Art. 32. O caput do art. 83 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido dos §§ 3°, 4°, 5° e 6°:

"Art. 83. As condições de instalação de usos e atividades e os índices e parâmetros de ocupação estabelecidos nesta Lei para as áreas de influência dos eixos de estruturação da transformação urbana

planejados, delimitados no Mapa 3A anexo, passarão a vigorar após a emissão da Ordem de Serviços das obras das infraestruturas do sistema de transporte que define o eixo, após a emissão pelos órgãos competentes de todas as autorizações e licenças, especialmente a licença ambiental, correspondentes à obra em questão ou através da revisão da LPUOS.

§ 1° .....

.....

§ 3° Até que seja feita a revisão da Lei n° 16.402, de 2016 - Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS, permanecem válidas para ativação as quadras das Zonas de Estruturação Urbana Previstos - ZEUP e Zonas de Estruturação Urbana Previstos Ambientais - ZEUPa inteiramente alcançadas pelas áreas de influência do eixo correspondente ao elemento da infraestrutura de transporte licenciada, devendo o decreto de ativação demarcar as quadras ativadas, com base nos critérios previstos no art. 76 desta Lei.

§ 4° Na hipótese de que trata o § 3° deste artigo, a ativação apenas poderá ocorrer nos casos em que o traçado efetivamente implantado para o eixo de transporte esteja compreendido, pelo menos parcialmente, no perímetro delimitado para a respectiva ZEUP ou ZEUPa.

§ 5° A revisão da LPUOS deverá determinar parâmetros para ativação, através de contrapartida financeira exclusiva para a execução da infraestrutura de transporte licenciada, na área de influência da respectiva ZEUp.

§ 6° Poderá ser criada conta segregada no FUNDURB para vincular o investimento do valor de contrapartida arrecadada nos perímetros de influência dos eixos previstos.” (NR)

Art. 33. O art. 88 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido dos incisos XIII, XIV, XV e XVI:

“Art. 88. .....

.....

XIII - promover ações, programas de indução à implantação de calçadas verdes, infraestruturas verdes, entre outras soluções que auxiliem na efetivação dos objetivos e diretrizes da política ambiental, conforme arts. 194 e 195 desta Lei;

XIV - promover ações e programas de indução à manutenção da vegetação urbana existente bem como seu incremento, somado a programas de educação ambiental para a população;

XV - planejar e implementar ações que minimizem os impactos ambientais;

XVI - incentivar o uso de novas tecnologias ambientalmente corretas na implantação de intervenções ligadas ao sistema de escoamento e drenagem.” (NR)

CAPÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA E DE GESTÃO AMBIENTAL

Art. 34. O art. 89 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido de § 2°, renumerado o parágrafo único como § 1°:

“Art. 89. .....

§ 1° .....

§ 2° A utilização dos instrumentos de política urbana e gestão ambiental deverá evitar o uso de soluções que causem desequilíbrio nos ecossistemas naturais levando a um ponto de não retorno e adotar medidas de não arrependimento, em consonância com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo.” (NR)

Seção I
Dos Instrumentos Indutores da Função Social da Propriedade

Art. 35. O art. 90 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 90. O Poder Executivo poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado, ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de, nos termos estabelecidos nesta Lei:

I - Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios - PEUC;

II - Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU Progressivo no Tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública;

IV - desapropriação por hasta pública.

§ 1° A aplicação dos instrumentos referidos no caput deste artigo dependerá da avaliação dos imóveis passíveis de notificação para PEUC ou daqueles já notificados, objetivando orientar a definição da ferramenta cabível, de acordo com os respectivos casos concretos e com vistas ao atendimento do interesse público.

§ 2° A partir da avaliação dos casos concretos, além dos instrumentos citados no caput deste artigo, também poderão ser utilizados, com a finalidade de promover o cumprimento da função social da propriedade:

I - a promoção de chamamentos públicos para a realização de consórcio imobiliário com a finalidade de implantação de unidades de habitação de interesse social;

II - a promoção de desapropriação amigável, inclusive no caso em que o valor da dívida relativa ao IPTU supere o valor do imóvel, nos termos do § 5° do art. 99 desta Lei;

III - a utilização do procedimento de regularização fundiária urbana, na forma da normatização aplicável.” (NR)

Art. 36. O caput do art. 91 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido de incisos IX e X, e o dispositivo passa a vigorar acrescido de §§ 1° e 2° com a seguinte redação:

“Art. 91. .....

.....

IX - nas áreas objetos de Planos de Intervenção Urbana (PIU), nas Áreas de Intervenção Urbana (AIU), nas Áreas de Estruturação Local (AEL) e nas áreas objeto de Concessões Urbanísticas;

X - na Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM).

§ 1° As áreas passíveis de aplicação dos instrumentos indutores da função social da propriedade devem ser priorizadas, em consonância com a estratégia de ordenação territorial deduzida da aplicação dos demais instrumentos de política urbana.

§ 2° O Executivo poderá elaborar Plano Estratégico de Gestão e Destinação dos imóveis descumpridores da função social da propriedade, observado o interesse público e as diretrizes desta Lei, com o objetivo de planejamento da destinação dos imóveis após o 5° ano de aplicação do IPTU Progressivo no Tempo e para delinear estratégias de ação territorial intersecretarial para orientar e priorizar as áreas onde se mostra mais apropriada a aplicação de ações voltadas ao combate à ociosidade urbana, em consonância com a Política de Desenvolvimento Urbano definida por esta Lei." (NR)

Art. 37. O caput do art. 93 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido de parágrafo único:

"Art. 93. São considerados imóveis subutilizados os lotes e glebas com área superior a 500m² (quinhentos metros quadrados) que apresentem coeficiente de aproveitamento inferior ao mínimo definido, para a respectiva zona de uso, na Lei n° 16.402, de 2016, ou em legislação específica incidente.

Parágrafo único. Não se aplica nos casos das atividades de sede de representação diplomática, sede de partidos políticos, e templos de todo culto." (NR)

Art. 38. O caput do art. 95 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95. São considerados imóveis não utilizados aqueles com coeficiente de aproveitamento utilizado igual ou superior ao coeficiente de aproveitamento mínimo definido, para a respectiva zona, na Lei n° 16.402, de 2016, ou em legislação específica incidente, e que tenham, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de sua área construída desocupada por mais de 1 (um) ano ininterrupto.

.....

§ 4° O Executivo deverá notificar todos os imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e na Macroárea de Estruturação Metropolitana e da Macroárea de Qualificação da Urbanização no prazo máximo de 4 (quatro) anos." (NR)

Art. 39. O art. 97 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido de § 3° com a seguinte redação:

"Art. 97. .....

.....

§ 3° O proprietário poderá promover o cancelamento a que se refere o § 2° deste artigo, às suas custas, apresentando a documentação pertinente que comprove o adequado aproveitamento." (NR)

Art. 40. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida de art. 99-A com a redação abaixo descrita, renomeada a Subseção IV da Seção I do Capítulo III do seu Título II, na seguinte conformidade:

"Subseção IV

Da Desapropriação Mediante Pagamento em Títulos da Dívida Pública e da Desapropriação por Hasta Pública.

.....

Art. 99-A. O Poder Público Municipal, com base no art. 4° e no art. 5°, alínea “i”, do Decreto-Lei Federal n° 3.365, de 21 de junho de 1941, poderá promover a desapropriação por hasta pública de imóveis notificados como descumpridores da função social da propriedade.

§ 1° A desapropriação por hasta pública somente será possível após a averbação da notificação por descumprimento da função social da propriedade no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 2° O decreto de utilidade pública para a desapropriação por hasta pública fixará as razões da desapropriação e conterá, dentre outras disposições fixadas em regulamento:

I - valor da avaliação administrativa do bem;

II - vedação de lances de valor inferior ao da avaliação administrativa do bem;

III - prazo para aproveitamento do imóvel, nos termos da lei ou conforme fixado no decreto de utilidade pública;

IV - estipulação de sanções a serem aplicadas pelo descumprimento das obrigações;

V - garantia, por hipoteca do próprio imóvel, em caso de aplicação de sanção pecuniária, nos termos do inciso IV deste parágrafo;

VI - obrigação do arrematante de efetuar o pagamento à vista, por meio de depósito em conta corrente posta à disposição do expropriado;

VII - registro da existência e quantificação de débitos do expropriado com o Poder Público Municipal ou suas autarquias, que serão abatidos do valor depositado na conta corrente posta à disposição do expropriado, realizando-se o pagamento à Administração Municipal das importâncias devidas;

VIII - previsão de pagamento imediato, pelo arrematante, de débitos do expropriado com o Poder Público Municipal ou suas autarquias, como requisito para expedição da carta de arrematação;

IX - previsão de instituição de hipoteca sobre o imóvel, em favor da entidade pública expropriante, como garantia real do cumprimento das obrigações;

X - previsão de que a avaliação administrativa do imóvel a que se refere o inciso I constituirá o valor do imóvel para fins do art. 1.484 da Lei Federal n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, ainda que o lance vencedor da hasta pública tenha sido superior.

§ 3° A carta de arrematação expedida em favor do arrematante pela entidade pública expropriante constituirá título hábil para o registro imobiliário da alienação e da hipoteca, na forma do art. 167, inciso I, item 26, da Lei Federal n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973.” (NR)

Subseção I
Do Consórcio Imobiliário

Art. 41. O art. 102 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 102. O Poder Público poderá facultar a realização de consórcios imobiliários como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel, tanto no caso de imóveis que estejam sujeitos ao parcelamento, edificação e utilização compulsória nos termos desta Lei, independentemente da notificação a seus proprietários, como no caso de áreas que sejam objeto de regularização fundiária urbana.

§ 1° .....

§ 2° O proprietário que transferir seu imóvel à Prefeitura para a realização de consórcio imobiliário receberá, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 3° O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras.

....." (NR)

Subseção II
Da Cota de Solidariedade

Art. 42. O art. 112 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 112. .....

.....

§ 2° Alternativamente ao cumprimento da exigência estabelecida no caput deste artigo, o empreendedor poderá:

I - produzir, isoladamente ou de forma associada, a ser regulamentada por decreto, Empreendimento de Habitação de Interesse Social com, no mínimo, a mesma área construída exigida no caput deste artigo em outro terreno, desde que situado na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, excluída a Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e os Subsetores Jacu-Pêssego, Arco Leste, Noroeste e Fernão Dias do Setor Eixos de Desenvolvimento da Macroárea de Estruturação Metropolitana;

II - doar terreno, isoladamente ou de forma associada, a ser regulamentada por decreto, de valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da área total do terreno do empreendimento, calculado conforme Cadastro de Valor de Terreno para fins de Outorga Onerosa, desde que o terreno doado esteja situado na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, excluída a Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e os Subsetores Jacu-Pêssego, Arco Leste, Noroeste e Fernão Dias do Setor Eixos de Desenvolvimento da Macroárea de Estruturação Metropolitana;

III - depositar no Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB, em sua conta segregada para Habitação de Interesse Social, 20% (vinte por cento) do valor da área total do terreno, calculado conforme Cadastro de Valor de Terreno para fins de Outorga Onerosa, destinado à aquisição de terreno ou subsídio para produção de HIS, preferencialmente em ZEIS 3.

§ 3° Atendida a exigência estabelecida no caput, inclusive pelas alternativas previstas no § 2°, o empreendimento poderá beneficiar-se de acréscimo de 20% (vinte por cento) na área computável, obtida mediante o pagamento da outorga onerosa.

.....

§ 8° A cota de solidariedade prevista nos Arts. 111 e 112 da Lei n° 16.050, de 2014, poderá ser adotada, por opção do interessado, nos empreendimentos com área construída computável igual ou inferior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados), recebendo o empreendedor, como contrapartida, os benefícios previstos nos §§ 2° e 3° deste artigo." (NR)

Seção II
Do Direito de Construir

Subseção I
Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Art. 43. O art. 115 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 115. .....

§ 1° Os recursos auferidos com as contrapartidas financeiras oriundas da outorga onerosa de potencial construtivo adicional serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB.

§ 2° Fica autorizada a cobrança de outorga onerosa em projetos de regularização de edificações existentes desde que os projetos atendam integralmente a legislação pertinente vigente.

§ 3° Ficam excluídos do disposto no parágrafo anterior os lotes internos aos perímetros das Operações urbanas." (NR)

Art. 44. O inciso II do § 2° do art. 116 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 116. .....

.....

§ 2° .....

II - o coeficiente de aproveitamento máximo 4 (quatro) estabelecido no Quadro 2 desta Lei para as áreas de influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana;

....." (NR)

Art. 45. O art. 117 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido dos §§ 6°, 7°, 8°, 9° e 10, com a seguinte redação.

"Art. 117. .....

.....

§ 6° Para a aplicação da contrapartida financeira relativa à outorga de potencial construtivo adicional serão adotados os seguintes procedimentos:

I - nos projetos modificativos para o mesmo uso, nos termos da LPUOS e da legislação edilícia, o valor referente à outorga onerosa, quando necessária, será calculado sobre a área computável adicional proposta, nos termos da legislação vigente;

II - no caso de projeto aprovado, cuja edificação não tenha sido executada, em que tenha havido o pagamento de contrapartida financeira relativa à outorga onerosa de potencial construtivo adicional, o valor comprovadamente pago, sem atualização, será descontado do montante referente à outorga onerosa devida em novo projeto aprovado no mesmo imóvel, observado o seguinte:

a) a outorga onerosa do novo projeto será calculada nos termos da legislação vigente;

b) o novo projeto deverá ser protocolizado no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da expedição do alvará de aprovação não executado;

III - no caso de mudança de uso, categoria de uso ou subcategoria de uso em edificação em que tenha havido contrapartida financeira relativa à outorga onerosa de potencial construtivo adicional ou que teve benefícios referentes a leis específicas, será devida outorga onerosa calculada para o novo uso pretendido, nos termos da legislação vigente, descontando-se os valores efetivamente pagos, sem atualização;

IV - no caso de reforma com acréscimo de área e demolição parcial de área construída, caberá pagamento da outorga referente às novas áreas, quando ultrapassado o coeficiente de aproveitamento básico até o coeficiente de aproveitamento máximo ou ainda quando ultrapassado o coeficiente correspondente à área existente a manter até o coeficiente de aproveitamento máximo.

§ 7° Em nenhuma hipótese haverá devolução de valores pagos relativos à outorga onerosa, sendo vedada a transferência para outro imóvel.

§ 8° Para efeito de cálculo da cobrança de outorga onerosa que trata o § 2° do art. 115 desta Lei, o valor deverá ser calculado conforme o caput deste artigo e deverá ser acrescido 5% (cinco por cento) ao valor.

§ 9° Para efeito de cálculo de coeficiente de aproveitamento e outorga onerosa em reformas, as áreas existentes, a construir ou a transformar deverão ser consideradas como áreas computáveis ou não computáveis desde que não ultrapasse o coeficiente máximo, mediante o pagamento de outorga onerosa a partir do C.A. básico que sejam permitidos pela legislação vigente.

§ 10. No caso de execução de demolição total do imóvel regular, com ou sem mudança de uso, os índices e taxas poderão ser mantidos mesmo que maiores que o permitido pela legislação vigente, mediante pagamento de outorga onerosa a partir do C.A. básico.” (NR)

Art. 46. O caput e o § 1° do art. 118 da Lei n° 16.050, de 2014, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 118. O Cadastro de Valor de Terreno para fins de Outorga Onerosa deverá ser atualizado anualmente pelo Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Valores Imobiliários - CMVI, e deverá ser publicado até o dia 31 de dezembro de cada ano, com validade a partir do dia 1° de janeiro do ano seguinte.

§ 1° A atualização por ato do Executivo de que trata o caput ficará limitada à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) somada à variação positiva real do PIB acumuladas no período.

.....” (NR)

Subseção II
Da Transferência do Direito de Construir

Art. 47. O art. 123 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 123. .....

.....

III - a implantação de parques propostos situados na zona urbana;

IV - a preservação de áreas de propriedade particular, de interesse ambiental, localizadas em ZEPAM, situadas na zona urbana, que atendam os parâmetros estabelecidos na LPUOS;

.....

VII - (VETADO)

.....

§ 4° (VETADO)

§ 5° A declaração de potencial construtivo emitida antes da vigência da Lei n° 16.050, de 2014, para imóveis enquadrados como ZEPAM quando o imóvel cedente apresentar estado de conservação e preservação satisfatórias o interessado poderá solicitar a renovação da declaração considerando:

a) considerado a deterioração, os custos de manutenção e a permanente conservação do imóvel, quando completados 10 (dez) anos da emissão da Declaração de Potencial Construtivo, será concedido aos imóveis que obtiveram o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), emitido pelo órgão competente, a atribuição de novo Potencial Construtivo Transferível (TDC) com montante equivalente a 70% (setenta por cento) do Potencial Construtivo Transferível inicialmente atribuído;

b) o proprietário poderá optar, quando completados 15 (quinze) anos, pela atribuição de novo Potencial Construtivo Transferível (TDC) com montante equivalente a 100% (cem por cento) do Potencial Construtivo Transferível inicialmente atribuído. Os benefícios dispostos nos incisos I e II não são cumulativos;

c) A data de referência e a data de emissão da Declaração de Potencial permanecem as mesmas após a concessão do benefício;

d) O benefício disposto nos incisos I e II será adicionado ao saldo remanescente na Declaração de Potencial, quando houver, deverá seguir o § 3° do art. 124.” (NR)

Art. 48. O art. 124 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguintes alterações:

“Art. 124. .....

.....

II - os imóveis enquadrados como ZEPAM, localizados na zona urbana poderão transferir seu potencial construtivo básico;

III - (VETADO)

.....

§ 4° Fica regulada nos termos da lei específica, a transferência do direito de construir para fins de Regularização Fundiária Urbana - Reurb.

§ 5° A certidão que trata o § 1° deverá atender integralmente os arts. 124 e 125 desta Lei.

§ 6° O Poder Executivo regulamentará os fatores e o termos para a emissão de novas certidões de que trata o § 1° deste artigo.” (NR)

Art. 49. O inciso IV do caput e o § 1° do art. 126 da Lei n° 16.050, de 2014, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 126. .....

.....

IV - implantação de parques propostos, de acordo com o Quadro 7 anexo a esta Lei, situados na zona urbana.

§ 1° Nos casos em que a doação for proposta pelo proprietário para uma das finalidades descritas nos incisos do caput deste artigo, deverá ser avaliada a conveniência e o interesse público no recebimento da área, mediante análise da vantajosidade da medida, cotejando-se a economicidade de seu recebimento, o valor do bem a ser doado, aferido em avaliação específica, admitida a possibilidade de previsão de contrapartidas compatíveis com os objetivos da política urbana em desenvolvimento.

....." (NR)

Art. 50. O inciso IV do § 1° do art. 127 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração, e o dispositivo passa a vigorar acrescido de inciso V com a seguinte redação:

"Art. 127. .....

§ 1° .....

.....

IV - 1,4 (um e quatro décimos) para implantação de parque com valor de terreno no Quadro 14 inferior ou igual a R$2.000/m², observadas as atualizações subsequentes;

V - 1 (um inteiro) para implantação de parque com valor de terreno no Quadro 14 superior a R$2.000/m², observadas as atualizações subsequentes.

....." (NR)

Art. 51. O caput e o § 1° do art. 129 da Lei n° 16.050, de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 129. A expedição da Certidão de Transferência de Potencial Construtivo de imóveis enquadrados como ZEPEC-BIR fica condicionada à comprovação, pelo proprietário e responsável técnico, do bom estado de preservação e conservação do imóvel cedente, definido a partir de critérios do órgão municipal de patrimônio cultural.

§ 1° Quando o imóvel cedente apresentar estado de conservação e preservação inadequado ou insatisfatório, deverá ser exigida do proprietário a adoção de medidas de restauro ou de conservação.

.....

I - considerado a deterioração, os custos de manutenção e a permanente conservação do imóvel, quando completados 10 (dez) anos da emissão da Declaração de Potencial Construtivo, será concedido aos imóveis que obtiverem o Atestado de Conservação do Imóvel, emitido pelo órgão competente, a atribuição de novo Potencial Construtivo Transferível (TDC) com montante equivalente a 70% (setenta por cento) do Potencial Construtivo Transferível inicialmente atribuído;

II - o proprietário poderá optar, quando completados 15 (quinze) anos, pela atribuição de novo Potencial Construtivo Transferível (TDC) com montante equivalente a 100% (cem por cento) do Potencial Construtivo Transferível inicialmente atribuído. Os benefícios dispostos nos incisos I e II não são cumulativos;

III - a data de referência e a data de emissão da Declaração de Potencial permanecem as mesmas após a concessão do benefício;

IV - o benefício disposto nos incisos I e II será adicionado ao saldo remanescente na Declaração de Potencial, quando houver.” (NR)

Art. 52. O art. 133 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido dos §§ 1° e 2° com a seguinte redação:

“Art. 133. .....

§ 1° Os empreendimentos localizados fora dos EETU poderão beneficiar-se de acréscimo de 10% (dez por cento) na área computável, obtida mediante o pagamento da outorga onerosa, desde que obrigatoriamente através de transferência de direito de construir de imóvel localizado em ZEPEC-BIR e ZEPEC-APC.

§ 2° O benefício cedido no § 1° desde artigo não se enquadra no limite estabelecido no § 5° do art. 24 da Lei n° 16.402, de 2016.” (NR)

Seção III
Dos Instrumentos de Ordenamento e Reestruturação Urbana

Art. 53. O Art. 134 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 134. Com o objetivo de promover o ordenamento e a reestruturação urbana em áreas subutilizadas e/ou com potencial de transformação e qualificação, preferencialmente relacionadas com a Rede de Estruturação e Transformação Urbana, o Poder Público Municipal poderá utilizar os seguintes instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana:

I - Operações Urbanas Consorciadas;

II - Concessão Urbanística;

III - Áreas de Intervenção Urbana;

IV - Áreas de Estruturação Local;

V - Reordenamento Urbanístico Integrado.

§ 1° Para a implementação dos instrumentos referidos no caput deste artigo, o Poder Público Municipal conduzirá Planos de Intervenção Urbana - PIU, consistentes em procedimento com tramitação previamente definida, que objetiva a produção de estudos técnicos mediante participação social, comportando as seguintes modalidades:

I - PIU de Ordenamento e Reestruturação Urbana, que, em atendimento ao previsto no caput deste artigo, busca promover a definição dos instrumentos de política urbana mais adequados a propiciar o ordenamento e a reestruturação urbana em áreas subutilizadas e/ou com potencial de transformação e qualificação, com a implementação das intervenções a serem propostas, objetivando:

a) maior aproveitamento da terra urbana subutilizada, com densidades construtivas e demográficas compatíveis com as redes de infraestrutura e as condições ambientais existentes;

b) incremento de atividades econômicas e empregos e atendimento às necessidades de habitação e de equipamentos sociais para a população;

c) integração de políticas e investimentos públicos em habitação, saneamento, drenagem, áreas verdes, mobilidade e equipamentos urbanos e sociais, entre outras que contribuam para a minimização das mudanças climáticas;

II - PIU de Zonas de Ocupação Especial (ZOE): com a finalidade prioritária de promover estudos para a definição de parâmetros específicos de parcelamento, uso e ocupação do solo adequados às especificidades da zona de ocupação especial, considerando as características de seu contexto urbano.

§ 2° A participação social assegurada no âmbito da elaboração e tramitação do PIU é independente e não se confunde com as instâncias de controle social, como os Conselhos Gestores, previstos para os instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana listados no caput, a serem definidos pelo PIU e implementados a partir de regulação específica.

§ 3° Os Conselhos Gestores de instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana serão compostos por representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada presente no território, instituídos para gestão e controle social dos objetivos, intervenções e recursos previstos em suas disposições específicas.

§ 4° O PIU deverá contemplar, em seus estudos técnicos, as condicionantes ambientais e da paisagem de seu território para a formulação de suas propostas.

§ 5° O instrumento de ordenamento e reestruturação urbana definido pelo PIU deverá, previamente à sua efetiva implantação, ser licenciado por meio de instrumento de gestão ambiental mais adequado às suas características, conforme a legislação vigente.

§ 6° Nas áreas referidas no caput deste artigo, o Executivo Municipal poderá promover, a pedido dos proprietários ou por iniciativa própria, o Reordenamento Urbanístico Integrado, que trata do processo de reorganização fundiária associado à implantação de plano de reconhecido interesse público, no qual os registros imobiliários dos terrenos afetados poderão ser objeto de unificação para posterior reparcelamento, com a implantação do plano urbanístico autorizador da medida, e este instrumento deverá ser regulamentado por lei específica que deverá conter no mínimo:

I - definição de percentual mínimo de adesão ao plano de Reordenamento Urbanístico Integrado referenciado preferencialmente no número de proprietários e de imóveis contidos no perímetro de intervenção;

II - definição do conteúdo mínimo do plano de Reordenamento Urbanístico Integrado;

III - definição dos mecanismos de execução do Plano de Reordenamento Urbanístico Integrado, em especial as formas de financiamento;

IV - previsão de contrapartida a ser exigida de forma equitativa a todos os proprietários dos imóveis contidos no perímetro de intervenção;

V - previsão de mecanismos de participação, monitoramento e controle envolvendo obrigatoriamente a sociedade, os proprietários afetados e o Executivo Municipal;

VI - previsão de solução habitacional definitiva dentro do perímetro para a população de baixa renda que estiver inserida no perímetro do Plano de Reordenamento Urbanístico Integrado.” (NR)

Art. 54. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida de art. 134-A com a seguinte redação:

“Art. 134-A. O Executivo Municipal poderá elaborar ou autorizar a elaboração de Planos de Intervenção Urbana - PIU, a pedido dos proprietários, por meio de manifestação de interesse privado - MIP ou por

manifestação de outros entes federativos, assegurada a compatibilidade com a Política Urbana do Município.

Parágrafo único. Os Planos de Intervenção Urbana elaborados por entes privados ou outros entes federativos serão coordenados pelo Executivo Municipal, que deve avalizar o interesse público da iniciativa, orientar a elaboração dos estudos técnicos, promover a devida participação social e consolidar as propostas em regulação específica.” (NR)

Subseção I
Dos Planos de Intervenção Urbana (PIU)

Art. 55. O Art. 136 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 136. Os Planos de Intervenção Urbana de Ordenamento e Reestruturação Territorial objetivam apresentar estudos técnicos para a transformação e qualificação urbanística, econômica e ambiental de territórios estratégicos para o desenvolvimento urbano do município, de modo a subsidiar a definição dos instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana referidos no art. 134 desta Lei mais adequados à implementação das intervenções propostas.

§ 1° O resultado dos estudos técnicos produzidos por meio do PIU - Ordenamento, assegurada a participação social, deverá indicar os objetivos prioritários da intervenção e as propostas relativas a aspectos urbanísticos, ambientais, sociais, econômico-financeiros e gestão democrática, podendo abordar, de acordo com o caso:

I - estudo do perímetro para a realização do Projeto de Intervenção Urbana;

II - indicações, por meio de mapas, desenhos ou outras formas de representação visual, das intervenções propostas;

III - indicações, por meio de quadros, mapas, desenhos ou outras formas de representação visual, dos parâmetros de controle do uso, ocupação e parcelamento do solo propostos, quando aplicável, para o perímetro do Projeto de Intervenção Urbana;

IV - intervenções urbanas para melhorar as condições urbanas, ambientais, morfológicas, paisagísticas, físicas e funcionais dos espaços públicos;

V - atendimento das necessidades habitacionais e sociais da população de baixa renda residente na área, afetada ou não pelas intervenções mencionadas no inciso anterior, com prioridade para o atendimento das famílias moradoras de favelas e cortiços que possam ser realocadas;

VI - instalação de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas a serem ofertadas a partir das demandas existentes, do incremento de novas densidades habitacionais e construtivas e da transformação nos padrões de uso e ocupação do solo;

VII - soluções para as áreas de risco e com solos contaminados;

VIII - estudo sobre a viabilidade econômica das intervenções propostas na modelagem urbanística com estimativas de custo, previsão das dificuldades de execução e avaliação dos impactos positivos e negativos decorrentes das intervenções propostas sobre a economia local;

IX - estratégias de financiamento das intervenções previstas na modelagem urbanística, com identificação de fontes de recursos passíveis de serem utilizadas e proposta, se for o caso, de parcerias com outras esferas do setor público e com o setor privado para a implantação das intervenções previstas;

X - priorização do atendimento das necessidades sociais, da realização das intervenções urbanas e da realização dos investimentos previstos;

XI - etapas e fases de implementação da intervenção urbana;

XII - instrumentos para a democratização da gestão da elaboração e implementação dos projetos de intervenção urbana, com mecanismos de participação e controle social;

XIII - instrumentos para o monitoramento e avaliação dos impactos da intervenção urbana.

§ 2° O PIU - Ordenamento poderá estabelecer requisitos adicionais para os instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana, a depender das características e escalas de cada intervenção proposta.

§ 3° Lei específica poderá autorizar a Prefeitura a estabelecer, nos perímetros a serem objeto de PIUs de Ordenamento e Reestruturação Urbana, medidas preventivas destinadas a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de fato existentes que possam comprometer ou tornar mais onerosa as intervenções necessárias para o local.

§ 4° As medidas preventivas referidas no § 3° serão apenas as necessárias para a garantia da integridade dos instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana, respeitando-se os alvarás de execução já expedidos pela Municipalidade.

§ 5° No caso de sobreposição entre perímetros de PIU - Ordenamento e perímetros de ZEIS 1 e 3, a população moradora dessas áreas poderá participar do PIU através dos instrumentos de participação social definidos em sua elaboração ou através do Conselho Gestor de ZEIS.

§ 6° No caso de sobreposição entre perímetros de PIU - Ordenamento e Planos de Ação Integrada, estes deverão ser elaborados de forma articulada às disposições do PIU para que as ações previstas componham o programa de intervenções do Plano de Intervenção Urbana.

§ 7° No caso de sobreposição entre perímetros de PIU - Ordenamento e Planos de Urbanização de ZEIS 1, Projetos de Intervenção de ZEIS 3 e Planos de Ação Integrada já executados, as ações previstas nestes planos devem ser absorvidas pelo Plano de Intervenção Urbana.” (NR)

Art. 56. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida de art. 136-A, com a seguinte redação:

“Art. 136-A. Os estudos técnicos que compõem os PIUs de Zonas de Ocupação Especial (ZOE) - PIU - ZOE - objetivam a fixação de parâmetros específicos de parcelamento, uso e ocupação do solo adequados às especificidades da ocupação especial, considerando as características de seu contexto urbano, assegurada a participação social em sua elaboração.

§ 1° Os PIUs - ZOE serão aprovados por decreto, observados os coeficientes de aproveitamento estabelecidos por macroárea conforme Quadro 2A desta Lei, ou estabelecidos por lei específica.

§ 2° O PIU - ZOE que apresentar um programa de intervenções urbanísticas com mecanismos de financiamento deve contar com instrumento de ordenamento e reestruturação urbana e seu respectivo modelo de gestão democrática para o controle social de sua implantação.

§ 3° O PIU - ZOE deve ser elaborado previamente ao desencadeamento de procedimentos visando à concessão de uso de equipamentos públicos e sociais localizados em Zonas de Ocupação Especial.” (NR)

Subseção II
Das Operações Urbanas Consorciadas

Art. 57. O art. 141 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações no inciso VII e acrescido do inciso XVII, alterado o parágrafo único como 1° e acrescido do § 2°:

"Art. 141. .....

.....

VII - programa de atendimento econômico, social e habitacional para a população diretamente afetada pela Operação Urbana Consorciada, mediante elaboração, pelo órgão competente da política habitacional, de Plano de Reassentamento e aprovação pela população a ser removida, nos termos dos arts. 134, 291 e 292 desta Lei;

.....

XVII - para as Operações Urbanas Consorciadas preexistentes em vigor, as regras de transição aplicáveis para sua finalização deverão ser definidas por lei específica.

§ 1° O perímetro expandido mencionado no inciso II poderá extrapolar os limites da Macroárea de Estruturação Metropolitana.

§ 2° As áreas e as condições de reassentamento das famílias removidas nos termos do inciso VII deste artigo serão definidos por SEHAB, garantidos os parâmetros estabelecidos nesta Lei." (NR)

Art. 58. O § 1° do art. 142 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 142. .....

§ 1° No mínimo 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos arrecadados deverão ser aplicados em Habitação de Interesse Social, de forma prioritária dentro do programa de intervenções, ao longo de toda a vigência da Operação Urbana Consorciada, preferencialmente para a aquisição de glebas e lotes, ações de urbanização e regularização fundiária em assentamentos precários e locação social previstos no programa de intervenções.

....." (NR)

Art. 59. O art. 143 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido do § 8°, com a seguinte redação:

"Art. 143. .....

.....

§ 8° (VETADO)

Subseção III
Das Áreas de Intervenção Urbana (AIU)

Art. 60. O parágrafo único do art. 146 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 146. .....

Parágrafo único. No mínimo 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos arrecadados deverão ser aplicados em Habitação de Interesse Social, em conta segregada da AIU, para aplicação no perímetro

de abrangência ou em seu perímetro expandido, ou no FUNDURB, em sua conta segregada para Habitação de Interesse Social, preferencialmente para a aquisição de glebas e terras, implantação de infraestrutura e equipamentos sociais para atender a população moradora.” (NR)

Seção IV
Dos Instrumentos de Gestão Ambiental

Subseção I
Do Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança

Art. 61. O art. 151 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido de § 10 com a seguinte redação:

“Art. 151. .....

.....

§ 4° .....

.....

XI - possíveis impactos na segurança pública.

.....

§ 10. Lei específica deverá detalhar os critérios de avaliação do EIV/RIV para o licenciamento de empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas de qualquer porte, quando situadas em imóveis localizados junto às divisas das terras indígenas demarcadas ou em processo de demarcação pelo governo.” (NR)

Subseção II
Do Estudo de Viabilidade Ambiental

Art. 62. O caput do art. 152 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152. No processo de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com médio potencial de degradação ambiental, conforme regulamentação, o Executivo poderá exigir previamente a elaboração de estudo de viabilidade ambiental.” (NR)

Subseção III
Do Estudo Ambiental Simplificado

Art. 63. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida de art. 152-A, com a seguinte redação:

“Art. 152-A. No processo de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com baixo potencial de degradação ambiental, conforme resolução, o Executivo poderá exigir previamente a elaboração de Estudo Ambiental Simplificado - EAS.

Parágrafo único. O Estudo Ambiental Simplificado deverá analisar, no mínimo, os possíveis impactos ambientais dos empreendimentos e atividades mencionados no caput, considerando sua localização e características específicas.” (NR)

Subseção IV
Do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental

Art. 64. O caput do art. 156 e seu parágrafo único da Lei n° 16.050, de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 156. Para cumprimento do disposto nesta Lei, o órgão ambiental municipal poderá celebrar, com força de título executivo extrajudicial, nos termos da legislação municipal, Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental - TAC com pessoas físicas e jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados, efetiva ou potencialmente, poluidores, ou, ainda, com terceiros interessados na promoção da reparação.

Parágrafo único. O Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental - TAC tem por objetivo precípuo a recuperação do meio ambiente degradado, ou, não sendo possível, a reparação do meio ambiente degradado, mediante a fixação de obrigações e condicionantes técnicos que deverão ser rigorosamente cumpridas pelo infrator em relação à atividade degradadora a que deu causa, de modo a cessar, adaptar, recompor, corrigir ou minimizar seus efeitos negativos sobre o meio ambiente." (NR)

Art. 65. O caput do art. 157 e seu § 2° da Lei n° 16.050, de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157. O Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental - TAC é um instrumento com efeito de título executivo extrajudicial, que tem como objetivo a recuperação do meio ambiente degradado ou o condicionamento de situação de risco potencial a integridades ambientais, por meio da fixação de obrigações e condicionantes técnicos, estabelecidos pelo órgão ambiental municipal.

§ 1° .....

§ 2° As obrigações e condicionantes técnicos decorrentes de empreendimentos situados no interior de unidades de conservação de uso sustentável ou na zona de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral, as medidas mitigadoras e reparatórias deverão atender ao disposto nos seus planos de manejo, priorizando a viabilização de ações e projetos previstos no mesmo, sujeitas à aprovação dos respectivos Conselhos Gestores.

....." (NR)

Art. 66. O inciso II do art. 161 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 161. .....

.....

II - adequação do imóvel em relação à legislação ambiental ou, se for o caso, a assinatura de Termo de Compromisso de Adequação Ambiental - TAA, firmado entre o proprietário ou possuidor de área prestadora de serviços ambientais e a SVMA, no qual deverão ser estabelecidos as obrigações e os prazos para o cumprimento do que estabelece a legislação ambiental;

....." (NR)

Subseção V
Dos Instrumentos de Regularização Fundiária

Art. 67. O art. 164 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido de § 2°, renumerado o parágrafo único como § 1°:

"Art. 164. .....

§ 1° .....

§ 2° Deverá ser observada a legislação municipal específica sobre Regularização Fundiária Urbana - REURB, aplicando-se os conceitos e diretrizes dela decorrentes, inclusive para orientar a incidência dos instrumentos relacionados no caput deste artigo." (NR)

CAPÍTULO IV
DA POLÍTICA E DOS SISTEMAS URBANOS E AMBIENTAIS

Art. 68. O art. 174 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido de inciso X e de § 2°, renumerado o parágrafo único como § 1°:

"Art. 174. .....

§ 1° .....

.....

X - Plano Municipal de Cidade Inteligente.

§ 2° A aplicação das políticas setoriais referidas neste artigo deverá considerar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como as diretrizes e as ações para o enfrentamento das mudanças climáticas, em conformidade com acordos internacionais e com os planos municipais decorrentes." (NR)

CAPÍTULO V
DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL

Art. 69. O caput do art. 175 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 175. São objetivos da Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável reforçar o papel do Município como centro industrial, comercial, de serviços, de conhecimento, de criação e inovação, incentivar a economia inclusiva, criativa e compatível com os recursos naturais, promover atividades econômicas sustentáveis nas zonas rural e urbana e estimular atividades econômicas que permitam equilibrar a relação emprego/moradia em todas as regiões da cidade na perspectiva de reduzir as desigualdades socioterritoriais e reduzir a quantidade de viagens e o tempo médio de deslocamento no Município." (NR)

Art. 70. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida de art. 175-A com a seguinte redação:

"Art. 175-A. A Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável passa a observar o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador, instituído pela Lei Complementar n° 182, de 1° de junho de 2021.

Parágrafo único. A LPUOS poderá criar novas subcategorias de uso industrial e rever relação entre usos permitidos e zonas de uso, adequando essa disciplina às diretrizes mencionadas no caput deste artigo." (NR)

Art. 71. O art. 178 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido de § 2°, renumerado o parágrafo único como § 1°:

"Art. 178. .....

§ 1° .....

§ 2° Poderá ser elaborado Plano de Intervenção Urbana de Ordenamento e Reestruturação Territorial - PIU Articulado ao plano específico de cada Polo Estratégico de Desenvolvimento Econômico, compreendendo as intervenções urbanísticas necessárias, as estratégias de financiamento das intervenções e eventuais alterações específicas de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo no perímetro de cada Polo." (NR)

Art. 72. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida de art. 179-A com a seguinte redação:

"Art. 179-A. As áreas dos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico demarcadas no Mapa 11 desta Lei, integrantes da Macroárea de Estruturação Metropolitana, ficam absorvidas e disciplinadas de acordo com os Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico correspondentes.

Parágrafo único. Será aplicado o coeficiente de aproveitamento previsto para a respectiva zona de uso, mantida a incidência de fator de planejamento igual a zero para a categoria de uso não residencial, nos termos do Quadro 6 desta Lei." (NR)

Art. 73. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida dos arts. 181-A, 181-B, 181-C, 181-D, 181-E, 181-F e 181-G, com as seguintes redações:

"Art. 181-A. As áreas do Perímetro de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico Jacu-Pêssego, demarcadas no Mapa 11 desta Lei, não integrantes da Macroárea de Estruturação Metropolitana, ficam enquadradas como centralidades polares, aplicando-se o fator de planejamento igual a zero (Fp = 0) para a categoria de uso não residencial." (NR)

"Art. 181-B. O Perímetro de Incentivo do Desenvolvimento Econômico da Avenida Coronel Sezefredo Fagundes passa a ser enquadrado como centralidade linear, devendo ser definidos o perímetro e os incentivos fiscais e urbanísticos por lei específica." (NR)

"Art. 181-C. Ficam criadas as centralidades lineares nos trechos urbanos das Rodovias Anchieta e Raposo Tavares, devendo ser definidos o perímetro e os incentivos fiscais e urbanísticos por lei específica." (NR)

"Art. 181-D. As áreas do Perímetro de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico Cupecê, demarcadas no Mapa 11 desta Lei, não integrantes da Macroárea de Estruturação Metropolitana, ficam enquadradas como centralidades polares, aplicando-se o fator de planejamento igual a zero (Fp = 0) para a categoria de uso não residencial." (NR)

"Art. 181-E. O Perímetro de Incentivo do Desenvolvimento Econômico da Avenida Raimundo Pereira de Magalhães passa a ser enquadrado como centralidade linear, devendo ser definidos o perímetro e os incentivos fiscais e urbanísticos por lei específica." (NR)

"Art. 181-F. Ficam criados os polos atrativos esportivos e turísticos:

Estádio do Corinthians - Neoquímica Arena;

Estádio do Corinthians - Estádio Alfredo Schürig;

Estádio do Morumbi - Estádio Cícero Pompeu de Toledo;

Estádio do Palmeiras - Allianz Parque.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá promover estudos para identificar as necessidades para o desenvolvimento dos polos atrativos esportivos e turísticos, os objetivos de desenvolvimento dos polos e os incentivos destinados ao atingimento dessas metas." (NR)

"Art. 181-G. Lei específica poderá estabelecer outros perímetros de centralidades polares e lineares, bem como respectivos incentivos fiscais e urbanísticos." (NR)

CAPÍTULO VI
DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

Art. 74. O art. 196 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com seu parágrafo único renumerado como § 1° e acrescido dos §§ 2°, 3°, 4°, 5° e 6°, com a seguinte redação:

"Art. 196. .....

§ 1° .....

§ 2° Aplicam-se às novas edificações, equipamentos ou instalações acima do nível do solo, ou que tenham permanência humana, necessários aos serviços de infraestrutura de utilidade pública de que trata o caput deste artigo, os regramentos previstos na legislação urbanística, edilícia ou em leis específicas, podendo ser implantados em qualquer local do Município que as admita, desde que sua localização esteja prevista nesta Lei, no Plano Setorial pertinente, em ajustes deles decorrentes, nos Planos Regionais das Subprefeituras ou em leis específicas.

§ 3° Serão consideradas abrangidas nos documentos mencionados no § 2° do caput deste artigo as instalações acessórias relacionadas às respectivas redes de infraestrutura, indispensáveis ao seu funcionamento, tais como subestações, cabines de medição, caixas de inspeção, dutos de ventilação, pátios de manobra, dentre outras.

§ 4° Aplicam-se às reformas com alteração de área construída de edificações, equipamentos ou instalações preexistentes referidas no § 2° do caput deste artigo os regramentos previstos na legislação urbanística, edilícia ou leis específicas.

§ 5° Caberá à Câmara Técnica de Legislação Urbanística, com base nas suas competências atribuídas pelo art. 330 desta Lei, em especial, para dirimir dúvidas na aplicação desta Lei e da legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, promover a compatibilização da autorização legal da instalação de infraestrutura em qualquer local do Município, com os regramentos previstos na legislação urbanística, edilícia ou em leis específicas.

§ 6° No caso de empreendimentos em zonas especiais de proteção ou preservação ambiental e em áreas de preservação permanente, o atendimento ao disposto no § 2° do caput deste artigo estará condicionado à demonstração de inexistência de alternativa técnica e/ou locacional à implantação, que deverá ser avaliada pelo órgão municipal ambiental competente." (NR)

Art. 75. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida do art. 198-A, com a seguinte redação:

"Art. 198-A. A Prefeitura elaborará o Plano Municipal de Cidade Inteligente, de acordo com as determinações estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como dos objetivos e diretrizes deste artigo.

§ 1° O Plano Municipal de Cidade Inteligente, cuja elaboração é uma ação prioritária desta Lei e deverá ser elaborado de forma participativa e regido pelos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - participação social e exercício da cidadania;

III - cocriação e troca de conhecimento entre o Poder Público e a sociedade;

IV - inclusão socioeconômica;

V - privacidade dos cidadãos e segurança dos dados;

VI - inovação na prestação dos serviços;

VII - tecnologia como mediadora para o alcance do bem-estar da população e melhoria dos serviços públicos;

VIII - economia e desenvolvimento baseados no conhecimento;

IX - transparência na prestação dos serviços;

X - eficiência, efetividade, eficácia e economicidade na prestação de serviços;

XI - avaliação e aprimoramento permanente de ações de cidades inteligentes;

XII - planejamento das iniciativas;

XIII - integração de políticas públicas e serviços;

XIV - integração entre órgãos e entidades;

XV - compromisso com a melhoria da qualidade da educação e elevação da escolaridade;

XVI - educação e capacitação continuada da sociedade;

XVII - incentivo à diversidade de ideias e criatividade;

XVIII - sustentabilidade ambiental.

§ 2° O desenvolvimento de iniciativas do Plano Municipal de Cidade Inteligente deverá observar as seguintes diretrizes:

I - utilização de tecnologia, ciência ou conhecimento científico para integração de políticas públicas e prestação de serviços ao cidadão;

II - integração de serviços e informações entre órgãos e entidades locais, com foco na prevenção de eventos críticos e desastres;

III - integração de bancos de dados do Poder Público mediante o uso de padrões de interoperabilidade;

IV - incentivo à digitalização de serviços e processos;

V - compartilhamento de dados e informações entre entes federativos;

VI - priorização da execução de iniciativas por meio de consórcios públicos ou uso de outros instrumentos de colaboração entre municípios e outros entes federativos;

VII - comunicação permanente entre órgãos de controle e unidades jurisdicionadas;

VIII - estímulo à criação do conhecimento, ao desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo e à inovação;

IX - promoção de espaços, inclusive presenciais, para cocriação e troca de conhecimento entre o Poder Público e a sociedade;

X - utilização de indicadores de desempenho para monitoramento e avaliação permanente das iniciativas de cidades inteligentes;

XI - estímulo ao engajamento do cidadão;

XII - transparência e publicidade de dados e informações, assegurada em política de dados abertos, sem prejuízo à privacidade e à segurança da população e dos dados;

XIII - planejamento orçamentário e financeiro compatível com a sustentabilidade dos investimentos;

XIV - implementação de política de inovação e tecnologia na educação, para melhoria da gestão e da aprendizagem escolares;

XV - educação digital da população;

XVI - qualificação da força de trabalho para desenvolvimento das habilidades e competências exigidas pela economia digital e tecnologias da quarta revolução industrial;

XVII - incentivo à indústria criativa, inclusiva e à economia circular, em que a produção e o consumo consideram a partilha, a reutilização, a reparação e a reciclagem de materiais e produtos, de forma a aumentar o seu ciclo de vida e reduzir o consumo de recursos naturais;

XVIII - promoção de espaços públicos para incentivar e proporcionar o desenvolvimento da criatividade e da inovação;

XIX - gestão orientada à sustentabilidade ambiental; e

XX - planejamento urbano com foco na eficiência da mobilidade urbana, no uso diversificado da ocupação do solo e na apropriação dos espaços pelos cidadãos.” (NR)

CAPÍTULO VII
DA POLÍTICA E DO SISTEMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 76. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida de art. 199-A com a seguinte redação:

“Art. 199-A. A aplicação da Política de Saneamento Ambiental estabelecida por esta Lei passa a ser orientada pelo marco legal do saneamento básico, atualizado pela Lei Federal n° 14.026, de 15 de julho de 2020, devendo observância à Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas, instituída pela Lei n° 17.104, de 30 de maio de 2019.

§ 1° Os planos dos Sistemas decorrentes da Política de Saneamento Ambiental deverão ser elaborados ou revisados conforme o caput, observados os princípios de gestão democrática.

§ 2° As ações prioritárias do Sistema de Drenagem, representadas no Mapa 12 desta Lei, e as decorrentes do plano setorial deverão priorizar a adoção de Soluções baseadas na Natureza (SbN) e Infraestruturas Verdes, especialmente os jardins de chuva, as biovaletas e as bacias de detenção vegetadas.

§ 3° A abordagem do uso de Infraestruturas Verdes e Soluções baseadas na Natureza colabora com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e nas estratégias de adaptação e mitigação mencionadas no Acordo de Paris, e no

auxílio do avanço dos resultados de programas de gestão, como o Programa Município Verde Azul do Estado de São Paulo.” (NR)

Art. 77. O inciso VII do art. 223 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 223. .....

.....

VII - introduzir o manejo diferenciado dos resíduos orgânicos, componente principal dos resíduos urbanos, incentivando a implantação de pátios de compostagem públicos ou privados dentro do território das subprefeituras existentes e das que vierem a ser criadas.” (NR)

CAPÍTULO VIII
DA POLÍTICA E DO SISTEMA DE MOBILIDADE

Art. 78. Os incisos V e IX do art. 227 da Lei n° 16.050, de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 227. .....

.....

V - melhoria das condições de integração entre os diferentes modais de transporte, tais como o público coletivo, os de micromobilidade e demais modais não motorizados e o coletivo privado rotineiro de passageiros;

.....

IX - promover a criação de infraestrutura para a instalação de postos de recargas de baterias dos mais variados modelos de veículos elétricos.” (NR)

Art. 79. O art. 228 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 228. .....

.....

IV - promover os modos que compõem a micromobilidade e demais modais não motorizados como meio de transporte urbano, em especial o uso de bicicletas, por meio da criação de uma rede estrutural cicloviária;

V - promover a integração entre os sistemas de transporte público coletivo, de micromobilidade e demais modais não motorizados, o transporte individual privado e o coletivo privado rotineiro de passageiros;

.....

XIII - (VETADO)

.....

XXV - utilizar indicadores de acessibilidade e mobilidade urbana e determinar as formas de avaliação da efetividade da adoção das políticas de transporte e uso do solo ao longo do tempo.

Parágrafo único. A micromobilidade inclui os meios de transporte autopropelidos, de forma elétrica ou não, criados para percorrer pequenas distâncias, nos termos da Resolução CONTRAN n° 947, de 28 de março de 2022.” (NR)

Art. 80. O art. 233 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 233. .....

.....

XI - promover medidas que permitam a transposição de quadras existentes para passagem de pedestres, com definição de parâmetros de tipologia, dimensionamento, condições de obrigatoriedade, benefícios construtivos, conversão de espaços e cuidados com o patrimônio cultural incidente nos imóveis.” (NR)

Seção I
Da Acessibilidade Universal

Art. 81. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida do art. 236-A com a seguinte redação:

“Art. 236-A. O Executivo deverá elaborar o Plano Municipal de Rotas Acessíveis, de forma participativa e respeitando as normas vigentes, de modo a:

I - apontar e priorizar ações e áreas de intervenção em equipamentos, sistema de transporte público, passeios públicos e a demarcação de vagas exclusivas;

II - integrar equipamentos públicos e privados de interesse, bem como centralidades comerciais, culturais, dentre outras, com redes de transporte público, bem como com vagas exclusivas;

III - prever, para áreas de interesse cultural, turístico, ou de outra relevância, a implantação de sinalização, planos e mapas acessíveis;

VI - priorizar soluções que abranjam o maior público possível, considerando todos os tipos de deficiência.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Rotas Acessíveis deverá ser apreciado pelo órgão colegiado municipal de acessibilidade.” (NR)

Art. 82. O art. 240 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 240. .....

.....

X - serviço de transporte individual privado de passageiros intermediado por plataformas digitais nos termos da Lei n° 12.587, de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), ou a que vier a substituir.” (NR)

Art. 83. O art. 245 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

“Art. 245. .....

.....

XII - utilizar indicadores de qualidade do nível de serviço dos ônibus municipais que podem ser calculados a partir de dados obtidos pela bilhetagem eletrônica e pela tecnologia de geoposicionamento dos ônibus e demais dados de acordo com a LGPD (Lei Geral de Proteção de dados) considerando: a taxa de ocupação (nível de serviço), a garantia de velocidade operacional (prioridade no viário) e a redução do tempo de viagem dos usuários." (NR)

Art. 84. O parágrafo único do Art. 247 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 247. .....

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 85. O art. 249 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido do inciso VII:

"Art. 249. .....

.....

VII - Sistema de compartilhamento de micromobilidade." (NR)

Seção II
Do Sistema Hidroviário

Art. 86. O art. 256 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido do inciso VIII com a seguinte redação:

"Art. 256. .....

.....

VIII - passagens e conexões entre as margens." (NR)

Art. 87. O inciso VI do art. 257 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 257. .....

.....

VI - elaborar, de maneira participativa, o Plano Municipal Hidroviário, que deverá considerar e compatibilizar suas ações com os Planos Municipais de Mobilidade Urbana, de Saneamento Ambiental Integrado, de Drenagem e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos." (NR)

CAPÍTULO IX
DO SISTEMA DE ÁREAS PROTEGIDAS, ÁREAS VERDES E ESPAÇOS LIVRES

Seção I
Áreas Verdes

Art. 88. O § 1° do Art. 269 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 269. .....

§ 1° A delimitação das Áreas de Preservação Permanente deverá obedecer aos limites fixados pela norma federal específica (Lei n° 14.285, de 29 de dezembro de 2021, ou a que vier a substituir), sobretudo em áreas urbanas descaracterizadas.” (NR)

Art. 89. O caput e o § 1° do art. 274 da Lei n° 16.050, de 2014, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 274. Os parques urbanos, de conservação, orla e naturais, existentes e propostos, as unidades de conservação existentes e propostas e as áreas verdes públicas integram o Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres.

§ 1° Os parques lineares propostos passarão a integrar o sistema, quando forem implantados.

.....

§ 3° O estágio da implementação dos parques e das unidades de conservação propostos no Quadro 7 e no Quadro 15 será disponibilizado na plataforma de monitoramento do PDE.” (NR)

Seção II
Das Ações Prioritárias no Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres

Art. 90. Os incisos II, III, IV e V do art. 288 da Lei n° 16.050, de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 288. .....

.....

II - implementar o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - PLANPAVEL e estruturar o Sistema de Áreas Protegidas e Áreas Verdes e Espaços Livres - SAPAVEL;

III - implementar o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais - PMSA;

IV - implementar o Plano Municipal de Arborização Urbana - PMAU;

V - implementar o Plano Municipal da Mata Atlântica - PMMA;” (NR)

Art. 91. O art. 289 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 289. Com o objetivo de garantir e viabilizar a implantação, operação e gestão dos parques propostos no Quadro 7 desta Lei, de acordo com o inciso I do art. 288, fica criado o Fundo Municipal de Parques, a ser regulamentado por ato do Executivo, que deverá atuar de forma complementar e articulada ao Fundo Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA.

§ 1° Os recursos do Fundo Municipal de Parques serão destinados à aquisição de áreas, implantação, operação e gestão dos parques constantes no Quadro 7.

§ 2° Os recursos do Fundo Municipal de Parques serão depositados em conta especial, mantida em instituição financeira oficial.

§ 3° Os recursos para o Fundo Municipal de Parques poderão ser provenientes de:

I - dotações orçamentárias a ele especificadamente destinadas;

II - créditos adicionais suplementares a ele destinados;

III - alienação de áreas públicas municipais;

IV - doações de pessoas físicas ou jurídicas;

V - doações de entidades internacionais;

VI - acordos, contratos, consórcios e convênios;

VII - rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;

VIII - incentivos fiscais;

IX - outorgas oriundas das concessões de parques municipais;

X - outras receitas eventuais.

§ 4° Para garantir controle social sobre a destinação de seus recursos, fica criado o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Parques, a ser regulamentado por decreto do Executivo, composto por cidadãos de reconhecida credibilidade pública, indicados pelo Prefeito, respeitado o critério de paridade entre representantes do Poder Público e da sociedade.

§ 5° Lei específica poderá criar mecanismo de incentivo fiscal destinado a estimular a doação de recursos de pessoas físicas e jurídicas para o Fundo Municipal de Parques.” (NR)

Art. 92. O inciso XIV do art. 292 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

”Art. 292. .....

.....

XIV - (VETADO)

.....” (NR)

Art. 93. O art. 295 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido do § 2°, com a seguinte redação:

“Art. 295. .....

.....

§ 2° Nas áreas de intervenções urbanas de interesse público, em razão de risco geológico, passível de regularização fundiária, deverá ser garantido o atendimento habitacional, podendo ser inicialmente provisório, mas necessariamente vinculado a atendimento definitivo em unidades habitacionais de interesse social.” (NR)

Art. 94. O art. 297 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 297. .....

.....

IV - relocação prioritária da população em áreas de risco e proteção dos mananciais, através de programas de habitação definitiva promovidos pelo Poder Público.” (NR)

Art. 95. O Art. 298 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 298. .....

.....

XIII - (VETADO)

Art. 96. O parágrafo único do art. 300 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 300. .....

Parágrafo único. O plano municipal de redução de riscos deverá atender aos objetivos e diretrizes dos arts. 297 e 298 da Lei n° 16.050, de 2014, e poderá ser elaborado de forma participativa até 31 de dezembro de 2024 e conter no mínimo:” (NR)

CAPÍTULO X
DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO SISTEMA DE EQUIPAMENTOS URBANOS E SOCIAIS

Art. 97. O inciso I do caput do art. 303 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 303. .....

I - a proteção integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis, em especial crianças, jovens, mulheres, idosos, negros, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua; (NR)

Art. 98. O art. 305 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com alteração nos incisos III, VI e XIII e acrescido dos incisos XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI e XXXVII:

“Art. 305. .....

.....

III - elaborar planos setoriais de educação, educação ambiental, saúde, esportes, assistência social e cultura, abrangendo atendimento especializado em saúde e educação indígena nas áreas da cidade com maior concentração dessa população;

.....

VI - ampliar a rede de Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e a rede de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e promover ações intersecretariais para a implementação de projetos e ações conjuntas;

.....

XIII - expandir a rede de equipamentos e infraestrutura para prática esportiva e do esporte inclusivo;

.....

XXXIII - implantar os Núcleos Olímpicos Regionais;

XXXIV - implantar as Casas de Agricultura Ecológica - CAE;

XXXV - ampliar a oferta de hortas urbanas em áreas públicas de forma articulada com programas pedagógicos nas unidades escolares, programas de segurança alimentar, de agroecologia e geração de renda;

XXXVI - implantar as Escolas de Agroecologia com vistas ao fortalecimento das ações educativas voltadas à segurança alimentar e nutricional;

XXXVII - implantar as cadeias produtivas sustentáveis de produção familiar, voltadas aos princípios ativos e botânicos, à produção da agrofloresta e agroecológica, associadas a Polos Tecnológicos, com capacidade para estimular pesquisas científicas voltadas às produções sustentáveis." (NR)

Art. 99. O art. 314 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido dos §§ 6°, 7° e 8°, com a seguinte alteração:

"Art. 314. .....

.....

§ 6° Fica criado o TICP Bixiga, que inclui o bairro do Bixiga, cujo perímetro e objetivos específicos deverão ser previstos em lei específica.

§ 7° Fica criado o TICP Represas, que inclui as represas Billings e Guarapiranga, cujo perímetro e objetivos deverão ser previstos em lei específica.

§ 8° O perímetro do TICP Bixiga, delimitado nos termos da Resolução 22/2002 do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, fica excluído da Zona de Estruturação Urbana até que seja formulado seu plano específico de reordenamento do território, de acordo com o § 6° deste artigo, que deverá incluir articulação com políticas habitacionais que garantam a manutenção da população residente e do perfil racial deste perímetro, usando como parâmetro o perfil racial do último censo." (NR)

Art. 100. O art. 320 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido do inciso VIII com a seguinte redação:

"Art. 320. .....

.....

VIII - Plano Municipal de Cidades inteligentes." (NR)

CAPÍTULO XI
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Art. 101. A alínea "n" do inciso II do § 1° do art. 327 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 327. .....

§ 1° .....

.....

II - .....

.....

n) 1 (um) membro eleito entre os representantes do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;

....." (NR)

Art. 102. O inciso III do art. 339 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 339. .....

.....

III - ordenamento e direcionamento da estruturação urbana, incluindo infraestrutura, drenagem, saneamento, investimentos destinados à implantação de parques lineares, à realização de melhorias em vias estruturais ou de transporte público coletivo de passageiros, que engloba pavimentação e recapeamento, e à requalificação de eixos ou polos de centralidade;" (NR)

Art. 103. O Art. 340 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 340. .....

I - ao menos 40% (quarenta por cento) destinados preferencialmente a projetos e produção de Habitação de Interesse Social - HIS 1, inclusive a aquisição de terrenos para este fim, preferencialmente na Macroárea de Estruturação Metropolitana, na Macroárea de Urbanização Consolidada e na Macroárea de Qualificação da Urbanização e Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental e na Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental, preferencialmente classificados como ZEIS 1, ZEIS 3, ZEIS 4, conforme mapa 4A anexo, sendo 10% destinados a regularização fundiária e reurbanização de favelas com prioridade para áreas de risco R3 e R4 e áreas de mananciais;

II - ao menos 30% (trinta por cento) destinados à implantação e realização de melhorias nas vias estruturais e nos sistemas de transporte público coletivo, cicloviário e de circulação de pedestres.

.....

§ 4° No mínimo 50% do recurso utilizado para pavimentação e recapeamento, que trata no inciso III do art. 339 desta Lei, deverá ser destinado a bairros periféricos." (NR)

Art. 104. O § 2° do art. 347 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração, e o dispositivo passa a vigorar acrescido de § 3° com a seguinte redação:

"Art. 347. .....

.....

§ 2° Os Planos de Bairro deverão ser considerados na revisão dos Planos Regionais das Subprefeituras e, após regular aprovação, assegurada a participação social, internalizados no Sistema de Planejamento por meio dos respectivos Planos de Ação das Subprefeituras.

§ 3° Em face do previsto no caput e no § 2° deste artigo quanto à integração dos Planos de Bairros no Sistema de Planejamento do Município, deverá ser previsto procedimento para a elaboração dos Planos Bairros, com a definição de etapas que permitam a análise de sua admissibilidade em face da compatibilidade com a normatização vigente, bem como assegurem a participação social, observado o previsto no art. 348 desta Lei quanto à aprovação final pelos Conselhos de Representantes ou Conselho Participativo, se o caso, e debate com o Conselho Municipal de Política Urbana." (NR)

Art. 105. O Art. 371 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 371. Ficam definidas condições especiais de uso e ocupação do solo aos complexos de saúde, educação e pesquisa existentes até 31 de julho de 2014 e às suas áreas envoltórias com o objetivo de regularizar, reformar ou construir novas edificações com a finalidade de suprir e complementar as necessidades de expansão dos complexos de saúde, educação e pesquisa em saúde existentes, reconhecidos pela municipalidade.

§ 1° (VETADO)

§ 2° (VETADO)

§ 3° A SMUL/DEUSO poderá indicar perímetros de complexos de saúde, educação e pesquisa que atendam às disposições deste artigo em consonância com as condições territoriais e urbanas.

§ 4° Os complexos de saúde, educação e pesquisa reconhecidos pela Prefeitura, bem como suas áreas envoltórias, serão divulgados no site da SMUL na internet, descrevendo a relação de contribuintes integrantes passiveis da aplicação das condições especiais de uso e ocupação do solo e incentivos conforme § 1° deste artigo.

§ 5° Os complexos de saúde, educação e pesquisa reconhecidos anteriormente à publicação desta Lei pela Prefeitura Municipal de São Paulo, e as respectivas áreas envoltórias, permanecerão vigentes e sujeitos à lei vigente ao tempo do respectivo reconhecimento." (NR)

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 106. O Art. 375 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com alterações em seus incisos II e III e acrescido de § 2°, renumerado seu parágrafo único para § 1°:

"Art. 375. .....

I - os parques municipais existentes e os que vierem a ser criados;

II - os parques urbanos propostos integrantes do Quadro 7 e Mapa 5 desta Lei;

III - os parques naturais propostos e as demais Unidades de Conservação de Proteção Integral propostas;

IV - os parques lineares existentes.

§ 1° .....

§ 2° O previsto no caput deste artigo aplica-se aos parques de conservação e aos parques orla existentes e propostos." (NR)

Art. 107. O art. 376 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 376. Ficam desde já enquadrados como ZEP os parques naturais existentes e demais unidades de conservação de proteção integral existentes e as que vierem a ser criadas.” (NR)

Art. 108. O art. 380 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 380. Os processos de licenciamento de obras, edificações e atividades e os projetos de parcelamento do solo, protocolados até a data de publicação desta Lei e sem despacho decisório serão apreciados integralmente de acordo com a legislação em vigor à época do protocolo, exceto nos casos de manifestação formal do interessado a qualquer tempo, optando pela análise integral de acordo com suas disposições.

§ 1° Os processos de licenciamento de obras e edificações referidos no caput serão indeferidos:

I - nos casos previstos no Código de Obras e Edificações (COE) e alterações posteriores;

II - se for requerida a modificação da versão do projeto constante do processo em análise na data de promulgação desta Lei, nos seguintes termos:

a) alteração de uso, categoria de uso;

b) acréscimo superior a mais de 5% (cinco por cento) nas áreas computáveis ou não computáveis;

c) acréscimo superior a 5% (cinco por cento) na taxa de ocupação;

d) o acréscimo de uso é permitido.

§ 2° Serão apreciados nos termos do caput os projetos de parcelamento do solo cuja Certidão de Diretrizes já tiver sido emitida pelo órgão municipal competente.

§ 3° Os projetos de parcelamento do solo previstos no parágrafo anterior serão indeferidos quando for requerida alteração em mais de 5% (cinco por cento) do projeto após a vigência desta Lei.” (NR)

Art. 109. O Art. 381 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 381. Os projetos modificativos de projetos de edificação com licenças expedidas nos termos da legislação vigente anteriormente à data de publicação desta Lei e protocolados após a data de sua publicação serão analisados de acordo com as disposições do art. 380 desta Lei.

.....

§ 3° Estão excetuados da aplicação das disposições deste artigo os projetos modificativos que passaram por transação judicial ou paralisação por força de decisão judicial, devendo ser integralmente analisados com base na legislação da época do seu protocolo do projeto e que serviu de base à expedição do alvará original, salvo por opção do interessado pela análise integralmente nos termos desta Lei.

§ 4° Aplicam-se também as disposições do § 3° desde artigo aos projetos modificativos localizados dentro dos perímetros das Operações Urbanas e Operações Urbanas Consorciadas.” (NR)

Art. 110. Sem prejuízo da nova redação dada aos arts. 380 e 381 da Lei n° 16.050, de 31 de julho de 2014, as outras disposições previstas nesta Lei serão aplicadas apenas aos processos de licenciamento de obras e edificações protocolados após a data de publicação desta Lei, exceto nos casos de manifestação formal do interessado, a qualquer tempo, optando pela análise integral de acordo com as novas disposições.

Art. 111. O § 4° do art. 382 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 382. .....

.....

§ 4° Para as Operações Urbanas Consorciadas preexistentes em vigor, as regras de finalização deverão ser definidas por lei específica e as regras de transição para finalização deverão ser iniciadas apenas para lotes que não se enquadrem no tamanho mínimo estabelecido pela OUC, quando a Operação Urbana Consorciada atingir o limite de estoque de Área Adicional disponível de 5% do total previsto em sua lei específica." (NR)

Art. 112. A revisão da Lei Municipal de Parcelamento, Uso e Ocupação - LPUOS, Lei n° 16.402, de 2016, poderá rever os limites das áreas de ZEU, ZEUa, ZEUP, ZEUPa, ZEM e ZEMP, com base em parâmetros que considerem o disposto no art. 77 da Lei n° 16.050, de 2014.

Art. 113. Devem ser concluídos até 2025 os planos setoriais previstos na Lei n° 16.050, de 2014.

Art. 114. Deverá ser encaminhado à Câmara Municipal no prazo de 18 (dezoito) meses projeto de lei tratando de disciplina especial de ordenamento e proteção da paisagem urbana: "Plano Diretor de Ordenamento e Proteção da Paisagem Urbana do Município de São Paulo", nos termos dos arts. 85, 86, 87, 88 e 331 da Lei n° 16.050, de 31 de julho de 2014.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput será contado a partir da entrada em vigor desta Lei.

Art. 115. A certidão de Diretrizes é documento obrigatório para a obtenção de Alvará de Aprovação e Execução, de Alvará de Execução e de Certificado de Regularização para empreendimento qualificado como Polo Gerador de Tráfego.

§ 1° No caso de reforma em empreendimento classificado como Polo Gerador de Tráfego será exigida nova Certidão de Diretrizes, quando houver:

I - acréscimo de área computável superior a 5%;

II - mudança e/ou acréscimo de uso.

§ 2° O cálculo da contrapartida financeira decorrente da certidão de diretrizes será aplicado sobre o acréscimo de área e/ou sobre a área objeto da mudança e/ou acréscimo de uso.

Art. 116. Poderão ser criados conselhos locais de comércio, que deverão atender as seguintes regras:

I - os Conselhos Locais do Comércio serão vinculados às suas respectivas subprefeituras, formados por membros representantes de estabelecimentos comerciais e residentes no perímetro onde o corredor de comércio se encontra instalado;

II - os Conselhos Locais do Comércio terão a finalidade de sugerir e contribuir na definição de programas de qualificação urbana por meio de projetos financiados pelo FUNDURB (Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano), por recursos das subprefeituras ou por fundos oriundos da iniciativa privada com gestão participativa do governo, voltados para o desenvolvimento urbano local;

III - os Conselhos Locais do Comércio, nas Zonas Corredores deverão contar com pelo menos um representante da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), do Clube de Lojistas (CDL) ou outras instituições representativas similares;

IV - a presidência dos Conselhos Locais do Comércio será exercida pelo subprefeito(a) local;

V - a instauração dos Conselhos Locais do Comércio será feita por Decreto Regulamentador do Executivo Municipal.

Art. 117. O Município deverá elaborar o Plano Municipal de Segurança Pública, definindo objetivos, metas e ações a serem realizadas no âmbito da segurança pública municipal, contando com indicadores de desempenho e índices próprios, e atualização a cada 4 (quatro) anos.

Art. 118. Fica instituído o Programa Lazer para Todos, a ser instalado em parques urbanos na Cidade de São Paulo.

§ 1° As áreas destinadas à criação do programa serão identificadas pela municipalidade e ocuparão parques existentes na cidade.

§ 2° A criação do programa tem os seguintes objetivos:

I - instalar infraestrutura e equipamentos de esporte e lazer para o uso e participação de pessoas com e sem deficiência;

II - garantir a instalação de equipamentos de esporte e lazer com recursos de acessibilidade;

III - ampliar a oferta de equipamentos esportivos acessíveis baseados em tecnologias assistivas;

IV - promover o lazer, a prática esportiva e ações de bem-estar para o desenvolvimento integral de todas as pessoas;

V - implementação de ações de promoção da igualdade de condições das pessoas com deficiência.

§ 3° Aos parques identificados como beneficiados pelo programa serão adicionados equipamentos e serviços necessários para a consecução dos objetivos previstos no art. 3° da presente Lei.

§ 4° A normatização do uso dos equipamentos dos parques dar-se-á através de Decreto Municipal.

Art. 119. Fica instituída a Política da Criança na Cidade:

Parágrafo único. São objetivos da Política da Criança na Cidade:

I - orientar as políticas de planejamento urbano para assegurar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, previstos no Marco Legal da Primeira Infância;

II - tornar a cidade mais amigável à criança, ampliando a oferta de espaços públicos lúdicos e estimulantes, que incentivem o brincar livre, e a instalação de equipamentos para brincar nas áreas de uso público;

III - criar condições para a ocupação da cidade pela criança, com segurança, acessibilidade e autonomia, possibilitando que ela desenvolva suas habilidades cognitivas, psicológicas e socioemocionais no espaço público;

IV - ampliar os processos participativos de escuta às crianças nos planos e projetos a serem realizados pelo Poder Público;

V - ampliar soluções de controle de tráfego, principalmente em rotas escolares e espaços públicos, aplicando estratégias de comunicação visual indicando a prioridade da circulação das crianças;

VI - desenvolver pesquisas que contribuam para qualificar as informações disponíveis a respeito dos deslocamentos infantis, a fim de subsidiar a implementação destas ações;

VII - implementar os territórios educadores, previstos no Marco Legal da Primeira Infância, com a participação de equipamentos públicos e privados, promovendo estruturas de governança participativas para garantia de sua continuidade e preservação;

VIII - fica a Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, conforme disposto no art. 4° do Decreto n° 58.514, de 2018, responsável por promover processos de monitoramento e avaliação das ações que garantam os direitos da criança na cidade.

Art. 120. No caso de florestas plantadas - Eucalyptus e Pynus - não consideradas de preservação permanente, demarcadas como ZEPAM, ZPDS, ZLT e ZEPAG, deverão ser analisadas pela LPUOS para a implantação de EHIS, EHMP, e demarcadas exclusivamente como ZEIS 4.

Parágrafo único. Em áreas demarcadas como ZEPAM, o caput do presente só será aplicado a lotes superiores a 100.000m² e com doação de 40% da área total ao município.

Art. 121. Esta Lei regulariza as edificações residenciais das categorias de uso R, R1 e R2h de padrão baixo, que sejam isentas da cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU referente ao ano de 2023, não localizadas em R3 e R4.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal de São Paulo lei específica em até 365 dias regulamentando procedimentos para regularização de imóveis.

Art. 122. O Quadro 1 da Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescido das seguintes definições:

“Áreas envoltórias de complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde são áreas envoltórias dos complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde, os imóveis contidos total ou parcialmente em faixa envoltória de 150 metros medida a partir dos limites dos complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde reconhecidos pela municipalidade, sujeitos à aplicação de condições especiais de uso e ocupação do solo e incentivos estabelecidos pela presente Lei, contanto que neles sejam instaladas atividades complementares aos complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde.”

“Área privativa: área da unidade autônoma de uso exclusivo, interna a porta de entrada, destinada à moradia, atividade ou uso principal da edificação, situada em determinado andar ou em dois ou mais andares interligados por acesso também privativo.”

“Complexos de Saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde são complexos de saúde, educação em saúde e pesquisa em saúde, passíveis de reconhecimento pela municipalidade, os imóveis com edificações com atividade comprovadamente existente em saúde, educação em saúde ou pesquisa em saúde classificados nos grupos de atividades de grande porte - nR3-3, nR3-8 ou nR3-9, nos termos da Lei n° 16.402, de 2016, ou outra que venha a substituí-la, situados em qualquer área do município com exceção de imóveis contidos nas áreas integrantes do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - SAPAVEL.”

“Área Protegida é uma área com características naturais relevantes e limites geográficos definidos, regulamentada e gerida por instrumentos legais, com o objetivo de promover, de forma duradoura, a recuperação ambiental, a conservação da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais associados.”

“Área Verde é um conjunto de áreas intraurbanas e rurais, públicas ou privadas, que apresentam cobertura vegetal, arbórea, arbustiva ou rasteira e que desempenham função ecológica, paisagística e

recreativa, são prestadoras de serviços ecossistêmicos e propiciam a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade."

"Espaço Livre é todo espaço público ou privado não ocupado por um volume edificado, que configure recinto ou ambiente coberto e fechado, independentemente do uso, podendo ou não estar associado a áreas verdes, mas não restrito a elas, e que cumpre funções recreativas, educativas, ecológicas, estéticas, paisagísticas e de conforto ambiental associado à insolação, circulação do ar e temperatura."

"Parque Urbano é aquele localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos e de oferecer equipamentos de lazer à população."

"Parque de Conservação é aquele dotado de atributos naturais relevantes, podendo ou não comportar estruturas e equipamentos voltados ao lazer e à fruição pública."

"Parque Orla é aquele localizado na orla das represas Billings ou Guarapiranga com funções de preservação das margens, de controle da poluição difusa, de lazer, recreação e prática de esportes náuticos."

"Parque Linear é um parque associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública."

"Corredor Verde é uma área destinada à conexão de fragmentos da paisagem, para conservação e recuperação de habitats da fauna e flora e a manutenção da biodiversidade, por meio da preservação e recuperação da cobertura vegetal arbórea e não arbórea."

"Corredor Ecológico são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais."

"Concessão urbanística é instrumento de intervenção urbana estrutural destinado à realização de urbanização ou de reurbanização de parte do território municipal, a ser objeto de requalificação da infraestrutura urbana e de reordenamento do espaço urbano, com base em planos de intervenção urbana, para atendimento de objetivos, diretrizes e prioridades estabelecidas nesta Lei."

"Soluções baseadas na Natureza - SbN são aquelas inspiradas e apoiadas na natureza, propiciando benefícios ambientais, sociais, econômicos e construindo a resiliência."

"Medidas de Não Arrependimento são aquelas que têm custos líquidos negativos porque geram benefícios diretos ou indiretos que são grandes o suficiente para compensar os custos da implementação destas ações. A ideia de não arrependimento implica dizer que há medidas que, mesmo tomadas em contexto de alta incerteza frente a possíveis cenários climáticos, acarretam um volume de benefícios diretos ou indiretos agora, tanto em termos de diminuição de exposição a risco como de vulnerabilidade, que justificam a utilização dos recursos envolvidos."

"Praças Urbanas são áreas verdes e parcialmente permeáveis abertas ao público implantadas em lotes particulares com dimensões mínimas 250m²."

"Ponto de Não Retorno é o limite crítico em um sistema que, quando excedido, pode levar a uma mudança significativa em seu estado, geralmente com o entendimento de que a mudança é irreversível. A compreensão das sensibilidades dos pontos de inflexão no sistema climático físico, bem como nos

ecossistemas e sistemas humanos, é essencial para a compreensão dos riscos associados a diferentes graus de aquecimento global."

"Hortas Urbanas são pequenas superfícies situadas dentro de uma cidade e destinadas à produção de cultivos para consumo próprio ou venda em mercados."

"Uso Misto é aquele que envolve, simultaneamente, no mesmo lote ou na mesma edificação, o uso residencial e o uso não residencial na proporção mínima de 20% destinada ao uso residencial."

"Infraestrutura verde são espaços que adotam Soluções baseadas na Natureza (SbN) e têm por finalidade contribuir para a gestão das águas pluviais na escala local, a exemplo do jardim de chuva, da biovaleta, da bacia de detenção, entre outras. São estruturas para retenção e infiltração das águas, ao mesmo tempo que propiciam a filtragem dos poluentes pela vegetação."

"Jardim de Chuva é a infraestrutura verde que tem a finalidade de contribuir para a gestão das águas pluviais na escala local, do lote e da rua, criando espaços de detenção do escoamento superficial das coberturas e superfícies, facilitando sua infiltração no solo, a biorretenção da poluição difusa e filtragem dos poluentes pela vegetação."

"Biovaleta é infraestrutura verde que tem como finalidade aumentar o tempo do escoamento superficial por redução da vazão, transportar o escoamento para dispositivos de descarga e biorreter a poluição difusa, reduzindo os riscos de enxurradas, erosão e transporte de sedimentos. A biovaleta é uma linha de drenagem naturalizada."

"Bacia de detenção vegetal é infraestrutura verde indicada para bacias de contribuições acima de dois hectares (2 ha) nas áreas planas, com função de retardo do pico de cheia, facilitando a infiltração da água no solo e recarga de aquíferos subterrâneos em condições em que o solo tem boa taxa de infiltração, a sedimentação de sólidos em suspenção, a biorretenção da poluição difusa e filtragem dos poluentes pela vegetação."

"Vila: conjunto de lotes fiscais, originalmente destinados à habitação, constituído de casas geminadas, cujo acesso se dá por meio de via de circulação de veículos de modo a formar rua ou praça no interior da quadra com ou sem caráter de logradouro público, na seguinte conformidade:

I - sejam assim consideradas judicialmente, em decisões com trânsito em julgado;

II - sejam assim originalmente constituídas em ato registrado no Cartório de Registro de Imóveis, até o início da vigência da Lei n° 10.015, de 16 de dezembro de 1985, para fins de agrupamento de construções residenciais em conjunto com abertura de passagem;

III - sejam assim reconhecidas pela Prefeitura, para fins de agrupamento de construções residenciais em conjunto com abertura de passagem no interior da quadra, até o início da vigência da Lei n° 10.015, de 16 de dezembro de 1985;

IV - nos casos não previstos e que indiquem descaracterização, poderá ser solicitada apreciação pela CTLU, quanto ao enquadramento ou não como vila, mediante análise de DEUSO." (NR)

Parágrafo único. Ficam revogadas as definições de Habitação de Interesse Social - HIS, Habitação de Mercado Popular - HMP e de Promotores de Habitação de Interesse Social - HIS, substituídas pelas definições reguladas pelo art. 46 da Lei n° 16.050, de 2014, com a redação dada pelo art. 14 desta Lei.

Art. 123. Os quadros e mapas da Lei n° 16.050, de 2014, ficam substituídos pelos integrantes desta Lei, na seguinte conformidade:

I - o Quadro 5 pelo quadro constante do Anexo I desta Lei;

II - o Quadro 7 pelo quadro constante do Anexo II desta Lei;

III - o Mapa 5 pelo mapa constante do Anexo III desta Lei;

IV - o Mapa 8 pelo mapa constante do Anexo IV desta Lei;

V - o Mapa 9 pelo mapa constante do Anexo V desta Lei.

Art. 124. A Lei n° 16.050, de 2014, passa a vigorar acrescida do Quadro 15 - Unidades de Conservação Existentes e Propostas constante do Anexo VI e do Mapa 12 - Ações prioritárias do Sistema de Drenagem constante do Anexo VII desta Lei.

Art. 125. Os mapas anexos à presente Lei correspondem aos arquivos digitais da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, assinados eletronicamente, os quais serão disponibilizados pelo Executivo no Portal da Prefeitura do Município de São Paulo na Internet.

Art. 126. O Executivo deverá enviar à Câmara Municipal de São Paulo em até 15 (quinze) dias a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo após a promulgação desta Lei.

Art. 127. Ficam revogados os arts. 52, 148, 362 a 366, a alínea “b” do inciso IV do art. 78 e o inciso IV do § 2° do art. 326 da Lei n° 16.050, de 31 de julho de 2014.

Art. 128. A aprovação da presente Lei observa o quórum determinado pelo art. 46, § 2°, alíneas “a” e “b” da Lei Orgânica do Município.

Art. 129. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 8 de julho de 2023, 470° da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES
Prefeito

LEONARDO GAZILLO SILVA
Respondendo pelo cargo de Secretário Municipal de Habitação

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

MARCOS DUQUE GADELHO
Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento

FABRICIO COBRA ARBEX
Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE
Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 8 de julho de 2023.

ANEXO I

Quadro 5. Fato de interesse social (Fs)[1] da Lei n° 16.050/2014

Usos	Valores de Fs
Uso Habitacional (2)	
Habitação de Interesse Social - HIS	0,0
Habitação do Mercado Popular - HMP Até 50 m²	0,4
Habitação do Mercado Popular - HMP de 51 Até 70m²	0,6
Habitação com área menor ou igual a 30 m²	1,0
Habitação com área maior que 30 m² e menor ou igual a 70m²	0,8
Habitação com área maior que 70m²	1,0
Uso Institucional	
Hospitais Públicos	0,0
Escolas Públicas	0,0
Demais Unidades Públicas de Saúde e Creches	0,0
Unidades Administrativas Públicas	0,0
Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional Vinculadas ao Sistema Sindical	0,0
Instituições de Cultura, Esporte e Lazer	0,0
Entidades Mantenedoras Sem Fins Lucrativos	
Templos Religiosos	0,0
Hospitais e Clínicas	0,3
Universidades	0,3
Escolas e Creches	0,3
Equipamentos Culturais e Afins	0,3
Outras Entidades Mantenedoras	
Hospitais	0,7
Universidades	0,7
Escolas	0,7
Equipamentos Culturais e Afins	0,7
Outras Atividades	**1,0**

NOTAS:

1 - Fator de Interesse Social (Fs) para efeito de cálculo do valor da contrapartida financeira correspondente à outorga onerosa do potencial construtivo adicional.

2 - Para adoção do Fator de Interesse do uso habitacional deve ser considerada a área construída computável da unidade definida no Quadro 1 desta lei.

ANEXO II

Quadro 7. Parques Municipais existentes e propostos (Lei n° 16.050/2014)

CÓDIGO	SUBPREFEITURA	DISTRITO	NOME	SITUAÇÃO	CATEGORIA	ENDEREÇO
PQ_AF_01	Aricanduva/Formosa/Carrao	Aricanduva	Ipiranguinha	Existente	Linear	Av. Cipriano Rodrigues
PQ_AF_02	Aricanduva/Formosa/Carrao	Aricanduva	Tapera	Proposto	Linear	R Professoara Alzira De Oliveira Gilioli
PQ_AF_03	Aricanduva/Formosa/Carrao	Vila Formosa	Corrego Rapadura	Existente	Linear	R. Visconde De Balsemao, R.aratanha
PQ_AF_04	Aricanduva/Formosa/Carrao	Carrao	Aricanduva - Viaduto Badra	Existente	Linear	R. Carlos Silva, R. Ajuru
PQ_AF_05	Aricanduva/Formosa/Carrao	Aricanduva	Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador - Ceret	Existente	Urbano	R. Canuto De Abreu
PQ_BT_01	Butanta	Butanta	Fonte do Peabiru	Proposto	Urbano	R. Santanesia, S/n°

PQ_BT_02	Butanta	Butanta	Agua Podre - Ypuera	Proposto	Linear	Av.eng. Heitor Antonio Eiras Garcia
PQ_BT_03	Butanta	Butanta	Luiz Carlos Prestes	Existente	Urbano	R. Joao Della Manna 665
PQ_BT_04	Butanta	Butanta	Previdencia	Existente	Urbano	R. Pedro Pecininni 88
PQ_BT_05	Butanta	Morumbi	Alfredo Volpi	Existente	Urbano	R. Engenheiro Oscar Americano 480
PQ_BT_06	Butanta	Morumbi	Caxingui	Proposto	Linear	Av. Roberto Lorenz; R. Joao Scaciotti
PQ_BT_07	Butanta	Morumbi	Morumbi	Existente	Conservação	Av. Circular Do Bosque
PQ_BT_08.1	Butanta	Raposo Tavares	Juliana de Carvalho Torres - Cohab Raposo Tavares	Existente	Urbano	Travessa Cachoeira Ariranha
PQ_BT_08.2	Butanta	Raposo Tavares	Juliana de Carvalho Torres - Cohab Raposo Tavares	Proposto	Urbano	R Candido Fontoura
PQ_BT_09	Butanta	Morumbi	Professor Otavio Ferrari	Proposto	Urbano	R. Engenheiro Oscar Americano 480
PQ_BT_10	Butanta	Raposo Tavares	Mata Esmeralda - Jacarezinho	Proposto	Linear	R Roberto Barros Rocha
PQ_BT_11	Butanta	Raposo Tavares	Itaim	Proposto	Linear	Rod. Raposo Tavares, R. Cachoeira Poraque, Av. Politecnica; R Santiago Ferrer
PQ_BT_12	Butanta	Raposo Tavares	Nascentes do Jaguare	Proposto	Linear	Av Eng. Heitor Antonio Eiras Garcia
PQ_BT_13	Butanta	Raposo Tavares	Passagem Grande	Proposto	Linear	R. Paolo Agostini
PQ_BT_14.1	Butanta	Raposo Tavares	Raposo Tavares	Existente	Urbano	R. Telmo Coelho Filho 200
PQ_BT_14.2	Butanta	Raposo Tavares	Raposo Tavares	Proposto	Urbano	Rua Telmo Coelho Filho, 200
PQ_BT_15	Butanta	Rio Pequeno	Colina de Sao Francisco	Existente	Urbano	Av. Dr. Candido Motta
PQ_BT_16	Butanta	Rio Pequeno	Sape	Existente	Linear	Rodovia Raposo Tavares, Av. Politecnica
PQ_BT_17	Butanta	Vila Sonia	Chacara do Jockey	Existente	Urbano	Av. Elizeu De Almeida; Av. Monsenhor Manfredo Leite; Av. Prof. Francisco Morato; R. Sta. Crescencia
PQ_BT_18	Butanta	Vila Sonia	Charque Grande - Ibirapora	Proposto	Linear	R. Ibirapora
PQ_BT_19	Butanta	Vila Sonia	Corveta Camacua	Proposto	Linear	R Corgie Assad Abdalla
PQ_BT_20	Butanta	Vila Sonia	Pires Cabore	Proposto	Linear	R Isaac Albeniz; Tomazo Albinoni
PQ_BT_21	Butanta	Vila Sonia	Sergio Vieira de Mello - Corrego Itarare	Proposto	Linear	R. Cresilas

PQ_BT_22	Butanta	Rio Pequeno	Sarah	Proposto	Linear	Av. Escola Politecnica; Rua Mario De Oliveira Dick
PQ_BT_23	Butanta	Butanta	Mata do Ipesp	Proposto	Urbano	R. Mario Maglio
PQ_BT_24	Butanta	Raposo Tavares	Mata Esmeralda	Proposto	Conservação	Av Diogo Gomes Carneiro
PQ_BT_25	Butanta	Rio Pequeno	Colina Silvestre	Proposto	Conservação	Rua Conde Luiz Eduardo Matarazzo, 1.000
PQ_BT_26	Butanta	Butanta	Joia	Proposto	Urbano	Rua Moises Martins da Silveira, 100
PQ_BT_27	Butanta	Butanta	Cabeceira do Pirajussara-Mirin	Proposto	Conservação	Rua Jose Alvares Maciel, 50
PQ_BT_28	Butanta	Rio Pequeno	Principes	Proposto	Linear	Av. Darcy Reis
PQ_BT_29	Butanta	Morumbi	Parque João Carlos Di Gênio	Proposto	Urbano	Av. Lineu de Paula Machado
PQ_CL_01	Campo Limpo	Campo Limpo	Eucaliptos	Existente	Urbano	R. Ministro Guimaraes 280
PQ_CL_02.1	Campo Limpo	Campo Limpo	Horto do Ipe	Proposto	Urbano	Rua Francisco da Cruz Mellao, 1840
PQ_CL_02.2	Campo Limpo	Campo Limpo	Horto do Ipe	Proposto	Urbano	Rua Francisco da Cruz Mellao, 1840
PQ_CL_03	Campo Limpo	Campo Limpo	Morumbi Sul	Proposto	Urbano	R. Lira Cearense, 624
PQ_CL_04	Campo Limpo	Campo Limpo	Capadocia	Proposto	Urbano	R. Clemente Rocha
PQ_CL_05	Campo Limpo	Vila Andrade	Rua Clipperton	Proposto	Urbano	R. Clipperton, S/n.
PQ_CL_06.1	Campo Limpo	Capao Redondo	Feitico da Vila	Existente	Linear	Estrada De Itapecerica
PQ_CL_06.2	Campo Limpo	Capao Redondo	Feitico da Vila	Proposto	Linear	Estrada De Itapecerica
PQ_CL_07	Campo Limpo	Vila Andrade	Paraisopolis	Existente	Urbano	R. Italegre
PQ_CL_08	Campo Limpo	Capao Redondo	Santo Dias	Existente	Urbano	R. Jasmim Da Beirada 71
PQ_CL_09	Campo Limpo	Vila Andrade	Burle Marx	Existente	Urbano	Av. Dona Helena Pereira De Moraes 200
PQ_CL_10.1	Campo Limpo	Vila Andrade	Itapaiuna	Proposto	Linear	R Antonio Aggio
CÓDIGO	**SUBPREFEITURA**	**DISTRITO**	**NOME**	**SITUAÇÃO**	**CATEGORIA**	**ENDEREÇO**
PQ_CL_10.2	Campo Limpo	Vila Andrade	Itapaiuna	Proposto	Linear	R Antonio Aggio
PQ_CL_11	Campo Limpo	Vila Andrade	Burle Marx - Ampliação	Proposto	Conservação	Av. Dona Helena Pereira De Moraes 101
PQ_CL_12	Campo Limpo	Vila Andrade	Nascentes do Cabore	Proposto	Urbano	Rua Jose Coimbra, 250
PQ_CS_01.1	Capela do Socorro	Cidade Dutra	Castelo	Existente	Orla	Av. Atlantica
PQ_CS_01.2	Capela do Socorro	Cidade Dutra	Castelo	Proposto	Orla	Av. Atlantica
PQ_CS_01.3	Capela do Socorro	Cidade Dutra	Castelo	Proposto	Orla	Av. Atlantica
PQ_CS_02	Capela do Socorro	Grajau	Taquacetuba - Sitio Arqueologico Casa de Taipa - Periquito	Proposto	Natural	Av Kayo Okamoto, 3681
PQ_CS_03	Capela do Socorro	Cidade Dutra	Guanhembu - Benedicta Ramos Caruso	Existente	Urbano	R. Daniel Ribeiro Calado 40
PQ_CS_04	Capela do Socorro	Cidade Dutra	Ribeirao Caulim - Sao Rafael	Existente	Linear	Rua Jose Francisco Brandao, 330
PQ_CS_05.1	Capela do Socorro	Cidade Dutra	Sao Jose	Existente	Orla	Av. Frederico Rene

						De Jaeguer
PQ_CS_05.2	Capela do Socorro	Cidade Dutra	Sao Jose	Proposto	Orla	Av. Frederico Rene De Jaeguer
PQ_CS_06.1	Capela do Socorro	Cidade Dutra	Nove De Julho	Existente	Orla	Av. Atlantica
PQ_CS_06.2	Capela do Socorro	Cidade Dutra	Nove De Julho	Proposto	Orla	Av. Atlantica
PQ_CS_07	Capela do Socorro	Grajau	America	Existente	Linear	R. Rosalia Ianinni Conde 272
PQ_CS_08.1	Capela do Socorro	Grajau	Aristocrata	Proposto	Urbano	R. Adelina Plunket
PQ_CS_08.2	Capela do Socorro	Grajau	Aristocrata	Proposto	Urbano	R. Adelina Plunket
PQ_CS_09	Capela do Socorro	Socorro	Deck Guarapiranga	Existente	Orla	Rua Manuel Raimundo Querino, 117
PQ_CS_10.1	Capela do Socorro	Grajau	Cantinho do Ceu Adolfo Duarte 'Ferruge'	Existente	Orla	R. Das Andorinhas Brasileiras
PQ_CS_10.2	Capela do Socorro	Grajau	Cantinho do Ceu Adolfo Duarte 'Ferruge'	Proposto	Orla	R. Bem-te-vi; R. Salmo; R.ns. Fatima; R. Sao Judas; Av. São Paulo
PQ_CS_11	Capela do Socorro	Grajau	Mananciais Paulistanos - Ribeirao Borore	Proposto	Conservação	Rua Tadao Inoue, 4959
PQ_CS_12	Capela do Socorro	Grajau	Mananciais Paulistanos - Billings	Proposto	Conservação	Estrada De Itaquecetuba - Borore
PQ_CS_13	Capela do Socorro	Grajau	Borore	Existente	Natural	Estrada Das Vieiras S/n
PQ_CS_14	Capela do Socorro	Socorro	Praia De Sao Paulo - Nucleo Atlantica	Proposto	Orla	Av. Atlantica
PQ_CS_15	Capela do Socorro	Grajau	Ceu Tres Lagos	Proposto	Urbano	R. Tres Coracoes
PQ_CS_16	Capela do Socorro	Grajau	Jardim Prainha	Existente	Orla	Estrada Da Ligacao S/n
PQ_CS_17.1	Capela do Socorro	Grajau	Ribeirao Cocaia - Chacara Tanay	Existente	Linear	Ao Longo Da Varzea Ribeirao. Cocaia
PQ_CS_17.2	Capela do Socorro	Grajau	Ribeirao Cocaia - Belmira Marin	Proposto	Linear	Rua Alziro Pinheiro Magalhaes
PQ_CS_17.3	Capela do Socorro	Grajau	Ribeirao Cocaia - Billings	Proposto	Linear	Av. Dona Belmira Marin, 2745
PQ_CS_17.4	Capela do Socorro	Grajau	Ribeirao Cocaia - Chacara do Conde	Proposto	Linear	Ao Longo Da Varzea Ribeirao. Cocaia; Av Paulo Guilguer Reimberg
PQ_CS_18.1	Capela do Socorro	Grajau	Ribeirao Cocaia - Opcao Brasil	Existente	Linear	Ao Longo Da Varzea Ribeirao. Cocaia
PQ_CS_18.2	Capela do Socorro	Grajau	Ribeirao Cocaia - Myrna	Proposto	Linear	Ao Longo Da Varzea Ribeirao. Cocaia
PQ_CS_18.3	Capela do Socorro	Grajau	Ribeirao Cocaia - Jardim Campinas	Proposto	Linear	Av. Paulo Guilguer Reimberg, 1933
PQ_CS_19	Capela do Socorro	Socorro	Laguinho - Jacques Costeau	Proposto	Conservação	R. Catanumi
PQ_CS_20	Capela do Socorro	Socorro	Barragem De Guarapiranga	Existente	Orla	R. Dr. Caetano Petraglia Sobrinho
PQ_CS_21	Capela do Socorro	Grajau	Varzea do Cocaia	Proposto	Linear	R. Alziro Pinheiro Magalhaes
PQ_CS_22	Capela do Socorro	Grajau	Shangrila	Existente	Urbano	R. Irma Maria Lourenca

PQ_CS_23.1	Capela do Socorro	Grajau	Varginha	Existente	Natural	Av. Paulo Guilguer Reimberg 6200
PQ_CS_23.2	Capela do Socorro	Grajau	Varginha	Proposto	Natural	Av. Paulo Guilguer Reimberg 6200
PQ_CS_24.1	Capela do Socorro	Socorro	Praia de Sao Paulo - Praia do Sol	Existente	Orla	Av. Atlantica
PQ_CS_24.2	Capela do Socorro	Socorro	Praia de Sao Paulo - Praia do Sol	Proposto	Orla	Av. Atlantica
PQ_CS_25.1	Capela do Socorro	Socorro	Praia de Sao Paulo	Proposto	Orla	Av. Atlantica
PQ_CS_25.2	Capela do Socorro	Socorro	Praia de Sao Paulo	Proposto	Orla	Av. Jose Marques Do Nascimento, Av. Atlantica- alt. 5300
PQ_CS_25.3	Capela do Socorro	Socorro	Praia De Sao Paulo	Proposto	Orla	Av. Jose Marques Do Nascimento, Av. Atlantica- alt. 5300
PQ_CS_26	Capela do Socorro	Grajau	Mananciais Paulistanos - Paulo Guilguer	Proposto	Conservação	Av Sergio Landulfo Furtado, 633
PQ_CS_27	Capela do Socorro	Grajau	das Gaivotas	Proposto	Orla	Travessa Canal do Cocaia
PQ_CV_01.1	Casa Verde /Cachoeirinha	Cachoeirinha	Borda da Cantareira - Corrego do Bispo	Proposto	Conservação	Longo Da Estrada Da Sede; Av. Francisco Machado Da Silva; R. Taquaracu De Minas
PQ_CV_01.2	Casa Verde /Cachoeirinha	Casa Verde	Borda da Cantareira - Corrego do Bispo	Proposto	Conservação	Longo Da Estrada Da Sede; Av. Francisco Machado Da Silva; R. Taquaracu De Minas
PQ_CV_02	Casa Verde /Cachoeirinha	Casa Verde	Sitio Morrinhos	Proposto	Urbano	Av Braz Leme
PQ_CV_03	Casa Verde /Cachoeirinha	Casa Verde	Clube Matarazzo	Proposto	Urbano	Av. Ordem E Progresso
CÓDIGO	**SUBPREFEITURA**	**DISTRITO**	**NOME**	**SITUAÇÃO**	**CATEGORIA**	**ENDEREÇO**
PQ_CV_04	Casa Verde /Cachoeirinha	Casa Verde	Vila Ester (Sitio Niasi Chofi)	Proposto	Urbano	R Jose Inacio De Oliveira
PQ_CV_05	Casa Verde /Cachoeirinha	Limao	Mata da Rua dos Rodrigues	Proposto	Urbano	R. Dos Rodrigues
PQ_CV_06	Casa Verde /Cachoeirinha	Cachoeirinha	Itaguacu	Proposto	Urbano	R. Octavio Zampirollo x Av. Arq. Roberto Aflalo
PQ_AD_01	Cidade Ademar	Pedreira	Aterro Itatinga	Proposto	Urbano	R Dos Dourados
PQ_AD_02.1	Cidade Ademar	Pedreira	Jardim Apura - Parque dos Bufalos	Proposto	Orla	R Salvador Dali
PQ_AD_02.2	Cidade Ademar	Pedreira	Jardim Apura - Parque dos Bufalos	Proposto	Orla	R Salvador Dali
PQ_AD_03	Cidade Ademar	Pedreira	Mar Paulista	Existente	Orla	R. Do Mar Paulista
PQ_AD_04	Cidade Ademar	Pedreira	Sete Campos	Existente	Linear	Estrada Do Alvarenga, Av. Alda
PQ_CT_01	Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	Apa Do Iguatemi	Proposto	Urbano	Estrada Iguatemi
PQ_CT_02	Cidade Tiradentes	Cidade	Consciencia	Existente	Urbano	R. Jose Francisco

		Tiradentes	Negra			Brandao 330
PQ_CT_03	Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	Ciencia	Existente	Urbano	Av. Dos Texteis
PQ_CT_04	Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	Nascentes do Aricanduva	Proposto	Linear	Estrada Iguatemi
PQ_CT_05	Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	Mata Sete Cruzes - Nascentes do Itaquera	Proposto	Urbano	R. Naylor De Oliveira
PQ_CT_06	Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	Vila Do Rodeio	Existente	Urbano	R. Cachoeira Morena
CEMUCAM	Cotia	Cotia	Cemucam	Existente	Urbano	R.mesopotamia S/n
PQ_EM_01	Ermelino Matarazzo	Ermelino Matarazzo	Ermelino Matarazzo - Dom Paulo Evaristo Arns	Existente	Urbano	Av Abel Tavares
PQ_EM_02	Ermelino Matarazzo	Ermelino Matarazzo	Mongagua - Francisco Menegolo	Existente	Linear	R. Francisco Menegolo
PQ_FO_01	Freguesia do O /Brasilandia	Brasilandia	Brasilandia	Proposto	Urbano	Av. Dep. Cantidio Sampaio
PQ_FO_02	Freguesia do O /Brasilandia	Brasilandia	Bananal	Proposto	Linear	Av. Hugo Italo Merigo; Cj.hab.cdhu-Brasilandia C; Pq. Estadual Da Cantareira
PQ_FO_03	Freguesia do O /Brasilandia	Brasilandia	Borda da Cantareira - Itaguacu	Proposto	Conservação	Divisa Parque Estadual Da Cantareira
PQ_FO_04	Freguesia do O /Brasilandia	Brasilandia	Corrego Do Bananal - Canivete	Existente	Linear	Av. Hugo Italo Merigo
PQ_FO_05	Freguesia do O /Brasilandia	Brasilandia	Borda da Cantareira - Bananal-Canivete	Proposto	Conservação	Av. Hugo Italo Merigo; Entre Conj. Cdhu E Parque Estadual Da Cantareira
PQ_FO_06	Freguesia do O /Brasilandia	Freguesia do O	Morro Grande	Proposto	Urbano	Av Elisio Teixeira Leite
PQ_G_01.1	Guaianases	Guaianases	Guaratiba	Existente	Linear	Av Rio Cavernoso
PQ_G_01.2	Guaianases	Guaianases	Guaratiba	Proposto	Linear	Av. Ribeirao Itaquera; R. Luis Mateus; R. Mestre Valentim; Av Rio Cavernoso; Estr. Itaquera-
PQ_G_02	Guaianases	Guaianases	Antonio Colaco	Proposto	Urbano	R. Antonio Colaco x Av. Jose Higino Neves
PQ_G_03	Guaianases	Lajeado	Lajeado - Sta Etelvina	Proposto	Urbano	R. Santa Etelvina
PQ_G_04	Guaianases	Lajeado	Lajeado - Izaura Pereira De Souza Franzolin	Existente	Urbano	R. Antonio Thadeo S/n
PQ_G_05	Guaianases	Lajeado	Chabilandia	Proposto	Urbano	R. Honorio Alves
PQ_IP_01	Ipiranga	Ipiranga	Independencia	Existente	Urbano	Av. Nazareth
PQ_IT_01	Itaim Paulista	Itaim Paulista	Central do Itaim Paulista	Existente	Urbano	R. Joao Antonio De Medeiros, R. Alfredo Moreira Pinto
PQ_IT_02	Itaim Paulista	Vila Curuca	Quississana	Existente	Conservação	R. Capitao Eneas Dos Santos Pinto

						S/n
PQ_IT_03	Itaim Paulista	Itaim Paulista	Itaim Paulista	Existente	Linear	R. Estevao Ribeiro Garcia S/n
PQ_IT_04	Itaim Paulista	Itaim Paulista	Aguas	Existente	Urbano	Av. Desembargador Mario Guimaraes
PQ_IT_05	Itaim Paulista	Itaim Paulista	Santa Amelia	Existente	Urbano	R. Timoteo Correa Goes 30
PQ_IT_06	Itaim Paulista	Itaim Paulista	Tijuco Preto	Proposto	Linear	Av Corrego Tijuco Preto
PQ_IT_07	Itaim Paulista	Itaim Paulista	Tres Pontes	Proposto	Linear	Av Corrego Tres Pontes
PQ_IT_08	Itaim Paulista	Vila Curuca	Chacara das Flores	Existente	Urbano	Estrada Dom Joao Nery 3551
PQ_IT_09	Itaim Paulista	Vila Curuca	Chico Mendes	Existente	Urbano	R. Cembira 1201
CÓDIGO	**SUBPREFEITURA**	**DISTRITO**	**NOME**	**SITUAÇÃO**	**CATEGORIA**	**ENDEREÇO**
PQ_IT_10.1	Itaim Paulista	Vila Curuca	Corrego Agua Vermelha	Existente	Linear	Av. Euclides Fonseca S/n
PQ_IT_10.2	Itaim Paulista	Vila Curuca	Corrego Agua Vermelha	Proposto	Linear	Av Fernando Figueiredo Lins
PQ_IT_10.3	Itaim Paulista	Vila Curuca	Corrego Agua Vermelha	Proposto	Linear	Av Fernando Figueiredo Lins
PQ_IT_11	Itaim Paulista	Vila Curuca	Lajeado	Proposto	Linear	R Antonio De Rodovalho
PQ_IQ_01	Itaquera	Cidade Lider	Savoy City	Existente	Conservação	R. Placido Nunes
PQ_IQ_02.1	Itaquera	Cidade Lider	Nair Bello	Existente	Linear	R Quinta De Boamense
PQ_IQ_02.2	Itaquera	Cidade Lider	Nair Bello	Proposto	Linear	R Quinta De Boamense
PQ_IQ_02.3	Itaquera	Cidade Lider	Nair Bello	Proposto	Linear	R Quinta De Boamense
PQ_IQ_03.1	Itaquera	Cidade Lider	Savoy	Proposto	Urbano	Av Aricanduva
PQ_IQ_03.2	Itaquera	Cidade Lider	Savoy	Proposto	Urbano	Av. Aricanduva
PQ_IQ_04.1	Itaquera	Itaquera	Rio Verde	Existente	Linear	R. Tomazo Ferrara; R. Castelo Do Piaui; Av. Itaquera
PQ_IQ_04.2	Itaquera	Itaquera	Rio Verde	Proposto	Linear	R. Harry Danhenberg; Av. Dr. Francisco Munhoz Filho; Av. Itaquera
PQ_IQ_05.1	Itaquera	Parque do Carmo	Fazenda do Carmo	Existente	Natural	Av. Aricanduva
PQ_IQ_05.2	Itaquera	Parque do Carmo	Fazenda do Carmo	Proposto	Natural	Av. Aricanduva
PQ_IQ_06	Itaquera	Parque do Carmo	Carmo - Olavo Egidio Setubal	Existente	Urbano	Av Afonso De Sampaio E Souza 951
PQ_IQ_07	Itaquera	Jose Bonifacio	Raul Seixas	Existente	Urbano	R. Murmurios Da Tarde 211
PQ_IQ_08	Itaquera	Itaquera	Sabbado Dangelo	Proposto	Urbano	R. Sabbado Dangelo
PQ_JA_01	Jabaquara	Jabaquara	Lina e Paulo Raia	Existente	Urbano	R. Volkswagen S/n
PQ_JA_02	Jabaquara	Jabaquara	Nabuco	Existente	Urbano	R. Frederico Albuquerque 120
PQ_JT_01	Jacana/Tremembe	Tremembe	Borda da Cantareira - Barrocada	Proposto	Conservação	Estr. Da Barrocada
PQ_JT_02	Jacana/Tremembe	Tremembe	Borda da Cantareira - Juliao Fagundes	Proposto	Conservação	Av. Coronel Sezefredo Fagundes

PQ_JT_03	Jacana/Tremembe	Tremembe	Borda da Cantareira - Engordador	Proposto	Conservação	Av Cel. Sezefredo Fagundes
PQ_JT_04	Jacana/Tremembe	Tremembe	Borda da Cantareira - Santa Maria	Proposto	Natural	Av Cel Sezefredo Fagundes; R Solano Trindade
PQ_JT_05	Jacana/Tremembe	Tremembe	Jacana - Tremembe	Proposto	Urbano	Estrada Da Cachoeira S/n
PQ_JT_06	Jacana/Tremembe	Tremembe	Borda da Cantareira - Tremembe	Proposto	Conservação	Estrada Do Guarau
PQ_JT_07	Jacana/Tremembe	Tremembe	Tremembe - Fonte Gioconda	Proposto	Urbano	Av. Nova Cantareira
PQ_JT_08	Jacana/Tremembe	Tremembe	Sena	Existente	Urbano	R. Sena, 341
PQ_LA_01	Lapa	Barra Funda	Jardim das Perdizes	Existente	Urbano	Av. Marques De Sao Vicente
PQ_LA_02	Lapa	Jaguara	Vila dos Remedios	Existente	Urbano	R. Carlos Alberto Vanzolini 413
PQ_LA_03	Lapa	Jaguare	Campo Cerrado - Dr. Alfred Usteri	Existente	Conservação	Av. General Mac Arthur, Av. Corifeu De Azevedo Marques
PQ_LA_04.1	Lapa	Vila Leopoldina	Leopoldina - Orlando Villas-Boas	Existente	Urbano	Av. Embaixador Macedo Soares 6715
PQ_LA_04.2	Lapa	Vila Leopoldina	Leopoldina - Orlando Villas Boas	Proposto	Urbano	Av. Embaixador Macedo Soares
PQ_LA_04.3	Lapa	Vila Leopoldina	Leopoldina - Orlando Villas Boas	Proposto	Urbano	Av. Embaixador Macedo Soares
PQ_LA_05	Lapa	Perdizes	Zilda Natel	Existente	Urbano	Av. Dr. Arnaldo, R. Cardoso De Almeida
PQ_MB_01	Mboi Mirim	Jardim Angela	Altos da Baronesa	Existente	Conservação	Av. Bernardo Goldfarb, R.barao De Comorogi E R. Duquesa De Tancos
PQ_MB_02.1	Mboi Mirim	Jd Angela	Horizonte Azul - Cardeal Rossi	Proposto	Conservação	Av. dos Funcionarios Publicos, 1319
PQ_MB_02.2	Mboi Mirim	Jd Angela	Horizonte Azul - Cardeal Rossi	Proposto	Conservação	Av. dos Funcionarios Publicos, 1319
PQ_MB_03	Mboi Mirim	Jardim Angela	Jardim Herculano	Existente	Urbano	Estrada Da Riviera 2282
PQ_MB_04	Mboi Mirim	Jardim Angela	Itupu	Proposto	Linear	Av. Nova Arcadia
PQ_MB_05	Mboi Mirim	Jardim Angela	Mboi Mirim	Existente	Urbano	Estrada Do M Boi Mirim 7100
PQ_MB_06	Mboi Mirim	Jd Angela	Nho Chico	Proposto	Urbano	R. Alexandrina Malisano De Lima
PQ_MB_07	Mboi Mirim	Jd Angela	Mboi Mirim - Riviera	Proposto	Orla	Av. Dos Funcionarios Publicos
PQ_MB_08	Mboi Mirim	Jardim Sao Luis	Guarapiranga	Existente	Orla	Estrada Guarapiranga 575
PQ_MB_09	Mboi Mirim	Jd Sao Luis	Guavirituba	Proposto	Linear	Av. Guavirutuba
PQ_MB_10	Mboi Mirim	Jd Angela	Mboi Mirim - Jardim Angela	Proposto	Urbano	Estrada do MBoi Mirim, 5400
PQ_MO_01	Mooca	Agua Rasa	Avenida Vila Ema	Proposto	Urbano	Av. Vila Ema S/n.; R. Batuns;

						Travessa Sao Frederico; R. Manoel Vieira Pinto
PQ_MO_02	Mooca	Bras	Benemerito Jose Bras	Existente	Urbano	R. Piratininga 365
PQ_MO_03	Mooca	Mooca	Rua Padre Benedito Maria Cardoso	Proposto	Urbano	Rua Padre Benedito Maria Cardoso
PQ_MO_04	Mooca	Tatuape	Piqueri - Ver. Toninho Paiva	Existente	Urbano	R. Tuiuti 515
PQ_MO_05	Mooca	Mooca	Mooca	Proposto	Urbano	R. Dianopolis X Rua Barao De Monte Santo
CÓDIGO	**SUBPREFEITURA**	**DISTRITO**	**NOME**	**SITUAÇÃO**	**CATEGORIA**	**ENDEREÇO**
PQ_MO_06	Mooca	Tatuape	Tatuape	Existente	Urbano	Rua Sao Felipe, 730 Parque Sao Jorge, Tatuape
PQ_PA_01	Parelheiros	Parelheiros	Mananciais Paulistanos - Paiol-jusa	Proposto	Natural	Estrada do Jusa s/n
PQ_PA_02.1	Parelheiros	Parelheiros	Cratera de Colonia	Proposto	Natural	Estrada De Vargem Grande
PQ_PA_02.2	Parelheiros	Parelheiros	Cratera de Colonia	Proposto	Natural	Estr. Da Colonia
PQ_PA_03	Parelheiros	Parelheiros	Ribeirao Caulim	Proposto	Linear	Estrada Ecoturistica de Parelheiros, s/n
PQ_PA_04	Parelheiros	Parelheiros	Mananciais Paulistanos - Itaim-viterbo	Proposto	Conservação	Av Professor Hermogenes de Freitas Leitao Filho, 2523
PQ_PA_05	Parelheiros	Parelheiros	Parelheiros	Existente	Linear	R. Terezinha Do Prado Oliveira
PQ_PA_06	Parelheiros	Parelheiros	Mananciais Paulistanos - Araguava	Proposto	Conservação	Estr Do Jaceguava
PQ_PA_07.1	Parelheiros	Parelheiros	Itaim	Existente	Natural	R. Amaro Alves do Rosario, 2676
PQ_PA_07.2	Parelheiros	Parelheiros	Itaim	Proposto	Natural	R. Amaro Alves do Rosario, 2676
PQ_PA_08	Parelheiros	Marsilac	Borda da Serra do Mar	Proposto	Natural	Estrada de Evangelista de Souza s/n
PQ_PA_09.1	Parelheiros	Parelheiros	Jaceguava	Existente	Natural	Estr. Do Jaceguava
PQ_PA_09.2	Parelheiros	Parelheiros	Jaceguava	Proposto	Natural	Estr. Do Jaceguava
PQ_PA_10.1	Parelheiros	Parelheiros	Nascentes do Ribeirao Colonia	Existente	Urbano	Estrada da Colonia, 2500
PQ_PA_10.2	Parelheiros	Parelheiros	Nascentes do Ribeirao Colonia	Proposto	Urbano	Estrada da Colonia, 2500
PQ_PA_11	Parelheiros	Parelheiros	Alamos	Proposto	Linear	Av. Sadamu Inoue 5200
PQ_PE_01	Penha	Artur Alvim	Nascentes Do Corrego Ponte Rasa	Proposto	Linear	R. Sonho Gaucho; R. Pierre Fermat
PQ_PE_02	Penha	Penha	Tiquatira - Engenheiro Werner Eugenio Zulauf	Existente	Linear	Av. Governador Carvalho Pinto S/n
PQ_PE_03	Penha	Cangaiba	Vila Silvia - Izaias Wingter	Existente	Urbano	R. Carlos Barbosa 365

PQ_PE_04	Penha	Penha	Rincao	Proposto	Linear	R. Alvinopolis; R. Celina
PQ_PR_01.1	Perus	Anhanguera	Anhanguera	Existente	Urbano	Av. Fortunata Tadiello Natucci Km 24,5 Via Anhanguera
PQ_PR_01.2	Perus	Anhanguera	Anhanguera	Proposto	Urbano	Av. Fortunata Tadiello Natucci Km 24,5 Via Anhanguera
PQ_PR_02.1	Perus	Perus	Ribeirao Perus	Proposto	Linear	Rodoanel Mario Covas; Rua Aleixos Jafet; R. Cleonice Kammer Di Sandro
PQ_PR_02.2	Perus	Perus/jaragua	Ribeirao Perus	Proposto	Linear	Travessa Cambaratiba
PQ_PR_03	Perus	Perus	Luta dos Queixadas	Proposto	Linear	Rua Joaquim Antonio Arruda
PQ_PR_04	Perus	Anhanguera	Cavas de Ouro	Proposto	Urbano	Estrada Coronel Jose Gladiador S/n°
PQ_PR_05	Perus	Perus	Anhanguera Ciclovia de Perus	Proposto	Urbano	Estrada De Perus, S/n
PQ_PR_06	Perus	Perus	Aterro Bandeirantes	Proposto	Urbano	Rod Dos Bandeirantes
PQ_PI_01	Pinheiros	Itaim Bibi	Povo - Mario Pimenta Camargo	Existente	Urbano	Av. Henrique Chamma 420
PQ_PI_02	Pinheiros	Jardim Paulista	Prefeito Mario Covas	Existente	Urbano	Av. Paulista 1853
PQ_PI_03	Pinheiros	Jardim Paulista	Tenente Siqueira Campos - Trianon	Existente	Urbano	Rua Peixoto Gomide 949
PQ_PI_04	Pinheiros	Pinheiros	Corrego Verde	Proposto	Linear	R. Medeiros de Albuquerque; R. Abegoaria
PQ_PI_05	Pinheiros	Alto de Pinheiros	Corrego Das Corujas	Existente	Linear	Av. das Corujas, 39
PQ_PJ_01	Pirituba/Jaragua	Jaragua	Borda da Cantareira - Taipas	Proposto	Conservação	Estrada Jose Lopes
PQ_PJ_02	Pirituba/Jaragua	Jaragua	Brasilandia B	Proposto	Urbano	R. Ilha Da Juventude; R. Vale Do Rio Doce
PQ_PJ_03	Pirituba/Jaragua	Pirituba	Antonio Inocencio De Souza	Proposto	Linear	R. Barra Bonita
PQ_PJ_04	Pirituba/Jaragua	Pirituba	Jardim Santo Elias	Proposto	Urbano	Av. Do Anastacio; Av. Mutinga; R. Banabuiu
PQ_PJ_05	Pirituba/Jaragua	Jaragua	Fogo	Existente	Linear	Estrada De Taipas
PQ_PJ_06.1	Pirituba/Jaragua	Jaragua	Pinheirinho D'agua	Existente	Urbano	Estrada De Taipas
PQ_PJ_06.2	Pirituba/Jaragua	Jaragua	Pinheirinho D'agua	Proposto	Urbano	Estrada De Taipas
PQ_PJ_07	Pirituba/Jaragua	Jaragua	Senhor do Vale	Existente	Urbano	R. Blas Parera, 487
PQ_PJ_08	Pirituba/Jaragua	Pirituba	Jacintho Alberto	Existente	Urbano	R. Loureiro De Apolo
PQ_PJ_09	Pirituba/Jaragua	Pirituba	Jardim Felicidade	Existente	Urbano	R. Laudelino Vieira De Campos 265
PQ_PJ_10	Pirituba/Jaragua	Pirituba	Rodrigo de	Existente	Urbano	Av. Miguel De

			Gasperi			Castro 321
PQ_PJ_11	Pirituba/Jaragua	Sao Domingos	Sao Domingos	Existente	Urbano	R. Pedro Sernagiotti, 125
PQ_PJ_12	Pirituba/Jaragua	Sao Domingos	Cidade de Toronto	Existente	Urbano	Av. Cardeal Motta 84
PQ_ST_01	Santana/Tucuruvi	Tucuruvi Lions	Clube Tucuruvi	Existente	Urbano	R.alcino Bueno De Assis 500
PQ_ST_02	Santana/Tucuruvi	Santana	Campo De Marte	Proposto	Urbano	Av. Olavo Fontoura, 1788
PQ_SA_01	Santo Amaro	Campo Belo	Chuvisco - Paulo Nogueira Neto	Existente	Urbano	R. Joao De Lery
PQ_SA_02	Santo Amaro	Santo Amaro	Judas	Proposto	Linear	Av. Prof. Alceu Maynard Araujo
PQ_SA_03	Santo Amaro	Santo Amaro	Chacara Alfomares	Proposto	Urbano	R. da Fraternidade, 803
PQ_SA_04	Santo Amaro	Santo Amaro	Cordeiro - Martin Luther King	Existente	Urbano	Av. Prof. Rubens Gomes De Souza
CÓDIGO	**SUBPREFEITURA**	**DISTRITO**	**NOME**	**SITUAÇÃO**	**CATEGORIA**	**ENDEREÇO**
PQ_SA_05	Santo Amaro	Santo Amaro	Severo Gomes	Existente	Urbano	R. Pires De Oliveira 356
PQ_SA_06	Santo Amaro	Santo Amaro	Alto da Boa Vista	Existente	Urbano	R. Visconte De Porto Seguro; R. Vigario Joao De Pontes
PQ_SM_01	Sao Mateus	Iguatemi	Nascentes do Aricanduva	Proposto	Linear	Estrada Iguatemi
PQ_SM_02	Sao Mateus	Iguatemi	Guabirobeira - Mombaca	Existente	Urbano	Nova Avenida Jacu Pessego S/n
PQ_SM_03	Sao Mateus	Iguatemi	Cabeceiras do Aricanduva	Proposto	Natural	Rua do Carvalho Brasileiro, 1018
PQ_SM_04	Sao Mateus	Iguatemi	Jardim das Laranjeiras	Proposto	Linear	R Felix Bernadelli
PQ_SM_05.1	Sao Mateus	Sao Rafael	Sapopemba	Existente	Urbano	Av. Jacu Pessego
PQ_SM_05.2	Sao Mateus	Sao Rafael	Sapopemba	Proposto	Urbano	Av. Jacu Pessego
PQ_SM_06	Sao Mateus	Iguatemi	Limoeiro	Proposto	Linear	R Tauro; Estrada Terceira Divisao
PQ_SM_07	Sao Mateus	Sao Rafael	Sao Mateus	Proposto	Linear	Av Sapopemba
PQ_SM_08	Sao Mateus	Sao Rafael	Cipoaba	Proposto	Linear	R Quaresma Delgado
PQ_SM_09	Sao Mateus	Sao Mateus	Colonial	Proposto	Linear	Av Francisco De Santa Maria
PQ_SM_10	Sao Mateus	Sao Mateus	Nebulosas	Existente	Urbano	R. Libra, R. Gemeos, R Joao Mendonca
PQ_SM_11	Sao Mateus	Sao Mateus	Jardim Sapopemba - Maria de Fatima Diniz Carrera	Existente	Urbano	Av. Sapopemba 8820
PQ_SM_12	Sao Mateus	Sao Rafael	Caguacu - Parque das Flores	Proposto	Linear	Av. Dos Jasmins
PQ_SM_13.1	Sao Mateus	Sao Rafael	Jardim da Conquista	Existente	Urbano	R. Pedro De Medeiros
PQ_SM_13.2	Sao Mateus	Sao Rafael	Jardim da Conquista	Proposto	Urbano	R. Pedro De Medeiros
PQ_SM_14	Sao Mateus	Sao Rafael	Morro do Cruzeiro - Pico do Votussununga	Proposto	Conservação	Rua do Cruzeiro, 01
PQ_MP_01	Sao Miguel	Vila Jacui	Jardim	Proposto	Linear	Av. Antonio

			Primavera			Louzada Antunes; Av. Mimo De Venus; Entorno Corrego Limoeiro e Corrego Jacu
PQ_SB_01	Sapopemba	Sapopemba	Zilda Arns Neumann	Existente	Urbano	Av. Sapopemba
PQ_SB_02	Sapopemba	Sapopemba	Fazenda da Juta	Proposto	Urbano	R. Pde Antonio
PQ_SB_03.1	Sapopemba	Sapopemba	Ribeirao Oratorio	Existente	Linear	R. Plinio Dioni-sio De Freitas 280
PQ_SB_03.2	Sapopemba	Sapopemba	Ribeirao Oratorio	Proposto	Linear	Av Marginal Do Oratorio
PQ_SB_04	Sapopemba	Sapopemba	Rosa da China	Proposto	Urbano	R. Tulipa Da Africa; R. Rosa Da China
PQ_SB_05	Sapopemba	Sapopemba	Mascarenhas de Moraes	Proposto	Urbano	R. Sargento Jorge Moncores
PQ_SE_01	Se	Bom Retiro	Jardim da Luz	Existente	Urbano	R. Ribeiro De Lima, Praca Da Luz
PQ_SE_02	Se	Consolacao	Augusta - Prefeito Bruno Covas	Existente	Urbano	R Marques De Paranagua
PQ_SE_03	Se	Consolacao	Buenos Aires	Existente	Urbano	Av Angelica S/n
PQ_SE_04	Se	Liberdade	Aclimacao	Existente	Urbano	R. Muniz De Souza 1119
PQ_SE_05	Se	Santa Cecilia	Princesa Isabel	Proposto	Urbano	Pca. Princesa Isabel
PQ_MG_01	Vila Maria /Vila Guilherme	Vila Maria	Oyeno	Proposto	Urbano	Pc Pres Janio Da Silva Quadros
PQ_MG_02.1	Vila Maria /Vila Guilherme	Vila Guilherme	Trote	Existente	Urbano	R. Nadir Dias De Figueiredo
PQ_MG_02.2	Vila Maria /Vila Guilherme	Vila Guilherme	Trote	Proposto	Urbano	R. Nadir Dias De Figueiredo
PQ_MG_03	Vila Maria /Vila Guilherme	Vila Maria	Tenente Brigadeiro Roberto Faria Lima	Existente	Urbano	R. Herois Da Feb
PQ_MG_04	Vila Maria /Vila Guilherme	Vila Guilherme	Vila Guilherme	Existente	Urbano	R. Nadir Dias De Figueiredo
PQ_VM_01	Vila Mariana	Moema	Ibirapuera	Existente	Urbano	R. Pedro Alvares Cabral Sqn
PQ_VM_02	Vila Mariana	Vila Mariana	Casa Modernista	Existente	Urbano	R. Santa Cruz 325
PQ_VP_01	Vila Prudente	Sao Lucas	Verde do Sao Lucas	Proposto	Urbano	Av Do Oratorio; R Carlos Sensi
PQ_VP_02	Vila Prudente	Vila Prudente	Ecologico Professora Lydia Natalizio Diogo - Vila Prudente	Existente	Urbano	R. Joao Pedro Lecor
PQ_VP_03	Vila Prudente	Vila Prudente	Vila California	Proposto	Urbano	R. Antenas; R. Tokuchika Miki

ANEXO III

ANEXO IV

ANEXO V

ANEXO VI

Quadro 15 - Unidades de Conservação Existentes e Propostas

CÓDIGO	TIPO DE UC	CATEGORIA	SUBPREFEITURA	DISTRITO	NOME	SITUAÇÃO	ENDEREÇO
PQ_CS_02	Proteção Integral	Parque Natural	Capela do Socorro	Grajau	Taquacetuba Sitio Arqueologico Casa de Taipa-Periquito	Proposto	Av Kayo Okamoto, 3681
PQ_CS_13	Proteção Integral	Parque Natural	Capela do Socorro	Grajau	Borore	Existente	Estrada Das Vieiras S/n
PQ_CS_23.1	Proteção Integral	Parque Natural	Capela do Socorro	Grajau	Varginha	Existente	Av. Paulo Guilguer Reimberg 6200
PQ_CS 23.2	Proteção Integral	Parque Natural	Capela do Socorro	Grajau	Varginha	Proposto	Av. Paulo Guilguer Reimberg 6200
UC_CS_01	Uso Sustentável	Floresta Municipal	Capela do Socorro	Grajau	Castanheiras	Proposto	Av Paulo Guilguer Reimberg 12000
UC_CS_02	Uso Sustentável	Area de Protecao Ambiental	Capela do Socorro	Grajau	Borore-Colonia	Existente	Ilha do Borore
PQ_IQ_05.1	Proteção Integral	Parque Natural	Itaquera	Parque do Carmo	Fazenda do Carmo	Existente	Av. Aricanduva
PQ_IQ_05.2	Proteção Integral	Parque Natural	Itaquera	Parque do Carmo	Fazenda do Carmo	Proposto	Av. Aricanduva
PQ_IT_04	Proteção Integral	Parque Natural	Jacana/Tremembe	Tremembe	Borda da Cantareira-Santa Maria	Proposto	Av Cel Sezefredo Fagundes; R Solano Trindade
PQ_PA_01	Proteção Integral	Parque Natural	Parelheiros	Parelheiros	Mananciais Paulistanos - Paiol-Jusa	Proposto	Estrada do Jusa s/n
PQ_PA_02.1	Proteção Integral	Parque Natural	Parelheiros	Parelheiros	Cratera de Colonia	Proposto	Estrada De Vargem Grande
PQ_PA_02.2	Proteção Integral	Parque Natural	Parelheiros	Parelheiros	Cratera de Colonia	Proposto	Estr. Da Colonia
PQ_PA_07.1	Proteção Integral	Parque Natural	Parelheiros	Parelheiros	Itaim	Existente	R. Amaro Alves do Rosario, 2676
PQ_PA_07.2	Proteção Integral	Parque Natural	Parelheiros	Parelheiros	Itaim	Proposto	R. Amaro Alves do Rosario, 2676
PQ_PA_08	Proteção Integral	Parque Natural	Parelheiros	Marsilac	Borda da Serra do Mar	Proposto	Estrada de Evangelista de Souza s/n
PQ_PA_09.1	Proteção Integral	Parque Natural	Parelheiros	Parelheiros	Jaceguava	Existente	Estr. Do Jaceguava
PQ_PA_09.2	Proteção Integral	Parque Natural	Parelheiros	Parelheiros	Jaceguava	Proposto	Estr. Do Jaceguava
UC_PA_01	Uso Sustentável	Area de Protecao Ambiental	Parelheiros	Marsilac	Capivari-Monos	Existente	Engenheiro Marsilac
UC_PA_02	Uso Sustentável	Area de Protecao Ambiental	Parelheiros	Parelheiros	Embura-Jaceguava	Proposto	
UC_PA_03	Uso Sustentável	Floresta Municipal	Parelheiros	Marsilac	Gramado	Proposto	Estr. Do Mambu
UC_PA_04	Uso	Reserva	Parelheiros	Parelheiros	Solo Sagrado de	Proposto	Av. Hermann

	Sustentável	Particular do Patrimônio Natural			Guarapiranga		Von Thering, 657
UC_PA_05	Uso Sustentável	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Parelheiros	Parelheiros	Mata Virgem	Existente	
UC_PA_06	Uso Sustentável	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Parelheiros	Parelheiros	Sítio Curucutu	Existente	
UC_PR_01	Proteção Integral	Refugio da Vida Silvestre	Perus	Anhanguera	Anhanguera	Existente	Av. Fortunata Tadiello Natucci Km 24,5 Via Anhanguera
UC_PJ_01	Uso Sustentável	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Pirituba/Jaragua	Pirituba	Mutinga	Existente	Av. Mutinga, s/n
PQ_SM_03	Proteção Integral	Parque Natural	Sao Mateus	Iguatemi	Cabeceiras do Aricanduva	Proposto	Rua do Carvalho Brasileiro, 1018
UC_SM_01	Uso Sustentável	Monumento Natural	Sao Mateus	Sao Rafael	Pico do Votussununga - Morro do Cruzeiro	Proposto	Rua do Cruzeiro, 01

ANEXO VII

4.00 ASSUNTOS DIVERSOS

4.01 CEDFC--ARTIGOS / COMENTÁRIOS

Justiça do Trabalho recebe mensalmente cerca de seis mil ações por assédio moral.

Em julho, TST publicará a série "É assédio!" em suas redes sociais para conscientizar sobre diferentes tipos de assédio

A Justiça Trabalhista recebe, em média, 6,4 mil ações relacionadas a assédio moral no trabalho por mês. O cálculo considera o volume de processos iniciados em 2022, quando foram ajuizadas 77,5 mil ações trabalhistas com essa temática em todo o país.

No âmbito do 1º e do 2º grau, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) concentrou a maior demanda, com 23. 673 processos. Em fase recursal, chegaram ao Tribunal Superior do Trabalho 1.993 casos.

Já os casos de assédio sexual representaram aproximadamente 4,5 mil processos no ano. Na média, foram 378 ações trabalhistas por mês.

Em ambos os casos, o volume de ocorrências em que trabalhadoras e trabalhadores são vítimas pode ser maior, já que muitas pessoas têm receio ou não sabem como denunciar as práticas abusivas que sofrem no ambiente de trabalho.

É ASSÉDIO!

Informação é essencial para enfrentar o assédio no trabalho. Com o objetivo de contribuir para ampliar o conhecimento sobre o assunto, o Tribunal Superior do Trabalho promove a campanha "É assédio! Em suas redes sociais. Siga os perfis no Instagram, Facebook e Twitter para acompanhar.

Em todas as sextas-feiras de julho, serão publicados posts que ilustram situações de diferentes tipos de assédio no ambiente corporativo (veja quais são os tipos de assédio abaixo). Compreendê-las auxilia a vítima a identificar quando uma atitude pode ser caracterizada como assédio.

As postagens também buscam estimular o engajamento na divulgação das informações e convida o público a compartilhar o conteúdo usando a hashtag #ChegaDeAssédio

O QUE É ASSÉDIO
Assédio é o ato de importunar alguém de forma abusiva, por meio de perseguição, propostas, declarações ou insistências, de forma virtual ou presencial. No ambiente de trabalho, o assédio ocorre quando a pessoa é exposta a uma situação constrangedora, abusiva ou inapropriada.
Conforme a Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Poder Judiciário -, o assédio pode ser de três tipos: moral, moral organizacional ou sexual.

OS TIPOS DE ASSÉDIO
O assédio moral é um processo contínuo e reiterado de condutas abusivas que, independentemente da intenção, atenta contra a integridade, a identidade e a dignidade humana. A prática se caracteriza por condutas como exigir o cumprimento de tarefas desnecessárias ou excessivas, discriminar, humilhar, constranger, isolar ou difamar a pessoa, desestabilizando-a emocional ou profissionalmente.

O assédio moral organizacional acontece quando a instituição, pública ou privada, é conivente com condutas abusivas reiteradas, amparadas por estratégias organizacionais ou métodos gerenciais desumanos, com o objetivo de obter engajamento intensivo dos colaboradores.

O assédio sexual se caracteriza por toda conduta de conotação sexual praticada contra a vontade de alguém. Isso pode ocorrer de forma verbal ou física, por meio de palavras, gestos ou contatos físicos, com a finalidade de constranger a pessoa e obter vantagens ou favores sexuais. A prática também está tipificada como crime no Código Penal, quando o agente se prevalece de sua condição de superioridade hierárquica ou de sua ascendência em razão de cargo ou função.

NÃO PRECISA DE HIERARQUIA
Contudo, engana-se quem pensa que a prática só se configura pelo exercício do poder hierárquico. Tanto o assédio moral quanto o sexual podem ser vertical descendente (da chefia para subordinados), vertical ascendente (de subordinados para o gestor) ou horizontal (entre colegas no mesmo nível de hierarquia).

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho, por Andrea Magalhães

SOLUÇÃO DE CONSULTA DISIT/SRRF03 Nº 3001, DE 30 DE JANEIRO DE 2023.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. DETERMINAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. PERCENTUAL APLICÁVEL. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.

A receita obtida na alienação de participação societária de caráter não permanente por pessoa jurídica que tenha como um de seus objetos sociais a compra e venda de participações societárias deve ser computada como receita bruta, integrando a base de cálculo do imposto apurado com base no lucro presumido, sujeita ao percentual de presunção de 32%.
A alienação de participação societária de caráter permanente está sujeita à apuração do ganho de capital, que deve ser diretamente computado na base de cálculo do IRPJ.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 347, DE 27 DE JUNHO DE 2017.
Dispositivos Legais: Lei n.º 9.249, de 1995, artigo 15, § 1º, inciso III, alínea c; Lei n.º 9.430, de 1996, artigo 25, caput, incisos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 34.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL
RESULTADO PRESUMIDO. DETERMINAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. PERCENTUAL APLICÁVEL. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.
A receita obtida na alienação de participação societária de caráter não permanente por pessoa jurídica que tenha como um de seus objetos sociais a compra e venda de participações societárias deve ser computada como receita bruta, integrando a base de cálculo da contribuição apurada com base no lucro presumido, sujeita ao percentual de presunção de 32%.
A alienação de participação societária de caráter permanente está sujeita à apuração do ganho de capital, que deve ser diretamente computado na base de cálculo da contribuição.
SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 347, DE 27 DE JUNHO DE 2017.
Dispositivos Legais: Lei n.º 9.249, de 1995, artigo 20; Lei n.º 9.430, de 1996, artigo 29; Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 34.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. RECEITA DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.
A receita decorrente da alienação de participação societária de caráter não permanente por pessoa jurídica que tenha como um de seus objetos sociais a compra e venda de participações societárias deve ser computada como receita bruta, integrando a base de cálculo da contribuição no regime de apuração cumulativa.
A receita decorrente da alienação de participação societária de caráter permanente não integra a base de cálculo da contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 347, DE 27 DE JUNHO DE 2017.
Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, art. 2º e art. 3º, § 2º, IV, § 14; Lei nº 10.637, de 2002, art. 8º, II; Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 34.
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. RECEITA DE ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.
A receita decorrente da alienação de participação societária de caráter não permanente por pessoa jurídica que tenha como um de seus objetos sociais a compra e venda de participações societárias deve ser computada como receita bruta, integrando a base de cálculo da contribuição no regime de apuração cumulativa.
A receita decorrente da alienação de participação societária de caráter permanente não integra a base de cálculo da contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 347, DE 27 DE JUNHO DE 2017.
Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, art. 2º e art. 3º, § 2º, IV, § 14; Lei nº 10.833, de 2003, art. 10, II; Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 2021, art. 34.

FRANCISCO IVALDO RODRIGUES MORAIS
Chefe
Substituto

A reforma tributária aprovada na Câmara do Deputados também prevê mudanças em impostos sobre patrimônio. Veja o que muda no IPTU, IPVA e no ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação), o imposto sobre herança.

O que muda no imposto sobre herança

Uma das mudanças no ITCMD é a instituição da progressividade. Uma herança ou doação de valor maior vai passar a pagar mais imposto do que uma de valor menor. "Hoje quem transfere uma bicicleta paga o mesmo imposto de quem transfere um avião", diz o advogado Alessandro Fonseca, sócio da área de gestão patrimonial do Mattos Filho. Ele ressalta que essa progressividade já existe em alguns estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Mas em São Paulo, por exemplo, a alíquota é única: 4%.

O texto permite que a cobrança ocorra no estado de residência do doador ou falecido. Hoje, a cobrança ocorre no local onde se processa o inventário. Isso gera uma guerra fiscal, com casos em que o inventário é processado em estados com alíquota menor, mesmo que não seja o local de residência de nenhuma das partes. A nova regra valerá apenas para os processos abertos a partir da promulgação da emenda constitucional.

Proposta estabelece regras para casos de transmissão de bens no exterior e pessoas que vivem fora do país. Para os imóveis no Brasil que sejam de propriedade de quem mora fora, o imposto poderá ser cobrado pelo estado do endereço do imóvel, tanto na doação quanto na herança. Para os demais bens, no caso de doador residente no exterior, o ITCMD caberá ao estado de domicílio de quem recebeu. Se essa pessoa também morar no exterior, o imposto vai para o estado em que se encontrar o bem. Quando se tratar de herança, se o bem estiver fora do Brasil, o imposto poderá ser cobrado pelo estado de residência do titular. Se ela vivia no exterior, o imposto vai para o estado onde mora o herdeiro.

A cobrança de imposto sobre transmissão de bens no exterior é prevista na Constituição, mas nunca foi regulamentada. Sem uma lei nacional sobre o tema, os estados cobravam o imposto baseados em leis estaduais. Em 2022, uma decisão do STF anulou as leis estaduais que tratavam do tema, justamente por ausência de uma lei nacional.

Há dúvida sobre necessidade de uma lei complementar. PEC deixa claro que os estados poderão cobrar o imposto. Porém, não define os critérios de sua incidência. Por isso, para ele, isso mantém a necessidade de uma lei complementar sobre o tema. "A grande discussão é se ainda vai ter lei complementar ou não. Eu entendo sim", diz Fonseca.

O ITCMD não vai incidir sobre as transmissões e doações para instituições. Pelo texto aprovado, regra não valerá para as doações a entidades sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social,

incluindo organizações assistenciais, beneficentes, entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos.

O que muda no IPVA

A reforma prevê a cobrança de IPVA para veículos aquáticos e aéreos, como jatinhos, helicópteros, lanchas e moto aquática. Hoje, estes bens não pagam o imposto. Por ser um tributo estadual, o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) é cobrado em valores e alíquotas diferentes em cada unidade da federação.

Atualmente, a Constituição prevê a tributação de veículos automotores, sem especificação. O entendimento do STF é que o imposto vale somente para veículos terrestres. Assim como no caso do ITCMD, o STF já barrou a tentativa de alguns estados de cobrar o imposto de outros tipos de veículos.

A PEC abre a possibilidade de que veículos mais caros e mais poluentes paguem mais imposto. O texto permite a aplicação de alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental do veículo. Segundo Fonseca, "é uma progressividade bem-vista".

O texto traz uma série de exceções para a cobrança do IPVA. Ficam livres do imposto:

- aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros
- embarcações de pessoa jurídica que detenha outorga para prestar serviços de transporte aquaviário
- embarcações de pessoa física ou jurídica que pratique pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência
- plataformas suscetíveis de se locomoverem na água por meios próprios (navio-sonda ou navio-plataforma, por exemplo)
- tratores e máquinas agrícolas

Exceções previstas pela reforma são alvo de crítica. Para a Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), elas não seguem critérios técnicos e levarão à manutenção de um "escandaloso privilégio fiscal". Quem tem uma lancha para fins de lazer poderia usar a classificação de pesca artesanal para não ser taxado, diz a entidade. No caso de aeronaves e embarcações usadas para transporte de terceiros, essa possibilidade é mais difícil, já que para atuar nessas atividades é preciso ter um registro semelhante ao de um veículo usado como táxi, diz Fonseca.

O que muda no IPTU

O texto diz que os municípios poderão mudar a base de cálculo do imposto por decreto. A mudança vai precisar seguir critérios estabelecidos em lei municipal. O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) é cobrado anualmente pelas prefeituras de quem é dono de imóveis.

Aumentos no IPTU não precisarão passar pelo legislativo municipal. Com a mudança, haverá mais flexibilidade para aumentos, em especial nos casos de imóveis com valorização significativa. Atualmente, a Constituição prevê somente que o imposto poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel e ter alíquotas diferentes de acordo com sua localização e seu uso.

A mudança gera dúvidas sobre critério de atualização. No limite, criaria a possibilidade de cobrança de IPTU com base em um valor maior do que o valor de mercado do imóvel, diz Fonseca. Para ele, seria

importante especificar qual o critério da atualização. O especialista diz ainda que a mudança poderá gerar situações em que um imóvel paga determinado valor de imposto em uma cidade, enquanto outro imóvel semelhante na cidade vizinha pagará outro.

O que acontece após a votação na Câmara?
O texto irá tramitar agora no Senado. Como é uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o texto precisa passar por duas votações e ter três quintos dos votos a favor. Se o Senado mudar o texto de forma significativa, ele precisa ser votado na Câmara novamente.

Com informações da Agência Câmara

Aspectos Contábeis do MEI: Entenda Sobre Registros, Documentos E Declarações.

Neste artigo, abordaremos os principais aspectos contábeis que os MEIs devem conhecer e como lidar com eles.

Para os Microempreendedores Individuais (MEIs), entender e cumprir os aspectos contábeis é essencial para garantir a regularidade do negócio e evitar problemas futuros.

Embora o MEI tenha uma carga tributária simplificada, ainda existem obrigações contábeis importantes a serem seguidas.

Registro do MEI:
O primeiro passo para se tornar um MEI é fazer o registro no Portal do Empreendedor. Esse registro é fundamental para formalizar o negócio e ter acesso aos benefícios oferecidos pelo programa.
Emissão de notas fiscais:
Embora o MEI seja dispensado da emissão de notas fiscais para pessoas físicas, é necessário emiti-las para empresas (pessoas jurídicas). Portanto, é importante entender os requisitos e procedimentos para a emissão correta das notas fiscais.

Controle financeiro:
É fundamental manter um controle financeiro adequado para acompanhar as receitas e despesas do negócio. Isso pode ser feito por meio de planilhas simples, softwares de gestão financeira ou contábil, ou até mesmo com a ajuda de um profissional contábil.

Declaração anual do MEI:
Todos os anos, os MEIs devem realizar a declaração anual de faturamento, conhecida como Declaração Anual do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI). Nessa declaração, o MEI informa o valor total das receitas obtidas no ano anterior.

Pagamento dos impostos:
O MEI possui uma tributação simplificada, conhecida como Documento de Arrecadação Simplificada do MEI (DAS-MEI). Esse documento unifica o pagamento dos impostos em um valor fixo mensal, que varia de acordo com a atividade exercida pelo MEI.

Registro das despesas e receitas:

É importante manter um registro detalhado de todas as despesas e receitas do MEI. Isso facilita o controle financeiro, auxilia na tomada de decisões e permite uma visão clara do desempenho do negócio.

Acompanhamento contábil:
Embora o MEI tenha obrigações contábeis simplificadas, é altamente recomendável buscar o apoio de um profissional contábil ou empresa contábil especializada.

Eles podem auxiliar na correta execução das obrigações, fornecer orientações sobre melhores práticas contábeis e oferecer suporte em questões específicas relacionadas ao MEI.

Em resumo, entender e cumprir os aspectos contábeis é fundamental para o MEI manter sua regularidade e tomar decisões estratégicas com base em informações financeiras confiáveis.

Embora a contabilidade para o MEI possa parecer complexa em um primeiro momento, com o conhecimento adequado e o suporte correto, é possível cumprir essas obrigações de forma tranquila e garantir a saúde financeira do negócio.

Portanto, esteja sempre atualizado sobre as obrigações contábeis do MEI e não hesite em buscar ajuda profissional quando necessário.

https://www.jornalcontabil.com.br/aspectos-contabeis-do-mei-entenda-sobre-registros-documentos-e-declaracoes/

Como Funciona o Recebimento da Aposentadoria no Exterior?

Você sabia que pode receber sua aposentadoria pelo INSS mesmo morando no exterior? Pois é, você tem esse direito!

E melhor…

Dependendo do seu caso, você pode receber duas aposentadorias: a do Brasil e a do país que você está morando. É isso mesmo! ☺

São vários detalhes no Direito Previdenciário que abrangem às pessoas que moram fora do país, porque, para muitos, é um sonho.

Quem tem a oportunidade, faz isso para ter melhores condições de vida, fugir da violência, viajar mais, estudar, recomeçar do 0 ou simplesmente para ter uma nova experiência de vida.

Sendo assim, continue me acompanhando aqui que nesse post, com ele você vai conferir:

1. Quais Acordos Internacionais o Brasil faz parte?
2. Casos previdenciários no exterior: temporário ou permanente
3. Como requerer a aposentadoria no exterior?
4. Você tem direito a outros benefícios além aposentadoria
5. É possível transferir a sua aposentadoria?

Conclusão

1. Quais Acordos Internacionais o Brasil faz parte?
Sempre que um país quer trocar direitos e deveres com outro país, o principal instrumento que eles utilizam é o Tratado Internacional.

O Acordo (ou Tratado) é o instrumento jurídico que regula uma relação entre um país e outro.

Ele nada mais é do que um tipo de lei feito entre países para define:

- qual é o tipo de obrigação em que eles estão acordando;
- como ela será feita;
- se tem prazo para terminar;
- assuntos que estão fora do acordo, etc.

Desse modo, o Acordo obriga os países a realizarem determinadas ações.

Geralmente os Tratados Internacionais são feitos para promover a paz, para regular relações comerciais internacionais, incentivar a economia entre os países, estabelecer regras ambientais, regular temas de migração, etc.

Falando nisso, preciso te falar que existem duas categorias de Acordos/Tratados Internacionais:

- Tratados Bilaterais;
- Tratados Multilaterais.

O Tratado Bilateral é a relação jurídica onde só existem dois países que acordam determinado assunto.

Já o Tratado Multilateral existe quando três ou mais países estão querendo ajustar determinadas matérias. Simples, não?

Eu te expliquei tudo isso para você entender melhor como funciona um Acordo Internacional Previdenciário.

Agora vou te apresentar os Tratados Internacionais Previdenciários que o Brasil faz parte.

Vejamos:

Nosso país assinou Acordos Bilaterais com os seguintes países:

Alemanha;
Áustria;
Bélgica;
Cabo Verde;
Canadá e Quebec;
Chile;
Coreia do Sul;
Espanha;
Estados Unidos da América;
França;
Grécia;
Israel;

Itália;
Japão;
Luxemburgo;
Portugal;
Suíça.

Em relação aos Tratados Multilaterais, o Brasil faz parte dos seguintes Acordos:

Acordo Ibero Americano, sendo partes dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, El Salvador, Equador, Espanha, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai;
Acordo do MERCOSUL, sendo partes dos seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Existem alguns Acordos que estão em processo de discussão para ver se o Brasil vai aceitar a sua validade em nosso país:

Acordo Bilateral

Bulgária;
Índia;
Moçambique;
República Tcheca.

Acordo Multilateral

CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa): Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que tem como países participantes: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Princípe e Timor-Leste.

Agora que já conheceu quais são países que o Brasil tem Acordo Internacional Previdenciário, você já sabe se vai ter direito a uma aposentadoria no exterior.

Caso contrário, ainda vou te ensinar como se aposentar nesse caso.

Me acompanha agora no próximo ponto!

2. Casos previdenciários no exterior: temporário ou permanente
São várias hipóteses em que você pode se encontrar morando no exterior.

Você pode ficar temporariamente em um país e retornar, residir em país que não tem Acordo Internacional Previdenciário com o Brasil, etc.

Veja em qual situação você se encontra e como terá direito a sua aposentadoria.

Reside temporariamente em país que possui Acordo com o Brasil
Há casos em que você precisa ser transferido para trabalhar temporariamente fora do país pela sua empresa.

Nesse caso, o seu próprio empregador (ou você mesmo, caso seja autônomo) deve solicitar o Certificado de Deslocamento Temporário (CDT) na Agência de Previdência Social da sua cidade no Brasil antes de sair do país.

Isso vai garantir que você continue vinculado com a Previdência do nosso país.

O INSS vai te dar uma via deste CDT e depois eles encaminham o documento para a Entidade Gestora do país que você vai trabalhar.

Atenção: você deve levar essa via do CDT consigo para o outro país.

Esse documento é necessário para evitar que você seja tributado a título de contribuição previdenciária duas vezes (no Brasil e no país em que você vai residir temporariamente).

Por exemplo, imagine que você será transferido para a Espanha por 6 meses.

Você deve fazer esse Certificado de Deslocamento Temporário para não ter descontado do seu salário contribuição previdenciária do Brasil e da Espanha.

Cada Acordo estabelece um limite de tempo de validade do Certificado. Caso acabe esse período, você deve regularizar a sua situação no país estrangeiro, pedindo a prorrogação.

Você encontra o endereço correto de onde você deve pedir essa prorrogação no site do INSS.

Atenção: os Acordos em vigor entre o Brasil e Canadá, Itália e MERCOSUL não são previstos deslocamentos temporários para os trabalhadores autônomos.

Reside temporariamente em país que não possui Acordo com o Brasil
Infelizmente se esse for o seu caso, o país que você trabalha vai descontar da sua folha de salário uma contribuição previdenciária, assim como o INSS aqui no Brasil.

Isso significa que você vai ter que contribuir duas vezes, uma para a Previdência do Brasil e a outra para a Previdência do país que você vai morar, mesmo se você for trabalhador autônomo.

Reside permanentemente em país que possui Acordo com o Brasil
Mas agora, se você mudou para o estrangeiro de forma permanente e para um país que possui Acordo Internacional Previdenciário, o jogo fica um pouco mais fácil.

Como o Brasil e seu país de interesse possuem o Tratado, você não vai precisar mais contribuir para o INSS.

Isso significa que você vai começar a contribuir com a Previdência Social do país em que você vai começar a residir.

E você deve estar se perguntando: e o tempo que eu contribuí para a Previdência do Brasil, vai contar aqui? Te respondo sem hesitar que sim!

Você consegue levar todo o seu tempo de contribuição do Brasil para o país em que você vai residir permanentemente.

Por exemplo, imagine que você contribuiu 10 anos para o INSS no Brasil e foi para Portugal em 2020.

Quando você for pedir a aposentadoria, esses 10 anos serão somados ao tempo que você trabalhar em Portugal.

Ah, e você também pode levar o tempo recolhido no exterior para o Brasil.

Desta maneira, você consegue ter duas aposentadorias: a do estrangeiro e a brasileira.

Ótimo, não é?

O próximo passo é conhecer e entender quais são os requisitos para o benefício que você pretende ter.

Geralmente essas informações estão no Acordo firmado entre o Brasil e o país estrangeiro que você também encontra no site do INSS.

Reside permanentemente em país que não possui Acordo com o Brasil
Caso o país que você esteja ou pretenda ir não tenha Acordo Internacional Previdenciário com o Brasil a situação fica um pouco mais complicada.

Nesse caso, você não pode utilizar o tempo de contribuição do Brasil para conseguir sua aposentadoria.

Agora uma dica de especialista: se você possui muito tempo de contribuição aqui, recomendo você virar um segurado facultativo.

Ou seja, você contribui todo o mês para o INSS até fechar os requisitos para a aposentadoria. Desse modo, você vai conseguir se aposentar no Brasil.

Além disso, se você continuar trabalhando no estrangeiro, você pode conseguir se aposentar com as regras do país que você vive.

Assim, aqui também é possível você ter duas aposentadorias, a do Brasil e do estrangeiro.

Para ficar mais fácil de compreender, vou te dar o exemplo da Rafaela, imagine que ela trabalhou durante 14 anos no Brasil até que surgiu uma oportunidade de trabalho permanente na Alemanha.

Ela pode continuar contribuindo para o INSS de forma facultativa até fechar 15 anos de contribuição e quando reunir a idade mínima, pode se aposentar por idade.

E nesse meio tempo, ela trabalhou durante muito tempo na Alemanha até atender todos os requisitos para se aposentar lá.

No fim, a Rafaela vai conseguir ter direito a dois benefícios: a Aposentadoria por Idade aqui no Brasil e a Aposentadoria na Alemanha.

Atenção: se morar de forma permanente fora do Brasil, você não é obrigado a continuar contribuindo para o INSS, porque há nada mais que vincule você ao sistema previdenciário brasileiro.

Isso significa que você vai contribuir somente para a Previdência do país em que você está morando.

3. Como requerer a aposentadoria no exterior?

Assim que completar os requisitos para sua aposentadoria no exterior, você já pode fazer a solicitação do benefício.

Mas o processo dela vai depender da existência de Acordo Internacional Privado ou não entre o país que você está morando e o Brasil.

Caso haja Acordo, você deve se dirigir para a Entidade Gestora do seu país, a partir dos organismos de ligação e depois fazer a solicitação.

O endereço de cada organismo de ligação dos países em que o Brasil tem Acordo são informados no site do INSS.

São nesses organismos que você vai demonstrar que preenche todos os requisitos para o benefício e também vai indicar qual conta bancária você deseja receber a aposentadoria.

Todas as regras sobre a concessão da aposentadoria se encontram no Acordo Internacional, que você também encontra no site do INSS.

Mas na hipótese de não existir nenhum Acordo entre o país estrangeiro que você reside e o Brasil, então para você receber uma aposentadoria do INSS aqui, você deve primeiramente nomear um procurador.

Como a maioria do processo de requerimento de aposentadoria é online, você precisa anexar toda a documentação pelo computador e enviar a solicitação para o INSS.

Caso o benefício seja negado pelo Instituto, você vai ter que entrar com uma ação judicial com um advogado do Brasil.

Aí está o porquê da nomeação de um procurador ser tão importante.

É essa pessoa que irá te representar aqui no Brasil e você não precisa voltar para cá para ajuizar essa ação.

Quando o benefício for concedido, você deve pedir para esse procurador sacar o seu dinheiro todo mês e fazer a devida remessa para a sua conta no exterior.

4. Você tem direito a outros benefícios além aposentadoria
E uma boa notícia para você: não é somente aposentadoria que você pode ter como benefício se estiver trabalhando em um país com Acordo com o Brasil. É isso mesmo!

Em regra, você tem direito aos seguintes benefícios:

incapacidade para o trabalho (permanente ou temporária);
acidente do trabalho e doença profissional;
tempo de serviço;
velhice;
morte;
reabilitação profissional.

A dica que eu dou para você é que abra o Acordo Internacional e verifique se há o benefício que você pretende.

Como eu disse, é esse Tratado que vai definir a forma de concessão do benefício pretendido.

Fique ligado no blog da Ingrácio, porque estamos montando uma força tarefa para analisar os Acordos Internacionais dos principais países que fizeram o Tratado com o Brasil.

5. É possível transferir a sua aposentadoria?
O INSS garante o direito de transferir seu benefício previdenciário para o exterior.

Isso significa que se você recebe uma aposentadoria aqui no Brasil, pode então pedir para que o valor seja pago em uma conta corrente do país estrangeiro que você vai começar a residir permanentemente (ou por um longo tempo).

Para fazer isso, você deve se encaminhar à Agência da Previdência Social (APS) onde seu benefício é mantido e solicitar a transferência.

Caso você já esteja morando no exterior, você também pode fazer o pedido da transferência, ok?

Basta você preencher o Requerimento de Transferência de Benefícios em Manutenção indicando a sua conta no estrangeiro, e enviar o documento via correios à Agência de Previdência Social de Atendimento de Acordos Internacionais.

Caso você retorne para o Brasil, você deve informar à APS mais próxima ao seu novo endereço.

Caso isso não seja feito, o pagamento do seu benefício pode ser suspenso.

Só um aviso: essa transferência só pode ser feita a países que possuam Acordo Internacional Previdenciário com o Brasil.

Conclusão
Achou que era muito complicado o processo de aposentadoria para quem vive no exterior?

Se você estiver trabalhando em um país que possui Tratado Previdenciário com o Brasil, as coisas serão muito mais fáceis, porque você pode trazer todo o seu tempo de contribuição do Brasil para ser utilizado na aposentadoria no estrangeiro.

Além disso, você consegue trazer o tempo recolhido no exterior para uma aposentadoria brasileira. Desta maneira, você consegue dois benefícios: a do Brasil e a do estrangeiro.

O ponto positivo disso é maior facilidade em conseguir se aposentar e também porque você não terá descontadas duas vezes a contribuição previdenciária do salário, mas somente uma vez, pelo país que você reside no estrangeiro.

Mas se você trabalha em país que não tenha Acordo, a sua situação se complica, porque você não pode levar seu tempo de contribuição do Brasil para o estrangeiro.

A parte boa é que se você possuir um tempo bom de contribuição previdenciária aqui no Brasil, você pode continuar contribuindo para o INSS como segurado facultativo e no futuro também pode conseguir duas aposentadorias: a do Brasil e a do estrangeiro.

Além disso, você viu que é possível fazer a transferência do seu benefício para o exterior para países que possuem Acordo com o Brasil.

O último conselho que te dou é: reúna todos os documentos que comprovem suas atividades aqui no Brasil antes de se mudar para o exterior.

Digo isso porque é muito mais difícil organizar essa documentação quando você está morando fora.

Se possível escaneie tudo e deixe em um pen-drive, isso vai ser de grande utilidade quando você começar o processo da sua aposentadoria.

Gostou do texto? Então, compartilhe esse conteúdo com seus conhecidos, amigos e familiares.

Aposentadoria no exterior, Dicas do INSS

Ben-Hur Cuesta

OAB/PR 92.875
Advogado-Pesquisador em Direito Previdenciário e Mestre em Direito Internacional e Europeu. Apaixonado por Música Popular Brasileira e um bom açaí na tigela.

https://ingracio.adv.br/aposentadoria-morando-no-exterior/#:~:text=O%20INSS%20garante%20o%20direito,ou%20por%20um%20longo%20tempo).

Sentença nega vínculo entre entregador e operador logístico que presta serviço para aplicativo de entregas.

Sentença proferida na 3ª Vara do Trabalho de Guarulhos-SP negou vínculo empregatício entre motoboy e uma operadora logística (OL) que presta serviços ao iFood (2ª reclamada). Para a juíza Daniela Maria de Andrade Schwerz, a OL é mera aliciadora de mão de obra do real empregador, o iFood. A plataforma, porém, não foi condenada por falta de pedido do trabalhador nesse sentido.

De acordo com a julgadora, a subordinação é o principal requisito da relação de emprego e se dá com a 2ª reclamada, quem efetivamente dirige, controla e se apropria do trabalho por meio do algoritmo. É essa empresa que fiscaliza localização e quilômetros percorridos, fixa preços de entregas e percentuais de repasse ao entregador.

Quanto ao requisito pessoalidade, ela explica que para fazer as entregas, o profissional deve estar conectado ao sistema e previamente cadastrado na plataforma do iFood, não podendo se fazer substituir. “O que se verifica, na verdade, é que a 1ª ré apenas atrai, alicia, realiza uma certa intermediação entre entregadores já vinculados à 2ª reclamada na modalidade nuvem, para que tenham horários fixos”.

Pontua ainda que o artigo 4-A da Lei 6.019/1974, que trata do trabalho temporário, dispõe que a prestadora de serviços deve ter capacidade econômica compatível com a execução do serviço. Como a operadora era empresa individual com capital social de somente R$ 5 mil, conclui que "não tinha capacidade econômica nem empresarial para prestar serviços na atividade fim expertise da 2ª reclamada".

Cabe recurso.

Processo: 1000709-04.2022.5.02.0313

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região São Paulo

TST invalida norma coletiva que limita abono de faltas por atestado a 48 horas.

Para a SDC, não há na lei nenhuma restrição temporal à validade do abono

13/07/23 – A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos e Máquinas do Estado do Pará e Amapá (Sincodiv) contra decisão que considerou inválida a cláusula de acordo coletivo que limita a 48 horas os abonos de faltas concedidos por atestados de médicos ou odontólogos dos sindicatos dos trabalhadores.

LIMITE
Conforme a cláusula 44 do Acordo Coletivo de Trabalho de 2018/2019 entre o Sincodiv e o Sindicato dos Trabalhadores em Distribuidores de Veículos e Máquinas Pesadas de Ananindeua (PA), os atestados fornecidos pelo sindicato profissional teriam o mesmo valor que os emitidos pelos profissionais das empresas e da Previdência Social, "desde que não justificassem faltas superiores a 48 horas" e fossem ratificados pelos profissionais das empresas com serviço médico próprio ou conveniado.

NECESSIDADE DO PACIENTE
Em ação anulatória, o Ministério Público do Trabalho (MPT) destacou que, de acordo com a Resolução 1.658/2002 do Conselho Federal de Medicina, cabe ao médico especificar o tempo de afastamento, conforme a necessidade de cada paciente. No caso da norma coletiva, os atestados que previssem afastamento de mais de dois dias seriam recusados e, consequentemente, as faltas não seriam abonadas. Por isso, pediu a nulidade da cláusula, argumentando que ela cria limitação que não existe na lei.

O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) acolheu o pedido, por entender que a previsão viola normas e princípios que visam à melhoria da condição social do trabalhador. Contra a decisão, o sindicato patronal recorreu ao TST.

SEM RESTRIÇÃO
O relator do recurso, ministro Caputo Bastos, assinalou que, de acordo com o Precedente Normativo 81 da SDC, os atestados fornecidos por profissionais dos sindicatos são eficazes para o fim de abono de faltas ao serviço, desde que haja convênio do sindicato com a previdência social, salvo se o empregador tiver serviço próprio ou conveniado. "Não há menção sobre a validade
dos atestados, razão pela qual a matéria prevista na cláusula não poderia ser objeto de negociação coletiva", afirmou.

Ainda segundo o relator, o entendimento da SDC é de que a limitação é inválida, pois não há no ordenamento jurídico nenhuma restrição temporal à validade do abono de faltas.

A decisão foi unânime.

Processo: RO-1108-90.2018.5.08.0000

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho, por Lourdes Tavares

Empregados preferem home office ou trabalho híbrido; empresas, o presencial. Como ter um consenso?

Pesquisa mostra que 76% dos profissionais preferem mesclar o regime de trabalho entre o remoto e o presencial. Maior parte das empresas (59%) também apostam no trabalho híbrido

Pesquisa da Robert Half: profissionais buscam por mais qualidade de vida com o home office, mas também valorizam o contato e a interação do ambiente de trabalho (iStock/iStockphoto)

Pesquisa da Robert Half: profissionais buscam por mais qualidade de vida com o home office, mas também valorizam o contato e a interação do ambiente de trabalho

A pandemia, com o apoio da tecnologia, provocou transformações nas relações corporativas e hoje um dos principais desafios é definir o modelo ideal de trabalho: presencial, híbrido ou home office?

De um lado, estão as empresas que determinam o retorno 100% presencial, do outro os funcionários que desejam o trabalho remoto ou híbrido e que estão mais dispostos a trocar de emprego para ter ao menos um trabalho parcialmente remoto.

É o que mostra a 24ª edição do "Índice de Confiança Robert Half" (ICRH) divulgada em junho deste ano.

A pesquisa ouviu 1.161 profissionais em maio deste ano. Os entrevistados foram divididos em três categorias: recrutadores, profissionais empregados e profissionais desempregados (todos acima de 25 anos com formação superior).

O regime de trabalho preferido: o híbrido

Um dos resultados da pesquisa mostra que o esquema híbrido ainda é o preferido da maior parte dos entrevistados, tanto na visão das empresas quanto na opinião dos profissionais.

Entre as companhias:

59% estão funcionando em modelo híbrido;
33% exigem a presença diária no escritório;
Apenas 8% seguem totalmente em home office.

Do lado dos profissionais, a preferência pela modalidade híbrida é ainda maior:

76% a consideram como o modelo ideal de trabalho;

18% indicam o home office integral;

Somente 6% preferem o modelo presencial full time.

“Com exceção daqueles setores que só podem atuar de modo presencial, como parte da área da saúde ou do varejo, por exemplo, nos demais, os trabalhadores anseiam por formatos flexíveis.

Assim como o mundo, as pessoas mudam e o trabalho também", diz Lucas Nogueira, diretor regional da Robert Half.

O diretor afirma que a falta de flexibilidade das empresas pode ocasionar até em demissão — esta, como uma decisão do funcionário: "A modalidade de trabalho tornou-se um fator decisivo, capaz de impulsionar pedidos de demissão e mudanças de emprego em prol de mais bem-estar, qualidade de vida e saúde mental.

Nota-se que os profissionais também valorizam o contato e a interação, pois preferem o modelo híbrido, não o 100% remoto."

Quais são os impactos do retorno presencial?

De acordo com a pesquisa, o retorno 100% presencial levaria 38% dos profissionais empregados no Brasil a buscar um novo emprego.

“Fica cada vez mais evidente que a dificuldade de adaptação às transformações do mercado proporcionará barreiras no recrutamento de profissionais qualificados, além de obstáculos na retenção de talentos.

O anseio por flexibilidade definitivamente veio para ficar e as empresas que contam com esse diferencial serão as mais desejadas, admiradas e reconhecidas pelos profissionais.

Portanto, para contar com os melhores talentos do mercado, capacitar e adequar a gestão a essa nova realidade deve estar no topo das prioridades”, afirma Nogueira.

Segundo o ICRH, 39% dos recrutadores entrevistados já estão vendo colaboradores buscarem um novo trabalho depois que a empresa decidiu pelo retorno presencial e 23% têm o receio de que isso possa acontecer no futuro.

Por que as empresas preferem o trabalho presencial?

Os principais motivos que estão levando muitas empresas a pedirem as atividades inteiramente presenciais são:

Enfraquecimento da cultura organizacional;
Percepção de queda na produtividade dos profissionais;
Dificuldades com a gestão remota.

“Tanto as empresas quanto os funcionários precisam trabalhar em um consenso. Do lado das empresas, as empresas estão readequando o espaço de seus escritórios. Os gestores também têm o desafio da mudança.

Podem criar atividades para o pessoal estar no escritório, como ação de RH e treinamentos coletivos. Do lado do funcionário, se você quiser mudar de emprego, um novo desafio, a sua cabeça tem que abrir para a política da nova empresa, seja ela híbrido, seja presencial."

O diretor reforça que a forma de trabalhar tem sido diferente de antigamente e que para manter os seus profissionais qualificados, as empresas precisam flexibilizar: "Hoje ir ao escritório não precisa ser para ficar o dia inteiro.

É possível entrar mais tarde ou ir ao cliente, por exemplo.

Fato é que as empresas de serviços que não se adaptarem ao modelo híbrido, elas perderão mão de obra qualificada.

A briga por talentos ela continua e o sistema de trabalho mudou", diz Nogueira.

https://exame.com/carreira/empregados-preferem-home-office-ou-trabalho-hibrido-empresas-o-presencial-como-ter-um-consenso/?utm_source=crm&utm_medium=email&utm_campaign=newsletter-desperta_conteudo-news_empregados-preferem-home-office-ou-trabalho-hibrido-empresas-o-presencial-como-ter-um-consenso/&utm_term=n/a&utm_content=n/a

Receita Federal envia dados para preenchimento da ECF e aumenta busca por consultoria especializada

Carta da Receita Federal gera dúvidas e leva empresas a procurarem por orientação para lidar com a entrega da ECF

No final de junho, a Receita Federal divulgou em seu site oficial que enviou dados para 444.927 empresas, relacionados a quatro fontes, a fim de subsidiar o preenchimento da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) referente ao ano-calendário de 2022, que deve ser entregue até o dia 31 de julho deste ano.

Essa informação levou muitos profissionais a acessarem o portal do e-CAC para verificar se suas empresas estavam na lista.

No entanto, é importante ressaltar que mesmo que a empresa esteja contemplada, não há motivo para desespero. É essencial prestar atenção aos detalhes presentes na carta da Receita e na própria ECF.

Em primeiro lugar, é fundamental compreender o que a Receita Federal está comunicando.

Em resumo, o órgão informa que coletou informações de "quatro fontes" para enviar os dados. Isso significa que não é necessário confrontar todas as fontes com as informações fornecidas, pois isso pode resultar em divergências.

De acordo com a Receita, os dados enviados estão relacionados às receitas auferidas e possuem maior correlação com os registros que demonstram o resultado do período na ECF, como P150 (Lucro presumido) e L300 (Lucro real) .

No comunicado, a Receita Federal menciona que foram enviados dados referentes a notas fiscais, EFD-IPI/ICMS, EFD-Contribuições e Decred.

Outro ponto importante é a diferenciação entre as demonstrações trimestrais e a anual. Algumas informações foram disponibilizadas por trimestre, portanto é necessário estar atento a esse aspecto.

Por fim, é preciso ter em mente a declaração pré-preenchida do Imposto de Renda Pessoa Física. É importante lembrar que, na declaração pré-preenchida, nem todos os dados importados automaticamente estão corretos, e eventuais ajustes podem ser necessários.

Dessa forma, é crucial preencher as informações de forma precisa e cruzar os dados com outras obrigações acessórias, como a Escrituração Contábil Digital (ECD) , por exemplo.

Diante dessas orientações, muitas empresas têm buscado apoio de consultorias especializadas para garantir o cumprimento correto das obrigações fiscais e evitar possíveis penalidades.

A complexidade da entrega da ECF e a necessidade de interpretação adequada das informações tornam a consultoria uma opção viável para assegurar a conformidade com a Receita Federal.

Fonte: Portal Contábeis
https://fenacon.org.br/noticias/receita-federal-envia-dados-para-preenchimento-da-ecf-e-aumenta-busca-por-consultoria-especializada/?utm_smid=10679533-1-1

DME e DOI: entenda essas obrigações acessórias mensais e como cumpri-las.

Movimentações em espécie acima de R$ 30 mil exigem a declaração da DME, enquanto operações imobiliárias requerem a DOI

Em um cenário de constante atualização das obrigações acessórias, tanto empresários como pessoas físicas precisam estar atentos às normas, regras e declarações exigidas.

Uma das obrigações recentes é a Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie (DME), divulgada pela Receita Federal em novembro de 2017, por meio da Instrução Normativa nº 1.761/2017.

A DME é obrigatória para pessoas físicas e jurídicas que realizaram pagamentos em espécie, total ou parcialmente, em transações como prestação de serviços, aluguel, transferência de bens, direitos ou outras operações.

A declaração passou a vigorar em 1º de janeiro de 2018, com a primeira entrega em fevereiro de 2018.

Para cumprir a obrigação, é necessário apresentar a DME caso o valor recebido em espécie, no mês de referência, seja igual ou superior a R$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou equivalente em outra moeda.

Esse limite é aplicado por operação, independentemente do número de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas.

Por exemplo, se uma pessoa física possui várias casas de aluguel e a soma dos recebimentos em espécie no mês ultrapassou R$ 30.000,00, é necessário realizar a declaração, informando os dados de cada pessoa envolvida nas transações.

O mesmo se aplica a uma empresa de construção que recebeu de uma pessoa jurídica valor igual ou acima de R$ 30 mil em espécie referente à prestação de serviço.

Como declarar a DME
A DME deve ser declarada por meio de um formulário eletrônico, acessado no portal do Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) disponível no site da Receita Federal.

É importante ressaltar que o preenchimento do formulário requer o uso de um certificado digital emitido por uma entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

A declaração deve ser assinada digitalmente pela pessoa física, representante legal da pessoa jurídica ou procurador devidamente constituído.

A declaração da DME deve conter informações completas sobre a pessoa física ou jurídica que efetuou o pagamento, o código correspondente à tabela de bens, direitos, serviços ou operações, a descrição dos valores recebidos, o valor líquido em espécie e a moeda utilizada na operação, além da data da transação.

Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI)
Outra obrigação acessória relacionada é a Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI), que deve ser enviada à Receita Federal.

A DOI abrange operações imobiliárias anotadas, averbadas, lavradas, matriculadas ou registradas em Cartórios de Notas, Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos, envolvendo aquisição ou alienação de imóveis, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, independentemente do valor.

A DOI deve ser enviada até o último dia útil do mês subsequente ao da lavratura, anotação, matrícula, registro ou averbação do ato imobiliário.

A entrega da declaração após o prazo estabelecido sujeita a empresa ou pessoa física a multas por atraso na entrega.

Ambas as declarações podem ser preenchidas por meio de programas disponibilizados pela Receita Federal, como o ReceitaNet.

É importante seguir o passo a passo indicado no portal da Receita Federal para o correto envio das declarações.

As obrigações da DME e DOI foram instituídas para combater lavagem de dinheiro e aumentar a fiscalização sobre transações envolvendo moeda em espécie e operações imobiliárias, respectivamente.

O governo busca aprimorar o controle sobre essas movimentações, uma vez que transações por transferência bancária e cartões de crédito já são monitoradas.

Para mais informações sobre as obrigações da DME e DOI, como retificar declarações ou consultar o processamento das declarações enviadas, é possível acessar o site da Receita Federal e o manual das normas complementares estabelecidas.

Fonte: Portal Contábeis

https://fenacon.org.br/noticias/dme-e-doi-entenda-essas-obrigacoes-acessorias-mensais-e-como-cumpri-las/?utm_smid=10679533-1-1

Aplicativo de restituição de tributos do Simples Nacional facilita devolução de valores aos contribuintes.

Sistema online permite solicitar restituição de impostos pagos a mais ou indevidamente.

Um novo recurso tecnológico, o aplicativo "Pedido Eletrônico de Restituição", está auxiliando microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI) no processo de reembolso de tributos federais pagos a mais ou indevidamente dentro do Simples Nacional.

Essa plataforma tem como objetivo agilizar e simplificar a solicitação e o recebimento dos valores correspondentes aos impostos apurados no regime.

O acesso ao aplicativo é restrito às empresas optantes pelo Simples Nacional e MEIs, mas mesmo aquelas que não estão mais enquadradas nesse cadastro, mas possuem valores a serem restituídos do período em que eram optantes, também podem utilizar a ferramenta.

Para utilizar o aplicativo, as empresas optantes pelo Simples Nacional podem acessá-lo através do site do Simples Nacional, na seção "Simples Serviços > Restituição e Compensação > Pedido Eletrônico de Restituição".

É possível fazer o acesso utilizando o código de acesso gerado no portal do Simples ou pelo gov.br, redirecionando para o eCAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte).

Os impostos passíveis de restituição são o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) , a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o Programa de Integração Social (PIS) , o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) .

Já a restituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS) é realizada diretamente com cada ente federado. No caso do MEI, somente o INSS é passível de restituição.

A solicitação de restituição permite que o contribuinte recupere valores pagos indevidamente ou em excesso. É importante ressaltar que antes de registrar o pedido, é fundamental verificar a existência real dos valores a serem restituídos.

Como solicitar a restituição

Ao iniciar o processo de solicitação, o contribuinte pode utilizar a opção "Solicitar Restituição" e deve informar o período de apuração (PA) em que ocorreu o pagamento indevido ou em excesso.

É válido lembrar que, caso o pagamento indevido ou em excesso tenha sido realizado por meio de parcelamento, é necessário informar o PA dos débitos incluídos no parcelamento, e não o impresso no Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Como um parcelamento pode abranger diversos períodos, é recomendado consultar os demonstrativos de pagamento no aplicativo de parcelamento.

Por exemplo, se um DAS de parcelamento pago em excesso no mês de janeiro de 2023 amortiza débitos dos PA 03 e 04 de 2022, serão esses períodos (03 e 04 de 2022) que deverão ser utilizados para solicitar a restituição.

Vale ressaltar que os valores recolhidos por meio do DAS DAU (Dívida Ativa da União) não são passíveis de restituição através desse aplicativo. Para períodos em que o contribuinte acredite possuir créditos a serem restituídos, é necessário entrar em contato diretamente com a Receita Federal.

Após a consulta, caso haja mais de um pagamento a ser restituído, é possível realizar um pedido por DAS. Ao clicar no número do DAS, será exibido o detalhamento do pagamento e os valores dos tributos passíveis de restituição. A empresa informará o valor desejado para cada tributo na caixa “Pedido de Restituição” e, em seguida, deverá prosseguir.

Como se trata de uma restituição, é necessário informar os dados bancários para o crédito dos valores. É importante ressaltar que os dados bancários informados devem pertencer à pessoa jurídica. O pagamento pode ser efetuado em conta corrente, conta poupança ou através de PIX, sendo utilizado o CNPJ indicado como titular da conta no caso de pagamento via PIX.

No caso do MEI, os dados bancários informados devem corresponder à pessoa jurídica associada ao CNPJ ou à pessoa física associada ao CPF do responsável.

No caso de empresas baixadas, o pagamento da restituição pode ser realizado aos sócios. No entanto, o contribuinte deve comparecer a uma unidade de atendimento da Receita Federal para solicitar a alteração dos dados bancários.

Para empresas com filiais, é importante destacar que os dados bancários da filial não podem ser utilizados. As informações devem ser referentes à matriz do estabelecimento. Caso seja informada uma conta vinculada ao CNPJ de uma filial, o pagamento será devolvido. A empresa deve corrigir os dados bancários para fornecer a conta correspondente ao CNPJ da matriz.

A Receita Federal possui algumas restrições em relação às restituições, como, por exemplo, o não reembolso de pagamentos realizados há mais de 5 anos.

É importante mencionar que, caso a empresa tenha pago um DAS em excesso em abril de 2023 e não consiga solicitar a restituição, isso ocorre porque a solicitação só pode ser feita para pagamentos de DAS com períodos de apuração anteriores aos últimos 4 meses.

Portanto, no caso de um DAS pago em excesso em abril, a solicitação só poderá ser realizada a partir de agosto de 2023. Para o MEI, a regra é de 3 meses.

No caso específico do MEI, é necessário lembrar que a omissão da Declaração Anual do MEI (DASN-Simei) é um requisito para solicitar a restituição.

Para situações em que o MEI foi desenquadrado retroativamente, os pagamentos realizados durante o período em que o empresário era MEI não estão disponíveis para restituição. Nesses casos, a empresa deve entrar em contato com a Receita Federal caso acredite que possui valores a serem recuperados.

Fonte: Portal Contábeis

https://fenacon.org.br/noticias/aplicativo-de-restituicao-de-tributos-do-simples-nacional-facilita-devolucao-de-valores-aos-contribuintes/?utm_smid=10677482-1-1

REINF: O festival dos horrores tributário.

Por Lucas Ribeiro*

Ah, o REINF! Mais uma das maravilhosas obrigações tributárias que alegram a vida dos empresários e contadores no Brasil.

Hoje, vamos explorar esse enigma chamado Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-REINF), e, claro, não poderemos deixar de lado alguns comentários irreverentes sobre essa confusão tributária. Preparado? Vamos lá!

Mas afinal, o que é o REINF?

O REINF é um verdadeiro show de horrores, digo, um módulo do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) que concentra informações sobre retenções de tributos federais, pagamentos diversos, informações trabalhistas e serviços tomados. Importante dizer que o REINF precisa ser entregue mensalmente, em substituição a DIRF (Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte), que era anual.

Tudo isso é uma boa mistura de circo, labirinto e montanha-russa para os contadores e empresários de plantão. Afinal, convenhamos que o SPED (avô do REINF), é importante, mas é uma patifaria o que se exige de trabalho do contribuinte para depois ser extorquido pelo sistema.

Agora, nessa aventura chamada REINF, é necessário tomar cuidado para não se perder no emaranhado de informações.

Afinal, são “apenas” 146 páginas só de documentação de Layouts e eventos do EFD-Reinf.

Portanto, tenha sempre um estoque de café e energéticos para lidar com as noites em claro, tentando entender as regras e exceções.

Vamos falar da obrigação?

A legislação do REINF é como uma trama de novela mexicana, cheia de reviravoltas e personagens excêntricos. A Instrução Normativa RFB n.º 2.043/2021 é o roteiro dessa novela, que define os eventos a serem informados, os prazos, as penalidades e outras regras absurdas. Portanto, prepare-se para esse show de normas e burocracias.

E o que nos interessa nesse momento é entender que a sua empresa certamente precisa pagar todos os dias fornecedores que estão obrigados a destacar retenções de tributos federais, como IRRF, PIS, COFINS e CSLL.

Na prática, você paga o fornecedor um valor líquido desses tributos e o valor de cada tributo você precisa gerar as guias e, claro, pagá-las (baita ônus operacional).

Para a Receita Federal poder controlar isso com precisão, ela exige que você a informe os detalhes dessas operações, de cada nota fiscal de serviço tomado, o valor retido em cada um dos tributos, com uma pequena riqueza de detalhes e uma boa dose de cascas de bananas para você escorregar e receber as multas e penalidades depois.

Portanto, se você não tem baixas automáticas de notas fiscais de serviços tomados ou muitas delas acabam se perdendo em caixas de e-mails ou gavetas, cuidado! Sua empresa está em risco com o REINF!

Quando começa?

Os prazos do REINF são como malabarismos de circo. Cada grupo de contribuintes teve seu próprio prazo, é quase como um número de mágica, sabe? Mas ao invés de fazer um coelho sair da cartola, você precisa apresentar informações tributárias.

E a nova palhaçada começa a valer a partir das 8 (oito) horas de 21 de setembro de 2023, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023. É importante estar preparado para não levar uma rasteira e acabar pagando multas!

Multas e penalidades, temos?

Ah, as multas e penalidades… Como não odiar? Descumprir as obrigações do REINF pode resultar em multas que parecem ter saído de um filme de terror. A legislação estabelece valores exorbitantes, como se todas as empresas estivessem nadando em dinheiro. Não é mesmo um circo de horrores?

Segundo o Art. 7º da IN, “o sujeito passivo que deixar de apresentar a EFD-Reinf no prazo fixado ou que a apresentar com incorreções ou omissões será intimado a apresentar a escrituração original, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, e ficará sujeito às seguintes multas:

I — de 2% (dois por cento) ao mês calendário ou fração, incidentes sobre o montante dos tributos informados na EFD-Reinf, ainda que integralmente pagos, no caso de falta de entrega da escrituração ou de entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 2º;

II — de R$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.”

Será que é pouco?

A multa mínima a ser aplicada será de R$ 500 se o sujeito passivo deixar de apresentar a escrituração no prazo fixado ou apresentá-la com incorreções ou omissões.

Para sobreviver a essa aventura tributária, só usando muita tecnologia e inteligência artificial. Afinal, ninguém merece enfrentar um monstro de planilhas e cálculos sem fim, além dos famosos caçadores de NOTAS FISCAIS, quando não se tem baixa automática.

E, por favor, esteja preparado para enfrentar esse desafio.

*Lucas Ribeiro é fundador e CEO da Roit

https://www.convergenciadigital.com.br/Opiniao/REINF%3A-O-festival-dos-horrores-tributario-63687.html?UserActiveTemplate=mobile

Opinião: Reforma tributária e Setor de Serviços: É necessário desoneração da folha ou transferência de crédito.

Por: Carlos Alberto Baptistão (*)

Como a reforma tributária pode estimular a geração de empregos?

Foi votado em 06 de julho, na Câmara dos Deputados um projeto que trata de um tema que há décadas é acalentado, objeto de debates, pleito e demanda do empreendedorismo, de todos os setores produtivos e do cidadão brasileiro: a reforma tributária.

Certamente que essa é uma questão fundamental, pois precisamos urgentemente de um modelo tributário mais simples e mais justo, que destrave o crescimento da economia nacional, eleve o índice de emprego, traga competitividade e segurança jurídica.

Contudo, como se trata de um dos debates mais relevantes para o futuro do país, de um marco que vai impactar a vida de todos de forma expressiva, não se pode fazê-la a "toque de caixa", sem análise criteriosa dos impactos, principalmente, na geração de emprego ou no aumento da taxa de desemprego.

Agora o projeto de emenda constitucional será encaminhado ao Senado Federal onde deverá ser analisado com parcimônia, de forma equilibrada, buscando a neutralidade da carga tributária para todos os setores.

A votação ocorrerá em dois turnos e se houver alteração relevante retorna a Câmara dos Deputados antes de ir para a sanção presidencial.

Como maior representante do setor de serviços do Estado de São Paulo, o Sescon-SP tem se manifestado de forma cautelosa, pois acreditamos que, além dos ajustes políticos em prol da sua aprovação, onde se encontram oposições manifestas de Estados e Municípios, seria necessário um maior debate com a sociedade e com as categorias econômicas, uma vez que diversos setores, principalmente o setor de serviços, terá alta elevação de sua carga tributária.

Acrescente-se a essa problemática um ponto extremamente nevrálgico para o setor de serviços: o custo com folha de salários.

No relatório apresentado, a desoneração da folha de pagamento foi deixada para segundo plano e condicionada à reforma do imposto incidente sobre a renda das empresas.

Infelizmente, nos parece que a reforma tributária e, principalmente, o relatório conclusivo da PEC não traz a questão essencial da neutralidade da carga tributária entre os setores produtivos, mas sim um tom de enviesamento em prol da indústria.

Nobres Deputados e Senadores, não há como fecharmos os olhos para um caminho que certamente colocará um ponto final para o estímulo, criação e manutenção de empregos formais no país.

Nossa preocupação é legítima, pois há um nexo causal muito forte entre o setor de serviços e a tributação sobre a folha de pagamento, uma vez que estamos falando segundo dados do IBGE do setor que mais emprega no Brasil.

A simples redução de alíquota, proposta pelo relatório da PEC para alguns setores específicos, não traz conforto e segurança jurídica para os contemplados, uma vez que as alíquotas reduzidas irão sempre ser proporcionais as alíquotas de referências da CBS e do IBS (ainda desconhecidas), ou seja, se as alíquotas referenciais forem majoradas, as alíquotas reduzidas irão crescer na mesma proporção.

Analisando este cenário catastrófico, com a legitimidade do empresário contábil e com o protagonismo de sermos os principais operadores do sistema tributário, é que propomos que a folha de salários gere crédito dentro da sistemática da não cumulatividade ampla da CBS.

Cria-se um direito creditório, não cumulativo e isonômico já que o crédito gerado pela folha de salários será proporcional a sua capacidade de gerar postos de trabalho, ou seja, setores que fomentem a empregabilidade e novos postos de trabalho terão créditos maiores. Sistemática que se assemelha ao cálculo do fator r do Simples Nacional.

Aos puristas, desde já, esclareço que sabemos que diferente dos tributos sobre o consumo que incidem sobre a receita e/ou faturamento, a tributação sobre a folha de salários possui como base de cálculo o custo do empregado, entretanto não verificamos na legislação atual e na própria PEC nada que impeça esse crédito dentro da sistemática do IVA.

Devemos lembrar o leitor e os nossos parlamentares que em caso análogo, em um passado recente, a Receita Federal do Brasil só aceitava compensação de créditos tributários com tributos que fossem da mesma espécie, posteriormente, o permissivo de compensação se ampliou para todos aqueles administrados pelo órgão.

A compensação de créditos tributários seria um outro instituto, mas utilizamos a analogia apenas para ilustrar para todos que, com boa vontade, é possível equilibrarmos a tributação ainda nesse texto da PEC que está em tramitação para votação.

O IVA em sua essência visa a não cumulatividade plena, então, por que não permitir o crédito sobre a folha de salários?

É lógico que, com todas as nuances tributárias de um sistema federativo de proporções continentais e considerando todas as particularidades regionais, o alinhamento e o balanceamento da tributação sobre o consumo não é uma tarefa simples e reconhecemos o trabalho do governo e dos parlamentares.

E nesta árdua tarefa, é que fazemos de forma propositiva a possibilidade de o crédito da folha de salários ser o fiel da balança para contribuir com a neutralidade da carga tributária para todos os setores econômicos e com isso proporcionar:

Ampliação da oferta de empregos
Redução do desemprego
Elevação do consumo
Desestimula a Pejotização
Crescimento do produto interno bruto (PIB)
Melhora no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Acreditamos que uma balança desequilibrada acarretará aumento de carga para todos os setores de uma cadeia produtiva, e respingará, inevitavelmente, no consumidor final e na população de baixa renda.

É o momento de primar pelo bem coletivo e de forma equânime, atingindo o bem comum de melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Depois de tanto tempo de espera, não podemos aceitar uma reforma que não traga de fato avanços e melhoria para toda sociedade!

https://sescon.org.br/noticias/opiniao-reforma-tributaria-e-setor-de-servicos-e-necessario-desoneracao-da-folha-ou-transferencia-de-credito/?utm_smid=10675498-1-1

Justiça do Trabalho recebe mensalmente cerca de seis mil ações por assédio moral.

Em julho, TST publicará a série "É assédio!" em suas redes sociais para conscientizar sobre diferentes tipos de assédio

A Justiça Trabalhista recebe, em média, 6,4 mil ações relacionadas a assédio moral no trabalho por mês.

O cálculo considera o volume de processos iniciados em 2022, quando foram ajuizadas 77,5 mil ações trabalhistas com essa temática em todo o país.

No âmbito do 1º e do 2º graus, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) concentrou a maior demanda, com 23. 673 processos. Em fase recursal, chegaram ao Tribunal Superior do Trabalho 1.993 casos.

Já os casos de assédio sexual representaram aproximadamente 4,5 mil processos no ano. Na média, foram 378 ações trabalhistas por mês.

Em ambos os casos, o volume de ocorrências em que trabalhadoras e trabalhadores são vítimas pode ser maior, já que muitas pessoas têm receio ou não sabem como denunciar as práticas abusivas que sofrem no ambiente de trabalho.

É assédio!
Informação é essencial para enfrentar o assédio no trabalho.

Com o objetivo de contribuir para ampliar o conhecimento sobre o assunto, o Tribunal Superior do Trabalho promove a campanha "É assédio!" em suas redes sociais. Siga os perfis no Instagram, Facebook e Twitter para acompanhar.

Em todas as sextas-feiras de julho, serão publicados posts que ilustram situações de diferentes tipos de assédio no ambiente corporativo (veja quais são os tipos de assédio abaixo). Compreendê-las auxilia a vítima a identificar quando uma atitude pode ser caracterizada como assédio.

As postagens também buscam estimular o engajamento na divulgação das informações e convida o público a compartilhar o conteúdo usando a hashtag #ChegaDeAssédio

O que é assédio

Assédio é o ato de importunar alguém de forma abusiva, por meio de perseguição, propostas, declarações ou insistências, de forma virtual ou presencial. No ambiente de trabalho, o assédio ocorre quando a pessoa é exposta a uma situação constrangedora, abusiva ou inapropriada.

Conforme a Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Poder Judiciário -, o assédio pode ser de três tipos: moral, moral organizacional ou sexual.

Os tipos de assédio
O assédio moral é um processo contínuo e reiterado de condutas abusivas que, independentemente da intenção, atenta contra a integridade, a identidade e a dignidade humana. A prática se caracteriza por condutas como exigir o cumprimento de tarefas desnecessárias ou excessivas, discriminar, humilhar, constranger, isolar ou difamar a pessoa, desestabilizando-a emocional ou profissionalmente.

O assédio moral organizacional acontece quando a instituição, pública ou privada, é conivente com condutas abusivas reiteradas, amparadas por estratégias organizacionais ou métodos gerenciais desumanos, com o objetivo de obter engajamento intensivo dos colaboradores.

O assédio sexual se caracteriza por toda conduta de conotação sexual praticada contra a vontade de alguém. Isso pode ocorrer de forma verbal ou física, por meio de palavras, gestos ou contatos físicos, com a finalidade de constranger a pessoa e obter vantagens ou favores sexuais.

A prática também está tipificada como crime no Código Penal, quando o agente se prevalece de sua condição de superioridade hierárquica ou de sua ascendência em razão de cargo ou função.

Não precisa de hierarquia
Contudo, engana-se quem pensa que a prática só se configura pelo exercício do poder hierárquico.

Tanto o assédio moral quanto o sexual podem ser vertical descendente (da chefia para subordinados), vertical ascendente (de subordinados para o gestor) ou horizontal (entre colegas no mesmo nível de hierarquia).

(Andrea Magalhães/NP/CF)

https://www.tst.jus.br/web/guest/-/justi%C3%A7a-do-trabalho-recebe-mensalmente-cerca-de-seis-mil-a%C3%A7%C3%B5es-por-ass%C3%A9dio-moral%C2%A0?utm_smid=10673454-1-1

7 perguntas sobre inteligência artificial que você já deveria saber responder.

Em meio ao desenvolvimento acelerado da IA (e seus inegáveis impactos no mercado de trabalho), aqueles que demorarem muito para se familiarizar com a tecnologia correm o risco de ficar para trás; veja por onde começar
Dados do Fórum Econômico Mundial mostram que mais de 75% das empresas já buscam implementar inteligência artificial em seus negócios (Getty Images/Getty Images)

Dados do Fórum Econômico Mundial mostram que mais de 75% das empresas já buscam implementar inteligência artificial em seus negócios (Getty Imagens)

Impulsionada pelo lançamento – e rápida popularização – do ChatGPT em novembro do ano passado, a discussão sobre os impactos da inteligência artificial no mercado de trabalho vem crescendo exponencialmente nos últimos meses.

E há tempos deixou de ser um papo de corredor nos escritórios para se tornar o tema central de almoços de família, mesas de bar e grupos de WhatsApp.

De um lado, estão aqueles que temem pelo futuro da humanidade e acreditam que a evolução da tecnologia representa uma grande ameaça aos seus empregos.

Do outro, aqueles que enxergam a situação com otimismo e apostam na colaboração entre humanos e máquinas para a construção de um mercado de trabalho mais produtivo, sustentável e intelectualmente desafiador.

Independentemente do lado em que você esteja, uma coisa não dá para negar: a inteligência artificial já está moldando o mercado de trabalho do futuro. E quem ignorar essa realidade ficará para trás.

Mas, apesar de sua inquestionável e crescente importância no mundo corporativo, muitas dúvidas ainda rondam o universo da inteligência artificial. Pensando nisso, reunimos abaixo as respostas para as principais perguntas relacionadas ao tema. Confira.

1. O que é inteligência artificial?

A inteligência artificial é uma área da ciência da computação que se concentra no desenvolvimento de sistemas e algoritmos capazes de realizar tarefas que normalmente exigiriam a inteligência humana.

Esses sistemas podem aprender, raciocinar, reconhecer padrões e tomar decisões com base em conjuntos complexos de dados. Sistemas especialistas, processamento de linguagem natural, reconhecimento de fala e visão de máquina são exemplos de aplicações de IA.

2. Como a inteligência artificial é aplicada no mundo real?

A inteligência artificial tem diversas aplicações em diferentes setores.

Ela é utilizada, por exemplo, em carros autônomos, assistentes virtuais, sistemas de recomendação, análise de dados, diagnósticos médicos, detecção de fraudes, dentre outros.

Assistentes de voz (como a Siri ou a Alexa), corretores automáticos (como o do WhatsApp ou do Microsoft Word) e até a mesmo o funcionamento do algoritmo nas redes sociais são exemplos mais palpáveis de como a IA se faz presente no nosso dia a dia.

3. Como a inteligência artificial “aprende”?

A inteligência artificial é treinada por meio de algoritmos de aprendizagem de máquina, que permitem que os sistemas analisem dados e identifiquem tendências e padrões.

Com base nos exemplos fornecidos, a inteligência artificial ajusta seus modelos e melhora o desempenho ao longo do tempo.

Não à toa, o treinamento pode exigir grandes quantidades de dados e poder computacional, além de técnicas avançadas (como redes neurais) para obter resultados precisos.

4. Quais os tipos de inteligência artificial?

Com novas abordagens sendo desenvolvidas continuamente, é difícil dizer ao certo quantos tipos de IA existem.

Mas, de maneira geral, podemos falar em três grandes categorias, que se diferem pelo nível de capacidade das máquinas em termos de habilidades cognitivas. São elas:

Inteligência Artificial Geral (Artificial General Intelligence, AGI)

Em estado inicial de desenvolvimento, os sistemas AGI têm habilidades e capacidades intelectuais comparáveis as de um ser humano (como pensamento abstrato e raciocínio de causa e efeito, por exemplo).

Assim, a AGI é capaz de compreender, aprender, raciocinar e realizar várias atividades intelectuais em diferentes domínios, inclusive solucionar problemas para os quais não foi programada.

Inteligência Artificial Limitada (Narrow Artificial Intelligence, NAI)

Já a inteligência artificial limitada, como o próprio nome sugere, só é capaz de realizar funções específicas e realizar atividades para as quais foi previamente programada – como reconhecimento de voz, processamento de linguagem natural e análise de dados.

Superinteligência Artificial (Artificial Superintelligence, ASI)

A chamada superinteligência artificial refere-se a um sistema hipotético de IA capaz de ultrapassar significativamente a capacidade cognitiva humana.

Na teoria, uma ASI seria capaz de superar os humanos em todas as formas de pensamento e atividade, tornando-se um agente extremamente poderoso e capaz de resolver problemas complexos de forma altamente eficiente.

Mas vale ressaltar que, ao menos por enquanto, esse tipo de IA só existe no campo teórico.

5. Quais são os principais usos da inteligência artificial nos negócios?

Quando usada estrategicamente, a IA tem potencial de melhorar os resultados de uma empresa exponencialmente.

Agendamento de reuniões, gestão de projetos, delegação de tarefas, atendimento ao cliente, gestão de estoque e monitoramento de desempenho são alguns exemplos disso – mas não são os únicos.

Por conta de sua capacidade de classificar, analisar e organizar grandes volumes de dados de forma infinitamente mais rápida e precisa do que um ser humano, a IA também pode ser utilizada para apoiar os processos de tomada de decisão, análise de risco, planejamento estratégico, detecção de fraudes e previsões de tendências.

6. A inteligência artificial vai acabar com os empregos?

Embora a IA possa automatizar certas tarefas e afetar alguns setores específicos, sua principal finalidade é auxiliar e melhorar as habilidades humanas, não substituí-las completamente.

À medida que a tecnologia avança, é provável que ocorram mudanças no mercado de trabalho, mas também surgirão novas oportunidades de emprego relacionadas à IA.

Dentre os 673 milhões postos de trabalho analisados em uma pesquisa recente do Fórum Econômico Mundial, por exemplo, a estimativa é de que 83 milhões sejam eliminados, enquanto outros 69 milhões devem ser criados.

Mas vale destacar que, para que consigam conquistar uma dessas novas vagas, os trabalhadores precisarão eliminar a lacuna entre suas habilidades atuais e as necessidades futuras dos negócios. “Seis em cada dez trabalhadores precisarão de treinamento antes de 2027, mas apenas metade dos funcionários têm acesso a oportunidades de treinamento adequadas atualmente”, diz o relatório.

7. O uso da inteligência artificial é seguro?

A segurança da inteligência artificial é uma preocupação importante.

À medida que os sistemas de IA se tornam mais autônomos, é essencial garantir que eles sejam seguros e não causem danos.

A pesquisa em segurança da IA está em andamento, abordando questões como privacidade, proteção contra ataques cibernéticos e garantia de que as decisões tomadas pelos sistemas de IA sejam éticas e justas.

Questões como viés algorítmico, privacidade dos dados, discriminação e responsabilidade pela tomada de decisões automatizada são questões cruciais a serem consideradas.

https://exame.com/carreira/7-perguntas-sobre-inteligencia-artificial-que-voce-ja-deveria-saber-responder/

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 120, DE 22 DE JUNHO DE 2023

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ

ISENÇÃO. ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. PROMOÇÃO DE CURSOS PARA ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS. ALUGUEL DE IMÓVEL DO ATIVO IMOBILIZADO.

A promoção de cursos por parte de associação civil sem fins lucrativos para associados e não associados, com ônus financeiro para o participante, não afasta a isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, desde que

- os cursos atendam as finalidades constantes do estatuto;

- que não implique concorrência com organizações que não gozem da isenção; e

- que sejam atendidos todos os requisitos legais dispostos nas alíneas "a" a "e" do § 2º e no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997.

O auferimento de rendimentos de aluguel de imóvel pertencente à associação sem fins lucrativos, por si só, não é causa da perda do benefício da isenção, desde que

- se destinem a complementar as demais fontes de custeio;

- que os recurso sejam integralmente aplicados nas finalidades estatutárias da entidade;

- que não implique concorrência com organizações que não gozem da isenção; e

- que sejam atendidos todos os requisitos legais dispostos nas alíneas "a" a "e" do § 2º e no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), artigo 111, inciso II; Parecer Normativo CST nº 162, de 1974; Lei nº 9.532, de 1997, art. 12, § 2º, "a" a "e" , e § 3º, e arts. 13, 15 e 18; Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, arts. 181, incisos I a V do § 3, e 184.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

ISENÇÃO. ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. PROMOÇÃO DE CURSOS PARA ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS. ALUGUEL DE IMÓVEL DO ATIVO IMOBILIZADO.

A promoção de cursos por parte de associação civil sem fins lucrativos para associados e não associados, com ônus financeiro para o participante,

não afasta a isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, desde que os cursos atendam as finalidades constantes do estatuto; que não implique concorrência com organizações que não gozem da isenção; e que sejam atendidos todos os requisitos legais dispostos no § 2º, alíneas "a" a "e", e § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997.

O auferimento de rendimentos de aluguel de imóvel pertencente à associação sem fins lucrativos, por si só, não é causa da perda do benefício da isenção, desde que se destinem a complementar as demais fontes de custeio; que os recurso sejam integralmente aplicados nas finalidades estatutárias da entidade; que não implique concorrência com organizações que não gozem da isenção; e que sejam atendidos todos os requisitos legais dispostos nas alíneas "a" a "e" do § 2º e no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), artigo 111, inciso II; Parecer Normativo CST nº 162, de 1974; Lei nº 9.532, de 1997, art. 12, § 2º, "a" a "e" , e § 3º, e arts. 13, 15 e 18; Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, arts. 181, incisos I a V do § 3º, e 184.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

ISENÇÃO. ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. ATIVIDADES PRÓPRIAS. ATIVIDADES ECONÔMICAS. PROMOÇÃO DE CURSOS PARA ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS. ALUGUEL DE IMÓVEL DO ATIVO IMOBILIZADO.

Desde que atendidos os requisitos legais para gozo da isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, na hipótese de realização de cursos para associados e não associados com ônus financeiro para o participante, e também na hipótese de recebimento de aluguel, associação civil sem fins lucrativos não é contribuinte da Contribuição para o PIS/Pasep sobre a receita ou faturamento, sujeitando-se, entretanto, à Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários à alíquota de 1% (um por cento).

Dispositivos Legais: Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 13; e Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, arts. 8º, IV, parágrafo único.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins
ISENÇÃO. ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. ATIVIDADES PRÓPRIAS. ATIVIDADES ECONÔMICAS. PROMOÇÃO DE CURSOS PARA ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS. ALUGUEL DE IMÓVEL DO ATIVO IMOBILIZADO.

Há isenção da Cofins sobre receitas decorrentes das atividades próprias da associação, assim entendidas as decorrentes da contribuição dos associados, conforme o estatuto, e as decorrentes do pagamento do curso feito pelos associados e não associados participantes.

Há isenção da Cofins sobre receitas decorrentes de aluguel do patrimônio, desde que o aluguel se destine à execução de atividades vinculadas às finalidades precípuas da entidade.

Dispositivos Legais: Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 14, inciso X; Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, art. 29; Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º, § 3º, II, e art. 10; e Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, art. 23.

SC Cosit nº 120-2023.pdf

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
O programa Desenrola Brasil para renegociação de dívidas começa na segunda-feira (17) limpando o nome de 1,5 milhão de negativados que devem até R$ 100, segundo o governo federal. Ao todo, mais de 30 milhões de pessoas podem ser beneficiadas nesta primeira etapa.

Dívidas de até R$ 100
Bancos devem limpar o nome de quem tem dívidas de até R$ 100. Os credores que quiserem participar do Desenrola começarão na segunda (17) a suspender a negativação de todas as dívidas de até R$ 100. Segundo o Ministério da Fazenda, a regra vai limpar o nome de 1,5 milhão de brasileiros.
*Este texto não substitui o publicado oficialmente.

http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=131785

Perdão de dívida e renegociação: entenda como vai funcionar o Desenrola.

O programa Desenrola Brasil para renegociação de dívidas começa na segunda-feira (17) limpando o nome de 1,5 milhão de negativados que devem até R$ 100, segundo o governo federal. Ao todo, mais de 30 milhões de pessoas podem ser beneficiadas nesta primeira etapa.

Dívidas de até R$ 100

Bancos devem limpar o nome de quem tem dívidas de até R$ 100. Os credores que quiserem participar do Desenrola começarão na segunda (17) a suspender a negativação de todas as dívidas de até R$ 100. Segundo o Ministério da Fazenda, a regra vai limpar o nome de 1,5 milhão de brasileiros.

Dívida continua existindo, já que o perdão vale apenas para o nome sujo. O cidadão precisa renegociar este valor caso não consiga pagá-lo de uma só vez. Se não renegociar ou não pagar a dívida, ele volta a ser negativado, diz a Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Varejistas e companhias de água e luz, por exemplo, não são obrigadas a perdoar dívidas. Isso porque o perdão das dívidas é exigido apenas de bancos e instituições financeiras com volume de captações superior a R$ 30 bilhões.

Adesão ao programa por credores, beneficiários e bancos é voluntária. A expectativa do governo é de que o programa completo beneficie até 70 milhões de pessoas que estão negativadas.

Segunda-feira o Desenrola começa para dois públicos. O público que está negativado até R$ 100, e aí o pressuposto do programa é de que o credor que aderiu ao Desenrola vai ter de perdoar essa dívida e desnegativar aquele CPF. O segundo é a liberação de crédito para os bancos renegociarem dívidas bancárias

Regras gerais
Foram criadas duas faixas, com condições de renegociação diferentes. Na faixa 1, o governo dará garantias aos credores e condições de pagamento facilitadas para os devedores. Na faixa 2, o governo dará incentivos aos bancos que aderirem ao programa.

Renegociação das dívidas da Faixa 2 começa na segunda (17). Esta etapa atenderá pessoas com renda entre dois salários-mínimos até R$ 20 mil, com dívidas sem limite de valor. Nesta categoria, os bancos oferecem a possibilidade de renegociação das dívidas diretamente aos clientes.

Terceira etapa acontece a partir de setembro. Neste momento, entrarão as renegociações da faixa 1, que inclui a população que ganha até dois salários-mínimos ou que estejam inscritos no CadÚnico, cujas dívidas não ultrapassem R$ 5.000.

Faixa 2
Quem se enquadra? Pessoas com renda mensal acima de dois salários-mínimos (R$ 2.640) e até R$ 20 mil.

Quais dívidas podem ser renegociadas? Na faixa 2, o programa atende dívidas bancárias contraídas de 2019 até 31 de dezembro de 2022 e que continuam ativas. Os devedores terão prazo mínimo de 12 meses para quitar os valores.

Quais dívidas não entram? Não podem ser renegociadas as dívidas relacionadas a crédito rural; que tenham garantia da União ou de alguma entidade pública; não tenham risco de ser assumidas por agentes financeiros; tenham qualquer tipo de previsão de aporte de recursos públicos; ou tenham qualquer equalização de juros por parte do governo.

Faixa 1
Quem se enquadra? Pessoas com renda mensal de até dois salários-mínimos (R$ 2.640) ou inscritas no CadÚnico.

Quais dívidas podem ser renegociadas? Na faixa 1, o programa abrange dívidas de até R$ 5.000 contraídas de 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022. Débitos com empréstimos consignados também estão inclusos, e todas as operações serão isentas de IOF.

Quais dívidas não entram? Não podem ser renegociadas as dívidas que tenham garantia real ou relacionadas a crédito rural, financiamento de imóveis e operações com funding ou risco de terceiros.

Entenda a renegociação
Renegociação de dívidas será feita totalmente pela internet. Para o público da faixa 1, será necessário ter uma conta gov.br nível prata ou ouro (saiba como fazer) para acessar a plataforma oficial do Desenrola. Já as negociações na faixa 2 serão feitas diretamente entre bancos e clientes, por meio de canais próprios.

Após cadastro de devedores, credores vão complementar informações. Caberá aos credores validar os dados das dívidas inscritas na plataforma do Desenrola. As empresas devem indicar o saldo devedor atualizado em 31 de maio de 2023, o CPF do inadimplente e se há operações que não se enquadram no programa.

Empresas devem oferecer descontos para os devedores. O governo vai organizar um leilão online de lotes de dívidas para determinar o tamanho dos descontos. As empresas que oferecerem as maiores reduções poderão aderir ao Desenrola. Esses lotes incluirão dívidas com perfis semelhantes (de mesmo tipo e idade, por exemplo).

Devedores poderão consultar as dívidas que se enquadram no programa. O site do Desenrola vai disponibilizar a lista de débitos passíveis de renegociação, além do desconto oferecido pelos credores e a situação de cada uma das dívidas. O edital do leilão será divulgado em breve, segundo o governo.

Condições de pagamento
Dívidas da faixa 1 poderão ser parceladas em até 60 vezes. As parcelas devem ser de, no mínimo, R$ 50, com juros de até 1,99% ao mês. As condições de financiamento na faixa 2 devem ser negociadas entre bancos e clientes.

Débitos também poderão ser pagos à vista na plataforma do Desenrola. Já as parcelas dos financiamentos poderão ser quitadas por meio de débito em conta corrente, boleto bancário ou Pix.

Devedor poderá simular os valores da renegociação. A simulação estará disponível na plataforma do Desenrola, considerando as informações registradas pelo próprio devedor e as condições oferecidas pelos bancos.

Tarifas para credores
Operações feitas pelo Desenrola serão isentas de IOF nas faixas 1 e 2. Mas bancos e instituições financeiras cobrarão uma tarifa de ressarcimento das empresas credoras quando houver a contratação de um financiamento bancário por parte do devedor.

Plataforma do Desenrola cobrará tarifa dos credores. Essa tarifa para as empresas — cujo valor não foi divulgado — será retida pelos bancos e pelo Desenrola. Desta forma, quando a dívida foi renegociada e paga, o credor receberá o valor líquido, já deduzido dos custos.

Empresas que aderirem à faixa 2 receberão incentivos do governo. Bancos e instituições financeiras que renegociarem dívidas de clientes receberão apoio para aumentar a oferta de crédito.

Fonte: https://economia.uol.com.br/

Reforma tributária: confira como vai funcionar o imposto progressivo sobre herança.

PEC altera regras sobre como os impostos são cobrados no país.

Na última sexta-feira (7), foi aprovada pela Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária, que pode elevar a cobrança de taxas sobre heranças e doações, com alterações no Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Além dessa mudança, está também a determinação de que a cobrança seja realizada de acordo com o valor herdado.

O ITCMD trata-se de um tributo recolhido em âmbito estadual com alíquota máxima de 8%, com possibilidade de regimes progressivos de tributação segundo o valor herdado.

Vale lembrar que o ITCMD incide sobre heranças, doações, transferências e outros tipos de transações gratuitas de uma pessoa para outra, desde que não haja envolvimento de operações de compra e venda.

Além disso, o imposto também é aplicado na partilha de bens de um casal que se divorcia, dependendo do caso da separação.

Com a reforma tributária, as principais mudanças previstas para o ITCMD são:

Tributação progressiva sobre heranças;
Cobrança do imposto no domicílio onde a pessoa faleceu;
Permissão para maior cobrança sobre heranças no exterior;
Isenção do imposto sobre doações a instituições sem fins lucrativos.

Tributação progressiva
Um ponto a ser ressaltado é que o teto da cobrança segue o mesmo, de 8%, no entanto a alteração nas regras, transformando a cobrança em tributação progressiva, deve fazer com que mais Estados explorem o limite da alíquota máxima.

Por exemplo, em São Paulo, o ITCMD cobrado é fixado em 4%.

Com a nova definição, o imposto será aplicado de maneira progressiva conforme o valor da herança ou da doação.

Assim, cada estado continuará tendo autonomia para decidir as alíquotas máxima e mínima.

No estado do Rio de Janeiro, o ITCMD aplicado já segue o modelo proposto na PEC, com alíquota que varia entre 4% e 8%.

De 4% para valores até R$ 303.303;
De 4,5% para valores entre R$ 303.304 e R$ 433.290;
De 5% para valores entre R$ 433.291 e R$ 866.580;

De 6% para valores entre R$ 866.581 e R$ 1.299.870;
De 7% para valores entre R$ 1.299.871 e R$ 1.733.160;
De 8% para valores acima de R$ 1.733.161.

Previsto na Constituição Federal, essa nova definição estendida para todos os estados pode acontecer a fim de preencher a lacuna deixada pela falta de um imposto sobre grandes fortunas, assim como explica o advogado tributarista Renato Aparecido Gomes.

"O estabelecimento da progressividade com base no tamanho do valor a ser transferido da herança ou da doação, de certa maneira, está nessa mesma sintonia [do Imposto sobre grandes fortunas]", explica Gomes.

Será a vez dos governos estaduais que não tem alíquota progressiva, depois da reforma tributária ser colocada em vigor, legislarem sobre o assunto para definirem os novos valores, claro que respeitando as novas regras.

Outras modificações
O ITCMD pode ser recolhido, atualmente, onde o inventário é processado ou onde o doador mora.

Como a cobrança difere de estado para estado brasileiro, a alíquota pode ser mais cara ou mais barata dependendo da alternativa escolhida.

Com a reforma tributária, o recolhimento do imposto será feito no estado de residência da pessoa falecida.

A norma tem como objetivo impedir que os herdeiros busquem regiões com tributações menores para processar o inventário.

Além disso, também será permitida a cobrança do tributo sobre heranças e doações do exterior, o que ainda vai depender de uma regra estabelecida por Lei Complementar (LC).

Vale destacar que a herança de quem vivia no exterior, atualmente, era isenta de cobrança.

Com informações do Valor Econômico

Fonte: Portal Contábeis

https://fenacon.org.br/reforma-tributaria/reforma-tributaria-confira-como-vai-funcionar-o-imposto-progressivo-sobre-heranca/?utm_smid=10681759-1-1

Saldo Devedor Excessivo de Caixa ou Credor – Uma Questão Pericial Contábil

Prof. Me. Wilson Alberto Zappa Hoog[i]

O excesso de caixa é um tema relevante e de grande importância para a gestão financeira das aziendas. Esta reflexão científica tem como objetivo apresentar uma análise sobre o excesso de caixa, que embora possa parecer positivo, ter muito dinheiro em espécie disponível na conta caixa, um saldo excessivo de caixa é a bem da verdade uma ingerência.

Um saldo de caixa devedor considerado excessivo, embora não exista uma proibição legal para a manutenção de dinheiro em espécie no caixa, e salvo erro de registros, representa um indicativo de que a célula social não está utilizando eficientemente seus recursos financeiros, já que estes recursos podem ser aplicados para gerar uma renda, receita financeira.

Um saldo excessivo de caixa pode significar apenas que a célula social tem uma quantidade de dinheiro disponível na caixa, muito acima do que é o imprescindível para suas operações normais de pagamento em moeda corrente. Embora o saldo excessivo de caixa tenha efeitos negativos, isso não leva necessariamente a uma conclusão, por indícios ou evidências, da existência de um saldo fictício ou de uma fraude, desde que o registro contábil reflita a realidade física da quantidade existente de dinheiro.

O saldo de caixa deve corresponder a soma das notas e moedas efetivamente existentes na tesouraria, e não em valores entregues a terceiros ou sem correspondência à realidade financeira, pois é importante saber, para se obter uma asseguração razoável da veracidade das demonstrações financeiras, se o saldo de caixa apresentado na contabilidade corresponde aos valores reais do dinheiro existente. Assim, no boletim de caixa, e na conciliação do saldo da conta, todos os movimentos efetuados na rubrica caixa, a débito e a crédito, terão de ser identificados, devendo estar devidamente justificados com o respetivo documento de suporte. Se o dinheiro correspondente ao saldo de caixa, não se encontrar na posse da azienda, poderá presumir-se que reverteu a favor dos sócios, a questão é: reverteu a que título, distribuição disfarçada de lucros[1], pagamento de salários sem documentos, empréstimos ou pagamento de despesas pessoais de sócios sem a devida e correta contabilização ferindo o princípio da entidade, sendo que as responsabilidades por omissões decorrentes do não fornecimento dos elementos e informações probantes deste fato são imputáveis ao administrador. Lembrando que não é atribuição do contador efetuar a contagem física do saldo de caixa, mas é sua atribuição a inclusão de uma nota explicativa ao balanço deste fato em decorrência de sua relevância. Já que se o contador a identificou ou deveria identificar a prática da manutenção de um saldo excessivo de caixa, ele deve apresentar essa informação por escrito ao administrador e sugerir alternativas para utilizar esse dinheiro de forma mais eficiente para se evitar a perda de oportunidades de investimento, o aumento do risco de roubos, e fraudes.

O saldo fictício de caixa ocorre quando se registra um saldo que não reflete a realidade financeira da empresa, seja por omissão de documentos, prática de ilícitos ou atos dolosos, cujos efeitos podem ser aumentativos ou diminutivos.

Considera-se excessivo o saldo caixa muito acima do que é necessário para suas operações normais de pagamento em moeda corrente, para um período de até 15 dias.

É imperioso registrarmos nesta reflexão que um saldo de caixa credor pode levar a interpretação de que se trata de omissão de receita nos termos do RIR[2], salvo a existência de erro na escrituração contábil.

Se ocorreu um erro ou uma fraude no caixa, somente o resultado do labor de um perito contador com independência financeira e de juízo científico pode certificar. O laudo pericial necessariamente deve possuir fundamentação, que exponha as razões do convencimento do perito, em todo o seu diagnóstico. Deve o perito assegurar-se, com base nos registros contábeis contemporâneos ao fato, que os elementos fornecidos pelo administrador ao contador e registrados na contabilidade, permitem refletir a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras. Na ausência de todos esses elementos documentais, cuja apresentação tenha sido considerada como novos documentos, existentes

posteriormente ao regime de competência dos fatos, não poderá ser considerada, como elementos excludentes de responsabilidade do administrador, e muito menos como algo que possa ser representativo da verdadeira imagem patrimonial.

A expressão "representação adequada do saldo de caixa", consiste em um dos requisitos axiomáticos para que ocorra a fidelidade do conjunto das demonstrações financeiras, as quais objetivam fornecer informações que sejam fidedignas para as tomadas de decisões e avaliações por parte dos utentes.

[1] A distribuição disfarçada de lucro não é apenas os fatos que abrangem situações criadas para fugir da tributação de remuneração dos sócios e lucros, como os negócios realizados com sócios e seus parentes, em condições favorecidas pois incluem-se outras maquiagens, como o saldo fictício e excessivo de caixa utilizado para ocultar pagamento de pró-labore ou uma distribuição desproporcional de lucros em prejuízo de outros sócios.

[2] RIR/2018 – Art. 293. Caracteriza-se como omissão no registro de receita, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção, a ocorrência das seguintes hipóteses (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12, § 2º ; e Lei nº 9.430, de 1996, art. 40): I – a indicação na escrituração de saldo credor de caixa; II – a falta de escrituração de pagamentos efetuados; ou III – a manutenção no passivo de obrigações já pagas ou cuja exigibilidade não seja comprovada.

[i] Wilson A. Zappa Hoog é sócio do Laboratório de perícia forense arbitral Zappa Hoog & Petrenco, perito em contabilidade e mestre em direito, pesquisador, doutrinador, epistemólogo, com 48 livros publicados, sendo que alguns dos livros já atingiram a marca de 11 e de 16 edições.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 9.580, de 22 de novembro de 2018. Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9580.htm. Acesso em 30 de junho de 2023.

As reflexões contabilísticas servem de guia referencial para a criação de conceitos, teorias e valores científicos. É o ato ou efeito do espírito de um cientista filósofo de refletir sobre o conhecimento, coisas, atos e fatos, fenômenos, representações, ideias, paradigmas, paradoxos, paralogismos, sofismas, falácias, petições de princípios e hipóteses análogas.

STF publica decisão sobre enfermagem e começa a correr prazo de negociação.

Empresas privadas terão de negociar com trabalhadores do setor por até 60 dias a contar desta 4ª feira (12.jul); se não houver acordo, vale o valor de R$ 4.750 do piso nacional

Com o documento eletrônico, passa a valer a determinação proferida em julgamento do pagamento da categoria

A ata do julgamento da ADI 7222 (Ação Direta de Inconstitucionalidade 7222), que trata do pagamento do piso nacional da enfermagem aos setores público e privado...

Leia mais no texto original:

(https://www.poder360.com.br/justica/stf-publica-decisao-sobre-enfermagem-e-comeca-a-correr-prazo-de-negociacao/)

Receita oferece chance para que empresas devedoras de impostos relativos a 2019 regularizem a situação.

Elas são mais de 22 mil com indícios de insuficiência e representam um valor total de R$ 3,4 bilhões; órgão avisa que não haverá autuação nem multas

A Receita Federal identificou 22.754 empresas que deixaram de declarar e de recolher o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) referentes ao ano-calendário de 2019. O valor estimado de indício de insuficiência verificado é cerca de R$ 3,4 bilhões.

A fim de promover a autor regularização, sem autuação e cobrança de multas de ofício, a Receita Federal enviou dois lotes de avisos para a Caixa Postal das empresas identificadas.

O primeiro lote, com 18.554, avisos foi encaminhado para empresas tributadas pelo Lucro Presumido em maio de 2023. O prazo concedido para a auto regularização para esse lote se encerraria em 16 de julho, porém foi prorrogado até 15 de agosto, próximo sábado.

O segundo lote, com 4.200 avisos, foi encaminhado para empresas tributadas pelo Lucro Real Trimestral em 10 de julho último e o prazo para auto regularização será encerrado em 15 de setembro próximo.

Regularizar as divergências dentro do prazo agora concedido permite que o contribuinte recolha ou parcele os valores devidos apenas com os acréscimos legais, sem incidência da multa de ofício de que trata o art. 44 da lei 9.430/1996.

As empresas que desejarem proceder à auto regularização não precisam comparecer às unidades de atendimento da Receita Federal. Tudo pode ser resolvido pela internet. Basta seguir as instruções constantes nos endereços abaixo, conforme a forma de tributação:

Empresas tributadas pelo Lucro Presumido devem acessar esta página na internet

Empresas tributadas pelo Lucro Real Trimestral devem acessar esta página na internet

Nesses mesmos endereços, constam informações de como acessar as comunicações enviadas para as Caixas Postais no Portal e-CAC e esclarecimentos adicionais para que os contribuintes se regularizem sem a necessidade de comparecer à Receita Federal.

Depois de decorridos os prazos para auto regularização, as empresas estarão sujeitas à autuação e à cobrança de multas.

Fonte: Ministério da Fazenda

Substituição tributária do ICMS no e-commerce, você sabe como funciona?

Um dos mercados que mais cresce no Brasil e no mundo é o do e-commerce. Os motivos dessa expansão vão desde a diminuição de gastos até a adaptação aos novos modelos de mercado. A consolidação desses negócios provocou adaptações no consumo e impactou também no pagamento de tributos. O ICMS, por exemplo, um dos principais impostos pagos pelas empresas, ganhou um capítulo especial para o e-commerce no estado de São Paulo.

Estima-se que existam mais de 450 mil empresas que trabalham no formato e-commerce no Brasil. Dentro desse número estão incluídas as grandes multinacionais, empresas que possuem também loja física e pequenos negócios que são exclusivamente realizados pela internet.

Com a regra da substituição tributária oficializada pela Emenda Constitucional 87/2015 as empresas de e-commerce, especialmente por realizarem operações interestaduais, acabaram sendo prejudicadas.

Como uma forma de onerar menos essas empresas, o governo do estado de São Paulo publicou um decreto propondo uma melhor condição aos negócios de e-commerce no pagamento do tributo.

Esse regime especial, mesmo estando em vigor desde 2016, é desconhecido da maioria dos empresários da área de e-commerce, que acaba recolhendo o imposto no formato convencional. A consequência da falta de informação impacta diretamente na carga tributária da empresa.

Como era a tributação do ICMS para o e-commerce em São Paulo?
Para saber o que mudou, é fundamental, antes de tudo entender como era realizada a tributação do ICMS e a substituição tributária antes do decreto entrar em vigor no estado de São Paulo.

É exigido pelo Governo, por meio da substituição tributária, que a maioria dos produtos, principalmente os relacionados ao consumo, seja recolhido de forma concentrada pelo fabricante. O cálculo é realizado por meio de uma simulação do preço da mercadoria para o consumidor final. Nesse sentido, o restante da cadeia de comercialização fica isenta do recolhimento do tributo.

Nas transações via e-commerce, se a venda ocorrer dentro do estado de São Paulo, não haverá problema algum, já que o ICMS foi pago no início da cadeia. Porém, se a venda ocorrer fora de São Paulo, o que é muito comum em se tratando desse tipo de operação, o empresário terá um ônus significativo. Ele deverá recolher o ICMS integral, e não somente sobre o valor agregado, pois o crédito não foi tomado da entrada.

A legislação possibilita que o contribuinte reveja esse crédito, por ser direito do vendedor que remeteu a mercadoria para outros estados, mas o mecanismo para tais operações é muito burocrático desestimulando o empresário a fazê-lo.

Mas o que mudou para o e-commerce no estado de São Paulo?
O regime especial de tributação publicado no decreto 62.250/2016 relativo ao e-commerce é o mesmo aplicado por grandes empresas varejistas que possuem centros de distribuição localizados próximos ao estado paulista.

Na prática, a incidência do imposto é realizada conforme o modelo tradicional. O fabricante é dispensado de recolher o ICMS de forma concentrada, determinada pela substituição tributária, em contrapartida, permite ao empresário do e-commerce creditar o imposto destacado na entrada.

O decreto não atinge somente o comércio via internet, mas também os serviços de telemarketing e empresas que operam como centros de distribuição. Tanto as empresas do Simples Nacional quanto as do Lucro Real e Presumido podem se beneficiar do decreto.

Quais são as principais vantagens ao e-commerce paulista?
O contribuinte precisa analisar a viabilidade econômica e tributária para aderir ou não ao novo regime especial. Mas é inegável que o decreto traz benefícios expressivos ao e-commerce paulista, como mitigar o capital de giro dos comércios eletrônicos, evitar o acúmulo de crédito do ICMS e diminuir os gastos operacionais dos e-commerces.

Outra consequência positiva do regime especial está relacionada à ampliação do fluxo de caixa. Isso ocorre principalmente às empresas vendedoras ao consumidor final. O seu caixa pode ter um incremento de até 20% relativo à desoneração do ICMS.

O saldo positivo dará possibilidade de compra de novas mercadorias, melhorará o controle operacional e pode incentivar a realização de investimentos para a expansão do negócio.

Como me beneficiar do decreto?
As mudanças não são automáticas. Os empresários de e-commerce ou os que se enquadram deverão solicitar o formato de recolhimento do ICMS à Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo. O pedido será analisado pelo órgão.

Caso a solicitação for deferida, o e-commerce receberá um número correspondente ao regime especial por ele adotado. Esse número precisará ser apresentado ao distribuidor ou indústria todas as vezes que o e-commerce efetuar a compra de mercadorias para revenda, já que é por meio dele que será possível emitir a nota fiscal de entrada sem a cobrança do ICMS.

Ter conhecimento sobre o regime especial vai além de ser uma vantagem competitiva, pode significar a permanência da empresa no mercado.

Posso pedir ajuda?
As regras do ICMS, especialmente depois da implantação da substituição tributária e do regime especial, tornam o sistema de pagamento de tributos uma questão complexa. Isso pode ser ainda mais complicado se a empresa é de pequeno e médio porte, por não possuir pessoal específico e capacitado para acompanhar as constantes mudanças da legislação.

O melhor caminho é a ajuda de uma consultoria especializada. O Grupo BLB Brasil é a melhor escolha nos processos de adaptação e conformidade com a legislação. Por meio de uma equipe técnica, os profissionais atuam no sentido de orientar o pagamento de tributos de forma inteligente, eficiente, e principalmente, de forma legal. Conheça os serviços oferecidos aqui.

Você sabe a importância do Demonstrativo de Fluxo de Caixa?

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa, ou simplesmente DFC, faz parte das Demonstrações Contábeis e é muito importante para a gestão de qualquer negócio. São os resultados gerados por esses documentos que permitem ao gestor analisar as possibilidades do seu empreendimento e direções a serem seguidas.

De forma geral, o DFC indica quais os valores que entraram e saíram do caixa, incluindo contas bancárias e aplicações financeiras em um determinado período. Com isso, é possível administrar melhor essas movimentações, evitar erros e até mesmo desvios que possam ocorrer.

Obrigatoriedade do Demonstrativo de Fluxo de Caixa
De acordo com a Lei nº 11.638/2007, o DFC é obrigatório para empresas com patrimônio líquido maior que dois milhões de reais ou formadas por sociedades de capital aberto.

As determinações específicas relacionadas aos Demonstrativos de Fluxo de Caixa estão contidas na Deliberação CVM 547/2008 por meio do Pronunciamento Técnico CPC 03.

Em relação às Pequenas e Médias Empresas (PMEs), essas Demonstrações são obrigatórias conforme o item 3.17 (e) da NBC TG 1000.

Independentemente do formato das empresas, quando obrigadas, devem apresentar os DFCs anualmente, juntamente com a elaboração do balanço das demonstrações financeiras, seguindo tendência internacional das Normas Contábeis.

Planilha gratuita para cálculo do EBITDA

Importância do DFC
Mesmo que determinado negócio não necessite apresentar obrigatoriamente o Demonstrativo de Fluxo de Caixa, sua funcionalidade é de extrema importância para a gestão financeira e contábil de um negócio.

Como é realizado em períodos determinados, ele traz o retrato real daquele momento e, mediante essas informações, pode ser traçado um planejamento financeiro para os próximos períodos.

Conheça algumas vantagens possíveis quando o gestor tem conhecimento do fluxo de caixa da sua empresa:

- Diminuir as chances de a empresa não honrar seus compromissos por não ter dinheiro suficiente em caixa;
- Ter clareza para investir os recursos financeiros em aplicações ou ampliar a estrutura da própria empresa.

Outros benefícios contábeis possíveis com as informações do DFC:

- Uma ferramenta que, aliada às demonstrações financeiras, possibilita avaliar prazos dos fluxos de caixa, sua estrutura financeira e também as variações nos ativos líquidos;
- Possibilita a aferição da habilidade de a empresa produzir recursos, assim como comparar o - valor presente e futuro do caixa;
- Melhora a condição de comparação dos relatórios do desempenho por empresas diferentes;

- Propicia comparação das informações do fluxo de caixa de diferentes períodos para, assim, avaliar da melhor forma as condições dos caixas futuros.

Planilha gratuita para análise das Demonstrações Financeiras

O que indica um fluxo de caixa positivo ou negativo?
Um fluxo de caixa positivo mostra que o negócio está indo bem, que a empresa está cumprindo com suas obrigações e, dessa forma, está mantendo um equilíbrio financeiro. Já se for negativo, denota que a companhia está gastando mais que suas possibilidades. Isso indica que sua gestão não está ocorrendo de forma eficiente.

Como o relatório deve ser apresentado?
A apresentação do Demonstrativo de Fluxo de Caixa deve ser dividida em três áreas, basicamente: Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento. Vejamos a seguir suas características principais:

Atividades Operacionais
Essas atividades relacionam-se com o capital circulante líquido do empreendimento. Estão pautadas pelas receitas e gastos oriundos da prestação de serviço, comercialização ou industrialização. Venda de serviços ou produtos, aquisição de materiais para produção ou venda, salários e encargos sociais são exemplos de Atividades Operacionais.

Atividades de Investimento
Referem-se aos gastos realizados a longo prazo em investimentos, no Imobilizado ou Intangível, e também nas entradas por venda dos ativos. Exemplos: aquisição de ações de outras empresas e venda de unidades de negócio.

Atividades de Financiamento
Tratam-se de recursos adquiridos do Patrimônio Líquido e do Passivo Não Circulante. Financiamentos de curto prazo e empréstimos também fazem parte dessas atividades, bem como as saídas referentes à amortização dessas dívidas e valores pagos aos acionistas como distribuição de lucros e títulos de dividendos.

Quais os métodos de apresentação do DFC?
É possível a aplicação de dois formatos distintos para a elaboração desses demonstrativos:

- Por meio da própria ficha do livro caixa, classificando as operações conforme sua natureza. As informações reunidas possibilitam a confecção do Demonstrativo do Fluxo de Caixa. Esse método só é possível se o DFC for realizado por profissionais que possuam acesso interno à empresa.
- Por meio das Demonstrações Contábeis, já que o acesso ao livro da conta Caixa nem sempre é possível. Nesse caso, será realizável se a empresa possuir arquivo ou publicar suas Demonstrações Contábeis.

Em relação a essa última opção, existem dois modelos para executar os DFCs. Eles podem ser realizados por Método Direto ou Método Indireto que veremos a seguir:

Método Direto
Por esse formato são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos provenientes das atividades operacionais da empresa. Os componentes do fluxo devem ser apresentados por seus valores brutos. Esse método é considerado o mais aderente aos objetivos do fluxo de caixa.

Denominado também como T Account Approach, ou Abordagem das Contas T, em que é iniciada a explicação dos caixas gerados pelas operações da empresa pelo recebimento de vendas. A disposição dos pagamentos e recebimentos é realizada empregando as partidas dobradas.

A vantagem desse método é que a geração de informações é permitida baseada em critérios técnicos sem nenhuma interferência fiscal.

Quando se opta por esse método, é necessário exibir os seguintes modelos de recebimentos e pagamentos relacionados às operações:

- Recebimento de clientes;
- Pagamentos de empregados e fornecedores;
- Juros pagos e dividendos recebidos, entre outros recebimentos e pagamentos;
- Imposto de Renda pago.

Método Indireto
O Método Indireto é baseado nas demonstrações dos recursos derivados das atividades operacionais a partir do Lucro Líquido, conforme os itens que afetam o resultado, porém não alteram o caixa da empresa.

Esse método tem semelhança com a Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos (DOAR), mais precisamente em relação ao Lucro Líquido Ajustado e às Contas Circulantes. Embora difira-se no sentido de que o Método Indireto se inicia a partir do Lucro Líquido até chegar ao valor das disponibilidades geradas no período pelas operações anotadas na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Gostou deste artigo? Para saber mais sobre outros assuntos relacionados ao universo contábil e financeiro, assine nosso newsletter. Para conhecer mais sobre os serviços que a BLB pode oferecer para você e sua empresa.

Circular CAIXA Nº 1022 DE 10/07/2023

Divulga a versão 17 do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais

A Caixa Econômica Federal CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II, da Lei 8.036/90, de 11/05/1990, e de acordo com o Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684/90, de 08/11/1990, alterado pelo Decreto nº 1.522/95, de 13/06/1995, em consonância com a Lei nº 8.212, de 24/07/1991, com o Decreto nº 3.048, de 06/05/1999, com a Lei nº 9.012/95, de 11/03/1995, com a Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001, com o 7º do art. 26 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, resolve:

1 Divulgar atualização do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais que dispõe sobre os procedimentos pertinentes à arrecadação do FGTS, versão 17, disponibilizada no sítio da CAIXA, www.caixa.gov.br, opção Downloads , tópico: FGTS Manuais e Cartilhas Operacionais.

2 Fica revogada a Circular CAIXA nº 1.005, de 08 de novembro de 2022.

3 Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

CINTIA LIMA GONÇALVES TEIXEIRA

Diretora Executiva Em Exercício
https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=447433 Publicado no DOU em 12 jul 2023

Carnê-Leão: como fazer o preenchimento mensal para retenção de impostos.

Descubra o que é o Carnê-Leão, quem deve preenchê-lo, como fazer o preenchimento, calcular o imposto devido e realizar o pagamento mensal.

O Carnê-Leão é um sistema desenvolvido pela Receita Federal que tem como objetivo controlar e tributar os rendimentos de pessoas físicas provenientes de outras pessoas físicas ou do exterior. Ele foi criado em 1979 e se tornou obrigatório desde então.

Neste artigo, vamos explicar em detalhes o que é o Carnê-Leão, quem deve preenchê-lo, como fazer o preenchimento mensal, calcular o imposto devido e realizar o pagamento.

O que é o Carnê-Leão?
O Carnê-Leão é um documento mensal emitido por pessoas físicas que recebem pagamentos de outras pessoas físicas ou provenientes do exterior.

Ele abrange diferentes tipos de rendimentos, como recebimentos de autônomos, aluguéis e pensão alimentícia. É através do Carnê-Leão que o imposto de renda desses contribuintes é recolhido.

Esse sistema foi criado para controlar e tributar rendimentos que não possuem retenção de imposto na fonte.

Enquanto os contribuintes com vínculo empregatício ou sócios de empresas têm o imposto retido na folha de pagamento, aqueles que recebem rendimentos sem vínculo empregatício precisam utilizar o Carnê-Leão para declarar e pagar os impostos devidos.

Quem deve utilizar o Carnê-Leão?
O Carnê-Leão deve ser utilizado por pessoas que recebem rendimentos de outras pessoas físicas ou do exterior. Alguns exemplos de profissionais que devem preencher o Carnê-Leão são:

1. Autônomos prestadores de serviços a pessoas físicas, como profissionais da área de manutenção residencial, obras, engenheiros, arquitetos, médicos, dentistas, professores particulares, advogados, entre outros;

2. Pessoas físicas que recebem aluguéis de imóveis.

Além disso, os rendimentos provenientes do exterior também devem ser informados e tributados por meio do Carnê-Leão.

Profissionais autônomos e liberais que prestam serviços para empresas não precisam utilizar o Carnê-Leão, pois devem declarar seus ganhos no Imposto de Renda e as retenções de INSS e imposto de renda feitas pelas empresas tomadoras dos serviços.

Como fazer o preenchimento do Carnê-Leão?
1. Acesso ao Portal e-CAC: o preenchimento do Carnê-Leão é realizado no site da Receita Federal, através do Portal e-CAC (Centro Virtual de Atendimento). É necessário realizar um cadastro como usuário externo para ter acesso ao sistema.

2. Acessando o Carnê-Leão: uma vez cadastrado, o contribuinte pode acessar a opção “Meu Imposto de Renda”, depois “Declarações” e, por fim, “Acessar Carnê-Leão”.

3. Preenchimento dos valores recebidos: dentro do Carnê-Leão, é possível registrar os valores recebidos em cada mês, bem como as despesas dedutíveis. É importante manter um registro detalhado dos recebimentos e das despesas relacionadas aos rendimentos informados.

4. Cálculo do imposto devido: o próprio sistema do Carnê-Leão realiza o cálculo do imposto devido com base na tabela progressiva do Imposto de Renda. O contribuinte deve informar todas as despesas dedutíveis para que sejam consideradas na base de cálculo do imposto.

5. Emissão do DARF: ao submeter as informações, o sistema do Carnê-Leão emite automaticamente um Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) referente ao mês informado. Esse documento contém o valor do imposto devido e deve ser pago até o último dia útil do mês seguinte ao do recebimento dos rendimentos.

Como realizar o pagamento do Carnê-Leão?
O pagamento do DARF gerado pelo Carnê-Leão pode ser realizado em qualquer agência bancária ou por meio do internet banking do banco de preferência. É importante respeitar o prazo de vencimento do documento para evitar multas e juros.

Caso o prazo de pagamento seja ultrapassado, será necessário gerar um novo DARF atualizado, uma vez que o documento vencido perde a validade. A falta de pagamento do Carnê-Leão pode acarretar multa de 50% sobre o imposto devido, além dos juros calculados com base na taxa Selic acumulada durante o período devido.

O Carnê-Leão é um sistema importante para o recolhimento antecipado de impostos por pessoas físicas. É fundamental entender quem deve utilizar o Carnê-Leão, como fazer o preenchimento correto dos valores recebidos e despesas dedutíveis, calcular o imposto devido e realizar o pagamento dentro do prazo estabelecido pela Receita Federal.

Para garantir o cumprimento correto das obrigações fiscais, é recomendado buscar o auxílio de um profissional contábil para orientações específicas de acordo com cada situação. Manter a regularidade fiscal é essencial para evitar problemas futuros com a Receita Federal.

Fonte: Portal Contábeis

https://fenacon.org.br/noticias/carne-leao-como-fazer-o-preenchimento-mensal-para-retencao-de-impostos/?utm_smid=10666069-1-1

STF mantém validade de jornada 12x36 por meio de acordo individual.

Norma foi questionada pela confederação de trabalhadores na saúde

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a validade da norma que permite a jornada de trabalho de 12 horas por 36 horas de descanso fixada por meio de acordos individuais.

A regra está prevista na Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e foi questionada no Supremo pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS). A entidade alegou que a aceitação da jornada por acordo individual é inconstitucional, podendo ser autorizada somente por acordo ou convenção coletiva.

Ao julgar a questão, a maioria dos ministros do STF acompanhou o voto do relator, ministro Gilmar Mendes. Conforme o entendimento, as mudanças na CLT positivaram a evolução da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do próprio Supremo.

“Não vejo qualquer inconstitucionalidade em lei que passa a possibilitar que o empregado e o empregador, por contrato individual, estipulem jornada de trabalho já amplamente utilizada entre nós, reconhecida na jurisprudência e adotada por leis específicas para determinadas carreiras”, disse o ministro.

O voto do relator foi acompanhado pelos ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Nunes Marques, Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia.

Rosa Weber e Edson Fachin votaram para garantir que a jornada seja autorizada somente por meio de acordo coletivo.

O julgamento ocorreu no plenário virtual, modalidade na qual os ministros inserem os votos no sistema e não há deliberação presencial. O julgamento foi finalizado na sexta-feira (30), e o resultado, divulgado hoje (6).

https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-07/stf-mantem-validade-de-jornada-12x36-por-meio-de-acordo-individual?utm_smid=10668246-1-1

SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 124, DE 26 DE JUNHO DE 2023.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

APLICAÇÃO FINANCEIRA NO EXTERIOR. TRIBUTAÇÃO SOBRE GANHO DE CAPITAL.

Os rendimentos obtidos com aplicação financeira bonds, adquiridos com moeda estrangeira, depositados em conta corrente no exterior, estão sujeitos à apuração do imposto sobre a renda sobre o ganho de capital quando se tornam disponíveis para o contribuinte.

Há incidência de imposto sobre a renda sobre o ganho de capital para cada um dos depósitos de rendimentos em conta corrente no exterior.

A base de cálculo é o rendimento em dólares dos Estados Unidos da América (EUA), convertido para reais mediante a utilização da cotação do dólar fixada, para compra, pelo Banco Central do Brasil, para a data do recebimento.

No caso de rendimentos provenientes de aplicações em bonds, o imposto é devido quando se tornam disponíveis para saque, sendo aplicáveis as alíquotas progressivas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 21 da Lei nº 8.981, de 1995.

Na alienação ou resgate dos bonds, considera-se ganho de capital a diferença positiva, em reais, entre o valor de liquidação ou resgate e o valor original da aplicação financeira, observadas as conversões previstas nos §§ 1º e 2º do art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 118, de 28 de dezembro de 2000.

O contribuinte não estará sujeito ao imposto sobre a renda se o valor total das liquidações ou resgates dos bonds for igual ou inferior a R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no mês em que se tornar disponível para saque.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 21; Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, arts. 22 e 25; Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, art. 24; Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 8, de 23 de abril de 2003, art. 1º; Instrução Normativa SRF nº 118, de 28 de dezembro de 2000, arts. 4º, 8º e 10; Instrução Normativa SRF nº 208, de 27 de setembro de 2002, e Instrução Normativa SRF nº 599, de 28 de dezembro de 2005, art. 1º.

SC Cosit nº 124-2023.pdf
RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Coordenador-Geral

*Este texto não substitui o publicado oficialmente.

http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=131786

Cansaço ou desmotivação?

Programe sua mente para ter um desempenho satisfatório na profissão

Você sente cansaço, desmotivação ou desgaste no dia a dia em seu trabalho? Isso é muito comum. Existem dias ou mesmo períodos em que achamos que não vamos conseguir cumprir todas as nossas tarefas, que não suportamos mais tanta pressão, que a corda vai se romper. Para evitar que ela se rompa mesmo, aprenda a mentalização produtiva no trabalho.

Para suavizar esta realidade estressante, neste mundo de ações e pensamentos acelerados, proponho desenvolvermos o hábito de voltarmos nossa atenção para nós mesmos.

Consegue perceber que quando a agitação se estabelece, seus pensamentos estão voltados para o passado ou para o futuro? Que você está sempre – ou quase sempre – se "preocupando" com alguma coisa?

Reflita um pouco sobre esta ideia. Mas com sinceridade. Assuma a verdade de que nunca está no "presente momento" quando isso acontece. Chamo de presente momento o aqui e agora, onde mora a percepção de nós mesmos vivendo de forma intensa.

Longe das limitações, perto da criatividade

É claro que muitas vezes temos que pensar em nossos afazeres, nos organizar, refletir em como resolver isso ou aquilo. Mas a intensidade com a qual ficamos presos a estes pensamentos é inútil e antiprodutiva.

Acabamos sempre repetindo comportamentos com base em soluções já experimentadas anteriormente. Ou seja, com esta atitude, nos privamos do benefício de olhar e resolver as coisas de uma forma inovadora e criativa, a cada momento. Faz sentido para você?

Isso significa dar a si mesmo a oportunidade de colapsar uma nova realidade escolhida entre as mil possibilidades criativas possíveis. Em outras palavras, o contato com uma mente atenta e livre das limitações de memórias nos conduz a resoluções diferentes e positivas todo o tempo. E o que é melhor: de forma segura e tranquila.

Bom, se continua lendo o texto é porque de certa forma faz muito sentido para você. Sendo assim, o que eu gostaria de propor é um treinamento de presença, durante um mês. A responsabilidade, como tudo em sua vida, é sua.

Neste período de 30 dias, se você tiver compromisso e disciplina na realização do exercício da presença, sua vida já terá mudado muito para melhor.

Seis passos para mentalização produtiva

Entenda abaixo os seis passos necessários para programar sua mente e produzir mais no trabalho.

1º passo: comprometimento

Comprometa-se seriamente com você. Mesmo que não acredite muito inicialmente, ao menos dê a si mesmo a oportunidade de experimentar mudar as coisas para melhor.

A primeira semana pode não ser muito fácil, pois o hábito ainda não terá sido criado em sua vida. Mas não desista nunca! O próximo minuto pode ser aquele no qual o salto para um novo hábito mais produtivo pode se realizar. Persista sempre! Use toda a sua vontade de ter uma vida mais equilibrada e feliz.

2º passo: entre em contato com você

Todos os dias reserve 15 minutos assim que acordar para entrar em contato com o seu corpo e com sua mente. Assim que despertar, lembre-se que hoje você permite que tudo caminhe dentro da criatividade absoluta, mesmo que a situação de vida atual ainda não reflita isso.

Busque sentir a alegria desta manifestação já agindo em seu dia ou ao menos a satisfação da possibilidade desta decisão.

Repita "Seria tão bom se...", e complete a frase de acordo com o seu desejo, sentindo o prazer desta ideia como uma possibilidade.

Se achar melhor, imprima as afirmações abaixo e leia ou grave em seu celular, escutando sempre que achar necessário. Tudo que nós sentimos pode se tornar verdade, mesmo que ainda não tenha se materializado no plano físico. Todo pensamento está sempre na eminência de se realizar, portanto, tenha cuidado com o que idealiza.

Afirmação

Saúdo o dia de hoje com otimismo e amor.
Saúdo o sol e toda a natureza com muito respeito e gratidão.
Aceito e assumo minha mente ilimitada, pronta para as novas possibilidades em todo o meu dia de hoje.
Saúdo com igual respeito, todas as pessoas que interagirem comigo hoje.
Saúdo a minha própria Presença no agora que me traz equilíbrio, segurança, determinação, discernimento, compaixão, aceitação, desapego e amor incondicional. Acredito no fluxo da vida fortificando minha saúde física, mental e emocional. Estou bem e que todo o planeta seja beneficiado com isso.
Felicito o agora!

3º passo: respiração e exercício

Ao acordar, respire profundamente três vezes. Dê total atenção ao seu corpo físico. Sinta como ele está, espreguice, alongue-se.

Ainda deitado, se quiser, coloque as pernas para cima e dê 120 pedaladas, sempre pensando em avançar para o bem-estar (o exercício melhora a sua circulação sanguínea, trabalha os músculos da perna, glúteo e diafragma, sem sobrecarregar a coluna).

Antes de baixar as pernas e descansar por um minuto, segure os pés com as mãos mantendo as pernas esticadas (se não der para segurar os pés, basta manter as pernas esticadas para cima, sempre dentro de suas possibilidades).

Entre este e o próximo passo, observe como seu corpo está. Agradeça a ele por fazer com que você esteja vivo aqui e agora, e se proponha a cuidar dele com ainda mais responsabilidade hoje.

4º passo: poder pessoal

Sente-se ou se coloque em pé, tomando consciência de seu corpo e de sua mente dentro dele. Mantenha contato com sua respiração e assuma seu poder pessoal de realização criativa agora (fora da limitação de memórias). Imagine a vontade que teria de se livrar de alguém que tenta lhe manter embaixo da água.

Pense na força e na determinação que essa possível situação lhe traria. Uma vontade ligada à sobrevivência, certo? Então use essa mesma determinação para assumir seu poder pessoal em direção ao novo. Ou seja, esteja pronto e determinado para encarar com liberdade e leveza as novas oportunidades do novo dia.

5º passo: diga não aos pensamentos negativos

Experimente monitorar, na maior parte do tempo, seus pensamentos negativos gerados por memória. Quando identificá-los, repita mentalmente: "São apenas pensamentos baseados no passado e eu acabo com eles, assumindo a liberdade de poder escolher entre outras mil possibilidades".

6º passo: observação

Durante qualquer atividade no trabalho, tente observar quais sentimentos determinada tarefa aflora em você no momento presente. Sem julgamento, aceite que é isso que tem no momento e que – com tranquilidade – tudo vai se resolver e as dificuldades vão virar passado.

Respire profundamente e lembre-se de desejar e permitir que as novas possibilidades se materializem. Só no agora a criatividade pode aparecer.

Este hábito lhe conduzirá em pouco tempo a uma postura de mais segurança, tranquilidade e discernimento em relação ao seu trabalho. A criatividade e as resoluções assertivas se realizarão naturalmente com o passar dos dias.

Fonte: Personare - Regina Restelli.

4.02 COMUNICADOS

CONSULTORIA JURIDICA

Consultoria Contábil, Trabalhista e Tributária

O Sindicato dos Contabilistas de São Paulo conta com profissionais especializados em diversas áreas jurídicas, com o intuito de oferecer consultoria e suporte à realização das atividades dos profissionais da Contabilidade, que vão desde direitos trabalhistas até a elaboração de estatutos sociais para entidades do terceiro setor.

A consultoria jurídica é realizada de 2ª a 6ª feira, na sede social do Sindcont-SP, sendo considerada um dos mais importantes e significativos benefícios que a Entidade disponibiliza aos seus associados.

O trabalho realizado pelos advogados especializados em diversas áreas jurídicas consiste em orientar os profissionais da Contabilidade quanto às soluções para os problemas que envolvam assuntos pertinentes à legislação, como:

- **Consultoria Jurídica Tributária Federal, Estadual e Municipal:** IRPF, IRPJ, PIS, Cofins, CSLL, Simples, ISS, ICMS, e outros
- **Consultoria Trabalhista e Previdenciária:** benefícios, fiscalização, parcelamento, fundo de garantia, direitos trabalhistas, entre outros
- **Consultoria do Terceiro Setor:** assessoria sobre entidades sem fins lucrativos e beneficentes, análise de estatuto social, atas e outros
- **Consultoria Societária e Contratual:** orientações técnicas, análises e vistos de contratos em geral
- **Consultoria Contábil**: orientações e esclarecimentos sobre normas e procedimentos contábeis

Confira os horários de atendimento dos profissionais, de acordo com a área de jurídica desejada:

Tributarista		
Telefone: (11) 3224-5134 - E-mail: juridico@sindcontsp.org.br		
Dr. Henri Romani Paganini - OAB nº SP 166.661	3ª e 6ª feira	das 9h às 13h
	2ª e 5ª feira	das 9h às 13h
	4ª feira	das 9h às 13h
Trabalhista		
Telefone: (11) 3224-5133 - E-mail: juridico3@sindcontsp.org.br		
Dr. Benedito de Jesus Cavalheiro - OAB nº SP 134.366	3ª e 5ª feira	das 9h às 13h
	2ª e 6ª feira	das 9h às 13h
	4ª feira	das 9h às 13h
Terceiro setor		

Telefone: (11) 3224-5141 - E-mail: juridico4@sindcontsp.org.b		
Dr. Alberto Batista da Silva Júnior - OAB Nº SP 255.606	2ª, 5ª e 6ª feira	das 9h às 13h
	3ª feiras	das 9h às 13h
	4ª feiras	das 9h às 13h

4.03 ASSUNTOS SOCIAIS

FUTEBOL

Horário: sábados as 11:00hs às 12:30hs.
Sport Gaúcho – Unidade I Limão – quadra 5.
link: http://sportgaucho.com.br/unidade-i-limao/
Endereço: Rua Coronel Mario de Azevedo, 151 – Limão – São Paulo, SP CEP: 02710-020 ou Rua Professor Celestino Bourroul, 753 – Limão – São Paulo, SP CEP: 02710-001, atrás da Igreja Católica do Limão.

5.00 ASSUNTOS DE APOIO

5.01 CURSOS CEPAEC – SINDCONTSP

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS – HIBRIDOS

JULHO/2023

DATA	DIA DA SEMA-NA	HORÁ-RIO	DESCRIÇÃO	ASSOCI-ADOS	FILIA-DOS	DEMAIS INTERES-SADOS	C/ H	PROFESSOR (A)
17 a 31	segunda a sexta	18:30h às 21:30	Práticas Societárias				51h	Dr. Alberto Batista da Silva junior
17 /07 a 14/12/ 2023	segunda a sexta	18:30h às 21:30	**Escritório Contábil Modelo	R$ 2700,00	R$ 4500,00	R$ 4500,00	300h	Equipe Sindcontsp
20	quinta	09:00h às 17:00	** ISS – Ampla Abordagem				07h	Wagner Camilo

*Programação sujeita alterações
**Pontuação na Educação Continuada
www.SINDCONTSP.org.br
(11) 3224-5124 / 3224-5100
cursos2@sindconts.org.br

5.02 AGENDA SEMANAL

Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública

Segunda Feira 00-00-2023: das 19:00 às 21:00 -

Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações

Terça Feira 00-00-2023: das 19:00 às 21:00 -

CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis

Quarta Feira 00-00-2023: das 19:00 às 21:00 - Fórum de debate e atualização continua

Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil

Quinta Feira 00-00-2023: das 19:00 às 21:00 -

Grupo de Estudos Perícia

Sexta Feira 00-00-2023

5.03 ENCONTROS VIRTUAIS

Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública

Às Segundas Feiras: com encontros quinzenais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas

Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações

Às Terças Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas

CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis

Às Quartas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas

Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil

Às Quintas Feiras: com encontros semanais (pelo canal Youtube) das 19:00 às 21:00 horas

Grupo de Estudos Perícia

Às Sextas Feiras: com encontros mensais (pelo canal Youtube)

5.04 FACEBOOK

Visite a página do Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis Virtual no Facebook.